UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RÔMULO FELIPE MANZATTO

Formação e Revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Versão Corrigida

**São Paulo
2018**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RÔMULO FELIPE MANZATTO

Formação e Revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

Versão Corrigida

De acordo _____

Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2018

Nome: MANZATTO, Rômulo.

Título: Formação e Revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Ficou moderno o Brasil
Ficou moderno o milagre:
A água já não vira vinho,
Vira direto vinagre

Cacaso – Jogos Florais

Agradecimentos,

Bernardo Ricupero, Alexandre Saes, André Singer, Eunice Ostrensky, Alexandre de Freitas Barbosa, Flávio Marques de Azevedo Saes, Jean Tible, Vitor Ferreira de Faria, Glauco Peres da Silva, Rurion Soares Melo, Márcia Staaks, Vasne dos Santos, Patrício Tierno, Brasília Sallum Jr., André Kaysel, Vera Alves Cepêda, Ricardo Bielschowsky.

Aos colegas de pesquisa Leonardo Octávio Belinelli Brito, Rafael Marino, Camila Góes, Daniela Costanzo, Vinicius Saragiotto do Valle, Caetano Patta, Beatriz Rodrigues Sanchez, Rodrigo Santaella, Darlan Praxedes, Luiz Fernando Aguiar.

A minha família e à Larissa Rocha Mello pelo apoio incondicional.

Agradeço também ao Departamento de Ciência Política e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa

RESUMO

A problemática relação entre as obras de Caio Prado Jr. e Celso Furtado consiste numa das mais interessantes polêmicas de nossa historiografia. Sabe-se que em *Formação Econômica do Brasil*, principal obra de Furtado, não há referências explícitas à obra de Caio Prado Jr., mesmo que a influência do pensamento do historiador marxista na obra do economista cepalino seja mais do que evidente. A questão, longe de estar pacificada, despertou a atenção de nomes como Chico de Oliveira, Paul Singer, Roberto Schwarz e Tamás Szmercsányi. Para além da polêmica, parece haver razoável interesse na comparação mais ampla do pensamento de ambos. Partindo daí, o presente trabalho coteja o pensamento dos autores entre dois momentos temáticos bem definidos, o de seus livros de “Formação”, de meados das décadas de 1940 e 1950 e o momento da “Revolução”, já nos idos da década de 1960. Nesse marco cronológico e temático, procura-se situar os autores no contexto intelectual mais amplo de que fazem parte. O marxismo de matriz comunista, no caso de Caio Prado Jr. e a economia política da CEPAL para Celso Furtado. Em seguida, a comparação é realizada em torno de três eixos temáticos mais amplos. O primeiro, a respeito do uso que realizam da tipologia de contrários das colonizações de exploração e povoamento. O segundo, que trata da maneira como abordam a difícil transição, ainda inconclusa, entre colônia e nação, que em Caio Prado Jr. adquire a forma de “impasses do inorgânico” e em Furtado, nas ideias que levaram à criação da SUDENE. Por fim, compara-se as respostas de ambos ao conturbado contexto político da década de 1960, quando as análises convergem para a defesa de uma Revolução, ou Pré-Revolução, vista não como ruptura, mas como um processo mais amplo de transformação social.

Palavras-chave: Caio Prado Jr., Celso Furtado, Pensamento Social Brasileiro

ABSTRACT

The problematic relation between the works of Caio Prado Jr. and Celso Furtado is one of the most interesting polemics of our historiography. It is known that in the *Formação Econômica do Brasil*, Furtado's main work, there are no explicit references to the work of Caio Prado Jr., even though the influence of the thought of the Marxist historian on the work of the ECLAC economist is more than evident. The issue, far from being pacified, attracted the attention of names like Chico de Oliveira, Paul Singer, Roberto Schwarz and Tamás Szmercsányi. Beyond the controversy, there seems to be reasonable interest in the broader comparison of the thinking of both. From this point of view, the present work contrasts the authors' thinking between two well-defined thematic moments, that of their books of "Formation", from the mid-1940s and 1950s and the moment of the "Revolution", already in the 1960s. In this chronological and thematic framework, we seek to locate the authors in the broader intellectual context of which they are part. Communist matrix Marxism, in the case of Caio Prado Jr. and the political economy of ECLAC for Celso Furtado. Then, the comparison is carried out around three broader thematic axes. The first one, regarding the use that they make of the typology of opposites of *colonização de exploração* e *colonização de povoamento*. The second, which compares the way they deal with the difficult, and still unfinished transition between colony and nation, which in Caio Prado Jr. acquires the form of "impasses do inorgânico" and in Furtado, in the ideas that led to the creation of SUDENE. Finally, their responses are compared in the troubled political context of the 1960s, when the two analyzes converge to defend a Revolution, or Pre-Revolution, seen not as rupture, but as a broader process of social transformation.

Keywords: Caio Prado Jr., Celso Furtado, Brazilian political thought

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO – DA FORMAÇÃO À REVOLUÇÃO	25
1) UM LUGAR PARA AS IDEIAS DE CAIO PRADO JR. E CELSO FURTADO	43
1.1 - LOCALISMO E COSMOPOLITISMO	43
1.2 - TEXTO E CONTEXTO	47
1.3 - PENSAMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	52
2) DUAS IDEOLOGIAS E SUAS IDEIAS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX	57
2.1 - A DIFÍCIL AMÉRICA LATINA	57
2.2 - NACIONALIZAÇÕES DO MARXISMO	61
2.3 - RAÚL PREBISCH E A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA	75
2.4 - AS VIAS PARA O CAPITALISMO E O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NO MUNDO	93
3) EXPLORAÇÃO E POVOAMENTO NA AMÉRICA COLONIAL	103
3.1 - USOS DE LEROY-BEAULIEU	103
3.2 - A COLONIZAÇÃO E SEUS SENTIDOS	123
3.3 - O SENTIDO PROFUNDO DA COLONIZAÇÃO	132
4) COLÔNIA E NAÇÃO	139
4.1 - IMPASSES DO INORGÂNICO	139
4.2 A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	157
5) DOIS CONCEITOS DE REVOLUÇÃO	173
5.1 - A (PRÉ) REVOLUÇÃO BRASILEIRA	173
5.2 - CRÍTICAS À (PRÉ) REVOLUÇÃO BRASILEIRA	197
EPÍLOGO – AINDA CAIO PRADO JR. E CELSO FURTADO?	205
BIBLIOGRAFIA	211

Apresentação

É difícil precisar o que motiva a escolha de um objeto no campo de estudo das ideias e da produção intelectual. Certamente concorrem para essa escolha as filiações institucionais, as afinidades ideológicas, a releitura de antigas temáticas motivada por novas conjunturas, ou até mesmo a admiração ou aversão pelas trajetórias dos que produzem as ideias. Esses e outros aspectos podem se combinar das mais diferentes formas, atuando de maneira nem sempre desejada e nem sempre consciente. No que se refere ao trabalho aqui apresentado, o motivo específico que deu início a esse esforço de pesquisa é, de certa forma, trivial. Pouco mais do que uma intuição.

Os que por acaso tenham cursado alguma disciplina de *formação econômica e social do Brasil*, oferecidas em praticamente todos os cursos de graduação em economia do país, muito provavelmente devem ter lido ao menos alguns trechos das obras mais célebres de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. É provável ainda que os tenham lido praticamente em sequência. Assim, aos leitores mais atentos não devem ter escapado algumas semelhanças entre os dois textos, a começar, é claro, pelo título. *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado não só trazem termos bastante semelhantes como esboçam uma mesma ordem mais ampla de preocupações, ligada ao processo de constituição do país.

As semelhanças mais imediatas seguem pelo primeiro capítulo, em que até o vocabulário utilizado é similar. Já no início de *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado nos avisa que “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”¹. Impossível não recordar de um trecho também das primeiras páginas de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., para quem “a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um

¹¹ (FURTADO, [1959] 2007, p. 25)

pequeno detalhe daquele quadro imenso”², isso é, o mesmo quadro da expansão europeia.

É verdade que o livro de Furtado foi publicado quase duas décadas depois da obra de Caio Prado Jr., existindo mesmo uma polêmica formada em torno da ausência de referências explícitas ao trabalho mais antigo pelo mais recente. Esse foi o dado inicial de minha pesquisa, apresentada, ainda de maneira bastante preliminar, no final de 2013 no 21º *Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP)*, com o título de *O Pensamento de Caio Prado Jr. na obra de Celso Furtado*.³

Creio que o trabalho, ainda que sumário, expressava uma orientação correta. Dava menos atenção à polêmica das lacunas bibliográficas na obra de Furtado – mesmo que as polêmicas sejam sempre mais atrativas - e propunha um esboço de comparação entre *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado. Incluía também a apreciação da tese de doutorado de Furtado, bem como de seu *A Economia Brasileira*, publicado em 1954.

O contato com os dados de pesquisa logo faz perceber que as influências e as semelhanças entre os autores iam bem além da polêmica entre os dois livros de *formação*. Em ambos, a especificidade da formação econômica e social do país é vista não como atraso, mas como peculiaridade que deve ser compreendida em si mesma, sem medir-se por metro externo. Também em ambos a reflexão é posta a serviço da transformação da realidade. Assim, seria pouco efetivo tentar compreender a trajetória intelectual de Caio Prado Jr. sem levar em consideração sua militância política, o que serve igualmente para Furtado, homem de Estado, cuja reflexão teórica é pensada como instrumento de conscientização das debilidades associadas à nossa situação de subdesenvolvimento.

Na sequência, já no ano seguinte, procurei ampliar o escopo da análise comparativa. A tentativa era a de pensar os dilemas de Caio Prado Jr. e Celso Furtado não só entre economistas e historiadores econômicos, mas de situar

² (PRADO JR., [1942] 2011, p. 17)

³ Ver (MANZATTO, 2013)

ambos no ambiente intelectual mais amplo de que fazem parte, isso é, o do pensamento social brasileiro, especialmente o realizado entre as décadas de 1930 e 1960. A tentativa era a de ser mais fiel às próprias características do objeto em questão. Afinal, Prado Jr. e Furtado não dialogaram somente com economistas e historiadores. Pelo contrário, suas obras abordam a problemática mais ampla do desenvolvimento econômico e social de longo prazo, alimentam correntes políticas e embasam propostas de intervenção.

O primeiro resultado dessa tentativa foi apresentado também de forma muito preliminar em 2014, na seção de iniciação científica do XI Encontro de Pós Graduação em História Econômica, com o título de *Ideias Econômicas Fora do Lugar*⁴. A pretensão do título acaba por denunciar o caráter “iniciático” da pesquisa. Ainda assim, asseguro que as intenções eram bastante sinceras, embora certamente faltasse algum senso de proporção. No fim desse mesmo ano, apresentei um resultado mais elaborado dessa pesquisa em minha monografia de conclusão de curso entregue ao Departamento de Economia da FEA-USP para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, orientada pelo professor Alexandre Saes.

No primeiro capítulo da monografia tentei problematizar algumas das dificuldades em pensar ideias econômicas a partir de um contexto periférico. Ocorre que o simples pressuposto de que o lugar a partir de onde se pensa pode influenciar o conteúdo teórico da produção intelectual, vai contra o núcleo da abordagem consagrada por Schumpeter para a história da análise econômica, que em boa medida ainda determina ou influencia a maior parte dos trabalhos realizados na área.

Creio que a aplicação sem mediações da abordagem de Schumpeter ao pensamento econômico local pode acabar mais por prejudicar a análise, distorcendo seu objeto, do que por produzir resultados satisfatórios, como nota Ricardo Bielschowsky em seu *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Reconhecendo a especificidade de um pensamento econômico que pouco se articulou em círculos acadêmicos e cuja produção analítica é praticamente um desdobramento da produção cepalina,

⁴ (MANZATTO, 2014)

Bielschowsky afirma ser necessário “trilhar o percurso inverso” proposto por Schumpeter, o que implicaria utilizar o conteúdo analítico das ideias econômicas analisadas para melhor compreender os determinantes centrais de um debate muitas vezes “não teórico, cujo conteúdo está historicamente determinado em seus mínimos detalhes”.⁵

O problema muitas vezes consiste no fato de que, mesmo quando se estudam perspectivas derivadas do estruturalismo histórico latino-americano, a questão do “lugar das ideias” nem sempre é reconhecida, tampouco problematizada. Reconhecer que toda teoria carrega algo das condições em que foi elaborada não é muito diferente de reconhecer, também na história das ideias econômicas, o falso sentido de universalidade da teoria econômica quando vista da periferia, na célebre formulação de Raúl Prebisch em seu manifesto latino-americano.

No presente trabalho, procurei retomar algumas dessas considerações no capítulo *Um lugar para as ideias de Caio Prado Jr. e Celso Furtado*. O Capítulo não tem nem poderia ter a intenção de ser um “guia metodológico”. Consiste, isso sim, na organização das anotações que fui realizando durante a pesquisa com o objetivo de abordar o objeto de maneira coerente, algo como um “caderno de campo”, em que a abordagem de Antonio Candido aparece como um ponto de apoio mais adequado para as necessárias mediações de um estudo das ideias produzidas em um contexto periférico.

Na monografia em questão, também procurei traçar alguns pontos de contato mais amplos entre os dois autores, que são retomados e quase sempre aprofundados ao longo do atual trabalho. O último capítulo dessa monografia trazia ainda uma tentativa de situar comparativamente os autores em meio ao debate sobre o caráter da economia colonial brasileira, que durante décadas mobilizou parte importante do debate entre militantes comunistas, historiadores econômicos e economistas, com os participantes quase sempre pertencendo a mais de uma dessas categorias. Creio que esse último capítulo pode ter ficado descolada da problemática do trabalho, deixando de abordar outros pontos de maior interesse.

⁵ (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 6)

Só algum tempo depois percebi que o tema de maior interesse levantado por esse primeiro esforço de pesquisa consistia na difícil relação entre o dado local e o universalismo da teoria importada, que em seus melhores momentos consegue equilibrar essas duas vertentes, isso é, na tensa relação entre uma tendência localista e outra cosmopolita, como bem expressas por Antonio Candido, com possibilidades de análise ainda pouco exploradas pelos que se dedicam ao estudo da história do pensamento econômico brasileiro.⁶

A abertura epistemológica significou também uma mudança de área. Dei continuidade ao trabalho de pesquisa agora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Bernardo Ricupero. Durante a realização do mestrado, me beneficiei dos comentários recebidos nos diferentes seminários e congressos em que os resultados parciais de pesquisa foram apresentados.

O primeiro deles ocorreu em maio de 2015. Na ocasião da realização do V Seminário Discente da Pós Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, apresentei trabalho que resumia algumas das conclusões de minha já citada monografia.⁷

Na ocasião, fiz referência ao trabalho do professor Gildo Marçal Brandão que ao refletir sobre a relação íntima entre o caráter cíclico do interesse pelos intérpretes do Brasil e as vicissitudes de nossa dinâmica histórica, lembra que “tudo se passa como se o esforço de ‘pensar o pensamento’ se acendesse nos momentos em que nossa má formação fica mais clara e a nação e sua intelectualidade se vêem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura”, no que reconhece acertadamente as muitas mediações entre pensamento, teoria e nosso subdesenvolvimento.⁸

Aproveitando a deixa, o professor Jean Tiblett que arguia os trabalhos da mesa, indagou a respeito dos motivos conjunturais que poderiam motivar um

⁶ Devo a constatação ao generoso comentário dos professores Alexandre Saes e Flávio Saes em (SAES e SAES, 2015, p. 47). Na série de artigos sobre Pensamento Econômico Brasileiro, organizada pelos dois professores, também pude compartilhar resultados preliminares de minha pesquisa. Ver:

⁷ O texto apresentado corresponde à Manzatto (2015).

⁸ (Brandão, 2007: p.28). (MANZATTO, 2015a) e (MANZATTO, 2015b).

novo estudo de autores já tão lidos, relidos e comentados, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, questão que me tem sido colocada repetidas vezes ao longo do trabalho. Na ocasião, respondi algo como “ser necessário evitar os anacronismos e produzir um trabalho que possa ser útil aos interessados no tema”. Se a pergunta me fosse dirigida hoje, provavelmente responderia de outra maneira – até porque as boas respostas nunca ocorrem no momento certo. Essa foi a motivação direta das últimas páginas da *Introdução* e do *Epílogo* do presente trabalho.

Me beneficieei igualmente dos aportes dos professores Brasília Sallum Jr. e Alexandre Macchione Saes, em exame de qualificação realizado no primeiro semestre de 2016. Aos comentários de ambos, devo a atenção que tentei dar ao contexto intelectual mais amplo em que as ideias estudadas interagem, o que em boa medida motivou o texto do capítulo *Duas ideias e suas ideologias na América Latina do século XX*, bem como elementos de contextualização diluídos em todos os outros capítulos do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos comentários recebidos no 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)⁹ e, por fim, às observações do professor André Kaysel realizados no VII Seminário Discente da Pós Graduação em Ciência Política da USP, no primeiro semestre de 2017. É preciso mencionar que minha pesquisa se beneficiou enormemente do conteúdo da disciplina *Temas do Pensamento Político Latino-Americano*, ministrado pelo professor Bernardo Ricupero, e dos seminários realizados na disciplina *Um Seminário de Marx (1958-1964)*, conduzida pelos professores Bernardo Ricupero e André Singer, bem como pelas aulas do curso *Pensamento Econômico e Social Brasileiro*, dos professores Alexandre Saes e Flávio Saes.

Ao longo da pesquisa, me foi dada a oportunidade de conduzir a leitura da obra de Celso Furtado nos encontros quinzenais do *Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil*, também liderado pelos professores André Singer e Bernardo Ricupero. Os encontros me permitiram apresentar o texto de Celso Furtado a um grupo mais do que qualificado de pesquisadores, cuja

⁹ Na ocasião, o trabalho apresentado foi agraciado com o 2º lugar no prêmio *Eduardo Kugelmas*, concedido pela Associação Brasileira de Ciência Política.

formação intelectual seu deu mais no âmbito da crítica à economia política da CEPAL e de Furtado do que sob a influência dessas ideias, como costuma ocorrer nos cursos de economia. Esses encontros me permitiram divisar algumas linhas de resistência e alguns pontos de afinidade não-óbvios para alguém com formação em economia. Muitas das questões abordadas por esse trabalho têm como pano de fundo as discussões realizadas no grupo.¹⁰

Agradeço também aos funcionários dos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), do Centro Internacional Celso Furtado (CICEF), das seções de periódicos e materiais raros das bibliotecas da FFLCH-USP e da FEA-USP. Em tempos como esses, é também necessário ressaltar que a pesquisa e as discussões que resultaram nesse trabalho foram realizadas no ambiente de excelência proporcionado pela Universidade Pública brasileira.

Como não poderia deixar de ser, recordo que eventuais erros ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

¹⁰ As atividades de leitura de Celso Furtado do grupo Pensamento e Política no Brasil incluíram o seminário especial *O Brasil de Celso Furtado – Uma Construção Interrompida?* realizado em 17 de outubro de 2017 no Departamento de Ciência Política da USP.

Introdução – Da Formação à Revolução

Em seu mais do que conhecido prefácio à segunda edição de *Raízes do Brasil*, Antonio Candido relembra o impacto dos três livros que mais influenciaram sua geração. Num tom que funde memorialismo, história das ideias e história política,¹¹ o professor vai delineando um arco histórico que começa em 1933 com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, passa por 1936, ano de publicação de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e vai até meados de 1942, quando é publicado *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr.

O texto de Antonio Candido acabou por se tornar ele mesmo uma importante influência para a geração que a partir dos anos 70 procurou pensar os que haviam pensado o país. De certa forma, seu prefácio se tornou ele também um ato de demiurgia, ao criar todo um campo de estudos que viria a se consolidar como o do pensamento social brasileiro. A partir daí, pode-se mesmo aludir a um “significado” d’*O Significado de Raízes do Brasil*, que tem consistido principalmente na atribuição de uma quase-divisão intelectual do trabalho entre os três autores que a partir de então, passam a ser considerados como fundadores de uma certa forma de pensar o Brasil.¹²

Assim, Gilberto Freyre teria se tornado importante por aplicar a nova antropologia cultural norte-americana, inspirada sobretudo em Franz Boas, para reconhecer a importância da contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, teria sido um dos primeiros a aplicar a sociologia weberiana para revelar o feixe de relações primárias e outros impedimentos para o adequado estabelecimento da democracia no Brasil. Caio Prado Jr., por fim, seria o responsável pela leitura

¹¹Ver (CANDIDO, [1967] 2013) Da mesma natureza é seu *Teresina e os seus amigos*, em que a partir da singular trajetória da militante anarquista Teresina, somos apresentados às influências do jovem Antonio Candido, aos dilemas da esquerda da época, ao retrato dos imigrantes europeus que aqui vinham procurar um lar e acabavam como agitadores políticos e intelectuais e também à repercussão da literatura e das ideias de uma época. Ver (CANDIDO, 2007).

¹² A primeira alusão às “quase-representações” provavelmente é de Carlos Guilherme Mota (MOTA, 2014). Em (RICUPERO, 2000) a sugestão de Mota é aproveitada e aprofundada.

pioneira da história do Brasil sob a perspectiva do materialismo histórico, utilizando pela primeira vez a categoria das classes sociais para explicar a formação de nossa sociedade.

O prefácio de Candido suscitou repercussões. Não foram poucos os que tentaram adicionar outros autores ao “panteão” original. Nessa categoria, pode-se destacar a aula magna de Fernando Henrique Cardoso na academia diplomática brasileira – o instituto Rio Branco – em que defende a inclusão de Celso Furtado no grupo original de Candido.¹³ Ou ainda, o já clássico prefácio em que Francisco de Oliveira concede o status de “demiurgo” a Celso Furtado, igualando a importância de sua contribuição com a dos três membros primordiais.¹⁴

O membro tardio do panteão não demorou a ocupar o seu lugar na referida quase-representação. Na divisão intelectual do trabalho que ia se estabelecendo, teria cabido a Celso Furtado a primazia de realizar uma leitura keynesiano-cepalina da história econômica brasileira, utilizando os recentes desenvolvimentos do pensamento econômico para desnudar os mecanismos responsáveis pelo atraso econômico do país.¹⁵

O fato é que, entre o prefácio de Antonio Candido no final dos anos 60 e a aula magna de Fernando Henrique Cardoso no início da década de 90, os sentidos da repercussão de cada um dos autores têm variado. Nesse período, observa-se um movimento de quase canonização de Sérgio Buarque ao mesmo tempo em que se minimiza a contribuição de Caio Prado Jr., cuja irrelevância era decretada pelos partidários do “fim da história”. Já a sociologia de Gilberto Freyre, tão atacada nos anos 50 e 60, vai sendo reabilitada agora como fonte de estudo e sensibilidade das relações privadas que tanto devem às formas de sociabilidade construídas no Brasil colonial.¹⁶

¹³ No original: “Se Antonio Candido pudesse escrever mais recentemente o mesmo prefácio, talvez acrescentasse um outro autor, que, tenho certeza, é muito de seu agrado: Celso Furtado” – (CARDOSO, 1993, p. 22).

¹⁴ Trata-se do prefácio ao volume dedicado à Furtado na coleção “Grandes Cientistas Sociais”, compilado posteriormente (OLIVEIRA, 2003). Pode ser útil consultar o texto de Gildo Marçal Brandão sobre Celso Furtado- (BRANDÃO, 2010).

¹⁵ O que é apontado por (BRESSER-PEREIRA, 2001), (OLIVEIRA, 2003) e (BRANDÃO, 2010), entre outros.

¹⁶ (BRANDÃO, 2000)

O caso de Gilberto Freyre é bastante ilustrativo das sensibilidades cambiantes e das recepções em diferentes épocas dos intérpretes da geração de 30. Para a geração de Candido, que primeiro o recebeu, *Casa Grande & Senzala* teve uma “força revolucionária” e um “impacto libertador”.¹⁷ O livro de Gilberto Freyre manifestava um mesmo universo de preocupações que o das velhas interpretações do país, como as de Sílvio Romero, Euclides da Cunha ou Oliveira Viana. Isto é, enfrentava problemas de caráter biológico, como as discussões sobre raça. No entanto, Freyre inova a partir desse contexto tanto pela introdução da antropologia cultural norte-americana quanto por uma visão mais positiva, e menos determinista, do papel do escravo na “formação do nosso modo de ser mais íntimo”.¹⁸

Gilberto Freyre já não ecoava o pensamento racista da geração de Oliveira Vianna, o da impossibilidade de um país de composição racial mestiça ser bem sucedido. Em Freyre, a escravidão era vista de maneira positiva, agora como conformadora de um meio social que tornava a civilização brasileira até mais autêntica do que as que se desenvolveram nos Estados Unidos ou na Argentina, outros dois grandes empreendimentos coloniais do Novo Mundo.

Ocorre que o começo da década de 60 viu o rápido recrudescimento da recepção positiva do pensamento de Gilberto Freyre. A reavaliação partiu do jovem grupo de pesquisadores liderado por Florestan Fernandes no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo. As pesquisas foram realizadas no âmbito de um projeto financiado pela UNESCO, que tinha como objetivo investigar a imagem internacional positiva que o Brasil detinha em termos de convivência racial. Os resultados encontrados, no entanto, acabaram frustrando as expectativas iniciais. O que se obteve foi uma ampla confirmação empírica da existência da discriminação racial no Brasil, e de uma convivência pouco harmoniosa entre os diferentes grupos.¹⁹

Em momento posterior, em sua aula magna no Instituto Rio Branco, Fernando Henrique Cardoso, seguindo a tendência de reabilitação de Gilberto

¹⁷ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 10)

¹⁸ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 9)

¹⁹ Para uma apreciação do papel dos orientandos de Florestan no Projeto UNESCO, ver (MAIO, 1999)

Freyre a partir dos anos 80, louva o livro pela pioneira importância que teria atribuído ao estudo das relações da esfera privada. Mesmo acreditando que “qualquer sociólogo positivista, funcionalista ou marxista, pega o livro e pode estraçalhá-lo”, o então chanceler brasileiro prefere destacar a importância do texto, que “realmente abriu uma vereda, um caminho”.²⁰

Se o livro de Gilberto Freyre não influenciou tanto quanto deveria, foi porque as posições conservadoras defendidas por Freyre acabaram por afastar a jovem intelectualidade dos muitos méritos do livro, acredita Fernando Henrique Cardoso. Categoria em que o próprio sociólogo parece se incluir, já que agora revê suas críticas de juventude ao pensamento de Freyre como uma postura típica do “jovem sociólogo militante”, sempre disposto a cobrar dos outros uma postura de recusa da ordem estabelecida.

Alguém mais maduro, diz o futuro presidente, certamente teria apreciado as muitas qualidades de um livro apaixonante como *Casa Grande & Senzala*, que em prosa bem cultivada, fazia brotar os caracteres da vida cotidiana no Brasil. Um livro encantador, continua Cardoso, pois desvenda e oculta ao mesmo tempo. Mistifica, mas “faz um mito que é o nosso mito”.²¹

É certo que nem mesmo o texto de Freyre conseguia ocultar totalmente a violência da *Casa Grande*. O que parece ter menos importância para Fernando Henrique, já que “apesar de tudo, esse sistema, esse patriarcado brasileiro, foi capaz de criar uma civilização”,²² completa, deixando clara a distância a que agora se situava das posições do jovem sociólogo. Se a mudança do juízo de Cardoso em relação a Gilberto Freyre, somente ecoa o movimento mais amplo mais amplo da historiografia ou se, pelo contrário, exprime uma (re)conciliação com a tradição do sociólogo marxista prestes a se tornar presidente, é algo que a crítica especializada ainda está para demonstrar.

As repercussões em questão incluem uma outra polêmica mais específica. Em entrevista publicada no segundo volume de *Conversas com Economistas Brasileiros*, Chico de Oliveira conta em tom de anedota o episódio

²⁰ (CARDOSO, 1993, p. 26).

²¹ (CARDOSO, 1993, p. 25).

²² (CARDOSO, 1993, p. 26).

em que compôs a mesa de um mesmo evento com o economista Celso Furtado. Na ocasião, o sociólogo aproveitou a proximidade que a amizade com o velho companheiro dos tempos de SUDENE lhe franqueava para lembrar aos presentes, meio à queima-roupa, que Furtado nunca havia citado os livros do marxista Caio Prado Jr., o que evidentemente seria uma falha, já que Furtado certamente conheceria a obra do historiador econômico que o precedeu, acreditava. Na ocasião, ainda segundo Chico de Oliveira, Furtado “engoliu em seco e aguentou o tranco”²³, optando por ignorar a provocação.

Todo o episódio, é claro, não passou de uma brincadeira entre amigos de longa data, mas nem por isso deixa de ser sugestivo. A provocação de Chico de Oliveira expressava um dos principais “mistérios” criados em torno de *Formação Econômica do Brasil*, obra mais célebre de Furtado e um dos principais textos da economia política brasileira. Desde sua publicação em 1959, tem intrigado diferentes gerações de leitores o fato de que uma das mais eloquentes interpretações da formação do país tenha se realizada praticamente sem prestar referência a autores nacionais.

Dos 75 nomes que constam de seu índice onomástico apenas 13 se referem a trabalhos de autores em língua portuguesa (o que inclui trabalhos anteriores do próprio Furtado). Desses, mais da metade constituem compêndios de dados ou informações dos períodos analisados e não textos de referência.²⁴ O “mistério”, contudo, é desfeito numa rápida consulta às obras anteriores de Celso Furtado, especialmente sua tese de doutorado, *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, defendida em 1948 na Universidade de Paris.

Na tese, são explícitas as referências a historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. Há, é claro, uma diferença na natureza dos dois trabalhos. Enquanto o texto de 1948 foi preparado para ser apresentado a uma banca avaliadora para a obtenção do título de Doutor, o trabalho de 1959 foi pensando como um texto de síntese, destinado a um público mais amplo e não necessariamente especializado no tema. Ainda assim, o fato é que muitas referências que na tese

²³ (MANTEGA e REGO, 1999, p. 97)

²⁴ É o que afirma (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 208)

de doutorado são explícitas, se tornam implícitas no livro do final da década de 50.²⁵

É verdade que já na introdução de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado justifica a omissão quase total da “bibliografia histórica brasileira”, por escapar ao objetivo do livro, que consistiria na “análise dos processos econômicos, e não reconstituição dos eventos históricos”.²⁶ Mas também é verdade que em outras ocasiões Furtado deu outras justificativas para a referida omissão das fontes brasileiras.

Sabe-se que *Formação Econômica do Brasil* é uma obra de fôlego, o ponto final de uma trajetória de reflexão sobre o desenvolvimento do país que se inicia com a elaboração da tese de doutorado de Celso Furtado em 1948, seguido do artigo *Características gerais da economia brasileira*, publicado em 1950. Análises que seriam retomadas e ampliadas em 1954, em seu *A Economia Brasileira* e pouco depois no pequeno volume *Uma Economia Dependente*, de 1956 e ainda no conjunto de 10 conferências proferidas por Furtado em 1957 no *Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento*, ministrado no BNDE em 1957 e depois publicadas com o título de *Perspectivas da Economia Brasileira*.²⁷

Por sua vez, *Formação Econômica do Brasil* foi escrito por Furtado durante estágio de pesquisa realizado na Inglaterra, em Cambridge. Assim, a escassez de referências à bibliografia brasileira seria justificada em parte por ter sido produzido em outro país, onde esse tipo de material bibliográfico era mais escasso. Já as muitas menções à obra de Roberto Simonsen, seriam explicadas por uma parada forçada de dois dias em Recife por problemas no avião, quando a caminho da Inglaterra. Breve período em que Furtado teria adquirido um exemplar de *História Econômica do Brasil*, de Simonsen, que acabou por também embarcar. Consta ainda que os originais de *Formação Econômica do Brasil* acabaram por extraviar-se quando a caminho do Brasil, obrigando Furtado

²⁵ Há uma relação de continuidade entre os trabalhos. Como o próprio Furtado admitiu, sua tese de doutorado foi o ponto de partida para pensar o processo de desenvolvimento brasileiro. A esse respeito ver (SZMRECSÁNYI, 2009, p. 51)

²⁶ (FURTADO, [1959] 2007, p. 22)

²⁷ As conferências do BNDE foram publicadas no ano seguinte em volume organizado pelo DASP. Mais recentemente, foram republicadas em volume comemorativo do BNDES. Ver: (FURTADO, [1958] 2002)

a reescrever os capítulos tendo como base algumas fotocópias que mandara fazer, o que deixou o texto mais enxuto, mas também pode ter acabado por omitir algumas referências.²⁸

Apesar das justificativas posteriores, a polêmica quanto à falta de citações adquiriu contornos próprios. Chegou-se a atribuí-la a suposta fraqueza da historiografia local em dar suporte à inovadora obra de Furtado.²⁹ Os comentários de bastidor dão conta de que a polêmica envolvia também os trabalhos do economista Ignácio Rangel, até porque, “Rangel não citava o Celso, que não citava o Rangel. O fato é esse. Eles se ignoravam”, como lembra Chico de Oliveira.³⁰

Quanto a relação com Prado Jr., é o economista Paul Singer quem recorda que Furtado “não cita o Caio Prado nenhuma vez. É quase impossível que ele não o tenha lido. E quando ele cita outros autores, a não-citação do Caio só pode ser proposital”. Ainda segundo Singer, o episódio teria sido comentado por Caio Prado Jr. que “ficou muito magoado com isso. Isso eu sei. Isso eu ouvi do Próprio Caio (...) uma vez ele desabafou. Estava muito amargurado com o Celso Furtado porque ele se sentiu inteiramente ignorado”.³¹

Além das justificativas já elencadas, Furtado não deu declarações públicas sobre a questão. Mas não deixa de ser curioso notar a atitude do economista cepalino ao se sentir ignorado, ou mesmo desprestigiado, por não ser citado em um trabalho do economista norte-americano Albert Hirschman. Em resenha sobre *The Strategy of Economic Development*, de Hirschman, publicado em 1958, Furtado procurou apontar o que considerava serem os muitos méritos do livro, mas não deixou de chamar a atenção para o fato de que boa parte de seu conteúdo já havia sido “dito e repetido por economistas latino-americanos”. Furtado também aponta o fato de que Hirschman “quase não cita a bibliografia latino-americana, e, em particular as contribuições da CEPAL”, o que parece ter causado certo desconforto ao brasileiro, que ao reiterar o fato de que a bibliografia em questão seria mais do que bem conhecida por Hirschman, sai em

²⁸ Para as diferentes justificativas de Furtado ver (SZMRECSÁNYI, 2009, p. 52-53)

²⁹ É o que afirma Francisco Iglésias - Iglésias (1971:p.200).

³⁰ O que para Chico de Oliveira se deve ao fato de que “Ambos eram grandes vaidosos” (MANTEGA e REGO, 1999, p. 97)

³¹ O depoimento é de Paul Singer em (MANTEGA e REGO, 1999, p. 62)

defesa da CEPAL e conclui que “cabe deduzir que existe o propósito de ignorar a contribuição do órgão que atuou como autêntico pioneiro do campo dos estudos do subdesenvolvimento e, especialmente, na análise e interpretação das economias latino-americanas”.³²

Apesar da polêmica, a questão das lacunas bibliográficas em *Formação Econômica do Brasil* parece mal colocada. A melhor abordagem para a questão dificilmente seria a de polemizar sobre dívidas intelectuais não reconhecidas, lapsos de citação ou qualquer outra picuinha característica do ambiente intelectual. Mais interessante é constatar que a duradoura polêmica em questão revela a existência de um interesse mais amplo em comparar as trajetórias intelectuais do historiador marxista e do economista cepalino. Não faltam sugestões nesse sentido.

Uma delas é a do historiador Fernando Novais, que ao propor novos ângulos para a análise do pensamento de Caio Prado Jr., ressalta seu papel inovador na historiografia brasileira, o que o leva a sugerir a análise crítica do pensamento de Caio Prado Jr. no quadro da geração de 1930, da qual Caio faz parte ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Sugere também que sua obra seja entendida no quadro mais amplo do pensamento marxista latino-americano, em que a trajetória crítica de Caio Prado Jr. figuraria como exceção.

Para Fernando Novais, Caio Prado Jr. teria sido um dos poucos marxistas latino americanos, junto de José Carlos Mariátegui, capaz de escapar ao esquematismo e ao dogmatismo dominantes no marxismo como praticado na região. Assim, a contribuição de Prado Jr. teria antecipado as características de uma segunda fase do marxismo latino-americano, agora mais crítico e criativo, com a peculiaridade de haver se desenvolvido como crítica às formulações da CEPAL.

Ainda segundo Novais, o pensamento cepalino significou para o marxismo latino-americano algo parecido com o que a economia política clássica representou para o surgimento do marxismo. Isso é, foi a partir da crítica da economia política clássica e da discussão e crítica do pensamento econômico

³² Ver (FURTADO, 1959c)

da CEPAL que, respectivamente, o marxismo surgiu no século XIX e depois se revitalizou em sua expressão latino-americana a partir dos anos de 1960.³³ Como bem se sabe, o mais conhecido representante da CEPAL no Brasil foi justamente Celso Furtado.

Chico de Oliveira, autor da provocação do início do texto, em mais de uma ocasião chamou a atenção para a polêmica das lacunas bibliográficas na obra de Celso Furtado. Ao avançar na questão, propôs três interessantes eixos de comparação entre os dois autores. O primeiro consiste no tratamento que dão ao fenômeno da colonização moderna, pela comparação entre as *colônias de povoamento*, estabelecidas no norte da América e as *colônias de exploração* da parte sul do novo continente.

As colônias de povoamento vistas inicialmente como um fracasso, terão como trunfo futuro a criação de estruturas mais flexíveis e propícias ao estabelecimento de nações integradas. Já as colônias de exploração, bem sucedidas do ponto de vista de suas metrópoles, porque baseadas na produção escravista em grandes propriedades, terão dificuldades futuras justamente pelas características que antes garantiram seu sucesso na estrutura do sistema colonial.³⁴

O segundo eixo de comparação trata da visão de Furtado quanto à formação de uma extensa área de subsistência, que surge como resultado da regressão econômica das economias do açúcar e do ouro. Nesse passo, Chico de Oliveira considera que Furtado teria seguido as sugestões anteriores de Caio Prado Jr. quanto ao surgimento de um expressivo setor *inorgânico* na colônia. Da construção Pradiana é que Furtado teria tirado os elementos que tão bem embasaram seu dualismo cepalino.³⁵

O terceiro eixo trata dos conflitos de uma expansão interna realizada sempre em tensão com os diferentes centros dinâmicos do capitalismo mundial. No que Furtado também seguiu os passos de Roberto Simonsen e principalmente de Caio Prado Jr. Inclui ainda a apreciação das consequências

³³ Para essa avaliação ver (NOVAIS, 1986, p. 24-26).

³⁴ (OLIVEIRA, 2003, p. 88-89)

³⁵ (OLIVEIRA, 2003, p. 92-93)

internas dos períodos de retração externa, bem como a avaliação das tentativas da difícil procura por um caminho para o desenvolvimento nacional autônomo, tendo em conta as muitas resistências que essas tentativas suscitam.³⁶

As sugestões de Chico de Oliveira não deixam de ter uma ordem cronológica. O primeiro eixo trata do passado colonial e do legado deixado pela colônia para a constituição da nação. Uma herança bem aproveitada pelas colônias de povoamento e maldita para as de exploração. O segundo eixo diz respeito as condições para a transição entre colônia e nação, ao distinguir a formação dos setores menos ligados ao sistema colonial e aos determinantes externos. O terceiro, e mais amplo, trata das tensões do desenvolvimento de nações mal formadas e, em boa medida, incapazes de sepultar o legado colonial, tido como obstáculo ainda intransponível para a consolidação da nação.

Essa cronologia é observada também nos temas tratados por Prado Jr. e Furtado, no que ambos revelam certa semelhança com Sérgio Buarque de Holanda. Nesse sentido, Antonio Candido, em seu já citado prefácio, acredita que a análise de Sérgio Buarque se iniciaria numa espécie de prelúdio da história do Brasil, procurando caracterizar os traços sociais básicos da colonização ibérica, e do colonizador português em específico. No que Sérgio Buarque parece ter corretamente situado na península ibérica o berço do personalismo, das instituições “frouxas” e mesmo da falta de coesão social que se faziam sentir séculos depois no Brasil de então.³⁷ O que levou Sérgio Buarque a iniciar sua análise numa espécie de pré-história do Brasil, procedimento que seria também adotado uma década depois no *Sentido da Colonização de Caio Prado Jr.* bem como no enfoque da expansão da colonização, com que Celso Furtado inicia seu *Formação Econômica do Brasil*.

A análise de Candido ressalta ainda o poder explicativo da oposição “Trabalho & Aventura”, a tipologia básica do livro de Sérgio Buarque, que dava a tônica do espírito de aventura, “com desleixo e certo abandono”, que teria promovido nossa colonização.³⁸ No que Sérgio Buarque também abre caminho, e em certo sentido antecipa, a tipologia de contrários que opõe as colonizações

³⁶ (OLIVEIRA, 2003, p. 100-102)

³⁷ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 12).

³⁸ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 15).

de exploração e povoamento, que Prado Jr. e Furtado também tomaram emprestadas do economista francês Paul Leroy-Beaulieu.³⁹

Mesmo as diferenças de ciclos econômicos já apareciam na análise de Sérgio Buarque. Como bem nota o prefácio de Antonio Candido, a lavoura canavieira constituiria uma ocupação aventureira do espaço colonial,⁴⁰ enquanto a economia do café representaria a passagem para a economia urbana, respondendo pela complexificação do meio social que agora se faria sentir no ambiente político menos harmonioso da República.⁴¹ Conclusões que seriam reiteradas por Celso Furtado, mais de duas décadas depois, na avaliação positiva que faz da classe dirigente cafeeira, vista como dinâmica e dotada de iniciativa empresarial, em oposição à elite colonial açucareira, tida como arcaica, com pouca capacidade de direção e totalmente acomodada aos influxos do mercado externo.

Como também nota Candido, o capítulo final do livro de Sérgio Buarque, *Nossa Revolução*, defendia o fim da influência do passado associado aos caracteres ibéricos da colonização, em favor de uma adoção do ritmo urbano da industrialização.⁴² O parentesco da proposição de Sérgio Buarque com a posterior defesa da industrialização, feita pelos cepalinos e por Celso Furtado é óbvio, mas há ainda outra semelhança mais interessante.

O “programa revolucionário” de Sérgio Buarque, como observa Candido, é apresentado ao resgatar as observações de um viajante estrangeiro, que identificou no Brasil monárquico a necessidade de se realizar uma “revolução vertical”. Isso é, um movimento político que fosse além das mudanças de cúpula, que fosse capaz de trazer “à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”.⁴³ Também aí, a defesa de Sérgio Buarque de uma revolução feita no âmbito democrático, antecipa em boa medida os futuros

³⁹ Como notaram (OLIVEIRA, 2003, p. 88) e (RICUPERO, 2005)

⁴⁰ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 15)

⁴¹ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 18)

⁴² (CANDIDO, [1967] 2013, p. 19).

⁴³ (CANDIDO, [1967] 2013, p. 19).

programas pré-revolucionários e revolucionários de Celso Furtado e Caio Prado Jr.⁴⁴

As semelhanças entre Sérgio Buarque, Caio Prado Jr. e Celso Furtado vão mais além, como observa Roberto Schwarz.⁴⁵ Os três partem de uma consciência do atraso, ou da má formação do país⁴⁶ e propõem a superação dos obstáculos impostos pela herança colonial para a formação de uma nação integrada. Em Prado Jr., a formação da nação se completaria no momento em que fosse superada a inorganicidade social predominante. Em Sérgio Buarque de Holanda o desafio seria análogo, o país moderno e democrático só poderia surgir após a superação de seus caracteres portugueses e de sua herança rural e autoritária. Já em Celso Furtado os atavismos coloniais travariam a formação do mercado interno, o que impediria a transferência definitiva do centro dinâmico da economia e, conseqüentemente, de seus centros de decisão. Nesse caso, a formação só se completaria na transferência do “comando econômico” para dentro do país.

Nos três casos, nota Schwarz, a conclusão do processo de formação ou modernização parecia estar num futuro próximo ao momento em que as respectivas interpretações foram escritas. O ponto de chegada da formação, que estava para ser alcançado, promoveria uma virada decisiva na vida nacional. Também nos três casos, o caminho para esse momento decisivo passava pela realização da *Nossa Revolução* em Sérgio Buarque, por uma *Pré-Revolução Brasileira* em Celso Furtado e por uma *Revolução Brasileira* em Caio Prado Jr.⁴⁷ Roberto Schwarz não deixou de notar que em algum momento, esse ponto de virada que parecia próximo se tornou distante.⁴⁸

⁴⁴ Me refiro a *Pré-Revolução Brasileira* de Celso Furtado (FURTADO, 1962) e *A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.* (PRADO JR, [1966] 2014)

⁴⁵ Tomo com base o comentário de Schwarz (2014:p.64-66)

⁴⁶ Toda reflexão de alguma relevância realizada no Brasil pelo menos desde a independência tem girado em torno do esforço para a “desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação”, como nota Paulo Arantes (ARANTES, 1996, p. 93).

⁴⁷ *Nossa Revolução* é o título sugestivo do último capítulo de *Raízes do Brasil*. *A Pré-Revolução Brasileira* e *A Revolução Brasileira* são livros de Celso Furtado e Caio Prado Jr. escritos nos anos 60.

⁴⁸ Como também notou (MALLORQUIN, 2011) no “desânimo” de Furtado em *Dialética do Desenvolvimento*, escrito e publicado poucos meses antes do golpe de 64, e (BRESSER-PEREIRA, 2001) ao apontar o tom pessimista da produção de Furtado após 1964.

Nos casos mais específicos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, chama a atenção o momento em que se deu o percurso entre os livros de “formação” e os de “revolução”. Assim, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Formação Econômica do Brasil*, *A Pré-Revolução Brasileira* e *A Revolução Brasileira*, foram publicados entre as décadas de 40 e 60. Portanto, em um amplo momento histórico marcado por crises sociais e políticas do qual essas obras são também expressão.⁴⁹

Nesse largo momento histórico que vai, grosso modo, de meados da década de 1930 até pouco antes do final da década de 1960, parece haver também dois subperíodos distintos. Enquanto nas proximidades da década de 1930 teria predominado uma “noção de país novo”, cujas grandes potencialidades ainda não haviam se realizado, parte integrante de um momento particular em que se procurou destacar “a pujança virtual e, portanto, a grandeza ainda não realizada” do país.⁵⁰ Já no final dos anos de 1950 a tendência se inverte. O otimismo dá lugar à “noção de país subdesenvolvido”, quando se passa a salientar o aspecto da “pobreza atual, a atrofia, o que falta, não o que sobra”.⁵¹

É ilustrativo que boa parte das obras do primeiro período traga o termo “formação” no título, são exemplos significativos: *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, *Formação da Literatura Brasileira* (1959), de Antonio Candido e *Formação Política do Brasil* (1967) de Paula Beiguelma, entre outros.⁵² Também *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, trazia em sua primeira edição o subtítulo “Formação da família patriarcal brasileira”, assim como *Os donos do poder* (1959), de Raymundo Faoro alude à “Formação do patronato brasileiro”. Por sua vez, *Raízes do Brasil* (1933), de Sérgio Buarque

⁴⁹ Maria Odila não deixa de notar o momento de crise do regime colonial, escolhido por Caio Prado Jr. como recorte para *Formação do Brasil Contemporâneo*, e o estado de crise política do período em que a própria obra era produzida. (DIAS, 1989). A periodização adotada por Carlos Guilherme (MOTA, 2014) em *Ideologia da Cultura Brasileira* é similar. Equivale as décadas de 1930 e 1940 a um momento de “cristalização de uma ideologia: a cultura brasileira”. Enquanto a década de 1960, grosso modo, seria uma “época de revisões radicais e aberturas teóricas”.

⁵⁰ (CANDIDO, 1987, p. 140).

⁵¹ (CANDIDO, 1987, p. 140). Seguindo uma outra “tipologia” de Candido em *Literatura e Sociedade*, talvez se possa dizer que o primeiro momento corresponda a uma orientação mais *cosmopolita*, enquanto o segundo, a uma época evidentemente *localista*.

⁵² Quem nota a semelhança é Paulo Arantes (1997: p.11-12).

de Holanda, traz a mesma problemática como inspiração. Não seria demais citar ainda a *História Econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen cuja preocupação são os determinantes da formação da indústria brasileira.⁵³

Vale mesmo apontar a particularidade do termo *Formação*, já que ele parece exprimir não só uma preocupação geral que orienta esses trabalhos, mas também uma linguagem específica, familiar a um tipo de reflexão que parecia se rotinizar na esteira do sopro de radicalismo intelectual que sucedeu a revolução de 30.⁵⁴

É ilustrativo que a edição americana de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., traga o título de *The Colonial Background of Modern Brazil*, que numa “retradução” resultaria em algo como “Os Antecedentes Coloniais do Brasil atual” ou mesmo “As Origens Coloniais do Brasil Contemporâneo”. Também o título da edição americana de *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, encontrou certa dificuldade, traduzida para o inglês como *Economic Growth of Brazil: A Survey from colonial to modern times*, que poderia ser retraduzido como “Crescimento Econômico do Brasil: Um levantamento da época colonial à atual”.

Nos dois casos, nota-se a dificuldade de tradução de um termo como *Formação*, cujo emprego para designar a trajetória de constituição de um país ou de uma sociedade não parecia causar estranhamento no contexto brasileiro da época. Vide o número de obras que aderiram ao termo. Mais especificamente, todos esses autores e textos estão situados no conturbado período que se seguiu à Revolução de 30, quando toda a cultura do país parece ter se deslocado para um novo eixo, definido pelo movimento político de 30.⁵⁵

É possível que venha daí o sentimento de “refundar” a nação que perpassa boa parte dessas obras, o que lembra a preocupação genuína do jovem Gilberto Freyre, ao recordar o sentimento de pertencimento a um momento decisivo, época em que “era como se tudo dependesse de mim e os

⁵³ Também é o que notam Mota (2014) e Ricupero (2005)

⁵⁴ Candido (2013:p.9)

⁵⁵ Candido (1987:p.181-182)

de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares”, lembra o intelectual pernambucano.⁵⁶

Também no plano cultural, o período representou uma “normalização” ou “rotinização” do modernismo, que perde seu caráter vanguardista dos anos 20, para adequar-se ao gosto médio nas décadas seguintes.⁵⁷ As obras de formação, portanto, marcam a adoção de uma atitude nova, historicamente situada a partir das primeiras décadas do século XX.

Se antes predominava a história oficial de recorte restrito, feita nos moldes da produção dos Institutos Histórico Geográficos, agora vão ganhando maior expressão as interpretações do Brasil, análises totalizantes, que procuravam compreender o país como um todo. Ao pensamento social da época pareceu ocorrer uma epifania similar à do *Descobrimento* de Mário de Andrade, que em 1925, em sua casa paulistana da rua Lopes Chaves, se descobre tão brasileiro quanto um seringueiro da região norte. Desconcertado por perceber que ambos, tão diferentes, fazem parte de um mesmo todo que constitui o Brasil.⁵⁸

O clima geral, na esteira da propaganda do regime varguista e da atitude de valorização nacional tão cara aos modernistas de 1922, é de exaltação da cultura e dos temas brasileiros. Um verdadeiro impulso por redescobrir o país. Nesse espírito, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, nos anos 20, já haviam subido ao morro para encontrar e exaltar a cultura popular representada por sambistas como Donga e Sinhô, em atitude semelhante aos *naródnik* russos do século XIX.⁵⁹

Já na passagem para os anos de 1960 a tendência se inverte. É também ilustrativo que nesse segundo período, de consciência aguda do subdesenvolvimento, se acentuem os antagonismos e que o termo *Revolução* torne-se praticamente um lugar comum nos títulos da época. São dessa leva a

⁵⁶ Freyre(2003: p.31)

⁵⁷ Candido (1987:p.185)

⁵⁸ No original: “Abancado à minha escrivania em São Paulo/ Na minha casa da rua Lopes Chaves/ De supetão senti um friúme por dentro./ Fiquei trêmulo, muito comovido/ Com o livro palerma olhando pra mim./ Não vê que me lembrei que lá no Norte, meu Deus! muito longe de mim,/ Na escuridão ativa da noite que caiu,/ Um homem pálido, magro, de cabelo escorrendo nos olhos,/ Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,/ Faz pouco se deitou, está dormindo/ Esse homem é brasileiro que nem eu.”

⁵⁹ Ricupero (2011:p.80)

Pré-Revolução Brasileira (1962) de Celso Furtado, *A Revolução Brasileira* (1966) de Caio Prado Jr., *Introdução à Revolução Brasileira* (1963) de Nélson Werneck Sodré, *O Caminho da Revolução Brasileira*, (1963) de Moniz Bandeira e posteriormente *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, entre outros.⁶⁰ Tal parecia ser a popularidade do termo que mesmo os militares apelidaram de “Revolução” o golpe militar de 1964.

A violência do golpe de 1964, em que Furtado se veria forçado ao exílio, não significou imediatamente a repressão cultural da esquerda. Após 64 a intelectualidade progressista se expressou como nunca.⁶¹ Nesses anos de euforia, os que antecederam e os que precedem o golpe, são também os anos em que Furtado e Prado Jr. “revolucionam” em suas formas de reflexão.

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado sugere pela primeira vez a especificidade qualitativa do subdesenvolvimento. Em *A Pré-Revolução*, radicaliza a perspectiva e propõe um programa de reformas estruturais. Logo depois, em *Dialética do Desenvolvimento*, reconhece os limites e parece atinar com o fato de que nos países periféricos, a inovação tecnológica, ao contrário do que pensava, podia servir para manter desocupado um imenso contingente populacional, impedindo a formação de um mercado interno e o desenvolvimento auto-sustentado.⁶² Caio Prado Jr., que acreditou menos na promessa desenvolvimentista, não propõe nada tão diferente do que já houvesse pensado nos anos anteriores, mas o momento lhe permite organizar as reflexões para finalmente atacar o que chamava de “teoria ortodoxa da revolução brasileira” em seu *A Revolução Brasileira*.

A ironia é de que, exatamente no momento em que as formulações alcançam seu auge e seu maior refinamento, ou seja, exatamente no momento de maior prestígio de Furtado e também de Caio Prado Jr., já não há maneiras de influenciar diretamente no processo de mudança social pela via democrática. Passado o ano de 1968, já no início da década de 70, Prado Jr. seria preso pelo

⁶⁰ Quem nota a semelhança é (MANTEGA, 1984)

⁶¹ Ver (SCHWARZ, 2008).

⁶² Também são ilustrativos desse período seu *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, de 1966, bem como a coletânea publicada em número especial da revista *Les Temps Modernes* dedicado ao Brasil e organizado por Celso Furtado.

regime. Depois de solto, lança ainda outros livros, agora sem a mesma repercussão até que vai progressivamente se retirando da vida pública.

Celso Furtado, exilado, viu-se “condenado a contemplar”. Assume o posto de professor na Universidade de Paris e adota um estilo de produção mais acadêmico, distante dos trabalhos engajados dos anos 50 e 60.⁶³ Já na redemocratização, no retorno ao Brasil, num contexto de aguda crise econômica e descontrole inflacionário, assume o posto de Ministro da Cultura. O que, se por um lado, indica o novo alcance e a maior abrangência de sua reflexão sobre o desenvolvimento, por outro, dá testemunho de uma influência já perdida na condução da vida econômica do país.⁶⁴

Ao encerrar seu prefácio de *Raízes do Brasil*, Antonio Candido lembra que o livro de Sérgio Buarque teve algo de premonitório, pois havia afirmado com segurança a crise de decomposição pela qual passava a sociedade tradicional no Brasil. *Raízes do Brasil* foi publicado em 1936. No ano seguinte, em 37, viria o golpe de Estado, acompanhado da “fórmula ao mesmo tempo rígida e conciliatória, que encaminhou a transformação das estruturas econômicas pela industrialização”.⁶⁵

É importante registrar a semelhança dos dois momentos. Candido escreve seu prefácio em 1967, época ainda de grande influência do pensamento e da cultura de esquerda no Brasil⁶⁶. Ao realizar o balanço das influências de sua geração, acaba por fazer também um balanço de época. No ano seguinte, em 1968, o AI-5 encaminharia a fórmula mais rígida e menos conciliatória a partir da qual se completariam a transformação das estruturas econômicas e a industrialização do país. Para os que acreditavam na formação de uma nação integrada e menos desigual, ficou o sentimento de uma construção interrompida.

⁶³ Como nota Chico de Oliveira (OLIVEIRA, 2003, p. 24)

⁶⁴ Como afirma (BRANDÃO, 2010).

⁶⁵ Candido ([1967](2013):p.21).

⁶⁶ Schwarz (2008)

1) Um Lugar para as ideias de Caio Prado Jr. e Celso Furtado

1.1 - Localismo e Cosmopolitismo

Houvesse uma lei universal capaz de sintetizar a evolução de nossa vida intelectual, toda ela se organizaria em torno de uma dialética do localismo e do cosmopolitismo. Ou ao menos é o que afirma o professor Antonio Candido ao debruçar-se sobre o estado de nossa produção literária e cultural na primeira metade do século XX.⁶⁷

O movimento é dialético, continua Candido, pois além de manifestar-se pelos modos mais diversos, parece dar testemunho das diferentes vias pelas quais fomos tomando consciência de nós mesmos. Na literatura, essa oscilação tem assumido ora a expressão “violenta do nacionalismo literário”, que chega a ensaiar a criação de uma nova língua e não deixa de lembrar o nacionalismo ingênuo de um Policarpo Quaresma, ora o “declarado conformismo, pela a imitação consciente dos padrões europeus”.⁶⁸

Esse processo, ainda segundo Antonio Candido, tem contribuído para uma progressiva integração da experiência literária com a intelectual, porque consiste na expressão mais visível da tensão entre o “dato local” e “os moldes herdados da tradição européia”. Até por isso, todos os nossos escritores, dos melhores aos piores, têm se deparado com o frequente desencontro entre a peculiaridade do meio que procuram retratar e a natureza das ferramentas intelectuais de que dispõe, normalmente pensadas e concebidas para o retrato de outras realidades.

Na oscilação entre localismo e cosmopolitismo, Candido parece reconhecer a expressão característica de um sentimento de inferioridade. A atitude típica de um “país novo”, quando confrontado com as realizações das

⁶⁷ No original: “se fosse possível estabelecer uma lei de evolução de nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo” (CANDIDO, 2014, p. 117).

⁶⁸ (CANDIDO, 2014, p. 117).

velhas civilizações ocidentais.⁶⁹ O fenômeno, ainda segundo Candido, parece estar relacionado à constatação do reduzido alcance de nossa vida cultural e intelectual. Afinal, se “há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade”, há outras de que só “podem ocupar parte de sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte”.⁷⁰

A experiência brasileira está no segundo caso. Enquanto franceses, italianos, ingleses, alemães, russos e espanhóis, que venham a conhecer somente autores de sua terra, podem encontrar neles o suficiente para elaborar uma visão adequada das coisas e bem se situar no mundo, o mesmo parece não se aplicar aos brasileiros, nem mesmo aos portugueses. Já que nossa literatura não passaria de um galho secundário da portuguesa, que por sua vez, não passaria de um arbusto secundário no jardim das musas⁷¹. Estaríamos fadados a “dependar da experiência de outras letras”. Assim, se o localismo exagerado de nos nutrirmos apenas de nossas literaturas geralmente leva “ao gosto provinciano e falta do senso de proporções”, também o cosmopolitismo descuidado “pode levar ao desinteresse e até menoscabo” de nossa literatura. Ambas atitudes equivocadas, que constituiriam uma “limitação essencial da experiência literária”.⁷²

Ao indiretamente enunciar sua fórmula da dialética entre o localismo e o cosmopolitismo, Candido, ele próprio, se filia à longa expressão do “senso dos contrastes e mesmo dos contrários”⁷³, que como o próprio crítico literário reconhece, tem perpassado boa parte da reflexão social no pensamento latino-americano. O expediente de estruturar nossa história em torno de condições antagônicas assumiu as mais diferentes formas, com a do conflito entre Civilização e Barbárie, no *Facundo*, de Sarmiento; nos tipos ideais antagônicos de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; na nostalgia conservadora de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre; no conveniente choque entre país real e país legal do *sui generis* liberalismo brasileiro do século XIX; nos impasses

⁶⁹ ” (CANDIDO, 2014, p. 117-118).

⁷⁰ (CANDIDO, [1959] 2014, p. 11)

⁷¹ (CANDIDO, [1959] 2014, p. 11)

⁷² (CANDIDO, [1959] 2014, p. 11)

⁷³ (CANDIDO, [1959] 2014, p. 12)

do orgânico e do inorgânico de Caio Prado Jr.; na dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel ou ainda nos diferentes tipos de relação estabelecidos entre a economia de subsistência e a economia de exportação de Celso Furtado etc.

Esse senso dos contrários que por tanto tempo nos descreveu internamente também se estende para a maneira como a América Latina vê seu lugar no mundo. Visão bem expressa na eloquente elaboração de Raúl Prebisch em que nosso senso dos contrários é mundializado, agora para descrever a conflituosa relação entre os países do centro e da periferia. Relação que posteriormente seria historicizada também no par *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* de Celso Furtado.

Aí está, já bem expressa, ao menos a dificuldade específica de se pensar autores, ideias e seus temas em um contexto periférico como o latino-americano. O ponto é que, da oscilação característica entre localismo e cosmopolitismo, derivaria um sentimento de deslocamento entre as ideias importadas e nossa realidade periférica. Até mais do que isso, se estabeleceria um mal-estar difuso, também longo. Uma atitude que tendia a apontar a inadequação de nossas ideias, instituições e tantos outros caracteres da vida cultural, tidos como postigos, ou no mínimo deslocados. Sentimento esse que partia de um reconhecimento, nem sempre explícito, da primazia dos países mais bem formados que nos serviam e ainda servem de modelo.⁷⁴

Não que a constatação da diferença fosse um problema em si. Pelo contrário, a reiteração dessas diferenças, quando realizada de forma crítica, pode ter imenso potencial heurístico positivo. Para citar novamente dois exemplos caros a esse trabalho, basta lembrar que foi com a constatação e reiteração das diferenças entre centro e periferia que o argentino Raúl Prebisch propôs sua teoria das trocas desiguais no comércio internacional. Ainda nessa orientação, foi pela comparação e explicitação das diferenças qualitativas entre

⁷⁴ (SCHWARZ, 2006, p. 29-30).

países desenvolvidos e subdesenvolvidos que Celso Furtado cimentou os elementos de sua teoria do subdesenvolvimento.⁷⁵

No plano intelectual, o efeito deletério desse estado de coisas tem sido a impressão de que a cada geração a vida intelectual parecia recomeçar do zero.⁷⁶ É interessante tentar compreender, portanto, como Antonio Candido procurou enfrentar as dificuldades de um estudo sobre a literatura brasileira cujo encadeamento parecia vir somente dos influxos intelectuais externos. Ou seja, como organizou um critério capaz de acompanhar a articulação entre obras e autores, que lhe permitisse encontrar o campo de referências cruzadas em que seria possível encontrar traços de continuidade, e com alguma sorte topar com uma tradição.⁷⁷

A resposta de Candido foi a de estruturar a sua busca em torno da formação em diferentes períodos de um *sistema literário*, tido como resultado da articulação de três elementos fundamentais: autores, obras e leitores. Essa tripla articulação permitiria distinguir simples *manifestações literárias*, de uma *literatura* propriamente dita. Para Candido, a combinação permitiria a formação não só de sistemas simbólicos, mas também a rotinização de hábitos e temas, bem como a formação de uma *continuidade literária*.⁷⁸

Não escapou da economista Leda Paulani a semelhança entre o sistema literário como montado por Candido e o esquema cepalino-keynesiano armado por Celso Furtado para o estudo da formação econômica do Brasil. Em ambos, afirma, procurava-se encontrar as causalidades internas que poderiam levar a formação de uma literatura brasileira, para o crítico literário e a formação de um mercado interno, para o economista.⁷⁹

O sistema literário como pensado por Antonio Candido servia não só como instrumento de análise de nosso passado cultural, mas também como método próprio de trabalho que irá definir a relação de Candido com os predecessores

⁷⁵ Ver (SCHWARZ, 2012, p. 25): “é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema”

⁷⁶ (SCHWARZ, 2006, p. 30).

⁷⁷ (ARANTES, 1997, p. 20).

⁷⁸ (CANDIDO, [1959] 2014, p. 25).

⁷⁹ (PAULANI, 2001, p. 147). Aponta no mesmo sentido a provocação de Sérgio Alcides: “Candido foi para a literatura o que Celso Furtado foi para a economia.” (ALCIDES, 2017, p. 13).

que lhe dão inspiração. O melhor exemplo é o de como procura internalizar para si as contribuições de críticos mais veteranos como José Veríssimo.

Uma comparação entre *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, e *Formação da Literatura Brasileira*, de Candido, mostraria como as observações de Veríssimo foram todas retomadas por Candido, uma a uma, para que pudessem ser reformuladas, combinadas a novas informações ou mesmo corrigidas. O intuito de Candido, similar ao que procurava em nosso passado literário, era o de bem aproveitar os acúmulos e as realizações já existentes, tratando de adensar ou mesmo superar linhas interpretativas já iniciadas. Expediente do qual Antonio Candido se apropria e transforma numa verdadeira técnica de trabalho.⁸⁰

Já delineado o esquema crítico que consiste em procurar as articulações internas entre diferentes obras e autores, com a intenção de vislumbrar os movimentos intelectuais e culturais mais amplos de uma época, falta ainda referir-se brevemente à maneira como a difícil relação entre autores, obras e contexto tem sido pensada em outras perspectivas, até para afastar os riscos da adoção de uma abordagem auto-referente.

1.2 - Texto e contexto

É útil tomar como ponto de partida uma abordagem já consagrada no domínio da história do pensamento político, a da escola de Cambridge, que tem em Quentin Skinner seu mais célebre proponente e defensor. Pode-se dizer que até meados da década de 1960, prevalecia entre os que estudavam a história das ideias políticas a noção da existência de um grupo seletivo de textos, tidos como canônicos, que deveria ser estudado. A partir desses textos, caberia aos intérpretes mais hábeis colher os elementos que lhes possibilitassem

⁸⁰ (SCHWARZ, 2012, p. 54-55). É verdade que esse método nem sempre foi bem compreendido. Candido chegou a ser acusado de plagiar a obra de José Veríssimo, como afirma (ARANTES, 1997, p. 23).

encaminhar as questões e preocupações que inquietavam seu presente imediato.⁸¹

Nessa época, os trabalhos de Quentin Skinner começaram a ganhar notoriedade por apresentar uma nova proposta de leitura, preocupada não só em realizar a exegese dos textos clássicos, mas também em procurar significados no contexto intelectual em que obras e autores transitaram, mesmo que para isso fosse necessário debruçar-se sobre textos e autores tidos até então como secundários, mas que se bem usados, poderiam ser mobilizados para emprestar novo significado a conceitos aparentemente solidificados pela historiografia. O melhor exemplo desse tipo de abordagem, da Escola de Cambridge, talvez venha das polêmicas que suscitou, especialmente a travada entre Quentin Skinner e o filósofo liberal Isaiah Berlin a respeito dos aspectos que tornariam singular o pensamento político de Nicolau Maquiavel.⁸²

Berlin defendia que a originalidade e o impacto duradouro de Maquiavel se devia ao seu pioneirismo na defesa de um sistema de preceitos morais que teria rompido com o padrão dominante no mundo cristão de então. Maquiavel teria sido o primeiro representante dos que negaram as abordagens que Berlin chama de “essencialistas”, que limitassem a ação e, portanto, a liberdade dos homens em prol de uma realização futura.⁸³ Não é difícil enxergar nessa leitura a projeção de uma liberdade tida como “negativa”, como defendida por Berlin, isso é, a da prevalência da ausência de restrições às ações do homem.⁸⁴

Skinner, por sua vez, atacou a leitura de Berlin remetendo a questão ao contexto específico de Maquiavel, em que o conceito de liberdade negativa defendido por Berlin simplesmente não existia. O que havia, isso sim, era uma noção mais ampla de liberdade própria do pensamento *neoromano*, em que a conservação da liberdade individual dependia de algum grau de sacrifício e, portanto, de algum grau de privação da própria liberdade, para a manutenção da

⁸¹ (TULLY, 1988) traz o contexto do surgimento e consolidação da abordagem de Quentin Skinner.

⁸² Uma apreciação sequencial da polêmica requer a leitura de (BERLIN, 2002a), (BERLIN, 2002b) (SKINNER, 2004) e (SKINNER, 2002), nessa ordem.

⁸³ (BERLIN, 2002a, p. 339)

⁸⁴ (BERLIN, 2002b).

cidade estado como ente político independente, não subjugado por um poder estrangeiro.⁸⁵

Aí um bom exemplo do método em funcionamento. Skinner recorre ao contexto político e intelectual em que a obra foi produzida, levantando as fontes de época até então pouco utilizadas e procurando examinar como pensadores coetâneos, reagiram às suas publicações. Ao mergulhar no contexto de então, denuncia que a avaliação de Berlin a respeito de Maquiavel era excessivamente anacrônica, medindo o pensamento de Maquiavel por metro demasiado externo a seu contexto imediato.

Skinner afirma que a definição de liberdade negativa de Berlin, assim como todas as outras teorias de liberdade negativa que conhece, possuiria uma séria limitação em relação a sua abrangência. Skinner acreditava que esse impasse não poderia ser superado somente pela análise conceitual. Pelo contrário, a questão só poderia ser elucidada na medida em que se busque expandir a maneira restrita com que o conceito de liberdade conceito de liberdade negativa é contemporaneamente trabalhado, algo que pode ser feito unicamente através da análise histórica do conceito. Para Skinner a abordagem de Berlin é demasiadamente hobbesiana, já que identificaria a liberdade unicamente como a ausência de impedimentos para o exercício das vontades do indivíduo.⁸⁶

Berlin, no entanto, não teria se aprofundado no contexto histórico e nas razões que teriam levado Hobbes a fazer essa afirmação da maneira que fez. Para Skinner, a resolução do problema conceitual da liberdade negativa passa por contextualizar a maneira como Hobbes propôs sua abordagem. Ou seja, passa pelos seguintes questionamentos: Em que debate Hobbes estava inserido no momento? Contra quem mobilizou seus argumentos?

Sobressalta na abordagem de Skinner e da escola de Cambridge uma tendência a diluir os caracteres do texto em seu contexto. Isto é, haveria quase uma intransigência quanto à transposição de autores e ideias entre diferentes contextos, a ponto de Skinner concluir que não se deveria ceder à tentação de

⁸⁵ (SKINNER, 2004, p. 205-206).

⁸⁶ (SKINNER, 2002, p. 246).

acompanhar Maquiavel “além do túmulo”, pelo contrário, caberia ao historiador das ideias servir de “anjo que registra, e não de juiz que condena”.⁸⁷ Assim, só se poderia reconstituir a época do autor e colocá-la diante dos leitores do presente, sem louvar ou censurar o passado.⁸⁸

É interessante observar, que no âmbito dos estudos sobre pensamento econômico parece aflorar uma tendência similar. Isso é, a de desfavorecer as exegeses em favor de uma maior abertura para as abordagens que contextualizam e historicizam o momento de produção das ideias do passado. Assim, a abordagem das ideias econômicas do passado como defendida por Schumpeter, que acreditava ser capaz de isolar o conteúdo “puro” da reflexão econômica dos determinantes políticos da época em que foram produzidas⁸⁹ passa a ser questionado com certa veemência.

A referência a Schumpeter pode parecer deslocada, mas enquadra um ponto metodologicamente caro ao objeto desse trabalho, na medida em que possibilita questionar as formas como ideias econômicas tem interagido com os aspectos políticos de cada época, algo importante para o entendimento do efeito da análise de Caio Prado Jr. e principalmente do pensamento de Celso Furtado, que se movimenta e responde ao panorama intelectual conformado pela economia política das teorias do desenvolvimento econômico do pós-guerra.

Nesse movimento de questionamento, é importante o papel desempenhado por D. McCloskey, que irá questionar o que considerava ser uma abordagem excessivamente teleológica de Schumpeter na leitura das obras do passado, visto que o método empregado tomaria o atual estado da arte das ideias em economia como parâmetro de eficiência para definir a relevância ou não das reflexões realizadas em outras épocas.⁹⁰

⁸⁷ (SKINNER, 2012, p. 118-119)

⁸⁸ A afirmação seria repetida décadas depois na conclusão de *Liberdade antes do liberalismo*, em que afirma que caberia ao leitor “ruminar” sobre os significados, a partir de sua ampla reconstituição.

⁸⁹ Segundo (SCHUMPETER, 1964, p. 64), para quem seria possível distinguir o *Pensamento econômico*, seu objeto de análise, dos *Sistemas de Economia Política*, (que equivaleria ao conjunto mais amplo de proposições de política econômica, como os princípios do liberalismo, socialismo, etc).

⁹⁰ (MCCLOSKEY, 1983) é quem inicia os debates sobre retórica na economia. Há bom comentário em (ARIDA, 2003) e análises críticas em (PAULANI, 1999) e no artigo de Bento Prado Jr. – (PRADO JR. e CASS, 1993).

Em geral, esses dois movimentos de ideias, o contextualismo como defendido por Skinner, bem como os questionamentos de McCloskey defendem leituras mais focadas no entorno de autores e obras. A ideia mais ampla é de que os caracteres de cada obra só podem ser entendidos corretamente quando em confronto com o contexto em que foram pensados.

O risco de abordagens como essa, quando levadas às últimas consequências, é semelhante aos dilemas de Funes, célebre personagem do escritor argentino Jorge Luis Borges. No conto *Funes, o memorioso*, Borges narra a história fantástica de um homem de memória prodigiosa que enquanto convalesce num bucólico povoado argentino, é capaz de reconstituir com exatidão qualquer momento passado. Funes seria capaz de viver a história como presente. Podia ocupar todo o período de um dia rememorando algum outro dia de seu passado, reprisando as memórias como se as vivesse mais uma vez, reconstituindo as lembranças e as sensações minuto a minuto, segundo a segundo, em seus mínimos detalhes.

O narrador e também personagem do conto de Borges registra a dificuldade em tentar se fazer entender por Funes, cuja incapacidade de realizar generalizações era crônica. A Funes, não só custava compreender que o símbolo genérico cachorro abrangesse tantos animais dispares de diversos tamanhos e diversas formas; incomodava-o que o cachorro das três horas e catorze minutos (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cachorro das três e quinze (visto de frente).⁹¹ Para o narrador, Funes seria incapaz de pensar, já que pensar implicaria esquecer certas diferenças, generalizar e abstrair. Algo impossível no mundo de Funes, em que predominavam os detalhes.

Também no mundo de Skinner, contra quem pesa a antiga acusação de antiquarismo, predominam os detalhes. As generalizações e abstrações, embora existam, são feitas a partir de exaustivo esforço de reconstituição, o que reconfigura também os termos dos que pretendem contrapor-se a suas ideias. Para os que aceitam o diálogo nos moldes propostos por Skinner e pela escola de Cambridge, a reconstituição histórica é mais do que um meio, é a própria substância do debate.

⁹¹ (BORGES, 2007, p. 107)

O que se deve reter sobre as abordagens tratadas, especialmente a de Skinner, talvez seja a importância de se recorrer ao contexto como elemento de controle da leitura interna dos textos do passado, cuidando para que essa preocupação, por outro lado, não se torne excessiva.⁹²

Nenhum desses problemas é novo, nem esse trabalho poderia querer solucioná-los. A questão mais imediata, que de fato precisa ser encaminhada, é a do itinerário metodológico adotado para que o objeto a que se dedica a presente análise possa ser examinado de maneira coerente, evitando incorrer no provincianismo da abordagem auto-referente, por um lado, ou na diluição da especificidade do objeto num cosmopolitismo metodológico enganoso.

1.3 - Pensamento e subdesenvolvimento

Felizmente, uma boa solução local, portanto, com a vantagem de já ter realizado as mediações necessárias para o estudo de pensamento periféricos, é a de Antonio Candido. A resposta específica de Candido para a tensão existente entre os textos e seus contextos é a de propor, como realiza em *Formação da Literatura Brasileira*, o exame de uma ou mais épocas pela leitura de suas obras – as principais e as secundárias – levando em consideração os elementos externos na medida em que sejam internalizados na obra.

Nas abordagens que privilegiam o núcleo da obra como um valor absoluto, praticamente atemporal, como as de Berlin e Schumpeter, o contexto figura como elemento acessório capaz de, no máximo, definir a “agenda” dos temas postos em debate.⁹³ Nessa abordagem, mesmo que os contextos guardem alguma relação com as “inovações metodológicas”, essas últimas são vistas de

⁹² É o que defende (BRANDÃO, 2005, p. 237-238) Brandão (2005:pgs. 237-238)

⁹³ Embora a referência não seja usual para o pensamento político, Schumpeter tem representado uma importante referência para estudos sobre o pensamento econômico de Celso Furtado. Mesmo quando se procura conceber a produção de Furtado em relação aos determinantes sociais imediatos, o que requer uma abordagem mais flexível, Schumpeter tem sido usado, embora com mediações. A esse respeito, pode ser útil a leitura do primeiro capítulo de (BIELSCHOWSKY, 2004).

maneira excessivamente retrospectiva. As inovações em desacordo com a atual “fronteira do pensamento” são deixadas de lado, quando não ignoradas.

Por outro lado, no contextualismo de Skinner figura uma tendência a priorizar o contexto, que permitiria a busca pelo que o autor “realmente quis dizer”. Nessa abordagem, o risco consiste em diluir todos os aspectos da obra em seu contexto. O diálogo entre diferentes épocas e contextos, quando existe, é bastante restrito.

Felizmente, a maneira como Antonio Candido conduz seus estudos sobre literatura e sociedade parece constituir uma resposta efetiva ao dilema proposto, permitindo mesmo que as duas ênfases sejam equilibradas. Aqui, busca-se reconstituir o contexto intelectual tanto quanto necessário para posicionar as obras em sua época e entre seus pares, permanecendo, contudo, atento ao núcleo das obras, procurando observar também as relações estabelecidas entre a forma, ou método, que guia a obra, e o contexto no qual estas estão invariavelmente imersas.

Não se persegue uma contextualização exaustiva como a de Skinner, ou de abordagens historicistas aparentadas. Tampouco cede-se à tentação de tratar o texto como fenômeno absoluto, algo expresso nas abordagens de Berlin e Schumpeter. Da aplicação do método proposto, o que se espera é um retrato, se não exato, ao menos uma imagem impressionista da paisagem social que circunda o objeto. A intenção é a de captar a intersecção entre objeto e sociedade, de difícil delimitação, mas que permite mapear algumas das influências recíprocas entre texto e contexto.

Nos estudos sobre Literatura e Sociedade, isso implica compreender que os “elementos de ordem social estão infiltrados através de uma concepção estética”⁹⁴. Por outro lado, a adaptação possível para a investigação política e social exigiria compreender que “o que vale para a literatura vale, *a fortiori*, para o pensamento político-social”⁹⁵, já que uma vez que a ordem social está imbricada na forma estética, supostamente autônoma da realidade, é natural que

⁹⁴ (CANDIDO, 2014, p. 14-15)

⁹⁵ Como proposto por Gildo Marçal Brandão. (BRANDÃO, 2007, p. 141). Boa aplicação pode também ser encontrada em (KAYSEL, 2012).

esteja tão ou mais presente em obras que procuram interpretar e modificar seus contextos.

Pode-se dizer ainda que certas formas são capazes de conciliar o interior e o exterior. Assim, a maneira como as ideias externas seriam apropriadas teria a ver não só com seu componente externo, mas também com componentes internos do país. Assim como num primeiro momento a literatura tendia a simplesmente reproduzir as fórmulas do romance europeu, cuidando de prover meras adaptações tópicas, ou seja, se os autores de então se contentavam em reproduzir quase que na íntegra as fórmulas importadas, a situação se modifica conforme esse tipo de produção vai se rotinizando e conforme se constitui um vocabulário interno próprio.

A questão é que, pra que haja uma diferenciação, ou mesmo uma apropriação crítica das formas externas, é preciso que haja também um processo de internalização dos caracteres externos e de conformação de uma esfera com novos significados e preocupações, que possam dar vazão a um sentimento de alteridade nascente. Seria necessário um período de amadurecimento, ou de formação dos conceitos, que só pode ocorrer quando esses contextos intelectuais conseguem constituir sistemas próprios. Assim, o processo de formação se completaria na sugestão de uma nova forma, capaz de conciliar os determinantes externos e a realidade local.⁹⁶

Há, por fim, uma especificidade adicional do pensamento que procura se realizar na periferia latino-americana. A de invariavelmente reportar-se à questão da construção incompleta da nação em suas mais variadas vertentes, o que obrigou Antonio Candido a colocar-se situar-se na perspectiva do exame da “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”.⁹⁷ Tensão sentida de maneira ainda mais forte de análise social do nosso continente. Até porque, o grande tema em torno do qual parecem se articular as obras de Caio Prado Jr. e Celso Furtado é o da permanente tensão criada por um processo inconcluso de superação da Colônia e constituição da Nação.⁹⁸ Também as ideias de Prado

⁹⁶ Como afirma (RICUPERO, 2008, p. 63-64).

⁹⁷ (CANDIDO, 2014, p. 27)

⁹⁸ (RICUPERO, 2005)

Jr. e Furtado parecem estar em busca de um lugar, em busca de uma nação que ainda precisa ser construída.

O método delineado por Candido é poderoso, afinal, parece não haver instrumento mais adequado para captar as viradas e pontos de inflexão da história do que o exame atento do que produziram as melhores sensibilidades de cada época. A principal vantagem é a de poder utilizar o estudo do pensamento social para compreender algumas das dificuldades postas para autores cuja perspectiva está obrigatoriamente ligada ao lugar de onde falam, ou seja, os problemas comuns enfrentados por mestres, críticos, marxistas, economistas etc, situados na periferia do capitalismo.

O reconhecimento dessa dificuldade inescapável, do próprio fato de pensarmos a partir de uma situação periférica, pode também configurar uma vantagem. De fato, o que de melhor tem sido produzido entre nós é fruto do trabalho dos que foram capazes de se equilibrar entre as dimensões do localismo e do cosmopolitismo, dos que se viram capazes de dialogar com a tradição local, sem deixar de situá-la no movimento mais amplo do “mercado” global de ideias.

Parece ser esse o caso de Caio Prado Jr., Celso Furtado e também de Antonio Candido. As contribuições mais relevantes da inteligência brasileira parecem ser aquelas que se percebem como parte periférica do mundo e usam dessa condição como força para interpelar o estado atual das coisas. Nesses três autores, predomina a atitude de abertura responsável diante das ideias que possam ajudar a explicar a realidade periférica em que se movimentam, que desemboca não num ecletismo desvairado, mas numa atitude pragmática e anti-dogmática, uma espécie de ecletismo bem temperado.

Diante disso, talvez valha para Caio Prado Jr. e Celso Furtado, o que Roberto Schwarz notou em Antonio Candido. Isso é, uma atitude de desprendimento parecida com a do Riobaldo de *Grande Sertão Veredas*, para quem todas as religiões valem a pena, desde que ajudem a viver.⁹⁹

⁹⁹ (SCHWARZ, 2017, p. 52-53).

2) Duas ideologias e suas ideias na América Latina do século XX

2.1 - A difícil América Latina

Na introdução de sua *História da América Latina*, Tulio Halperin Donghi confessa a dificuldade de lidar com um aspecto essencial de seu objeto, o de sua própria existência. Afinal, existiria uma história da América Latina? Ou existem tantas Américas Latinas e tantas histórias quanto o número de países da região?

À primeira vista, são as diferenças que mais se destacam. A divisão histórico-social primordial da América Latina foi traçada ainda na ocupação ibérica, quando diferentes sistemas coloniais deram origem a distintos tipos de sociedade. São mais do que conhecidos, por exemplo, os tipos ideais do semeador e do ladrilhador utilizados por Sérgio Buarque ao caracterizar as diferenças nos projetos de colonização na América Ibérica.

As diferenças linguísticas talvez sejam a face mais visível das colonizações. Fala-se português no país que sucedeu a América portuguesa e espanhol nas antigas possessões da Coroa Espanhola, ambos impostos pela colonização. A diferença de idiomas frequentemente tem sido caracterizada como uma barreira cultural só comparável à cordilheira dos Andes como obstáculo à integração da região, o que pode ser um exagero.

Afinal, isso não implica dizer que chilenos e uruguaios são culturalmente mais próximos da Espanha, de onde herdaram a língua, do que dos brasileiros com quem dividem o continente? Ou mesmo, há mais diferença entre a cultura dos pampas argentinos e do sul do Brasil, multiverso de gauchos e caudilhos, do que entre antigas metrópoles e colônias? Vale lembrar que também a Espanha se formou nas guerras de reconquista e que sua própria língua oficial disputa a primazia simbólica com outras línguas e culturas separatistas.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Sigo o raciocínio de (PAZ, 2015) e (ANDERSON, 2006, p. 19).

A diferença substantiva entre a América Latina e suas antigas metrópoles parece estar na história. Enquanto Espanha e Portugal têm um passado a que se referir, a América Latina frequentemente é forçada a procurar suas referências em outros lugares. O dilema consiste no fato de que a verdadeira América Latina, diferente de Espanha e Portugal, não está no passado, tampouco é uma essência, mas sim algo voltado para o futuro. Uma invenção diária. Algo a ser feito.¹⁰¹

O que traz de volta as dificuldades de Halperin Donghi em articular uma única *História da América Latina*. Não bastasse a diversidade do objeto e as dificuldades de encontrar um fio condutor interno para a história do subcontinente, o historiador nos recorda de uma outra particularidade da região. A percepção de que “a história se processa aqui talvez mais lentamente que em outras partes(...)”¹⁰², o que parece nos dar uma certa consciência da primazia das permanências sobre as mudanças e nos empresta um sentimento quase natural de convivência com as diferentes durações do tempo histórico. Na América Latina, as diferentes durações do tempo histórico de Braudel talvez se façam sentir a todo momento.¹⁰³ Aqui, nossa história de longa duração se faz mais perceptível, porque mais visível. O que obrigaria as muitas Américas Latinas a conviverem não só no espaço, mas também no tempo.

A unidade da América Latina parece ainda mais difícil de ser encontrada no plano intelectual. Se mesmo a existência da região parece não estar assegurada, como seria possível haver uma coesão em sua maneira de pensar? Não é difícil notar que a base sobre a qual se poderia pensar uma unidade intelectual latino-americana não é das mais sólidas nem nossos nexos internos são facilmente discerníveis. Mesmo assim, não se pode ignorar que as grandes mudanças nos têm ocorrido de maneira surpreendentemente homogênea, por vezes em bloco. Como na ocorrência sucessiva dos movimentos de independência nacional no início do século XIX. Já no século XX, o processo de industrialização por substituição de importações foi quase simultâneo nos países

¹⁰¹ Retomo a lúcida avaliação de Octávio Paz sobre a Argentina: “A verdadeira Argentina não está no passado, nem é uma essência: é uma invenção diária, algo que devemos fazer.” (PAZ, 2015, p. 147).

¹⁰² (DONGHI, 1982, p. 8)

¹⁰³ Vale lembrar que antes de escrever seu *O Mediterrâneo de Filipe II* Fernand Braudel passou algumas temporadas no Brasil como professor da recém fundada Universidade de São Paulo.

de maior mercado interno. Algumas décadas depois, a ascensão dos regimes burocrático-autoritários varreu a região como uma onda, pondo fim a um ciclo também homogêneo de governos populares.¹⁰⁴

Mais recentemente, ao constatar o declínio da industrialização brasileira, Maria da Conceição Tavares acabou por concordar com o mexicano Gabriel Zaid, que ao reunir seus textos de conjuntura no final dos anos 80, percebeu ter registrado a decadência da indústria mexicana com a espantosa unidade de “uma sequência de fotos de uma implosão com dinamites”.¹⁰⁵ Goste-se ou não, as grandes mudanças nesse canto do mundo parecem se fazer sentir em conjunto, fato em muito relacionado à forma de inserção desses países no mundo.

A assimilação das principais ideias e ideologias do século XX pela América Latina também ocorreu em conjunto. A repercussão da revolução Russa de 1917, impulsionou a recepção do marxismo e a criação de Partidos Comunistas por toda a região. O marxismo, no entanto, era importado no engessado molde fornecido pela Internacional Comunista, ela própria já em vias de conversão a instrumento da política externa soviética. Embora trouxesse promessas de igualdade e de um futuro promissor tão caros aos países do continente, vinha associada às pretensões de um poder externo com ambições globais nada modestas.

Na década seguinte, as consequências da crise econômica de 1929 também foram sentidas em bloco. Em uma região dependente da exportação de produtos primários, a retração dos preços internacionais causou fortes turbulências na região. É ilustrativo que nos anos de 1930 e 1931, doze países latino americanos tenham mudado de governo, dez dos quais por meio de golpes militares.¹⁰⁶ As reações dos governos locais em termos de políticas econômicas heterodoxas como na Argentina e no Brasil, impactariam decisivamente os rumos da discussão sobre o desenvolvimento econômico que ganharia impulso nas duas décadas seguintes.

¹⁰⁴ (O'DONNELL, 1990)

¹⁰⁵ (TAVARES, 1972) (ZAID, 1987, p. 10).

¹⁰⁶ (SAES e SAES, 2013, p. 360)

Com o fim da Segunda Guerra, as teorias do desenvolvimento econômico ganham força como campo de reflexão e formulação de intervenções políticas. O fim do conflito mundial, o consequente enfraquecimento das antigas potências coloniais, a necessidade de reconstrução do continente europeu, o aumento da influência internacional da URSS e o avanço do comunismo compõe o quadro histórico do período. São mais do que ilustrativas as cartas de criação das Nações Unidas e das agências que compunham o sistema internacional multilateral então em formação.

Já em 1948 o *World Economic Report*, das Nações Unidas, declarava que o desenvolvimento econômico dos países atrasados constituiria a principal necessidade mundial das próximas décadas. Mensagem que era ecoada por boa parte do sistema internacional multilateral que ia se constituindo. Se no início a reflexão sobre o desenvolvimento ia pouco além das Nações Unidas e de suas agências especializadas, já a partir de 1949 se observa uma “explosão na literatura do desenvolvimento, que recebia importantes contribuições de nomes como Hans Singer, Rosestein-Rodan, Nurkse, Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal e Arthur Lewis.”¹⁰⁷

A agenda de pesquisas foi bastante influenciada pela necessidade de reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra, no que também se propunha responder aos anseios por desenvolvimento das novas nações que nasciam dos processos de descolonização. Nesse contexto, a teoria do desenvolvimento emergiu como um sopro de renovação no debate econômico, em aberto desafio ao complexo teórico de inspiração ricardiana até então dominante na maneira de pensar os determinantes e as consequências das relações de troca entre países.

É verdade que já há algumas décadas o marxismo se opunha às teorias do comércio internacional, circulação de capitais e divisão internacional do trabalho, de inspiração neoclássica. Mesmo assim, o marxismo oficial de matriz comunista não havia sido capaz de produzir uma explicação que levasse em conta a especificidade da América Latina, limitando-se à repetição dos mesmos

¹⁰⁷ (ARNDT, 1987, p. 49-60).

dogmatismos sobre a situação dos países coloniais, semicoloniais e dependentes.¹⁰⁸

No marxismo a produção não dogmática capaz de incorporar a especificidade da região ficou restrita a casos fortuitos como os de José Carlos Mariátegui no Peru e Caio Prado Jr. no Brasil, que constituíram antes manifestações isoladas do que propriamente um sistema.¹⁰⁹ No âmbito do desenvolvimento econômico, a original visão de Raúl Prebisch foi pioneira, ganhou ares institucionais com a consolidação da Comissão Econômica para a América Latina nos quadros da ONU, tornando-se a base do que viria a constituir a escola estruturalista latino-americana.

Nesses dois encontros, o marxismo da Internacional comunista vai se tornando um marxismo latino-americano. De forma similar, a economia do desenvolvimento vê surgir uma abordagem original, formulada a partir da América Latina. Assim, compreender a dinâmica da assimilação e apropriação dessas ideias na América Latina do século XX exige contextualizar historicamente ideias e autores em seus diferentes lugares.

2.2 - Nacionalizações do Marxismo¹¹⁰

O século XX começou com quase duas décadas de atraso. Mais precisamente em outubro de 1917, quando os bolcheviques liderados por Lênin tomaram definitivamente o poder na Rússia czarista¹¹¹. A revolução de outubro instalou o regime que viria a constituir um dos principais pólos ideológicos e

¹⁰⁸ Pode ser útil ver a comparação de Chico de Oliveira entre os dilemas do marxismo e da economia política da CEPAL em seu “combate” aos dogmatismos tanto ad Internacional Comunista quanto da teoria econômica ortodoxa do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1998). Vai no mesmo sentido a leitura de Hirschman, para quem o marxismo de modo geral e a teoria ortodoxa do desenvolvimento produziram corpo teóricos a-históricos, pouco propensos a incorporar a especificidade de casos como os da América Latina.

¹⁰⁹ Como nota (NOVAIS, 1986, p. 25). A análise comparada das contribuições de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui foi realizada por (KAYSEL, 2012).

¹¹⁰ Por nacionalização do marxismo me refiro ao processo de assimilação crítica da teoria marxista para condições específicas, diferentes das que os conceitos foram originalmente pensados. A ideia é brevemente apresentada pelo marxista Argentino Juan Carlos Portantiero e mais bem desenvolvida em Ricupero (2000).

¹¹¹ Me refiro, é claro, à periodização largamente difundida por Hobsbawm (2009) em “O Breve século XX”.

políticos do século XX, com impactos nada desprezíveis em todo o resto do mundo. A revolução Russa foi também foi um marco importante na história das ideias. Pela primeira vez, o marxismo chegava ao poder e como prêmio, conquistava o estado mais populoso do continente europeu. Nesse processo, foi fundamental a liderança de Lênin, bem como das ideias que vinha desenvolvendo já há algumas décadas.

Duas décadas antes da revolução, em 1899, Lênin dedicou seus meses de cárcere à composição de um detalhado estudo da estrutura e da evolução econômica de seu país. O resultado desse esforço foi *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, em que Lênin traça paralelos mais do que fecundos entre a original via para o capitalismo que ia se delineando no Império Russo e os demais desenvolvimentos industriais tardios.¹¹²

Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, se destacam as críticas aos “economistas Naródniks”, ou populistas. Lênin critica enfaticamente a noção de que o desenvolvimento capitalista na Rússia era ainda incipiente. O argumento contrário – que Lênin atribui aos economistas Naródnik - era de que o desenvolvimento capitalista deveria levar a uma especialização produtiva e consequente diferenciação dos camponeses, que tenderiam a se tornar pequenos produtores agrícolas ou parte do proletariado assalariado, criando também as condições para o surgimento de um mercado interno, fenômenos ainda não observados na Rússia do fim do século XIX.

Lênin concordava em parte com o diagnóstico. Reconhecia a existência de uma estrutura de produção feudal no campo¹¹³, mas defendia que na Rússia vigorava uma tensa convivência entre o antigo regime e um capitalismo já desenvolvido. A transição para uma economia de mercado em seu sentido pleno, acreditava Lênin, poderia acontecer de duas maneiras: Uma “revolucionária” e abrupta, semelhante à maneira como França e Estados Unidos aboliram as antigas estruturas aristocratas de controle sobre a terra. E outra “reformista”, preservando as prerrogativas dos grandes proprietários de terras em detrimento

¹¹² (ELEY, 2005, p. 184-189).

¹¹³ A suposta existência de um passado feudal na Rússia medieval era contestada. Lenin inicialmente preferia usar termos russos relativos à servidão como *krepostnoi*, para caracterizar o regime econômico pré-capitalista, como afirma (OSÓRIO SILVA, 2012).

de uma economia de pequenos produtores, como havia ocorrido na Prússia. Em seu atual estágio, defendia Lênin, a Rússia se via diante dessas duas possíveis vias para o desenvolvimento capitalista.

Assim, Lênin reconhecia analiticamente a existência de diferentes vias não clássicas para o desenvolvimento capitalista e também reconhecia acertadamente a relação entre as diferentes soluções encontradas para a questão agrária e os distintos tipos de desenvolvimento industrial daí resultantes.¹¹⁴

Sabe-se que o intenso processo de industrialização do Império Russo na segunda metade do século XIX ressentiu-se profundamente do equacionamento dado à questão agrária pelo Czar Alexandre II, que determinou o fim oficial do regime de servidão em 1861. A questão é que a “Reforma Agrária” iniciada pelo ato de 1861 pouco melhorou as condições de vida dos camponeses. Pelo contrário, o formato da reforma conservava boa parte das prerrogativas e do poder da aristocracia rural russa, uma vez que a reforma de 1861 concedia a liberdade formal aos camponeses mediante pagamento indenizatório aos antigos senhores. Os camponeses, assim, adquiriam sua liberdade às custas de assumirem uma dívida intermediada pelo Estado, com prazos de pagamento de quase 50 anos. A dívida também preservava os vínculos com as localidades rurais e perpetuava a dependência financeira dos camponeses frente aos seus antigos senhores.¹¹⁵

A reforma de 1861 não esteve à altura de sua tarefa histórica. Ela não serviu como válvula de escape para a liberação de mão-de-obra do campo para as atividades industriais e urbanas, como ocorrera nos processos “clássicos” de industrialização. Tampouco deu fim aos mecanismos de coação extra econômica que pesavam sobre as condições de vida do campesinato. Sabe-se que o surto industrial da Rússia deu-se numa situação de reduzido mercado interno, apoiado na superexploração da mão-de-obra camponesa e na forte intervenção do

¹¹⁴ (ELEY, 2005, p. 175-189). Ver também (SINGER, 1977).

¹¹⁵ (SAES e SAES, 2013, p. 254).

estado nos setores siderúrgico e mecânico, tidos fundamentais para a expansão acelerada do sistema ferroviário, financiada pelo capital externo.¹¹⁶

A questão agrária russa permaneceu mal resolvida até a revolta de 1905, quando as tensões no campo explodiram novamente. No mesmo ano, Lênin publica seu *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução*, em que tira as consequências políticas e conjunturais do processo mais amplo de desenvolvimento da Rússia que havia analisado anteriormente. Agora, Lênin procurar extrair as consequências políticas de sua interpretação mais ampla do processo de desenvolvimento da Rússia. Defendia que o país ainda não havia passado por uma revolução burguesa, fruto de um amadurecimento orgânico do desenvolvimento capitalista.

Mais do que isso, essa revolução provavelmente não seria possível nos moldes clássicos. Por ter passado por um desenvolvimento industrial altamente induzido pelo capital estrangeiro e conduzido com mão-de-ferro pelo Estado imperial, a burguesia do país havia sido demasiadamente tutelada, não reunindo as condições mínimas, e muito menos a disposição, para empreender uma revolução contra o antigo regime.

A particularidade do caso Russo, segundo Lênin, consistia no fato de que a revolução deveria realizar as tarefas históricas das revoluções burguesas – por fim ao regime czarista, ao instituto da servidão rural e propiciar o surgimento de um mercado interno – mas seria conduzida não pela incipiente burguesia russa, mas sim por uma aliança entre proletários e camponeses.¹¹⁷

Assim, a revolução russa não teria caráter burguês. Pelo contrário, afirmava Lênin, deveria ser conduzida pelo proletariado e pelo campesinato. Aqui uma importante inovação teórica. O processo seria conduzido não só pelo proletariado, que Lênin reconhecia representar parte restrita da população num país de industrialização tardia como a russa, mas também pelos trabalhadores

¹¹⁶ (SAES e SAES, 2013). De qualquer forma, mesmo criticando os principais pontos do programa *Naródnik*, Lênin também soube reconhecer suas potencialidades. Não por acaso, na agitada conjuntura política do ano de 1902, publica seu *Que fazer?*, título homônimo da obra de Nikolai Tchernitchevski. Como se sabe, a obra de Tchernichevsky definitivamente não se destacava por suas qualidades literárias e estéticas mas era eficiente em projetar de maneira didática uma imagem apaixonada de uma utopia social. (BERLIN, 1994, p. 253).

¹¹⁷ (LENIN, 1983, p. 405-6).

do campo. Reexaminando a questão agrária, Lênin afirmava que o desenvolvimento Russo, diferente dos casos clássicos, não havia ocorrido a partir de um processo de supressão das antigas estruturas feudais no campo, que ainda persistia. Dessa forma, a tarefa do partido era a de colocar-se ao lado das reivindicações camponesas que surgiam com força cada vez maior, formando a coalização que propiciaria a condução de uma revolução democrático-burguesa.

A teorização de Lênin não fugia completamente da esfera do marxismo ortodoxo de então. Mesmo assim, o dirigente bolchevique mantinha-se aberto para interpretar as especificidades da conjuntura como elas se apresentassem. A ortodoxia teórica e o pragmatismo político conviviam bem no dirigente russo. O fato é que Lênin foi capaz de combinar uma teoria cosmopolita, o marxismo, com o dado local. Compatibilizou com sucesso o marxismo com a análise estrutural das condições do desenvolvimento econômico russo, o que implicava uma reinterpretação da importância da questão agrária num país majoritariamente rural, garantindo-lhe uma leitura mais fiel das pré-condições revolucionárias.¹¹⁸

Daí se entende o significado do ato simbólico do *Terceiro Congresso dos Soviets de Toda a Rússia*, realizado pouco depois da queda do governo constitucional. Os delegados eleitos saudaram a dissolução da Assembleia Constituinte com a execução primeiro da Marselhesa, o hino da Revolução Francesa e depois da *Internacional*, o hino da Internacional dos trabalhadores. O simbolismo era claro. Em um único dia passava-se do mundo burguês criado pela revolução dos franceses para o governo dos trabalhadores possibilitado pela revolução proletária. Na Rússia bolchevique a história avançava queimando etapas.¹¹⁹

O impacto da Revolução de outubro nas esquerdas mundiais foi enorme. Na América Latina, já nos primeiros anos posteriores à vitória bolchevique, houve

¹¹⁸ Até por isso Richard Morse afirma que o sucesso da Revolução bolchevique deve-se muito à sua capacidade de “russificar” o marxismo, isto é, de adaptar a teoria marxista para condições tão distintas das observadas nos países europeus de desenvolvimento industrial mais antigo. Morse (1988). Comentário semelhante ao de Juan Carlos Portantiero (PORTANTIERO, 1989)

¹¹⁹ (ELEY, 2005, p. 188).

uma profusão de criação de Partidos Comunistas, com decidido apoio da URSS.

120

Compreender as vicissitudes dos partidos socialistas e depois comunistas da América Latina em suas disputas locais por corações e mentes passa obrigatoriamente por compreender sua nem sempre saudável relação com as diretrizes emanadas pela Internacional Comunista. Também chamada de Comintern, a III Internacional foi fundada pelos bolcheviques em 1919, visando agrupar os partidos comunistas de todo o mundo. Como não poderia deixar de ser, as orientações do Comintern tinham grande importância para a formulação das estratégias revolucionárias dos partidos espalhados pelo mundo.¹²¹

Para a América Latina, foram especialmente importantes os temas tratados no Segundo Congresso da III Internacional, realizado em 1920. Nesse encontro, Nikolai Bukharin caracterizaria um grupo geral de países chamado então de “coloniais, semi-coloniais e dependentes”, cujo característica comum era a do predomínio dos setores rurais. Nesses países, defendia Bukharin, seria necessária a formação de uma coalizão entre operários e camponeses, como havia ocorrido na Rússia pré-revolucionária.

Parece, contudo, ter prevalecido a “tese sobre a questão nacional e colonial”, apresentada por Lênin. Os desencontros entre a teoria ortodoxa de Lênin e sua criativa prática revolucionária se manifestariam em sua intervenção nesse Segundo Congresso. Lênin identificava nos países não europeus o predomínio de uma situação de dependência das burguesias frente ao Estado. A linha de ação consistiria na formação de uma ampla aliança entre proletariado, campesinato e burguesia até a realização de uma Revolução Democrático-Burguesa de Libertação Nacional.

A fala de Lênin suscitou reações contrárias. Presente no encontro, o delegado indiano M.N Roy questionou a formulação do líder soviético. Roy defendeu a ação autônoma de proletários e camponeses nos países orientais. Para ele, as revoluções de libertação nacional defendidas por Lênin deveriam

¹²⁰ De toda forma, é certo que a história do socialismo na América Latina não se inicia em 1917, já havia certa tradição socialista bem consolidada na região em que se destacam o Partido Socialista Argentino com forte atuação já no final do século XIX. (LOWY, 2006)

¹²¹ Ricupero (2000)

representar papel central na luta pela instalação do socialismo também no continente europeu, não devendo ser tratadas como eventos de menor importância¹²²

Tanto Lênin, quanto M.N. Roy, manifestavam, cada um a seu modo, posições que se chocavam com o eurocentrismo do marxismo clássico. Roy representava uma visão “orientalista”, antecipando importantes concepções que seriam caras ao maoísmo. Lênin defendia uma posição menos extremista que a de Roy e mais heterodoxa que a do marxismo eurocêntrico. Pode-se dizer que essas três visões marcariam durante as próximas décadas os desencontros entre as políticas de intervenção colonial e nacional da Terceira Internacional.¹²³

A situação revolucionária no mundo não europeu, especialmente na América Latina, receberia maior atenção no Sexto Congresso da Internacional, realizado em 1928. Contribuíram para essa maior preocupação o diagnóstico de avanço do imperialismo norte-americano, agora equiparado ao decadente imperialismo britânico, e o fracasso da política revolucionária defendida pela Internacional para a China. Esses dois acontecimentos abririam o caminho para que o Comintern passasse a considerar não só as burguesias nacionais como potenciais dirigentes da revolução, mas também o proletariado. Nesse Sexto Congresso se reconheceria pela primeira vez a legitimidade as lutas no âmbito das diferentes questões agrárias como importantes apoios para a política revolucionária nos assim chamados “países coloniais ou semi-coloniais”.

O Sexto Congresso deliberaria ainda sobre o crescimento da América Latina como região estratégica para o avanço revolucionário. A leitura era a de que a expansão do imperialismo norte-americano na América Latina, aumentava a importância da região na estratégia comunista, por melhor representar as contradições do sistema colonial e imperialista do início do século XX.

Aparentemente, o aumento da importância estratégica da América Latina para o Comintern não se traduziu em maior sofisticação de análise na elaboração de diretrizes para a região. Chama a atenção o esquematismo do

¹²² (RICUPERO, 2000, p. 77-78)

¹²³ (PINHEIRO, 1991, p. 42). Boa comparação das teses de Lênin e M. N. Roy pode ser encontrada em (SCHLESSINGER, 1974, p. 49-53).

informe apresentado ao Sexto Congresso por Jules Humbert-Droz, então delegado responsável pela América Latina. No informe negava-se haver uma oposição entre burguesia industrial e grandes proprietários rurais. O mesmo informe tratava de negar a existência de burguesias nacionais nos países da região. Por fim, defendia ainda a tese algo esdrúxula de que os países da América Latina ao saírem da esfera de influência inglesa para a norte-Americana, haviam também perdido seu status de “semi-colônia” para novamente se tornarem colônias.

O informe de Humbert-Droz evidentemente suscitou reações de outros representantes latino-americanos. Entre eles se destaca a fala do delegado equatoriano Ricardo Paredes que procurou matizar a visão predominante no Comintern ao afirmar que na América Latina de então conviviam ao menos dois tipos de países. Portanto, além dos países “coloniais e semi-coloniais” deveria ser considerada uma outra categoria, formada por nações com relações econômicas já antigas e bastantes desenvolvidas com o imperialismo, economias com certa base industrial em que o proletariado poderia exercer maior influência nos processos revolucionários. A essa nova categoria, Ricardo Paredes denominou como “dependentes”, em uso pioneiro do termo que na década de 1970 se tornaria quase um lugar-comum do pensamento latino americano.¹²⁴

Ricardo Paredes parecia distinguir intuitivamente a peculiar posição dos países latino-americanos quanto às suas questões nacionais. O Comintern insistia em tratar a região como um grupo de nações em que a tarefa histórica de construção da nação e da nacionalidade ainda estava por fazer. Daí o impasse. O esquematismo da formulação ignorava aspectos essenciais da formação histórica das nações latino americanas.

Por mais que o Comintern insistisse em tratar a região como um amontoado de nações não formadas em que a luta contra o imperialismo estrangeiro era a prioridade na agenda revolucionária, a América Latina possuía uma relação bastante antiga e nada simples com o nacionalismo. As muitas mediações que levaram à emergência dos movimentos da independência na

¹²⁴ (RICUPERO, 2000, p. 79-80)

América Latina eram mais complexas do que a Internacional Comunista estava disposta a considerar.¹²⁵

Benedict Anderson, por exemplo, lembra que a elite “creolla” do continente americano foi pioneira na emergência do tipo de nacionalismo que depois afloraria com força no continente europeu. Especificamente na América Latina, o processo foi conduzido pelas elites em parte por medo e como forma de antecipação de uma possível revolta popular, que repetisse o fenômeno da Revolução haitiana.¹²⁶

Nenhum desses aspectos constava nas formulações da Internacional Comunista. A complexidade de uma formação histórica distinta dos casos europeus e asiáticos extrapolava a estreita perspectiva da “Questão Nacional” aceita pelo Comintern. Adicionalmente, as consequências práticas dessa formulação equivocada eram enormemente amplificadas pela forma como o Comintern se estruturava.

A III Internacional Comunista não foi formada como uma organização multilateral, aberta à diferentes posições e formulações. Pelo contrário, ela foi pensada como um grande “Partido Comunista Internacional”, coeso, com corpo diretivo, cláusulas de adesão e diretrizes a serem seguidas em caráter definitivo.¹²⁷ Daí se entende o fato de que grande parte dos Partidos Comunistas mundo afora não foi construída a partir dos movimentos revolucionários de cada país, como expressão de elaborações próprias e do amadurecimento das lutas locais.

Isso é, a partir do sucesso da Revolução Russa, foi negada à maior parte dos Partidos Comunistas a oportunidade de se desenvolverem de maneira orgânica, no curso dos processos sociais de cada sociedade, como havia ocorrido com os próprios bolcheviques na Rússia pré-revolucionária. Pelo contrário, o que se viu foi uma espécie de transplantação da forma de atuação dos bolcheviques para contextos sociais completamente diferentes.¹²⁸ Desse encontro pouco fortuito entre uma estrutura centralizada, orientada para a

¹²⁵ Ricupero (2000:p.75-78)

¹²⁶ Anderson (2006).

¹²⁷ (CLAUDIN, 1975, p. 103-126).

¹²⁸ (CLAUDIN, 1975).

intervenção radical, e a leitura esquemática da situação revolucionária no mundo não-europeu, surgiria uma série de movimentos com pouca possibilidade de sucesso no chamado mundo colonial e semi-colonial.

Os seguidos fracassos são mais do que ilustrativos: O assassinato dos setores progressistas do Kuomintang chinês em 1927 pelos setores nacionalistas do mesmo partido, depois de insistirem sem sucesso na política de alianças amplas do preconizada pelo Comintern. O também retumbante fracasso do levante de 1935 no Brasil, numa tentativa tardia e desastrada de reedição das táticas de putsch já em descrédito no próprio movimento comunista europeu¹²⁹. O que se viu nesses casos, foi a sucessão de diferentes *estratégias da ilusão*, isto é, cursos de ação desde o início condenados ao fracasso.¹³⁰

Mesmo a bem sucedida intervenção revolucionária chinesa é ilustrativa dos limites da formulação *Cominterniana*. Mao e os comunistas chineses seguiram a fórmula conciliatória de uma concordância formal com as diretrizes da Internacional Comunista enquanto pragmaticamente reagiram às circunstâncias revolucionárias conforme elas se apresentaram. Mais irônica talvez seja a constatação de que se os bolcheviques houvessem seguido as diretrizes do Comintern para países economicamente atrasados, é provável que a Revolução Russa simplesmente não houvesse acontecido.

Chama a atenção nas resoluções da Internacional Comunista as frequentes guinadas de posição, fenômeno que se acentua na medida em que as resoluções do Comintern aderem cada vez mais aos interesses de política externa da URSS. O fato é que entre o II Congresso e o VI, os estatutos da Internacional Comunista vão se modificando de maneira a centralizar cada vez mais a posição de poder de seu Comitê Executivo.¹³¹

A partir daí, o significado das frequentes mudanças de posição e das estratégias desencontradas se torna quase transparente. No primeiro período a Internacional respondia às consequências da Revolução Russa, havia maior pluralidade de ideias, o que combinava com a necessidade de expansão da

¹²⁹ (TRONCA, 2004, p. 23-26).

¹³⁰ O Termo é de Paulo Sérgio Pinheiro

¹³¹ (TRONCA, 2004, p. 26).

Revolução Socialista para o restante do mundo. Num segundo momento, já a partir de 1923, começam a surgir as consequências do afastamento de Lênin do poder. A disputa entre os diferentes segmentos do Partido Comunista Russo pelos espólios de poder do antigo líder se faz sentir com maior intensidade. Já o terceiro período, a partir de 1928, consolida-se a liderança centralizadora de Stálin. Predomina agora o diagnóstico de crise permanente do capitalismo, a Revolução Mundial perde definitivamente a prioridade e o Comintern é cada vez mais instrumentalizado como instrumento da política Russa.¹³²

Nessa problemática quadratura histórica, o engessamento do Comintern é indicativo da perda do dinamismo crítico do marxismo pensado a partir da União Soviética. O centralismo excessivo do regime Stalinista se fazia sentir também no tipo de produção teórica proveniente da Rússia, cada vez mais subserviente aos interesses imediatos do Estado soviético, um pensamento oficial, com pouca margem para discordância ou elaborações mais criativas, de onde saía um marxismo cada vez mais monolítico.¹³³

Na América Latina, duas formulações escaparam do processo de fossilização criativa do marxismo de então. As heterodoxas contribuições de José Carlos Mariátegui no Peru e de Caio Prado Jr. no Brasil foram capazes de romper com os estreitos limites de formulação impostos pela Internacional Comunista. A partir de seus contextos, Mariátegui e Prado Jr. apropriaram-se do marxismo mais como método para compreender suas realidades do que como uma fórmula revolucionária de validade universal.¹³⁴ Mesmo falando a partir de contextos consideravelmente diferentes, ambos tiveram de se ver com uma dificuldade fundamental, isso é, a de pensar o marxismo a partir das realidades histórico-sociais que se propunham a modificar.

Para os dois, o marxismo de matriz comunista¹³⁵ continuou como referência fundamental. É no interior de suas preocupações, de suas disputas e também de sua linguagem que Mariátegui e Prado Jr. procuraram romper com o crescente dogmatismo do marxismo que emanava da Internacional Comunista

¹³² Ricupero (2000:p.73-75)

¹³³ O termo é de (MARCUSE, 1969) um dos muitos a denunciar o processo de dogmatização do marxismo soviético.

¹³⁴ Novais (1983).

¹³⁵ Ver Kaysel (2010).

em favor de uma interpretação não decalcada do processo de desenvolvimento de seus países. Cada um a seu modo, recuperaram a antiga intuição de Lênin quanto à autonomia da Revolução em diferentes formações sociais e lançaram as bases para o posterior surgimento de um marxismo heterodoxo na região.¹³⁶

São marcantes as diferenças de Mariátegui, jornalista e líder socialista peruano, da análise dominante na Internacional Comunista. Mariátegui, diferente de Prado Jr. não se diferencia do coro de vozes que preferia ver restos feudais na estrutura social latino americana. Talvez nem tivesse motivo para tanto. As instituições de exploração compulsório do trabalho indígena como a *mita* e a *encomienda* no Peru, guardam grande semelhança com o regime servil do feudalismo europeu. Se é óbvio que na América espanhola ela não implica a posse formal do trabalhador pelo senhor, também é evidente que tanto lá quanto aqui esses institutos da mão-de-obra servil serviam ao mesmo intuito de coação extra-econômica.

Mariátegui, por sua vez, reconhece o caráter indissociável da questão agrária peruana com sua questão indígena. Num país com divisão tão marcada entre serra e planície, Mariátegui reconhecia no rosto dos despossuídos a face dos povos originários despojados de suas terras pela conquista europeia, que durante séculos subjugou a maior parte da população indígena antes que a prerrogativa da exploração passasse para as elites *criollas* locais. Responder adequadamente à questão indígena era fundamental para que um projeto revolucionário fosse bem sucedido no Peru, algo ignorado pela Internacional.¹³⁷

Também merece destaque no pensamento do líder socialista, sua interpretação sobre a relação entre as elites peruanas e o imperialismo. Novamente se opondo às diretrizes do Comintern, Mariátegui acredita que as elites, o que inclui a reduzida burguesia peruana, dificilmente seriam capazes de conduzir um processo emancipatório autônomo, até por já se encontrarem na cômoda posição de mediação entre a exploração externa e o conjunto mais amplo da população.¹³⁸

¹³⁶ Para o uso do termo “marxismo de matriz comunista”, ver o capítulo 6 de (BRANDÃO, 1997).

¹³⁷ (KAYSEL, 2010, p. 116).

¹³⁸ (KAYSEL, 2012)

O marxismo pensado na América Latina conheceria ainda outra obra original, a de Caio Prado Jr. no Brasil. Historiador, precoce militante político e membro do Partido Comunista Brasileiro, Prado Jr. logo entrou em rota de colisão com as diretrizes emanadas pelo Comintern. Em *Evolução Política do Brasil*, seu livro de estreia publicado em 1933, é enfático ao dizer que “os restos feudais não passavam de retórica...”. Assim, firma posição desde cedo contra a leitura cominterniana, oposição que seria posteriormente reforçada em sua principal obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, já na década seguinte, em 1942.

Para Caio Prado Jr., o preço da coerência teórica foi o da irrelevância política no Partido que escolheu para militar durante toda a vida. Mesmo respeitado desde a década de 1930 como um dos principais intelectuais do país, viu-se praticamente isolado em seu próprio Partido, relegado a posições secundárias que não equivaliam a seu prestígio em âmbito nacional.¹³⁹

Os problemas enfrentados por Mariátegui e Caio Prado Jr. não podem ser isolados da conturbada história do marxismo na América Latina. Cada um a seu modo, Prado Jr. e Mariátegui constituíram-se como contrapontos ao cosmopolitismo exacerbado da Internacional Comunista. Na feliz expressão do argentino José Aricó, os desencontros entre o nosso continente e o marxismo têm sido mais regra do que exceção, o que faz parecer haver *desafinidades eletivas* entre uma teoria que se propunha como universal na interpretação das condições para a correta eclosão de um processo revolucionário e um meio social que se recusava se deixar compreender.

As agruras do Partido Comunista Brasileiro são um dos melhores exemplos da tensa convivência entre marxismo e populismo¹⁴⁰ na América Latina, especialmente em sua relação com a figura de Luís Carlos Prestes, que durante décadas foi a principal liderança carismática dos comunistas e de toda

¹³⁹ A esse respeito pode ser útil consultar Pericás (2016:pgs 135-143) e o capítulo 4 de Ricupero (2000).

¹⁴⁰ O termo populismo, embora usado muitas vezes em sentido “pejorativo”, denota uma forma de organização e um ordenamento estatal que coloca “elaboração da política de massa num plano endógeno, recuperando assim uma memória coletiva capaz de fundir, como mito, reivindicações de classe, reivindicações nacionais e reivindicações de cidadania, num único movimento, que recolhia a herança paternalista e “caudilhista” da concepção tradicional de política”. (PORTANTIERO, 1989, p. 338)

a esquerda brasileira. O ex-líder da revolta tenentista de 1922, converteu-se ao comunismo já consagrado como liderança popular de cunho nacional, o que contribuiu para o expressivo resultado eleitoral obtido pelo Partido Comunista na eleição de 1945.

Caio Prado Jr., eleito deputado estadual¹⁴¹ por esse amplo arco de alianças, registrou bem o fenômeno, reconhecendo que enquanto as massas se voltavam para Getúlio, Prestes despertava simpatias no operariado regular e “melhor qualificado”, que por vezes assumiria um tom de “explosões emotivas e irracionais” e um radicalismo que não encontrava correspondência nas diretrizes internas do Partido.¹⁴² O Partido Comunista Brasileiro optou por uma política de alianças, apoiada no populismo de traços carismáticos de Luís Carlos Prestes, o que lhe franqueou importantes vitórias eleitorais na década de 1940, ao mesmo tempo em que o colocou ao reboque das oscilações de seu líder.¹⁴³

O fato é que, o populismo em suas variadas vertentes foi o protagonista político por excelência da América Latina no século XX. No plano das ideias, a aliança mais duradoura do populismo latino americano se deu com a produção intelectual da CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina. Constituída no final da década de 1940, a CEPAL criou em torno de si uma ideologia do desenvolvimento não liberal e não marxista, que se ajustou mais do que bem aos anseios dos governos da região. Liderada em seus melhores momentos pelo argentino Raúl Prebisch, a CEPAL promoveu um incremento substancial na qualidade das formulações e do debate teórico na América Latina.¹⁴⁴

A mensagem da CEPAL, de que o desenvolvimento poderia ser alcançado pela ação racional orientada pelo planejamento, foi mais do que bem aceita num ambiente ainda marcado pela influência do positivismo de caráter progressista, que se já não constituía uma influência intelectual hegemônica na

¹⁴¹ A leitura de alguns dos discursos de Caio Prado Jr. em seu breve período como parlamentar paulista, mostram um deputado dedicado e bem adaptado à rotina parlamentar. Se o registro do PCB não houvesse sido cassado, é possível que Prado Jr. conciliasse uma bem sucedida carreira parlamentar com a reflexão teórica. Para uma boa compilação da atuação parlamentar de Caio Prado Jr. ver (KAREPOVS, 2003)

¹⁴² (IUMATTI, 1998, p. 126-127).

¹⁴³ Sobre as tensões entre as *Dois Almas do Partido Comunista* ver (BRANDÃO, 1997)

¹⁴⁴ (NOVAIS, 1983).

região, ainda guardava parte expressiva de seu prestígio na primeira metade do século XX. Adicionalmente, a mensagem do desenvolvimento como horizonte possível tocava fundo num continente monopolizado desde o início do século XIX pela ideia de superação do passado colonial.¹⁴⁵

A visão da especificidade e das diferentes vias para o capitalismo de Lênin, ignorada pelo marxismo dogmático, mas recuperado por Mariátegui e Prado Jr. serviria também de subsídio para o campo de estudos da economia do desenvolvimento, que ganha fôlego a partir da década de 1940. Nesse âmbito, o pensamento latino americano terá maior protagonismo e constituirá a base de uma maneira original de se pensar o desenvolvimento econômico.

2.3 - Raúl Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina

Em sua análise das diferentes teorias do desenvolvimento do século XX a economista inglesa Diana Hunt estranha o fato de que a maior parte dos textos que procura sintetizar as ideias da época se inicie com a apreciação da produção de economistas europeus ou norte-americanos, deixando, quando muito, um reduzido espaço final para a rápida citação dos paradigmas “exóticos” ou dissidentes. Hunt opta por outra ordem de apresentação e decide seguir de fato a ordem cronológica em que essas ideias foram propostas.

O procedimento acabou por fazer justiça ao pioneirismo do economista argentino Raúl Prebisch, que vinha desenvolvendo uma interpretação alternativa do desenvolvimento econômico antes mesmo que o debate das teorias do desenvolvimento ganhasse corpo nos centros de pesquisa dos Estados Unidos e dos países europeus. Atuando por uma via paralela, Prebisch foi capaz de produzir uma formulação alternativa, suficientemente coesa e muito influenciada pelos problemas reais que os países latino-americanos vinham enfrentando.¹⁴⁶

Nascido em Tucúman, no interior da Argentina, Raúl Prebisch formou-se na escola de Economia da Universidade de Buenos Aires, então o principal

¹⁴⁵ (ZEA, 1976) (ARANTES, 1996).

¹⁴⁶ (HUNT, 1989, p. 46-47)

centro de ensino e pesquisa em economia da América do Sul. Já em 1922, ainda muito jovem, assumiu a direção do Escritório de Estatística da poderosa Sociedade Rural Argentina, sendo também encarregado da formulação de suas propostas estratégicas, como os estudos encomendados para a criação e implementação de um imposto de Renda na Argentina.¹⁴⁷

O primeiro grande teste profissional de Prebisch viria alguns anos depois, durante a grande crise da economia mundial que marcou a passagem entre as décadas de 1920 e 1930. Na esteira de crise de 29, a súbita piora das condições da Argentina no comércio exterior agora impunha problemas práticos para os quais a teoria econômica tradicional não tinha recomendações claras. Como resposta aos novos problemas da conjuntura econômica internacional, o jovem economista que agora atuava como conselheiro econômico da presidência da Argentina, propôs ao gabinete do General Uriburu a criação de um Banco Central que seria responsável pelo controle das taxas de juros e da oferta de moeda, visando garantir o equilíbrio e a boa gestão da economia argentina num momento particularmente conturbado dos mercados internacionais.

Como fundador e primeiro diretor do Banco Central Argentino, Prebisch esteve na linha de frente do combate aos efeitos da grande crise de 1929 em seu país. Embora a Argentina figurasse como uma das economias com maior renda per capita do mundo no começo da década de 1930, sua base produtiva essencialmente agroexportadora sentiu os efeitos negativos da expressiva queda nos preços internacionais dos produtos primários. Como consequência, o próspero país agora se via obrigado a lidar com sérios problemas de desequilíbrio em suas contas externas, volatilidade cambial e fuga de capitais.

A necessidade de manter uma certa estabilidade no sistema econômico do país levou Prebisch e os dirigentes do Banco Central a enveredarem por caminhos ainda desconhecidos, ou não recomendados pela “boa teoria”. O espectro de intervenção estatal na economia aumentou rapidamente. Em 1931

¹⁴⁷ Nessa posição, Prebisch procuraria articular uma agenda para a defesa dos interesses do setor agropecuário. Na crise que se estabeleceu entre os produtores nacionais e os frigoríficos estrangeiros, formulou uma proposta inovadora, que descartava a solução fácil da compra de estoques pelo Estado. Propôs a criação de uma comissão estatal com controle e acesso à contabilidade dos frigoríficos estrangeiros, o que permitiria ao governo argentino introduzir a regulamentação da relação entre produtores e grandes compradores. (DONGHI, 2006, p. 9-11)

foram introduzidos rígidos mecanismos de controle cambial e em 1938, com o agravamento da crise, criaram-se mecanismos adicionais de restrição quantitativa de importações.¹⁴⁸

Questionar o dogma Neoclássico na Argentina dos anos 1930 constituía tarefa ingrata. O modelo de crescimento baseado em exportações de produtos primários fez com que entre 1860 e 1930 a Argentina fosse um dos países com maiores taxas de crescimento no mundo. Na Argentina, a ideologia que sustentava a teoria das vantagens comparativas tinha fortíssimo lastro material, era defendida não só pelos ricos grupos exportadores, mas até pelo Partido Socialista Argentino que até então se opunha a qualquer tipo de medida de cunho protecionista.¹⁴⁹

Por essa época, mesmo Prebisch afirmava que as intervenções realizadas, como a introdução de medidas de controle cambial, não eram resultado de uma teoria alternativa, mas reações de momento, algo imposto pelas circunstâncias. Só posteriormente o economista argentino iria refletir sobre o significado mais amplo das medidas tomadas durante a grande crise. Em suas exposições no *Ciclo de conversaciones en el Banco de México*, ciclo de palestras realizado poucos meses depois de haver sido demitido do Banco Central pelo General Perón, é que Prebisch apresentaria pela primeira vez as inovações de sua gestão do Banco Central não como adaptações frente a uma conjuntura externa radicalmente anormal, mas sim como uma certa atitude, ou tomada de posição frente ao que a doutrina econômica dominante recomendava.¹⁵⁰

A intuição de que algo novo estava sendo gestado seria aprofundada por Prebisch no livro escrito durante período sabático forçado, que se seguiu à sua demissão. Em *La Moneda y el ritmo de la Actividad Económica*,¹⁵¹ Prebisch oferecia um projeto intelectual ambicioso, utilizava os registros e a documentação de seu período à frente do Banco Central Argentino para discutir

¹⁴⁸ Para a reconstituição do contexto em que surge a interpretação Prebischiana, tomei como base (LOVE, 1980), (HUNT, 1989), (DOSMAN, 2001) e (DOSMAN, 2011).

¹⁴⁹ (LOVE, 1980, p. 48)

¹⁵⁰ Tomo como base (DONGHI, 2006, p. 63).

¹⁵¹ Não houve publicação ou ampla circulação de *La moneda y el ritmo de la actividad económica* Prebisch (1943). O livro encontra-se em formato de manuscrito depositado em Santiago no acervo pessoal de Prebisch. Meu comentário toma como base as leituras de (DOSMAN, 2001) e (TOYE e TOYE, 2003).

os rumos do país no pós-guerra. Partia de uma base que aliava intuição e observação com a experiência adquirida nos anos de atuação como banqueiro público, visando atacar as teses do equilíbrio e das vantagens comparativas no sistema econômico internacional.

No livro, Prebisch defendia cinco amplas proposições para o futuro da Argentina, cuja primeira e fundamental, consistia na existência de um Estado ativo, com mecanismos de controle capazes de evitar os violentos ciclos de auge e recessão oriundos dos impactos do comércio externo. Um Estado cuja política econômica visasse a manutenção do pleno emprego, a promoção do desenvolvimento e o estímulo ao crescimento econômico no ritmo mais acelerado possível, para que as imensas potencialidades nacionais pudessem enfim se realizar.

A consecução dessas metas estabelecidas na primeira proposição passava por compreender a posição da Argentina no sistema econômico mundial e, de maneira mais ampla, o lugar do país sulamericano na nova ordem mundial que começava a ser construída com o término da Segunda Guerra. É na avaliação das interações de seu país com o mundo que o livro de Prebisch parece dar suas contribuições mais interessantes, antecipando grande parte das teses que o economista argentino viria a defender posteriormente.

Nesse sentido, a segunda proposição define o que Prebisch chamava de “desenvolvimento para dentro” (*hacia adentro*). Reconhecendo o papel fundamental da Indústria na economia Argentina, propunha uma política de substituição de importações para fomentar seu crescimento. Justificava a intervenção em favor da indústria como uma necessidade imposta pela persistente queda nos preços internacionais das exportações argentinas e já nessa época, acreditava haver um desequilíbrio estrutural mais profundo, intimamente relacionado ao funcionamento do ciclo econômico internacional. Os ciclos de alta e baixa da economia internacional seriam demasiadamente amplificados na economia primário-exportadora da Argentina, que, na falta de mecanismos de regulação interna, alternava rapidamente momentos de auge com momentos de forte recessão, já que não podia contar com os mecanismos de correção dos desajustes entre oferta e demanda típicos das economias industrializadas.

A terceira proposição estabelecia os limites para a intervenção do Estado na promoção da industrialização. O Estado deveria fomentar o processo de industrialização sem sufocar o setor privado, que deveria figurar como principal força da economia nacional. Já a quarta proposição advogava um sistema internacional de comércio efetivamente aberto, ressaltando que a estratégia de “desenvolvimento para dentro”, focada no estímulo ao mercado interno, não implicava em abdicar das exportações nem da disputa dos mercados externos. A quinta proposição por fim, fazia um apelo à eficiência. Defendia que somente a industrialização viável fosse estimulada, descartando-se os setores ineficientes, o que visava a criação de um setor privado competitivo com alto nível de produtividade.

Em termos gerais, já estavam delineados, ainda que de maneira prematura, os principais temas aos quais Prebisch se dedicaria nos próximos anos e que tanto marcariam a atuação da CEPAL: o declínio de longo prazo nos termos de troca, a hipótese do desequilíbrio estrutural do sistema econômico internacional e a necessidade de promover uma industrialização voltada para dentro, que fosse capaz de estimular o crescimento do mercado interno.

Essas ideias, embora já consolidadas, circularam pouco. Todos os editores contatados na Argentina rejeitaram o manuscrito. Na vida política argentina, Prebisch era visto como um representante do velho regime desbancado pelo General Juan Domingo Perón, cujo governo alcançava o auge da popularidade na segunda metade da década de 1940. Empreender a publicação do livro do economista equivalia a colocar-se em oposição ao novo governo, uma briga que ninguém parecia disposto a comprar.¹⁵²

O impacto dessa maneira de pensar o sistema econômico mundial que Prebisch ia amadurecendo só seria plenamente sentido alguns anos mais tarde, num evento particularmente decisivo para a consolidação da CEPAL, instituição que o argentino viria a comandar.

¹⁵² As dificuldades pelas quais Prebisch passou no governo Perón são reconstituídas em (DOSMAN, 2011, p. 199-219). Há uma boa apreciação do ciclo de seminários de Prebisch no Banco Central do México em (MALLORQUIN, 2006).

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foi criada em 1948 por resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas.¹⁵³ Um ano antes, os Estados Unidos haviam proposto no âmbito desse mesmo Conselho a criação de duas comissões econômicas regionais, uma dedicada à Europa com sede em Genebra e outra à Ásia sediada em Bancoc. As comissões teriam a função de aproximar e engajar a ONU no esforço de reconstrução dessas regiões no pós-guerra o que fez com que a proposta de criação de ambas fosse aprovada por unanimidade.

Reagindo a esse movimento o governo chileno, que então despontava como liderança regional, propôs a criação de comissão regional similar para a América Latina, com sede em Santiago. A proposta alegava que os países do continente vinham passando por sérias dificuldades econômicas e se beneficiariam da assistência técnica visando o desenvolvimento econômico, uma antiga bandeira da região. Ocorre que a criação da comissão dedicada à América Latina enfrentou maior resistência do que suas congêneres.

Havia certo consenso entre os membros da CEPAL de que a existência futura da agência dependia de seu desempenho nas conferências regionais em que a recém criada comissão deveria apresentar seus primeiros resultados para avaliação. Assumindo a direção da agência alguns meses antes do evento decisivo, Prebisch logo se inteirou da situação alarmante. Até então sem uma liderança definida, os poucos integrantes da comissão haviam se dedicado a atividades de coleta e sistematização de dados primários, sem que houvesse um tratamento analítico mais refinado da massa de dados reunida.

Faltava, alguém capaz de sintetizar a ampla massa estatística numa visão ordenada e coerente do desenvolvimento dos países do continente, algo que fizesse com que o relatório a ser apresentado na conferência de Havana em junho de 1949 não fosse um mero compêndio estatístico. Para essa tarefa, Prebisch foi contratado como consultor econômico temporário, encarregado de supervisionar a equipe que trabalhava na sistematização dos dados e

¹⁵³ Resolução 106(VI) do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas de 25 de fevereiro de 1948.

principalmente de redigir o texto principal que acompanharia o relatório final chamado de *Estúdio Económico da América Latina*.¹⁵⁴

Prebisch fez circular internamente uma primeira versão do texto. O relatório preliminar retomava parte das reflexões contidas em *Ritmo...* e trazia de maneira mais sistematizada seu uso dos conceitos de economias centrais e economias periféricas. No texto, Prebisch analisava os estoques de ouro nas economias centrais para compreender os efeitos no balanço de pagamentos das economias periféricas, de onde derivava os princípios para as políticas anticíclicas que deveriam ser adotadas pelos países latino-americanos nos tempos de escassez de divisas nos mercados internacionais. Esse texto preliminar, contudo, omitia a ideia de uma longa deterioração nos termos de troca, ou de comércio, entre as economias centrais e as periféricas, ideias que já tinham sido bem elaboradas em *Ritmo...* e em suas palestras no Banco do México.¹⁵⁵

Pouco depois, Prebisch fez recolher essa primeira versão do texto e trancou-se novamente em seu escritório. Nesse meio tempo, teve acesso a uma versão preliminar do texto de Hans Singer, economista do departamento de pesquisa econômica da Organização das Nações Unidas, sediado em Nova York. O trabalho de Singer vinha sendo rejeitado em comissões internas por defender uma tese bastante polêmica. O autor empreendia amplo e rigoroso levantamento dos dados de comércio internacional, que confirmava e dava maior embasamento às ideias já defendidas por Prebisch.

Se as ideias de Prebisch agradavam os mais dispostos a aceitar explicações heterodoxas, o trabalho de Hans Singer dava o embasamento histórico mais amplo de que Prebisch ainda carecia. Não por acaso, a hipótese de uma queda secular nos termos de troca entre os países centrais e os periféricos ficaria conhecida como “Tese Prebisch-Singer”. Em todo caso, a

¹⁵⁴ Há bons relatos sobre as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da CEPAL em (FURTADO, 2014) e nos capítulos 12 e 13 de (DOSMAN, 2011)

¹⁵⁵ Os comentários ao conteúdo do texto preliminar se baseiam nos relatos de (FURTADO, 2014, p. 64) (DOSMAN, 2011, p. 278)

versão final do documento preparado por Prebisch só seria distribuída ao pessoal da Comissão e aos membros das delegações dos diferentes países.¹⁵⁶

Prebisch estava ciente do impacto que o conteúdo de sua apresentação iria causar. E não era o único. A CEPAL preferiu não se associar diretamente ao conteúdo do texto elaborado por seu consultor. Decidiu-se que o texto acompanharia o relatório final da comissão, mas seria assinado pessoalmente por Raúl Prebisch na condição de consultor em caráter temporário. O procedimento, bastante incomum nesse tipo de evento, parece ter causado efeito contrário, aumentando ainda mais o interesse em torno do documento e da figura do ex-diretor do Banco Central argentino.

Habitado ao ambiente hiperpolitizado da vida Argentina, Prebisch sabia que o texto do relatório já estava bastante associado à sua figura. Sabia também da importância de sua performance para o sucesso de um documento que por certo despertaria muitas resistências. No terceiro dia da conferência, no capitólio do Hotel Nacional em Havana, Raúl Prebisch apresentou uma versão concisa do texto.¹⁵⁷ Ao falar, evitou termos técnicos e generalizações. Usou de sua capacidade de orador para sintetizar as ideias-força do que viria a se tornar um verdadeiro manifesto¹⁵⁸.

Prebisch iniciava o texto de maneira provocativa. Diz que “A realidade está destruindo na América Latina aquele velho sistema internacional da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo”.¹⁵⁹ Em seguida,

¹⁵⁶ Até então se acreditava que Prebisch e Singer tinham chegado às mesmas conclusões sem que tivesse havido contato entre seus trabalhos, como afirma (LOVE, 1980). Na reconstituição de Dosman a partir da correspondência de Prebisch, está bem documentada a ocasião em que Prebisch teve acesso ao trabalho preliminar de Singer durante a preparação do manifesto de Havana. Isso não muda o fato de que Prebisch vinha desenvolvendo uma visão parecida há quase uma década, que pouco circulou nos principais meios acadêmicos dos EUA e da Europa, mas que foi sistematizada em seus cursos na Universidade de Buenos Aires e nos muitos seminários a que compareceu como consultor ou economista visitante (México, Venezuela e outros). Posteriormente o próprio Hans Singer trataria de esvaziar a polêmica, concedendo a primazia da descoberta à Prebisch, diz: “na minha cabeça sempre pensei em Prebisch como mais importante e, de fato, suas ideias estavam mais bem integradas no pensamento de desenvolvimento geral do que minha própria ênfase original, que era mais nos termos de troca do comércio” (DOSMAN, 2011, p. 587).

¹⁵⁷ O que está registrado em sua carta a Martinez-Cabanãs (DOSMAN, 2001, p. 282).

¹⁵⁸ O apelido de “manifesto” latino americano foi dada por Albert Hirschman..

¹⁵⁹ O texto original datilografado está disponível no arquivo digital da CEPAL em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/30088/001_es.pdf?sequence=2&isAllowed=

o ataque à teoria das vantagens comparativas era direto. O economista argentino denunciava como falsa a premissa segundo a qual “o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade(...) Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se”.

Assim, completava, “O erro dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito(...)” uma vez que “as grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países”.¹⁶⁰ Desse descompasso, continuava, resultariam as grandes diferenças entre as condições de vidas nos países centrais e nos países periféricos. Se a teoria das vantagens comparativas ainda alcançava tanto prestígio, era porque “em matéria econômica, as ideologias costumam seguir, com atraso, os acontecimentos ou sobreviver-lhes demasiadamente”.¹⁶¹

O manifesto esboçava ainda uma explicação histórica para os novos desequilíbrios no sistema monetário internacional. Descartava as ideias de David Ricardo ao mesmo tempo em que chamava a atenção para a perda do papel hegemônico da Inglaterra no sistema econômico mundial, que ia se subordinando cada vez mais à influência dos Estados Unidos. Para Prebisch, enquanto na segunda metade do século XIX a Inglaterra combinava as características de grande exportadora de capitais e grande importadora de bens, ou seja, embora grande montante de capital refluísse para a economia inglesa a título de serviços da dívida de outros países, a economia inglesa possuía alto coeficiente de importação e satisfazia grande parte do consumo de seu mercado interno importando mercadorias de outros países, o que fazia com que os recursos novamente circulassem pelo sistemas monetários de outros países.

No novo sistema internacional que ia surgindo, os Estados Unidos tomavam o lugar da Inglaterra ao atrair a maior parte dos capitais, mas deixavam vago o posto de grande consumidor mundial. A nova potência constituía uma

y. Para a citação e comentários utilizei a tradução realizada por Celso Furtado, publicada na Revista Brasileira de Economia em 1949. (PREBISCH, 1949, p. 47)

¹⁶⁰ (PREBISCH, 1949, p. 48-49).

¹⁶¹ (PREBISCH, 1949, p. 47)

economia fechada, com baixo índice de importações. A economia norte-americana que agora atraía grande parte dos capitais internacionais, supria sua demanda interna com produção própria, retendo assim a maior parte dos recursos mundiais. O que deixava países periféricos, como os da América Latina, com grande dificuldade de obtenção de divisas fortes, essenciais para que honrassem seus compromissos externos.¹⁶²

O texto também reelaborava a antiga intuição de Prebisch quanto à tendência de longo prazo da deterioração dos termos de troca na relação comercial entre os países periféricos e os países centrais. Nas fases em que os preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos aumentavam, subiam também os salários monetários nos países centrais. Aqui, os fatores políticos são centrais na explicitação do argumento, já que nas fases de queda dos preços dos produtos primários de exportação os salários nos países centrais mantinham seu nível em boa parte pela existência de sindicatos e movimentos organizados de trabalhadores, enquanto na periferia, que contava com oferta abundante e socialmente desorganizada, os salários rapidamente caíam. Os salários influem diretamente na formação dos custos, fazendo com que os produtos industrializados, vendidos pelos países centrais para os países periféricos, se tornassem comparativamente mais caros, isto é, no longo prazo, os países periféricos tinham de vender quantidades cada vez maiores de produtos primários para comprar uma mesma quantidade de produtos industrializados.¹⁶³

O momento de maior radicalismo do manifesto de Prebisch vinha logo no início da exposição. Ao lembrar das dificuldades de investigar os principais problemas econômicos da realidade latino-americana, aponta como problema o “número exíguo de economistas capazes de penetrar, com critério original, os fenômenos concretos latino-americanos”.¹⁶⁴ Para Prebisch, havia grande carência de jovens economistas de alta qualificação na América Latina. No entanto, não bastava enviá-los aos principais centros de estudo nas universidades dos norte americanos ou europeus, o que aprenderiam lá, não

¹⁶² (PREBISCH, 1949, p. 60-62).

¹⁶³ (PREBISCH, 1949, p. 59)

¹⁶⁴ (PREBISCH, 1949, p. 54)

daria conta de captar a especificidade dos problemas econômicos na América Latina. Afinal, “uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade”.¹⁶⁵

Não se tratava porém de um apelo exclusivamente localista. Prebisch reconhecia que a adequada percepção dos problemas econômicos do continente só se tornaria possível “mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países com seu caudal de verdades comuns”.¹⁶⁶ Com a ressalva de que “é preciso não confundir o conhecimento reflexivo do alheio com uma sujeição mental às ideias alheias, da qual muito lentamente estamos aprendendo a livrar-nos”.¹⁶⁷

Ao sublinhar a inadequação das ideias produzidas nos países centrais para a análise dos problemas locais, Prebisch parece deslocar o seu modelo das trocas desiguais no comércio internacional para o “mercado de ideias”. Também aqui a relação era desvantajosa para os países periféricos que incapazes de pensar sua realidade em seus próprios termos, importavam ideias e modelos teóricos não necessariamente pensados para resolução de seus próprios problemas.

Em termos de forma, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas* é um texto que foge aos padrões acadêmicos da época. Até por isso foi pouco repercutido nos mais importantes meios acadêmicos de pesquisa em economia e comércio internacional, não por acaso localizados no que Prebisch chamaria de países centrais.¹⁶⁸

A forma do *manifesto* de Prebisch não o elegia como alvo da crítica acadêmica típica, realizada em periódicos especializados, nem por isso as reações foram amenas. A resposta ortodoxa foi rápida. As críticas partiram de economistas reconhecidos entre os ortodoxos como Charles Kindleberger, Gerald Meier, Gottfried Harbeler etc. As críticas se dividiam em duas frentes. Em uma, visavam a abrangência e a consistência das evidências empíricas

¹⁶⁵ (PREBISCH, 1949, p. 54)

¹⁶⁶ (PREBISCH, 1949, p. 54)

¹⁶⁷ (PREBISCH, 1949, p. 54)

¹⁶⁸ (LOVE, 1980) e (CARDOSO, 1977, p. 3) chamam a atenção para o fato de que a estrutura pouco acadêmica do texto não o tornou objeto de discussão sistemática nos principais centros de pesquisa em economia.

utilizados no manifesto de Prebisch. Na outra, questionava-se as hipóteses que o levavam a determinar as causas do declínio secular nos termos de troca, questionando também a consistência da teoria prebischiana que não consistiria num único modelo, mas num conjunto de explicações não necessariamente coerentes entre si.¹⁶⁹

Pouco se discutiu sobre a forma do manifesto latino americano. O fato é que Prebisch compôs um texto em tom de intervenção, em linguagem clara e bem trabalhada. O texto parece mais preocupado em abrir caminhos e apontar possibilidades, do que em esgotar todos os muitos recortes e possibilidades que abria. Dessa forma, se filiava à longa e profícua tradição dos ensaios de interpretação e intervenção tão cara a pensamento latino americano.

Com alguma boa vontade, pode-se mesmo ver na performance e no texto de Prebisch características típicas do Arielismo, perspectiva bastante influente na América Latina no período de formação de Prebisch. Afinal, não estão presentes ali todos os elementos do ensaio de José Enrique Rodó? A resistência às ideias vindas dos centros dominantes, como os Estados Unidos, o ensaísmo e a apresentação em tom quase pedagógico, a defesa de um lugar especial reservado no mundo para a América Latina e também a defesa de uma espécie de aristocracia do espírito, agora identificada à racionalidade do planejamento e à ação dos economistas, capazes de liderar o processo de libertação do continente. Por fim, a busca por uma identidade para a América Latina, cujo ponto de fuga parece estar mais nas potencialidades que lhe reserva o futuro, do que nas características de um passado comum.

A repercussão das ideias de Prebisch e da própria CEPAL foi imediata. Não é demais lembrar que numa região há pouco saída da hegemonia positivista, a mensagem de que o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado de forma técnica, pela ciência e pelo planejamento racional, foi rapidamente incorporada ao universo mental latino-americano. Por fim, não se pode excluir a influência da personalidade carismática de Raul Prebisch, que ao longo da carreira combinou a capacidade técnica, com a habilidade de

¹⁶⁹ A crítica ortodoxa a *Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* de Prebisch é bem esquematizada por (SOLÍS, 1988, p. 15-20).

negociação política, características que o tornam um verdadeiro “caudilho intelectual”, consciente de que a difusão de suas ideias dependia do estabelecimento de uma instituição forte o suficiente para a defesa de uma perspectiva essencialmente latino-americana, e também prebischiana, do processo de desenvolvimento, no que se torna um verdadeiro “profeta armado”.¹⁷⁰

Vencida a batalha de Havana, a vida se tornou mais fácil para a CEPAL e também para Raul Prebisch, que rapidamente deixou de ser consultor, para assumir a chefia e a direção da Comissão. O triunfo em Havana tirou a agência da posição eminentemente defensiva. Foi com maior confiança que os resultados de pesquisa foram apresentados na conferência de Montevideu, o que permitiu que a pequena equipe da CEPAL chegasse em boa posição à conferência final no México, quando foram negociados os termos de sua existência definitiva, apesar da resistência da diplomacia norte americana. Na conferência de 1953, realizada no hotel Quitandinha, no Brasil, a convite de Getúlio Vargas, os delegados testemunharam o prestígio de Don Raul e da CEPAL na mensagem laudatória proferida pelo presidente brasileiro.

Daí em diante, a CEPAL rapidamente se consolidaria como lugar privilegiado de formulação de políticas econômicas e assistência técnica aos países latino-americanos. A Comissão prestaria assistência técnica aos governos da região e consolidaria um arcabouço de políticas de desenvolvimento alternativas ao habitual receituário de técnicos enviados pelo FMI, Banco Mundial e OEA. A repercussão junto aos governos latino-americanos, comumente apoiados por uma coalizão populista foi positiva. Para estes, a CEPAL surgia como fonte de autoridade e competência técnica que servia bem aos que procuravam embasamento para se contrapor ao receituário ortodoxo, e que ao mesmo tempo, não pretendiam compactuar com a solução marxista/comunista.

A rápida consolidação da CEPAL como autoridade intelectual e técnica na América Latina, pode ser constatada pelo tom confiante com que já em 1953, Prebisch responderia às críticas de Eugênio Gudín – decano dos economistas

¹⁷⁰ Os termos são de (HODARA, 1987).

liberais brasileiros e também ministro da fazenda. Em artigo publicado no *Correio da Manhã* em junho de 1963, Gudin atacava diretamente um relatório sobre a “Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico”, apresentado pela secretaria executiva da CEPAL, sob a direção de Prebisch.

No artigo de opinião, Gudin revivia os argumentos de seu antigo debate com Roberto Simonsen em torno da controvérsia do planejamento, atacava o que considerava uma pretensão ingênua dos economistas da CEPAL em recriar a teoria econômica e recriminava o que via como uma interferência exagerada nas atividades do setor privado.

Em setembro do mesmo ano, Prebisch redige uma resposta com o título de “A Mística do equilíbrio espontâneo da economia”, que passa bem o tom de sua réplica à Gudin. No artigo, Prebisch acusa Gudin de exagerar nas alegações de intervencionismo atribuídas à CEPAL e rechaça a provocação de que a CEPAL almejava a criação de uma nova teoria econômica, mas faz questão de lembrar que o campo de estudos do desenvolvimento econômico era recente, ainda em consolidação e, portanto, aberto à outras perspectivas. Prebisch ainda rebateria as críticas às medidas de planejamento propostas no documento, lembrando que as políticas propostas pela CEPAL, não eram muito diferentes das muitas apoiadas e realizadas pelo próprio Gudin durante sua trajetória como gestor público.

Por fim, Prebisch faz questão de ressaltar que sua divergência, talvez irreconciliável com Gudin, era de princípios, no que aproveita para reafirmar sua posição contra os liberais que insistiam em acreditar na tese “mística” da existência de um equilíbrio sustentado exclusivamente pelo mercado.¹⁷¹

O debate com Prebisch e a CEPAL foi só mais uma das polêmicas em que Eugênio Gudin tomou parte. No início da década de 1940, seu debate com Roberto Simonsen, realizado nos diferentes relatórios submetidos ao *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial*, constitui um dos mais interessantes capítulos da história das ideias econômicas no Brasil.¹⁷² Também se destaca o

¹⁷¹ Ver (PREBISCH, 1953)

¹⁷² Na ocasião, Simonsen defendeu junto ao conselho uma política de industrialização com apoio estatal. Visão depois contestada por Gudin em parecer enviado ao mesmo conselho, contestando a eficácia da ação estatal na promoção da política industrial. O debate contou ainda

longo ciclo de conferências e seminários sobre desenvolvimento econômico organizado por Eugênio Gudín no Instituto Brasileiro de Economia, que foi das mais importantes iniciativas para a discussão dos temas da economia do desenvolvimento no Brasil.¹⁷³

Um dos seminários de maior repercussão foi o do economista e teórico do desenvolvimento Ragnar Nurkse. Em suas cinco conferências, Nurkse abordou temas como as limitações para a formação de capital em países subdesenvolvidos, devido ao seu restrito mercado interno e o efeito demonstração, que levava os países subdesenvolvidos a adotarem um padrão de consumo acima de sua capacidade, o que reforçava sua tendência permanente ao desequilíbrio externo.

Também estavam no conjunto dos assuntos abordados por Nurkse as consequências do desemprego rural no mundo subdesenvolvido, bem como as possibilidades abertas ao investimento estrangeiro direto, além da relação entre as políticas comerciais, com recurso à proibição ou limitação das importações de bens não essenciais e a formação interna de capitais para investimento.¹⁷⁴ Nurkse era crítico da atuação de Prebisch e de Furtado, mas ao contrário de visões mais ortodoxas como as de Jacob Viner, ou mesmo de Eugênio Gudín, havia espaço em suas formulações para o diálogo com a escola latino americana de desenvolvimento que ia surgindo.

Dada a repercussão das conferências de Nurkse no Brasil, não demorou para que Celso Furtado saísse em defesa da visão cepalina. Em artigo publicado em 1951, mesmo ano das conferências de Nurkse, Furtado respondia ao estilo do manifesto de Prebisch. Iniciava o texto, afirmando que se as ideias sobre o subdesenvolvimento ganhavam rápida projeção era porque a visão da sociedade

com uma réplica de Simonsen e outra resposta de Gudín. Um exame detalhado do que ficou conhecido como a “controvérsia do planejamento” pode ser encontrado em (CURI e CUNHA, 2015). Para o significado político das proposições de Simonsen ver (CEPÊDA, 2004).

¹⁷³ A lista dos palestrantes inclui nomes como Gottfried. Habeler, Hans Singer, Nicholas Kaldor, Jacob Viner, Ragnar Nurkse e Douglas North

¹⁷⁴ As conferências de Ragnar Nurkse foram originalmente publicadas na *Revista Brasileira de Economia*. Os textos do debate entre Nurkse e Furtado foram posteriormente republicados em volume especial editado pelo Centro Celso Furtado. Ver (NURKSE, (1951) 2007), (FURTADO, (1951) 2007) e (NURKSE, (1953) 2007).

liberal de que o desenvolvimento geraria o progresso econômico de maneira espontânea ia sendo negada pela realidade.

Em seguida, procurava definir o subdesenvolvimento não nos termos tradicionais da predominância do desemprego ou do subemprego, mas sim como no quadro mais amplo da absorção das tecnologias produtivas, que nas economias desenvolvidas se dava pela acumulação e aplicação de novos conhecimentos, enquanto nas economias subdesenvolvidas o mesmo processo adquiria o caráter imitativo de assimilação das técnicas prevalecentes em cada época.

Ao comentar a questão do impulso externo, das mais importantes para Nurkse, Furtado sublinhava que nos países subdesenvolvidos, o impulso externo é frequentemente interrompido, o que imediatamente impede o processo de desenvolvimento em curso. Ademais, nos momentos de alta e elevação da produtividade, cresciam primeiro os lucros, acentuando a tendência de concentração da renda em poucos segmentos. Sabe-se que o debate com Nurkse foi particularmente importante para Furtado. Parte dos argumentos seriam reaproveitados alguns anos depois em 1958, nas críticas que Furtado faria agora ao economista Paul Rosenstein-Rodan.¹⁷⁵

Rosenstein-Rodan, por sua vez, foi um dos primeiros a questionar a eficiência do sistema de comércio internacional em alcançar uma melhor distribuição da renda entre os diferentes países do mundo, o que exigiria a elevação mais rápida do produto nas regiões economicamente deprimidas.¹⁷⁶

A resolução da questão dependeria do recurso ao capital estrangeiro para instalação de indústrias leves, que elevariam a produtividade das regiões mais carentes. Para Rosenstein-Rodan a resposta consistia numa estratégia mista. Os estados deveriam atuar na mobilização da poupança interna, ao mesmo tempo em que deveriam contar com empréstimos internacionais e auxílio

¹⁷⁵ Para os comentários aos estudos de Rosenstein-Rodan, ver (FURTADO, 1958). O próprio Furtado menciona que o texto com as críticas a Nurkse foi reaproveitado em *A Economia Brasileira*. (FURTADO, 2014, p. 138).

¹⁷⁶ (ROSENSTEIN-RODAN, (1958) 2010). As contribuições Rosenstein-Rodan, Nurkse e do próprio Furtado constam na já clássica coletânea *A economia do subdesenvolvimento*, organizada em 1958 por A. N. Agarwala e S.P. Singh. (AGARWALA e SINGH, (1958) 2010). A mesma coletânea conta com textos de abordagens que viriam a se tornar bastantes influentes como as de Simon Kuznetz e W.W. Rostow.

estrangeiro em forma de investimento direto, possibilitando um esforço consistente de industrialização, concentrado num período de aproximadamente 10 anos, processo que apelidou de *Big-Push*.¹⁷⁷

Ao retomar o problema, Ragnar Nurkse aprofundaria as conclusões de Rosestein-Rodan. Reconhecia que a baixa renda per capita dos países não industrializados limitava o tamanho de seus mercados internos, estrangulando sua capacidade de investimento. Nurkse propunha então uma “estratégia de crescimento equilibrado”, em que caberia ao Estado coordenar a mobilização de recursos para investimento, contando principalmente com o auxílio do investimento externo. Figurava também como elemento essencial do plano, a participação ativa do Estado no planejamento de uma industrialização ampla e na adequada e eficiente aplicação dos recursos obtidos externamente.¹⁷⁸

Também constam na coletânea duas outras perspectivas, bastante distantes do desenvolvimento cepalino, que viriam a se tornar bastante influentes, como as de W.W. Rostow e Simon Kuznetz.¹⁷⁹ A abordagem de Rostow, então professor do MIT, previa um modelo de desenvolvimento em 5 etapas: 1) Sociedade tradicional; 2) as condições para a decolagem; 3) a decolagem; 4) A marcha para a maturidade; 5) A era do consumo em massa. Assim, se países como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Alemanha já possuíam economias “maduras” e em “consumo de massa”, outros países como Argentina e México estavam ainda “decolando” enquanto China e Índia, ainda muito presas aos atavismos das sociedades tradicionais, preparavam as condições para sua “decolagem”.

¹⁷⁷ (ROSESTEIN-RODAN, (1958) 2010).

¹⁷⁸ (NURKSE, (1958) 2010).

¹⁷⁹ A conhecida teoria de crescimento de Kusnetz descrevia de maneira sintética a correlação entre os níveis de desigualdade e o nível de renda per capita dos países. A trajetória era descrita por uma curva em formato de “sino” ou um “U” invertido, que combina a renda per capita no eixo horizontal com o nível de desigualdade no eixo vertical. No esquema de Kusnetz, nas etapas iniciais de desenvolvimento haveria um aumento natural da desigualdade que, contudo, seria reduzida de maneira expressiva na etapa seguinte. Se na primeira etapa somente uma minoria estaria em condições de desfrutar dos benefícios do crescimento econômico, conforme o processo de crescimento se difundia, a desigualdade logo diminuiria, com a vantagem de que todos desfrutariam de um patamar de riqueza per capita consideravelmente maior do que antes. Há marcado tom político nos trabalhos de Kusnetz que em mais de uma ocasião assumiu a necessidade de assegurar que os países subdesenvolvidos continuassem na “órbita do mundo livre”. Ver: (PIKETTY, 2014, p. 15-16)

No contato com outras perspectivas do desenvolvimento econômico, a CEPAL ia moldando sua própria identidade. Até mais do que isso, no contraponto às outras propostas de desenvolvimento econômico, podia-se notar mesmo as particularidades do meio que os economistas cepalinos procuravam retratar.

Por ocasião de um insólito encontro organizado pela Unesco e pela Associação Internacional de Economistas, entre economistas do “leste” e do “oeste”, reuniram-se numa estação termal na Turquia nomes como A. G. Robinson, Haberler, Triffin e o próprio Furtado, representando o “Oeste,” com reconhecidos economistas do “leste” (Dyatchenko, Kaigl, Minc etc).¹⁸⁰

Para Furtado a sensação predominante parece ter sido a de deslocamento. O economista brasileiro notou que os aspectos do planejamento econômico apresentados pelos economistas do leste, praticamente não levavam em consideração o papel do consumidor, ou seja, do indivíduo. No Oriente, a ação do Estado era dominante, o que levou Furtado a indagar até que ponto uma planificação total da economia não poderia acarretar também numa espécie deletéria de planificação cultural.¹⁸¹ Já os trabalhos dos economistas do ocidente pecavam pela orientação oposta, ou seja, todos tomavam como pressuposto uma visão atomizada, focada nos aspectos individuais e pouco atenta às ações do setor público, que eram incorporadas sempre como fator exógeno.¹⁸²

A situação da América Latina, por sua vez, era incompreendida por ambos. Mesmo que considerada parte do “oeste”, ou ocidente. Furtado conta que na ocasião, boa parte dos presentes se espantou ao saber que nos países subdesenvolvidos o planejamento era tema de grande interesse, havendo mesmo se desenvolvido técnicas próprias de planificação.¹⁸³ O que deu a Furtado a impressão de que do ponto de vista da economia do subdesenvolvimento, especialmente da América Latina, nada de relevante foi tratado no encontro. Tanto no ocidente quanto no oriente não haveria ainda a

¹⁸⁰Ver (FURTADO, 2014, p. 197)

¹⁸¹ (FURTADO, 1957, p. 404).

¹⁸² (FURTADO, 1957, p. 403).

¹⁸³ (FURTADO, 2014, p. 198).

consciência de “reconhecer na economia do subdesenvolvimento um campo autônomo a exigir um esforço criador de natureza teórica”.¹⁸⁴

Furtado, contudo, não foi o único a intuir a posição algo deslocada da América Latina no mundo. A excepcionalidade da América Latina residiria na particular relação entre Estado e sociedade na região. Se no ocidente a sociedade civil organizada é um dado da realidade e da cultura política, no oriente o Estado ocuparia todos os espaços da vida política. Já na América Latina nenhum dos dois casos predominaria. Mesmo que por fatores históricos a região seja culturalmente mais próxima dos países europeus, a sociedade aqui estabelecida apresentaria características suficientemente diferentes, que parecem mesmo justificar que a América Latina seja chamada de um *outro ocidente*, ou mesmo um extremo ocidente.¹⁸⁵

A reflexão é similar à que faria o marxista argentino Juan Carlos Portantiero alguns anos depois. Para Portantiero, seria possível distinguir pelos menos dois tipos de países no ocidente. No ocidente tradicional a vida política e seu desenvolvimento se dariam em termos societários. O outro ocidente, que incluiria a América Latina, se distinguiria do Oriente por possuir uma sociedade civil razoavelmente complexa, por outro lado, também se distinguiria do ocidente tradicional pela maior predominância do Estado na vida política, combinado com uma sociedade civil pouco articulada, sem canais próprios de representação política, ainda que diferenciada e complexa.¹⁸⁶

2.4 - As vias para o capitalismo e o lugar da América Latina no mundo

Nas trajetórias políticas e intelectuais de marxistas e cepalinos na América Latina, as diferenças são o que mais chamam a atenção. Os Partidos Comunistas da região conseguiram projetar-se como forças políticas relevantes, especialmente no âmbito cultural, mas nenhum deles foi capaz de estabelecer-

¹⁸⁴ (FURTADO, 1957, p. 406).

¹⁸⁵ (RICUPERO, 2000, p. 70).

¹⁸⁶ Ver (PORTANTIERO, 1977).

se como alternativa real de poder, fosse pela via revolucionária ou pela democrática.¹⁸⁷ Quanto à formulação dos dilemas da região, os aparelhos partidários foram pouco além da recepção dos esquematismos exportados pela Internacional Comunista. As elaborações dissidentes de José Carlos Mariátegui no Peru e Caio Prado Jr. no Brasil, não passaram de episódios fortuitos e também isolados em suas respectivas culturas políticas. Embora a longa e coerente trajetória crítica de Caio Prado Jr. tenha lhe valido uma espécie de redenção no final dos anos 60, quando suas críticas ao modelo aliancista do Partido Comunista Brasileiro foram revalorizadas pelo trágico desfecho político de 1964.¹⁸⁸

A CEPAL, por outro lado, rapidamente caiu nas graças dos governos populistas da região. Reforçam essa percepção a convivência próxima de Prebisch com a política argentina quando à frente da CEPAL nos anos 50. As frequentes missões de estudo e auxílio técnico nos diferentes países da região e até a trajetória posterior de nomes como Celso Furtado, que poucos anos após deixar os quadros da Comissão se tornaria figura de destaque na vida pública brasileira, assumindo a posição de primeiro Ministro Extraordinário do Planejamento. Ou mesmo Felipe Pazos, que desempenharia papel importante na revolução cubana, vindo a assumir a presidência do Banco Nacional de Cuba por indicação de Fidel Castro.

Em que pesem as diferenças, parece haver duas semelhanças fundamentais entre a experiência da ala criativa do marxismo latino americano, representada por Mariátegui e Prado Jr. e a trajetória de reflexão desenvolvida por Prebisch e seu grupo cepalino. A primeira, consiste no fato de que ambos, mesmo que de diferentes perspectivas, procuraram se contrapor às análises monolíticas, marcadas pela recusa em reconhecer as especificidades históricas da América Latina. Análises produzidas tanto pela Internacional Comunista, quanto pelos centros hegemônicos de produção de ideias no âmbito da economia do desenvolvimento. A segunda, bastante relacionada a primeira, decorre do fato de que procuraram dar uma resposta fidedigna ao dilema da

¹⁸⁷ Mesmo a Revolução Cubana, que poderia representar uma exceção, só aderiria posteriormente ao comunismo soviético. Ver (PORTANTIERO, 1989, p. 342-343)

¹⁸⁸ Garcia (1989)

superação do passado colonial da região, que tem mobilizado a inteligência latino-americana pelo menos desde a época de seus movimentos de independência política no início do século XIX.

Nesse duplo esforço, o negativo, de contrapor-se às hegemonias intelectuais de seus respectivos contextos. E o positivo, de propor uma solução real para os dilemas locais, tanto o marxismo heterodoxo de Prado Jr. e Mariátegui quanto a economia política da CEPAL avançaram o esforço de recepção e tradução de ideias e ideologias externas para as condições específicas da América Latina, num esforço em parte similar ao realizado pela escola Histórica Alemã durante o período de desenvolvimento industrial e formação do Estado Nacional alemão e ao dos bolcheviques ao adaptarem o marxismo do início do século XX para as condições efetivas em que ele poderia se realizar na Rússia de então.

Ao avançar por esses novos caminhos, o marxismo heterodoxo latino-americano e a economia política da CEPAL, contribuíram de maneira decisiva para o ganho de consciência quanto aos termos históricos da posição da América Latina no mundo. Nos dois casos, serviram à consolidação da ideia de que os caminhos para o futuro almejado e, portanto, para a superação dos entraves coloniais da região, não constituíam uma etapa no esquema do caminho revolucionário definido pela Internacional Comunista, tampouco uma etapa rumo ao crescimento econômico como sustentado pelo esquematismo de modelos econômicos como os de W.W. Rostow.

O que se passava aqui, afirmaram, constituía outra situação histórica qualitativamente distinta. Não se tratava mais de compreender a América Latina como lugar em que conviveriam um setor atrasado, que deveria ser incorporado à normalidade burguesa, fosse para o amadurecimento das condições revolucionárias, ou para o definitivo estabelecimento da economia de mercado, e um setor moderno. Não haveria, portanto, uma luta de morte entre um setor atrasado, espécie de embate entre civilização e barbárie, para reeditar os termos de Sarmiento, que definiria o futuro dos países latino-americanos. Haveria, isso sim, uma convivência contraditória. Nesse sentido, tantos os marxismos heterodoxos aqui referidos, quanto pensamentos que derivam da economia política da CEPAL, que tem Celso Furtado como principal representante,

adaptaram ou mesmo anteciparam a reflexão sobre os processos de modernização conservadora como os ocorridos na América Latina.

A inovação dessas explicações, também de caráter analítico, mas com aspectos normativos bastante marcados e consequências diretas para a ação política, é a forma, ou via, através da qual a América Latina teria adquirido suas feições modernas. A partir da formação histórica específica do continente, os marxismos de Mariátegui e Prado Jr. e a economia política cepalina, representada por obras como a de Furtado, foram capazes de enriquecer o conceito de vias não-clássicas, revoluções passivas ou modernizações conservadoras.

O que passa pelo reconhecimento que o processo de desenvolvimento da América Latina até meados do século XX se aproximaria mais do que ficou caracterizado como “via prussiana”, isto é, o de um processo de industrialização que não foi acompanhado pelo desenvolvimento de instituições plenamente democráticas. Assim, os casos tidos como clássicos comportariam os movimentos de ruptura com o Antigo Regime representados pela Guerra Civil Inglesa e pela Revolução Francesa, em que setores radicais foram capazes de organizar contingentes revolucionários que pelo uso da força puseram fim aos seus antigos Regimes. Ou mesmo pelo período que combinou o movimento de independência e a Guerra Civil nos Estados Unidos, que puseram fim, respectivamente, ao domínio metropolitano e à instituição do trabalho escravo.

Os primeiros desvios, ou casos “não-clássicos”, são bem representados pelo processo alemão, ou via prussiana, nos termos de Lênin. A formação do Estado nacional alemão foi tardia, o desenvolvimento alemão, ou via prussiana, seria ainda caracterizado por um processo político sem rupturas significativas, representado pelo fracionamento da propriedade rural de maneira incremental, na formação dos *junkers* e por um processo econômico de industrialização conduzida pelo Estado, conformando um processo de modernização marcado pela ausência de rupturas significativas com as estruturas políticas e sociais do passado.¹⁸⁹

¹⁸⁹(COUTINHO, 1989).

Algo similar, ou até mais paradigmático, teria ocorrido no Japão da revolução Meiji, tomada como ponto de partida de um intenso processo de modernização que combinou a centralização política, com a industrialização capitaneada pelo Estado e concentrada em grandes conglomerados industriais, os *zaibatsus*, pertencentes aos clãs que detinham o poder político no Japão Feudal. Assim, também no processo de modernização japonês não teria havido uma ruptura suficiente com o Antigo Regime para que capitalismo e democracia se combinassem, tanto que, nas industrializações tardias, a democracia sempre se apresentou como mais frágil, criando terreno fértil para ascensão de regimes totalitários. Alemanha e Japão, nesse sentido, seriam os melhores exemplos de Revoluções Burguesas realizadas por “vias não-clássicas”, isso é, de processo de modernização em que o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas não se combinou com o surgimento de um sistema político de bases democráticas.¹⁹⁰

Em termos políticos, Marx já havia chamado a atenção para o fato de que a partir de 1848, com o surgimento do proletariado como classe organizada na cena política europeia, as Revoluções Burguesas posteriores assumiram caráter autocrático. Historicamente, já não havia a necessidade de que a burguesia se aliasse as classes populares para derrotar o Antigo Regime, pelo contrário, como classe, a burguesia agora se via forçada a proteger-se da ação política organizada da classe operária. Economicamente, a constatação mais difundida talvez seja a de Alexander Gerschenkron, que apontou o fato de que as condições históricas das industrializações tardias de Alemanha e Japão no século XIX eram mais hostis, pela simples existência de potências industriais com amplo domínio dos mercados internacionais, como Inglaterra e França.¹⁹¹

O interesse em comparar os dois casos parece se dar mais pelas diferenças representadas entre os casos clássicos e os processos posteriores como o alemão, o japonês ou o latino americano e não necessariamente por uma identidade de processos entre essas mesmas vias não clássicas. Nesse sentido, as semelhanças do caso latino-americano com a via prussiana são predominantemente políticas, por se tratar de um processo de formação de

¹⁹⁰ (MOORE, 1983) e (COUTINHO, 1989).

¹⁹¹ (MARX, 1997).

Estados Nacionais ocorrido sem que houvesse transformações políticas significativas e sem redistribuição massiva da propriedade agrária.¹⁹²

Já as diferenças entre o caso latino americano e as vias não clássicas, se devem sobretudo à condição distinta desses processos de modernização. O caso latino-americano é ainda mais tardio, ocorre num terceiro momento, já no século XX, e tenta realizar sua inserção internacional num mercado mundial já saturado pela presença de antigas e novas potências industriais, bem como pelas estratégias de atuação das grandes empresas multinacionais.¹⁹³

Para a industrialização na América Latina, parecia haver ainda uma dificuldade adicional, de ordem cultural, própria de uma região que partilhava de uma experiência cultural similar a europeia, ainda que de maneira periférica. Na América Latina parecia haver diferenças culturais suficientemente grandes para impor alguma resistência aos projetos externos de modernização, ao mesmo tempo em que a semelhança na experiência cultural de latino-americanos com a cultura europeia facilitava a assimilação, mesmo que problemática, de padrões de consumo tipicamente ocidentais.

O ponto talvez fique mais claro na comparação do caso latino-americano com o japonês em que as diferenças são bem maiores do que as semelhanças. O relativo isolamento cultural japonês em relação à cultura ocidental até meados do século XIX,¹⁹⁴ se converteria em uma vantagem para o país. O Japão, além de culturalmente homogêneo, era culturalmente distinto do mundo ocidental. Um japonês típico via-se como parte de um meio social fundamentalmente diferente do ocidente.

¹⁹² Como lembra Caio Prado Jr., para quem o processo de emancipação do Brasil tem caráter de “arranjo político”, feito por “uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro”, feita “à revelia do povo”, afastando completamente a participação popular do novo processo político Prado Jr. [1933](2012).

¹⁹³ Como destacaria Furtado, para quem as industrializações clássicas do século XVII, provocaram uma ruptura na economia mundial que “passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”. Furtado (1962). O que o permitiria afirmar que o subdesenvolvimento é um “processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”. Para uma avaliação específica da articulação entre as necessidades do desenvolvimento nacional e as estratégias das empresas multinacionais ver (SINGER, 1977).

¹⁹⁴ Houve contato com o império colonial português ainda no século XIX, como lembra Boxer (2006).

Assim, as mercadorias estrangeiras que invadiram o mercado japonês a partir da segunda metade do século XIX, eram claramente alienígenas, produtos de uma cultura fundamentalmente distinta. O dualismo era mais do que evidente. Algo bem expresso pela maneira como o país do extremo oriente dividia suas exposições de pintura em “pintura japonesa e pintura ocidental”, assim como as universidades tinham departamentos separados de história japonesa e história ocidental. Também nas casas, conviviam as salas e as “salas ocidentais”, ou mesmo as roupas usadas no cotidiano eram *kimonos* ou roupas ocidentais. Assim, a experiência cotidiana dos japoneses reforçava a consciência de absorção de uma cultura estrangeira, ao mesmo tempo em que reforçava os laços com a cultura tradicional pela percepção das diferenças.¹⁹⁵

A situação na América Latina era outra. Se bem houvesse um sentimento longo e disseminado de desencontro entre a cultura europeia e a América Latina, as mercadorias, roupas e costumes ocidentais constituíram desde a colonização do século XVI, parte integrante dessas culturas. Daí a ser tão interessante a ideia de R.P. Dore a respeito do estranhamento provocado pela “invasão” ocidental na cultura e na economia japonesa, que teria representado um contraste e uma ruptura tão grande com o passado, com o efeito de um *Big-Push* psicológico e cultural,¹⁹⁶ na direção do desenvolvimento pela incorporação da indústria e dos caracteres externos. Diferente do que ocorreu na América Latina, em que novos produtos e inovações em geral eram recebidas como seriam em qualquer país europeu, mesmo que o consumo estivesse restrito a uma parcela minoritária da população.

A comparação entre situações tão diferentes pode parecer exótica, mas deveria servir para lembrar que os casos, ou vias não clássicas para o capitalismo, constituem a maioria dos exemplos históricos a que se pode recorrer

¹⁹⁵ (DORE, 1963, p. 17)

¹⁹⁶ O que Nurkse e Rodan haviam identificado pela ótica dos investimentos, e já citado nesse capítulo. Por outro lado, o processo, lembra Dore, pode ser uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que criava as condições necessárias para uma mobilização em prol da industrialização modernizante, fortalecia o nacionalismo xenófobo e excludente que ganharia maior força na primeira metade do século XX.

e lembram que o processo de assimilação do desenvolvimento foi problemático em todos os casos que não os processos clássicos.¹⁹⁷

A problemática dos casos não clássicos, que são na verdade maioria, pode mesmo ajudar o centro, ou países dos casos clássicos, a rever algumas de suas convicções, ou até a natureza de seu processo de desenvolvimento. O que pode proporcionar uma descoberta como a do gramsciano inglês Stuart Hall, ao dar-se conta que a ascensão do Thatcherismo com seu projeto de “modernização regressiva”, se fizera a partir de uma aguda percepção da natureza do processo de formação social britânico, que embora paradigmático como caso pioneiro de revolução industrial, permanecia como sistema econômico e social que nunca se adaptou completamente à civilização moderna.

O que faz o autor perceber-se como parte de uma formação social que embora tenha sido capaz de moldar boa parte do mundo à sua semelhança a partir do século XVIII, havia falhado em dar o passo seguinte. Incapaz de adaptar suas estruturas políticas e sociais às exigências da segunda revolução industrial do século XIX, como realizado nos Estados Unidos ou mesmo pelos países que tomaram a “via-prussiana” como Alemanha e Japão.¹⁹⁸

Constatação similar é expressa em dois diferentes momentos da reflexão do economista norte-americano sobre o subdesenvolvimento na América Latina. Se nos anos 60 o jovem Hirschman expressa um otimismo condescendente ao considerar o período que vai dos movimentos de independência na América Latina à primeira Guerra Mundial como “uma época de auto-recriminação” cuja principal característica seria a percepção duradoura de um permanente conflito “entre teoria e prática, entre palavras e ações, entre conteúdo e forma”, descrito

¹⁹⁷ Ainda que sua preocupação esteja restrita à forma literária, Roberto Schwarz identifica a existência de um lado, de um processo relativamente homogêneo de transição do feudalismo para o capitalismo nos países europeus, mas que seria seguido por um processo diferente nas ex-colônias e no mundo não-ocidental: “Então, a viagem das formas começa a criar o samba do crioulo doido, porque elas se ‘aplicam’ a uma realidade de outra ordem, que é o que aconteceu no Brasil. Ando fuçando histórias literárias de países de que não sei nada. Tem-se esse mesmo tipo de problemática na literatura japonesa, em fins do século XIX, na literatura coreana, na literatura hindu, na literatura turca, para não falar da russa, que é mais familiar(...). Quando aparecer alguém que saiba português, coreano, hindu e tal, ele vai enxergar e criar um objeto novo, que existe e está esperando formulação” – (SCHWARCZ e BOTELHO, 2008).

¹⁹⁸ No original: “... It never became a second capitalist-industrial-revolution power, in the way that the US did, and, by another route (the “Prussian route”), Germany and Japan did. (HALL, 1990, p. 164).

por todos os que se propuseram a analisar a realidade social latino americana. Sentimento de auto-recriminação que Hirschman considerava estar se estendendo a novos territórios, como a elaboração de políticas econômicas, no que chega a citar como exemplo dessa atitude a “reclamação” de Furtado quanto à inadequação da política monetária brasileira de adesão ao padrão ouro, que não corresponderia às características de uma economia periférica.¹⁹⁹

Constatação essa que parece autorizar Hirschman a recomendar em tom condescendente um esforço pela “reconciliação da América Latina com sua realidade”,²⁰⁰ o que passaria por encarar as dificuldades e os desequilíbrios da realidade latino-americana não como uma prova renovada da inépcia local, mas sim como característica própria de seu processo de desenvolvimento. Nova postura que permitiria retirar os latino-americanos de seu atual “estado de auto depreciação”, em prol de uma atitude mais positiva, que lhes permitiria mesmo aprender com os casos bem sucedidos de outros países subdesenvolvidos, como a Índia.

Caberia ainda aos latino americanos, segundo Hirschman, deixar de ansiar por uma solução súbita e inalcançável e educarem a si mesmos para melhor perceber e avaliar as muitas possibilidades que já existiam, o que poderia terminar por aumentar sua confiança em sua capacidade de resolver seus próprios problemas.

Décadas depois, a mudança de tom é expressiva. Quando o colapso da modernização latino-americana nos anos 60, deixa expostos os limites das recomendações das teorias do desenvolvimento.²⁰¹ O já veterano economista, agora percebia que a via de desenvolvimento latino-americana, descrevia não só os processos das regiões subdesenvolvidas, mas o próprio padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas em seu período de arranque no pós-guerra. O que chama de “movimento dialético” de mergulho no outro, ou na experiência latino-americana, lhe teria permitido perceber que desenvolvimento e subdesenvolvimento talvez não fossem tão diferentes.

¹⁹⁹ (HIRSCHMAN, 1971, p. 272-273).

²⁰⁰ “Some of my contentions could serve to reconcile the Latin Americans with their reality...” (HIRSCHMAN, 1971, p. 310).

²⁰¹ (HIRSCHMAN, 1971, p. 272-273).

A rica experiência de construção intelectual na primeira metade do século XX não só aguçou a percepção da América Latina quanto a seu lugar no mundo, mas parece também ter revelado alguma coisa aos que viam a região pelo prisma do atraso e não o da singularidade. Os dois depoimentos de Hirschman talvez permitam dizer que, ao olhar para a sua periferia, o centro descobriu uma ou duas coisas sobre si mesmo.²⁰²

²⁰² (HIRSCHMAN, 1981, p. 9)

3) Exploração e Povoamento na América Colonial

3.1 - Usos de Leroy-Beaulieu

Em *O Capital*, Marx parece dar pouca atenção à análise da situação das ex-colônias americanas. Talvez por isso, o capítulo 25 da obra, *A Teoria Moderna da Colonização*, tenha despertado especial interesse entre seus leitores e comentadores no Novo Mundo.

Todo o capítulo em questão é dedicado ao comentário irônico das descobertas contidas no livro do economista inglês E.G Wakefield, publicado em 1834²⁰³. No capítulo, Marx parece se interessar especialmente pela comparação que faz Wakefield entre um país em que capitalismo e capital estão devidamente disseminados como forma de mediação predominante nas relações entre pessoas, mercadorias e pessoas, caso da Inglaterra, e um outro meio social, em que o capitalismo, mesmo que presente, ainda não se fazia sentir em todas as esferas da produção e da vida, como na América ou na Austrália, então fronteiras ainda ativas de expansão do colonialismo.

Em seu comentário, Marx ressalta a surpresa de Wakefield em constatar que a situação do colono, há pouco tempo estabelecido num continente ainda selvagem, parecia melhor que a do trabalhador médio inglês do século XIX. Outro contraste, também observado por Wakefield, estaria na situação da classe dos grandes produtores no novo continente, bastante desfavorável quando comparada a de seus análogos no velho mundo.

Supreendia Wakefield o fato de que na Inglaterra grande parte dos trabalhadores era unicamente assalariada, enquanto na América quase todos dividiam-se entre variadas ocupações. Os homens livres que cultivavam suas terras no continente americano, via de regra, também exerciam outras ocupações como as de ferreiro, na fabricação de seus instrumentos de trabalho ou de carpinteiro na construção de suas casas e de seus móveis. Da mesma forma, todo o núcleo familiar se envolvia na produção artigos de primeira

²⁰³Trata-se de *England and America. A Comparison of the social and political state of both nations*

necessidade, como sabão, roupas e sapatos para uso próprio. A agricultura, por vezes, era uma ocupação subsidiária, entre tantas outras.²⁰⁴

A situação dos grandes produtores era bem outra. Wakefield chega a citar o caso de um cidadão inglês, *Mr. Peel*, que teria levado para América grande soma de capital, assim como todos os meios de produção de que necessitaria, além de um contingente de aproximadamente 3000 trabalhadores, entre homens, mulheres e crianças, com o intuito de atender suas necessidades na terra inóspita. Teria sido grande a surpresa de Mr. Peel, e depois de Wakefield, ao se ver em pouco tempo sem empregados, “sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água do rio”.²⁰⁵

Preocupava Wakefield ainda, o fato de que a divisão entre proprietários do capital e proprietários da força de trabalho era particularmente problemática de ocorrer nas colônias. O que causaria sério obstáculo à acumulação de capital nos novos territórios, por sua vez, condição necessária para o aumento da riqueza e da prosperidade, como acreditava.²⁰⁶ O fato se daria pela abundância de terras na América e ao seu consequente baixo preço, o que permitiria que os poucos assalariados – aqueles que não possuíam terras – impusessem um preço “exorbitante” aos grandes produtores que dependiam de seu trabalho, desestimulando o recurso ao trabalho assalariado. A solução, defendia Wakefield, dependia da realização de uma política direcionada de colonização que limitasse o acesso às terras cultiváveis, o que acabaria por aumentar seu preço, tornando o trabalho assalariado comparativamente mais vantajoso.²⁰⁷

Ocorre que Wakefield, e também Marx, comentavam as consequências de um tipo específico de colonização, a chamada *colonização de povoamento*, que contrastava em quase todos os aspectos com o outro tipo de colonização, a

²⁰⁴ (MARX, 1996, p. 387)

²⁰⁵ Wakefield apud. (MARX, 1996, p. 384)

²⁰⁶ (MARX, 1996, p. 385)

²⁰⁷ A sugestão de Wakefield, mesmo que por vias indiretas, acabou por ser aplicada no Brasil. Quando a imigração de trabalhadores europeus livres se tornou expressiva, foi promulgada a restritiva lei de terras (1850), que limitava o acesso, mesmo que por compra, às terras brasileiras por trabalhadores estrangeiros.

de *exploração*, essa mais difundida em outras regiões do continente americano, marcadamente nas de clima tropical e subtropical.²⁰⁸

É interessante constatar que a interpretação do processo de colonização do novo mundo tomando como base uma tipologia de contrários, remete ainda à *Riqueza das Nações* de Adam Smith, publicada em 1776, e escrita durante a guerra de independência das 13 colônias norte americanas contra a Inglaterra, o que explica, ao menos em parte, o interesse de Smith em compreender as consequências que os possíveis desdobramentos do conflito poderiam acarretar para a economia inglesa.

Para pensar a experiência europeia no Novo Mundo, Adam Smith recorre à caracterização de colonização da antiguidade clássica, aludindo aos modelos de colônias gregas e romanas. Para Adam Smith já a nomenclatura dos empreendimentos coloniais clássicos dá boa ideia do sentido mais amplo de cada tipo de colonização, ao mesmo tempo em que marca as diferenças entre os dois casos. Enquanto o termo grego *apoxia* remeteria a uma ideia mais ampla de partida, de separação do lar, o termo em latim *colonia*, usado pelos romanos, equivaleria ao significado de uma *plantation*, isso é, próximo da noção moderna de uma fazenda ou lavoura.²⁰⁹

Nessa acepção, segundo Smith, as colônias gregas seriam consideradas como “filhos emancipados”, que sempre estariam ligados a suas “cidades-mães”, havendo sempre uma relação de gratidão, mas não a pretensão de exercer qualquer tipo de jurisdição sobre as colônias. Já na colonização empreendida pelos romanos, não haveria qualquer interesse em criar entidades ou estados independentes. As colônias serviriam para aliviar a pressão por novas terras pelas classes abastadas. Nesses novos territórios, havia pouca autonomia jurídica, estando quase totalmente submetidas à autoridade do poder central.

A partir daí, Smith estende a diferenciação para as colônias americanas. Assim, exemplifica, as colônias espanholas teriam se constituído desde o início

²⁰⁸ É verdade que Wakefield mostra certa consciência ao citar que isso não se aplicaria aos escravos e seus senhores – esses se dedicam aos grandes empreendimentos. Também é verdade que Marx lembraria que os Espanhóis desde sempre recorreram ao instituto do trabalho compulsório (*encomienda* e *mita*). – Mas pouco se referem, por exemplo, à experiência da colonização inglesa nas Antilhas.

²⁰⁹ Como afirmam (MONASTERIO e EHRL, 2015, p. 9-10)

como fontes de renda para a Coroa Espanhola, convivendo com forte grau de intervenção da metrópole em sua estrutura econômica e em suas possibilidades de troca com o mercado internacional. Já as colônias inglesas teriam se beneficiado de um menor grau de intervenção da Inglaterra e de um maior acesso a outros mercados. As diferenças, portanto, parecem repousar no tipo de ocupação empreendida, mais do que nas características de cada região, já que mesmo Smith reconhecia que a América Espanhola possuía condições mais favoráveis para o cultivo da terra.²¹⁰

As tipologias da colonização seriam adaptadas nas décadas seguintes por dois autores ligados à Escola Histórica Alemã de economia, Arnold H. L. Heeren (1760-1842) e Wilhelm G.F. Roscher (1817-1894). Heeren cuidou de expandir as classificações de colonização, agora expressas em 4 tipos; 1) *Povoamento* (de agricultores), formada majoritariamente por agricultores europeus e proprietários de terra, constituindo o tipo de colônia que tendia a tornar-se uma nação independente. 2) *Exploração*, constituída com o objetivo primário de exportar produtos primários para os países europeus, com uso frequente de mão de obra escrava e pequeno número relativo de residentes europeus. Tipo de colônia que para Heeren, não reunia as condições necessárias para tornar-se uma nação. 3) *Colônia de Mineração*, com o objetivo primordial de extração de metais preciosos e 4) *Colônia Mercantil*, criadas com a função de realizar o comércio de produtos locais no interior da própria colônia.²¹¹

Posteriormente, Roscher seguiria a tipologia de Heeren com algumas modificações. A principal delas se refere a inclusão das colônias de *conquista*, em que um pequeno grupo de colonos emigraria para beneficiar-se da produção de outras populações através da conquista militar. Esse tipo de colonização envolveria a ação de uma nação de maior desenvolvimento material que atacaria uma região relativamente povoada, como os cruzados na Palestina, os

²¹⁰ (MONASTERIO e EHRL, 2015, p. 10)

²¹¹ Heeren destacaria ainda os efeitos de longo prazo de cada tipo de colonização. Sublinhava especialmente os efeitos negativos das colonizações de mineração na América Espanhola. Nessas colônias, haveria se consolidado uma sociedade de castas, baseada na diferença étnica entre os governantes de origem europeia e a população não branca. A análise é parecida com a de José Carlos Mariátegui para o Peru (que poderia ser considerado uma colônia de mineração), principalmente ao ressaltar a importância da questão indígena, praticamente ignorada pelo marxismo de então. (KAYSEL, 2012)

normandos em algumas regiões da Europa ou as colônias espanholas no México e no Perú. Roscher também acreditava que os diferentes perfis de colonização poderiam mudar com o tempo, como no caso do Brasil, que teria constituído uma colônia de povoamento no período inicial em que foi praticamente ignorado por Portugal, posteriormente se transformando numa colônia de exploração.

A classificação dos diferentes tipos de colonização ganharia maior notoriedade no final do século XIX na pena do economista francês Paul Leroy-Beaulieu, um dos principais representantes da ortodoxia econômica de sua época e contrário a qualquer tipo de política protecionista. O que não impediu, é claro, que fosse entusiasta das intervenções coloniais francesas em outras partes do mundo.

Em seu *De la colonisation chez les peuples modernes*, Leroy-Beaulieu defende a continuidade da política de expansão colonial da França e procura sintetizar recomendações de boas práticas para a correta administração das colônias de além mar. A tipologia que utiliza para classificar os diferentes tipos de colônias é explicitamente baseada no trabalho de Roscher e contempla 3 categorias gerais: 1) Entrepósitos ou feitorias 2) Colônias agrícolas ou de povoamento e 3) Colônias de Exploração.²¹²

A primeira categoria, dos entrepostos, equivaleria aos domínios localizados em importantes rotas comerciais. Já as colônias de *povoamento* seriam as instaladas em terras vazias ou pouco povoadas, normalmente de clima semelhante ao de sua metrópole. As colônias de *exploração* seriam aquelas criadas em terras tropicais, que exigiriam grandes capitais para sua ocupação e um sistema de “organização artificial do trabalho”, semelhante a escravidão ou regime servil, ou ainda ao que chama de “sistema de Wakefield”, isso é, a já citada recomendação do economista inglês de elevar artificialmente o preço das terras nas regiões coloniais.²¹³

O interesse na obra de Paul Leroy-Beaulieu se justifica pela extraordinária repercussão que encontrou no Brasil. Sua maneira de diferenciar os tipos de

²¹² (MONASTERIO e EHRL, 2015, p. 11-15)

²¹³ Tomo como base para a exposição das diferentes tipologias de colonização em Smith, Heeren, Roscher e Leroy-Beaulieu o trabalho de (MONASTERIO e EHRL, 2015, p. 8-15).

colonização na América foi incorporada e adaptada por referências tão diversas quanto Manoel Bonfim, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Por algum motivo, Leroy-Beaulieu se tornou uma influência de longa duração no pensamento brasileiro. A maneira como foi aproveitado por diferentes autores, no entanto, por vezes fala mais sobre as respectivas épocas e projetos políticos do que propriamente sobre a obra do economista ortodoxo francês.

Em *América Latina: males de origem*, de 1903, Manoel Bonfim desenvolve pioneiro estudo das características coloniais que impediriam o estabelecimento do Brasil como nação soberana. Ao caracterizar o passado colonial do país, Bonfim faz referências não à divisão entre colônias de exploração e povoamento, como consolidada por Leroy-Beaulieu, mas sim à tipologia de Roscher, por sua vez, influência direta sobre o economista francês. A ideia geral de Bonfim, emprestada do conceito de colonização de exploração, é a de que a América Latina se constituiu como região a ser explorada. No caso brasileiro, Bonfim afirmaria a existência secular do que chamou de “Bragantismo”, que consistiria na reiteração das práticas instaladas pelo Estado português desde o período colonial. Séculos de exploração ou “parasitismo” do Estado português, teriam feito do Brasil um país “enfermo”.²¹⁴

Já em *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, as características próprias de cada tipo de colonização, como vistas por Leroy-Beaulieu, são citadas para reforçar a primazia da atividade privada na colonização do país, em detrimento da ação do Estado. Para Freyre, “as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, sempre somítico em Portugal, mas de corajosa iniciativa particular.”²¹⁵ Freyre lembra que os colonizadores portugueses foram os primeiros a de fato se estabelecerem em colônias, e que “os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte...” foram trazidos

²¹⁴ Para o comentário da interpretação de Manoel Bonfim tendo em vista os diferentes tipos de colonização fiz uso de (LEONÍDIO, 1999). ²¹⁴ Bonfim era médico, o uso que faz de termos como “parasitismo” para definir situação políticas e sociais dá o tom do positivismo ainda em voga no início do século XX, o que não o impediria de contrapor-se as doutrinas racistas dominantes em sua época, discordâncias que lhe valeram a acalorada resposta de Sílvio Romero.

²¹⁵ Freyre [1933] (2003:p.80).

“pela mão de um Martim Afonso, ao Sul, e principalmente de um Duarte coelho, ao Norte”.²¹⁶

Para corroborar a avaliação positiva da iniciativa privada autônoma, Freyre lembra que “Leroy-Beaulieu assinala como uma das vantagens da colonização portuguesa da América tropical, pelo menos, diz ele, nos dois primeiros séculos, ‘a ausência completa de um sistema regular e complicado de administração’, ‘a liberdade de ação’ (‘la liberté d’action que l’on trouvait dans ce pays peu gouverné’) característica do começo da vida brasileira.”²¹⁷

Quanto a Sérgio Buarque de Holanda, parece não haver menção explícita à obra de Leroy-Beaulieu em seu *Raízes do Brasil* (1936). Contudo, não se pode deixar de notar algumas semelhanças na análise. Leroy-Beaulieu acreditava que o espírito protestante dos colonos que se dirigiram à América do Norte, mais especificamente nas colônias de povoamento, teria sido fundamental para o desenvolvimento daquela região como uma comunidade fundada no trabalho livre, praticamente sem entraves à produção e circulação de mercadorias. Qualidades que faltariam às Américas espanhola e portuguesa, ou colônias de exploração, fundadas por povos de origem católica. Voltadas para o fornecimento de produtos de alto preço no mercado europeu.²¹⁸ Contraposição bem expressa por Sérgio Buarque no exame das diferenças entre “Trabalho & Aventura”.²¹⁹

É na obra de Caio Prado Jr. que a tipologia da colonização de Leroy-Beaulieu encontraria maior aproveitamento e também maior difusão. A primeira referência de Prado Jr. ao economista francês é feita já em 1933 em seu *Evolução Política do Brasil*. Na ocasião, Prado Jr. cita Leroy-Beaulieu como fonte factual secundária para corroborar sua afirmação sobre a autonomia de São Paulo em relação ao governo português até o final do século XVIII. Segundo Leroy-Beaulieu, em São Paulo habitaria “uma raça de energia quase selvagem,

²¹⁶ Freyre [1933] (2003:p.80)

²¹⁷ Freyre [1933] (2003:p.80)

²¹⁸ (LEROY-BEAULIEU, 1902, p. 199). Há bom comentário em (LEONÍDIO, 1999, p. 126).

²¹⁹ (Holanda [1936] (1995: pgs. 41-70).

de gostos aventureiros, hábitos independentes e republicanos, e que por largo tempo se conservou separada de Portugal”.²²⁰

Em todo caso, a diferenciação entre colônias de exploração e povoamento seria usada por Prado Jr. de maneira mais sistemática em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Nesse livro, os tipos de colonização serão incorporados com considerável importância explicativa na economia interna da obra. Ao examinar a colonização europeia na América, a divide em três áreas diversas. Uma em que “se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos”.²²¹ E outras duas que “correspondem respectivamente às zonas temperadas, de um lado; tropical e subtropical, do outro”.²²²

A região temperada corresponderia à parte norte da América do Norte ou “grosseiramente o território americano ao norte da baía de Delaware.”²²³ Descarta-se a região temperada do continente no hemisfério sul, que durante muito tempo não ofereceu grandes atrativos econômicos para a colonização europeia.²²⁴ O povoamento dessas áreas só ocorreria ao final do século XVII e por circunstâncias particulares, envolvendo as “lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções”. Haveria também um fator econômico responsável por povoar a região temperada do continente americano, o processo de cercamentos na Inglaterra deslocaria parte da população das áreas rurais, agora transformadas em pastagens, e “vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um largo centro de afluência”.²²⁵

Em ambos os casos, os colonos europeus escolheriam como destino no novo mundo as áreas de clima temperado, por serem semelhantes às condições de sua terra natal. Desse movimento de migração populacional é que se

²²⁰ Leroy-Beaulieu, Paul (1886:p. 54). De la colonisation chez les peuples modernes, Paris. Apud Prado Jr. [1933] (2012:p.42)

²²¹ Prado Jr [1942] (2011:p.22).

²²² Prado Jr [1942] (2011:p.22).

²²³ Prado Jr [1942] (2011:p.22).

²²⁴ Prado Jr [1942] (2011:p.22).

²²⁵ Prado Jr [1942] (2011:p.22-23).

promoveria o povoamento intensivo dessas áreas, bem como um novo tipo de colonização, em que as nações ibéricas já não seriam pioneiras.²²⁶

Essas regiões, portanto, não teriam o vício de origem de terem sido ocupadas pela “ambição de traficantes ou aventureiros” ou pelos “objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas”.²²⁷ Pelo contrário, conclui Prado Jr. “o que os colonos dessa categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhe são mais dadas”.²²⁸ Dessa combinação, isto é, de um povoamento realizado com esse intento e em condições físicas e climáticas semelhantes às do continente europeu resultará “uma sociedade com características próprias, mas muito semelhante ao continente europeu, que “será pouco mais que simples prolongamento dele”, acredita Caio Prado Jr.²²⁹

“Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América”, lembra Prado Jr.²³⁰ As condições naturais e climáticas tão distintas das presentes no continente europeu, irão atrair um outro tipo de colonizador. Para a América Tropical e Subtropical não viriam os colonos com o intento de povoar uma nova terra, mas sim o colono europeu que procurava a posição de “dirigente e grande proprietário rural”.²³¹ O autor, no entanto, não faz coro às interpretações de determinismo climático que defendiam a inadaptabilidade dos europeus aos trópicos e, conseqüentemente, da impossibilidade do desenvolvimento de uma sociedade complexa nas baixas latitudes.²³²

As condições que determinariam o tipo de colonizador europeu de cada região não teriam como fundamento o clima, mas incentivos de natureza econômica. Assim, nas regiões tropicais, as diferentes condições naturais, quando comparadas com as da Europa, atuariam ao mesmo tempo como empecilho ao povoamento e forte estímulo para a produção e obtenção de gêneros pouco disponíveis no mercado europeu. Prado Jr. destaca o “caso do

²²⁶ Prado Jr [1942] (2011:p.23).

²²⁷ Prado Jr [1942] (2011:p.23-24).

²²⁸ Prado Jr [1942] (2011:p.24).

²²⁹ Prado Jr [1942] (2011:p.24).

²³⁰ Prado Jr [1942] (2011:p.24).

²³¹ Prado Jr [1942] (2011:p.27).

²³² Atitude à qual se filiava o economista Eugênio Gudín, economista, ministro da fazenda e figura influente no debate econômico do país por pelo menos 3 décadas.

açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília era artigo de grande raridade e muita procura”, produto valioso a ponto de figurar “até nos enxovais de rainhas (..) como dote precioso e altamente prezado”.²³³ Também a pimenta, que constituiu “durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas”,²³⁴ e posteriormente o tabaco, o anil, o arroz e o algodão, que seriam produzidos na América para o consumo no continente europeu, em função de seu grande valor.

É a oportunidade de grandes lucros aberta pela produção de gêneros tropicais na América que constituirá o principal atrativo para a ocupação e fixação nessa vasta porção tropical e subtropical do continente. “É isso que estimulará a ocupação dos trópicos americanos”, completa Caio Prado Jr., mesmo que as circunstâncias dessa ocupação fossem bastante diferentes das que predominaram na América de clima temperado.

O colono europeu dos trópicos respondia ao caráter da exploração agrária que irá se instalar na região, realizada em larga escala, em grandes unidades produtoras e reunindo grande quantidade de trabalhadores, normalmente subordinados a um grande proprietário. Único que disporia dos fundos necessários para investir na instalação de uma grande estrutura produtiva em regiões tão distantes, e muitas vezes inóspitas. O fato de que a produção se destinava ao mercado europeu de além-mar, condicionava o tamanho dos empreendimentos, cuja viabilidade dependia da produção em larga escala de produtos de alto valor agregado.

O fato é que as colônias tropicais na América se desenvolveram de maneira diversa das colônias de região temperada. Essas últimas “se constituirão colônias propriamente de povoamento”, lembra Caio Prado Jr., sem esquecer de citar que o termo *povoamento* “ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*”.²³⁵ Assim, enquanto nas colônias de clima temperado, ou de povoamento, se constituirá uma sociedade semelhante à já existente na Europa, nas colônias tropicais, ou de exploração, “surgirá um tipo de sociedade inteiramente

²³³ Prado Jr [1942] (2011:p.25).

²³⁴ Prado Jr [1942] (2011:p.25).

²³⁵ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 27-28)

original”.²³⁶ Nessas regiões, já não se trataria da antiga feitoria comercial dos portugueses, mas sim “de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria (...), destinada a explorar os recursos de um território virgem em proveito do comércio europeu”²³⁷, é o que conclui Prado Jr.

Caio Prado Jr. acreditava que daí em diante se desenvolveria aos poucos uma sociedade de caráter “permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida”,²³⁸ mas cujo surgimento seria sempre dominado e abafado pelo sentido da colonização que precedia essa mesma sociedade, que continuará ditando “os traços essenciais da nossa evolução colonial”.²³⁹

Desse processo, surgiria ao fim da etapa colonial um país com um sistema econômico essencialmente voltado para fora, para os interesses do comércio exterior, que consistia no fornecimento extensivo de “açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”.²⁴⁰

A partir desse objetivo primordial, acreditava Caio Prado Jr. se teriam organizado todos os elementos da economia e da sociedade no Brasil. Trata-se de um início, ou ato fundacional, que “se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país”,²⁴¹ algo que, mesmo havendo determinantes secundárias, continuará dando o sentido mais amplo da história do país.

É difícil não notar a importância do conceito de colonização tropical ou de povoamento, tiradas de Leroy-Beaulieu, para a análise de Caio Prado Jr. A noção de uma colonização realizada totalmente em proveito do comércio exterior, no caso, destinada ao mercado europeu, é aproveitada quase que na íntegra em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de onde deriva o seu *Sentido da Colonização*, categoria que descreve não só a orientação primordial da economia colonial portuguesa, mas também o *sentido* mais amplo dos caracteres que se fariam sentir muito além da época colonial, condicionando também o desenvolvimento do Brasil como nação nos séculos seguintes. Vale

²³⁶ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 28)

²³⁷ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 28)

²³⁸ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 29)

²³⁹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 29)

²⁴⁰ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 29)

²⁴¹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 29)

lembrar que o *Sentido da Colonização* é não só o primeiro capítulo do livro de 1942, mas também a chave de leitura que articula e confere sentido a toda obra. Ou melhor, não é redundante afirmar que o *Sentido da Colonização* é o sentido de *Formação do Brasil Contemporâneo*, o livro, ao mesmo tempo em que é o *sentido* da formação do Brasil contemporâneo, o país.

Fernando Novais chama a atenção para a importância do primeiro capítulo na organização interna da obra de Prado Jr. Para Novais o *sentido da colonização* sintetiza as determinações da economia, sociedade, administração, ou seja, de todos os elementos fundamentais para a análise da trajetória histórica do país. Mais do que isso, o *sentido da colonização* perpassa todos os capítulos de *Formação do Brasil Contemporâneo*, que começam e terminam nesse mesmo sentido da colonização, construindo um ritmo expositivo cujo movimento consiste no “recorte do objeto, apreensão de seu sentido, reconstrução do real a partir desse “sentido”.²⁴²

Celso Furtado também faria uso das categorias de Paul Leroy-Beaulieu. As primeiras menções aparecem já em *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, tese de doutorado de Furtado defendida em 1948 na Universidade de Paris. Leroy-Beaulieu é citado diretamente três vezes. Nas duas primeiras, para ilustrar aspectos da expansão colonial portuguesa no Oriente,²⁴³ na última, para ressaltar a quase ausência de presença portuguesa na América nas primeiras décadas da colonização. Vale assinalar que trata-se exatamente do mesmo trecho de Leroy-Beaulieu citado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.²⁴⁴

Não deixa de ser curioso que ao propor a distinção entre “Os dois sistemas de colonização da América”, o jovem Furtado não volte a citar Beaulieu. Mesmo assim, afirma de maneira convicta que “Para as regiões tropicais foram apenas aqueles que tinham por objetivo alimentar um comércio lucrativo”, e que

²⁴² Não se trata de mero recurso retórico. Até porque entre o primeiro capítulo e as diferentes partes do livro, não haveria propriamente uma relação de causalidade, mas sim conexões de sentido. A ponto de Fernando Novais crer que a ordem em que os capítulos do livro são lidos pouco importaria, já que todos estariam igualmente articulados ao sentido mais amplo do texto e do conjunto da formação histórica brasileira. (NOVAIS, 1983, p. 69).

²⁴³ (FURTADO, [1948] 2001, p. 52;55;103).

²⁴⁴ A edição citada por ambos também coincide. Quem também nota a semelhança é (SILVA, 2010, p. 120).

“a experiência demonstrou que só os que tinham à sua disposição grandes capitais e puderam mobilizar muita força de trabalho foram capazes de se fixar nos trópicos e domar sua natureza selvagem”.²⁴⁵ Já em seguida, apresenta o caso das Antilhas Francesas, ocupadas primordialmente por objetivos políticos, relacionados aos interesses franceses nas possessões espanholas. A situação atípica teria garantido a essas possessões algumas décadas de convivência entre uma colonização baseada no povoamento e na pequena propriedade numa região de clima tropical e igualmente produtora de produtos tropicais para o mercado europeu, no caso, o tabaco.²⁴⁶

A referência aos diferentes tipos de colonização, parece interessar ao jovem Celso Furtado como forma de introduzir a questão da “monocultura e suas consequências deformadoras”, o que é feito com o uso explícito da associação feita por Caio Prado Jr. entre o tipo de colonização de exploração, a agricultura tropical e a grande propriedade.²⁴⁷ Não há surpresa. Já no início do texto da tese de doutoramento, Furtado avisa que a ideia “dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia)”.²⁴⁸

Posteriormente, em *A Economia Brasileira*, publicado em 1956, Furtado teria outro posicionamento. Ao novamente abordar o que chama de “*dois tipos de colonização*”,²⁴⁹ postula agora a existência de uma categoria geral, a “colonização econômica”, chamada de colonização comercial quando realizada por civilizações “comerciais”, como as da Roma antiga e de “colonização industrial quando “está fundamentalmente ligada à busca de matérias primas”,²⁵⁰ demandadas pelo desenvolvimento industrial.

Nessa ampla categoria da *colonização industrial*, se poderia inserir tanto os casos da Nova Zelândia e da Austrália, quanto os de Venezuela, México, Perú ou Bolívia. A “força de penetração” de cada tipo de colonização dependeria do

²⁴⁵ (FURTADO, [1948] 2001, p. 109).

²⁴⁶ (FURTADO, [1948] 2001, p. 110-113)

²⁴⁷ (FURTADO, [1948] 2001, p. 118-119)

²⁴⁸ (FURTADO, [1948] 2001, p. 9)

²⁴⁹ (FURTADO, 1954, p. 51).

²⁵⁰ (FURTADO, 1954, p. 51).

montante de mão-de-obra utilizada em conjunto com a quantidade de capital investido. Assim, empreendimentos coloniais como os conduzidos pela Espanha na Venezuela ou no México, se distinguiriam como “exemplo típico de colonização industrial com pequena absorção de mão-de-obra por unidade de produto”.²⁵¹

Em *A Economia Brasileira*, Furtado parece reduzir o caráter ou sentido de cada colonização à sua *força de penetração*. Dada pela renda criada no processo produtivo de cada economia colonial que “não é outra coisa senão a soma dos pagamentos aos fatores de produção”.²⁵² Como num sistema de tipo colonial a renda do capital investido é remetida para o exterior “é evidente que quanto menor seja a quantidade de trabalho absorvido, menor será a quantidade de renda que permanecerá dentro do território”.

A explicação parece ter caráter essencialmente dualista. Considera que independentemente do tipo de colonização, o impulso externo é que determinaria o equilíbrio na economia colonial, que poderia consistir num estado de equilíbrio entre dois tipos de economia, uma de exportação outra de subsistência, sem que a primeira pudesse absorver totalmente a segunda.²⁵³

O dualismo, contudo, é atenuado por Furtado ao considerar que independente da magnitude do impulso externo “a colonização nem sempre dá início a um processo continuado de desenvolvimento”, uma vez que o novo núcleo econômico criado na colônia não apresentaria “as mesmas características de uma economia industrial autônoma”.²⁵⁴ A diferença fundamental consiste no fato de que nessas economias industriais o crescimento se realiza pela conversão dos lucros em investimento, aumento da produtividade física e consequente aumento do nível salarial. Já nas áreas coloniais, todo aumento de lucro não é incorporado à “renda nacional”, mas remetido à metrópole. De forma que o aumento de produtividade nas economias coloniais, não só não se constitui como elemento capaz de absorver a “economia estacionária preexistente”²⁵⁵, como pode mesmo acarretar efeitos negativos. Um aumento de

²⁵¹ (FURTADO, 1954, p. 53).

²⁵² (FURTADO, 1954, p. 53).

²⁵³ (FURTADO, 1954, p. 54).

²⁵⁴ (FURTADO, 1954, p. 55).

²⁵⁵ (FURTADO, 1954, p. 56)

produtividade que reduzisse em 20% a mão-de-obra ocupada em uma economia não se traduziria em aumento dos lucros e aumento do investimento, mas sim num aumento da renda enviada para o exterior.²⁵⁶

A rigor não faria sentido falar em renda remetida ao exterior. As economias coloniais de que fala Furtado são partes integrantes de suas metrópoles e não nações constituídas que realizam trocas e pagamentos no mercado internacional. Nesse sentido, interno e externo são pensados por Furtado em virtude dos sistemas econômicos que se instalaram em diferentes regiões da América. Trata-se de uma espécie de anacronismo que toma como pressuposto para a reconstituição histórica a existência das nações que irão se formar na região.

O expediente talvez revele as dificuldades de retroagir a macroeconomia keynesiana para reconstituir os determinantes de uma formação histórica colonial. Isto é, os agregados econômicos de Keynes pressupõem a existência de uma estrutura nacional razoavelmente coesa. É natural que surja certo ruído quando aplicados a uma economia colonial que se distingue justamente pelo fato de que sua demanda, sua produção e suas remessas de renda se realizam fora de sua zona produtiva, no exterior. Um tipo de economia que se definiria justamente por ser incapaz de criar seu próprio impulso interno de desenvolvimento.²⁵⁷

O fato é que *A Economia Brasileira* é um livro com tensões mal resolvidas. O primeiro capítulo, por exemplo, faz um resumo do que considera como “categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico”, que relaciona de maneira não muito coesa, generalizações a-históricas, com exemplos pontuais de experiências tão diferentes quanto as ocorridas no Império Romano, na renascença ou na Espanha da era moderna.

Por outro lado, já estavam ali boa parte dos *insights* que apareceriam posteriormente em *Formação Econômica do Brasil*, como a desarticulação produtiva espanhola devido ao afluxo de metais preciosos, o mecanismo cambial

²⁵⁶ É notável como Furtado não faz mediações entre as empresas produtoras de açúcar e café na época colonial, e as empresas do século XX. As considera praticamente sem mediações.

²⁵⁷ É a definição de economia colonial que Furtado adota já no início do livro (FURTADO, 1954, p. 15).

de socialização das perdas na economia colonial no Brasil, a ideia de deslocamento do centro dinâmico e mesmo a hipótese criativa da queima dos estoques de café como uma política precoce de sustentação da demanda agregada também no Brasil.²⁵⁸

A versão mais consolidada e bem difundida da perspectiva de Furtado sobre a colonização nas Américas é a desenvolvida em seu *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. Todos os sete capítulos da primeira parte do livro são dedicados à análise dos fundamentos econômicos da ocupação territorial na América Portuguesa, de caráter essencialmente comercial.

A explicação retoma mais elementos do doutorado de 1948 do que de a *Economia Brasileira* de 1956. Retorna, por exemplo, a noção de que num primeiro momento a colônia americana foi uma preocupação secundária para Portugal. Constatada posteriormente a inviabilidade da exploração mineral na região, a coroa teria optado por replicar sua experiência com a produção de açúcar, já na Olha dos Açores, como forma de custear a defesa do novo território, afirma Furtado.²⁵⁹

O êxito da nova empreitada agrícola da coroa portuguesa se deveu à parceria com as cidades holandesas, que logo assumiram as tarefas de refino e distribuição do açúcar no continente europeu. A consolidação da parceria comercial viria com as cidades holandesas fornecendo boa parte do capital para a ampliação da estrutura produtiva na economia colonial do Brasil na passagem dos séculos XVI para o XVII. Para Furtado, o êxito dessa operação comercial teria sido responsável por garantir a defesa e a manutenção da América portuguesa.²⁶⁰

258 Mesmo assim, as generalizações e categorias da teoria do desenvolvimento estão mal articuladas com o conteúdo histórico presente no livro. É preciso, é claro, contextualizar as circunstâncias em que *A Economia Brasileira* foi produzida por Furtado. Trata-se da primeira obra de teoria econômica do jovem economista cepalino. Seus trabalhos até então, em que se destaca a tese de doutoramento, tinham caráter eminentemente histórico. Em *A Economia Brasileira* Furtado tentará pela primeira vez articular o conteúdo histórico de sua reflexão sobre o desenvolvimento colonial nas Américas, com a profusão de dados sobre as economias latino americanas que a CEPAL começava a reunir e disponibilizar e com os elementos de teoria econômica que ia absorvendo no trabalho diário na agência da ONU. A esse respeito, pode ser útil consultar Love (1980)

²⁵⁹ (FURTADO, [1959] 2007, p. 25-29).

²⁶⁰ (FURTADO, [1959] 2007, p. 31-34).

O bem arranjado sistema produtivo se desarticulava por volta da metade do século XVII, como uma das consequências do estado de Guerra entre Portugal, agora parte integrante da União Ibérica, e seu principal parceiro comercial. Os holandeses reagiriam ocupando a principal região produtora de açúcar, o nordeste brasileiro, visando garantir a solvência (ressarcimento) de seus investimentos na região.

As consequências de médio e longo prazo seriam mais danosas para o empreendimento açucareiro português. Expulsos do nordeste brasileiro, os holandeses se dedicariam a replicar seu modelo de produção açucareira nas Antilhas, o que acabaria por criar um concorrente de peso na região, levando a um aumento expressivo da oferta mundial de açúcar e derrubando os preços do produto no mercado europeu. O novo empreendimento holandês marcaria o início do declínio da produção açucareira de Portugal na América. O surgimento de um concorrente mais produtivo combinado aos ataques militares às possessões de Portugal no Oriente, dariam fim ao dinamismo da economia do açúcar no Brasil, que a partir daí entraria em um estágio secular de estagnação.²⁶¹

Depois do rápido balanço do que foi o empreendimento de colonização de exploração dos portugueses na América, Furtado propõe também uma breve análise das colônias de povoamento no hemisfério norte do novo continente. Diferente da colonização agrícola na América portuguesa, que teve sucesso por concentrar-se na produção tropical de alto valor agregado, na América do Norte não foi possível organizar um sistema produtivo em bases similares. O argumento de Furtado, assim como em Caio Prado Jr., está relacionado com as características climáticas da região, que só permitiria a produção de gêneros similares aos que já produzia o mercado europeu. Igualmente considera não ser algum tipo de determinismo climático o fator que inviabiliza esse tipo de produção, mas sim os mecanismos de mercado.

Furtado argumenta que num contexto de alto custo do transporte marítimo e de baixos salários, próximos ao nível de subsistência, no continente europeu, a produção agrícola de baixo valor agregado para exportação na América do

²⁶¹ (FURTADO, [1959] 2007, p. 42-46).

Norte seria economicamente inviável, o que explicaria o lento desenvolvimento inicial dessas colônias estabelecidas no Norte do novo continente.

A comparação que Furtado faz do caso norte Americano com a ocupação das Antilhas é lúcida e particularmente ilustrativa. A instalação dos primeiros núcleos populacionais europeus nas ilhas é feita por Inglaterra e França, motivada essencialmente por objetivos políticos e estratégicos. Escoava-se pela região parte expressiva da produção dos metais preciosos remetidos à coroa Espanhola, o que conferia particular importância estratégica à região. Por esse motivo, a ocupação inicial se deu com caráter de povoamento, levando à constituição de núcleos populacionais em muito similares à sociedade europeia.²⁶²

Num segundo momento, esses núcleos populacionais serviriam como nova base para a produção açucareira dos holandeses. A partir daí se inverteria o caráter da colonização nas Antilhas. De uma ocupação de povoamento com fins estratégicos, passa a ser a nova região de produção tropical extensiva para exportação. A medida que esse novo empreendimento rapidamente se torna um êxito comercial, a colonização de povoamento passa a encontrar maiores dificuldades. Cresce rapidamente o número de escravos africanos nas ilhas. A participação relativa da população europeia diminui consideravelmente. Posteriormente se reduziria também em termos absolutos.

A valorização súbita das terras, agora dedicadas a produção de mercadorias tropicais de alto valor agregado, expulsou contingentes consideráveis de pequenos produtores da região. Mesmo nas Antilhas francesas, onde se tentou implantar medidas regulatórias em favor das pequenas propriedades, não foi possível deter o processo de constituição de latifúndios monocultores. O resultado, conclui Furtado, foi que a instalação da economia açucareira nas Antilhas fez praticamente desaparecer a colonização de povoamento na região. O surto da economia do açúcar nas Antilhas desorganizou toda a produção voltada para o mercado interno. O que obrigou a região a se tornar importadora de alimentos e bens de consumo básico.

²⁶² (FURTADO, [1959] 2007, p. 46-51)

Em outro sentido, Furtado chama a atenção para o fato de que, se os efeitos da economia do açúcar foram negativos para os pequenos proprietários da colonização de povoamento nas Antilhas, houve também efeitos positivos para a região de povoamento da América do Norte. As colônias norte americanas agora podiam atender a demanda por insumos produtivos dos antilhanos, o que dinamizou seu mercado interno e constituiu decisivo impulso para a constituição de uma indústria nativa de construção naval na Nova Inglaterra.

Na passagem do século XVII para o XVIII, os núcleos de povoamento norte-americanos puderam contar com as Antilhas como motor dinâmico de suas economias. O que lhes possibilitou a constituição de um tipo de colonização mais complexa. Constituíam, é verdade, economias de baixa produtividade quando comparadas às economias açucareiras. No entanto, o tipo de atividade econômica predominante na América do norte era mais propício ao estabelecimento de pequenos produtores e comerciantes.

O saldo final, segundo Furtado, é o de que as colônias de povoamento estiveram menos sujeitas às bruscas contrações econômicas da época colonial. Também acabaram por constituir sociedades de menor desigualdade de riqueza e renda, quando comparadas às áreas de exploração. O economista indica igualmente as consequências políticas dessa diferença. Os grupos sociais dominantes nas Antilhas desenvolveram-se atrelados aos interesses econômicos de suas metrópoles, enquanto nas colônias de povoamento da América do Norte a direção política coube aos grupos ligados ao mercado interno colonial. Assim, enquanto no primeiro caso as elites políticas se limitavam a ecoar e defender os interesses metropolitanos, nas regiões em que predominou o povoamento as elites dirigentes teriam sido capazes de interpretar corretamente seus próprios interesses, o que acabou em se constituir no fator político fundamental para o desenvolvimento dessas regiões.²⁶³

O que se observa é que as categorias de colonização de exploração e povoamento de Paul Leroy-Beaulieu foram utilizadas para estabelecer diferentes juízos e diferentes avaliações das duas experiências coloniais que levariam ao surgimento da América do Norte, especialmente dos Estados Unidos,

²⁶³ (FURTADO, [1959] 2007, p. 52-72).

predominantemente a partir da colonização de povoamento e ao surgimento da atual América Latina a partir da colonização de exploração, cujo caso brasileiro foi especialmente enfocado.

Tem razão o historiador Luiz Felipe Alencastro, ao considerar que a tipologia das colônias de exploração e povoamento talvez não seja a mais adequada para captar a especificidade do quadro político dos dois primeiros séculos da colonização Ibérica na América. Até porque, foi formulada por Leroy-Beaulieu somente no final do século XIX, aplicando-se já ao segundo período da expansão marítima europeia ocorrida entre 1870 e 1956, época em que a “supremacia militar do Ocidente, potencializada pela Revolução Industrial, já assegurava às metrópoles colonizadoras o domínio efetivo dos territórios e dos povos nativos do ultramar”,²⁶⁴ portanto, num contexto bastante diferente daquele em que se deu a pioneira expansão colonial portuguesa.²⁶⁵

A despeito da objeção de Alencastro, a tipologia de Leroy-Beaulieu foi usada direta ou indiretamente, por diferentes autores, durante boa parte do século XX, para ressaltar distintos aspectos das experiências coloniais em questão. Mais interessante parecer ser a constatação de que as ênfases e adaptações refletiam mais as preocupações desses variados autores do que um exame mais fiel da questão. Até porque, entre a nostalgia de uma colonização portuguesa adaptável aos trópicos e empreendida pela iniciativa privada, como a de Gilberto Freyre, e o diagnóstico de um parasitismo do “brangantismo” de Manoel Bonfim há uma grande distância.

Mesmo assim, mais do que uma fraqueza, os múltiplos sentidos que adquiriu a tipologia de Leroy-Beaulieu permitem apreender o deslocamento de sensibilidades entre diferentes épocas e orientações ideológicas. Nesse sentido, a diversidade de uso dos termos representa um fecundo ponto de comparação

²⁶⁴ (ALENCASTRO, 1998, p. 195)

²⁶⁵ Vale registrar que para Fernando Novais, ao contrário do que pensa Alencastro “as categorias de ‘colônia de exploração’ e ‘colônia de povoamento’ são rigorosamente adequadas para analisar a dimensão econômica do Antigo Sistema Colonial. O fato de ter sido elaborada esta conceituação na segunda metade do século XIX por P. Leroy-Beaulieu, não implica, evidentemente, que a tipologia não possa ser empregada na análise da colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII. Do contrário, não seria possível, por exemplo, analisar a sociedade da Grécia Antiga com os conceitos da Sociologia moderna” (NOVAIS, 2005, p. 289).

e dá pistas a partir das quais se poderia compreender as afinidades estabelecidas entre autores de orientações tão díspares.

3.2 - A colonização e seus sentidos

As diferentes perspectivas pelas quais a colonização é avaliada em Freyre, Buarque de Holanda, Prado Jr. e Furtado, permitem a comparação entre esses diferentes ângulos de análise. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda se dedicaram a desvendar aspectos mais do que relevantes e bastante particulares do caráter da vida colonial na América. Para Freyre, interessava compreender os aspectos da formação da família patriarcal, bem como o que essa estrutura acarretava em termos de sociabilidade, costumes ou mesmo na conformação das relações travadas na esfera privada e além dela. Sérgio Buarque, por outro lado, examina os efeitos de um *ethos aventureiro* no empreendimento colonial que daria origem a uma civilização, uma sociabilidade e uma esfera cultural próprias.²⁶⁶

Os limites de ambas as explicações ficam mais evidentes quando confrontadas com a colonização moderna em sentido mais amplo. A visão nostálgica de Gilberto Freyre em relação ao passado colonial, não só foge da avaliação predominantemente negativa que a intelectualidade do continente tem feito a respeito do passado colonial, como também acaba por suavizar os conflitos e a violência engendrados pela colonização e sua respectiva ordem patriarcal, tão evidentes nas diferentes partes do mundo colonial.

O culturalismo de Sérgio Buarque revela seus limites também na comparação com outros casos de colonização. Ao avaliar que a colonização do Nordeste brasileiro não teria trazido melhores resultados que a portuguesa, já que empreendida pelo mesmo tipo aventureiro, parece se esquecer dos resultados mais satisfatórios obtidos na colonização da Austrália, essa levada a cabo por degredados. Esquece também de dar atenção ao caso das Antilhas, ocupadas por um mesmo *ethos* cultural, mas cujos resultados foram bastante diferentes conforme o sentido da economia das ilhas caribenhas foi se

²⁶⁶ A observação é de (RICUPERO, 2012).

modificando da produção interna em pequenas propriedades para o sistema de monocultura escravista de exportação.

Mais importante do que o *ethos* específico, como notaram Prado Jr. e Furtado, é a orientação predominante do tipo de colonização em cada região, que pode ter sido de povoamento, como na Austrália ou no início da ocupação nas Antilhas, ou de exploração, como ocorreu no Brasil e também na segunda etapa do empreendimento colonial antilhano.

A explicação de Prado Jr. parece contar com uma vantagem adicional por oferecer uma visada mais ampla. Até porque a família patriarcal de Freyre e o *ethos* aventureiro de Buarque de Holanda são incapazes sozinhos de explicar o sentido mais amplo da colonização portuguesa na América. De modo contrário, o *Sentido da Colonização* de Caio Prado Jr. é amplo o suficiente para abarcar as caracterizações mais específicas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Mesmo o esquema explicativo de Furtado sobre a economia colonial no Brasil se encaixa na explicação mais ampla de Caio Prado Jr., pelo menos até a intensificação do processo de industrialização brasileiro, momento em que as explicações divergem quanto ao alcance e a profundidade do arranque industrial no país.

No mesmo sentido, a análise de Caio Prado Jr. seria mais completa se houvesse concebido não só a posição do Brasil na expansão colonial da era moderna, mas tomado os dilemas da América Portuguesa como ponto de partida para analisar o funcionamento do próprio sistema colonial em sua totalidade. Ou ainda, como nota Fernand Braudel, ao afirmar que o horizonte brasileiro, de tão amplo, torna-se uma prisão para o historiador brasileiro, o que o faz perguntar “Por que Caio Prado não dá maior atenção à história do Atlântico Sul? Para o Brasil, o oceano não é o instrumento de sua ligação com o mundo?”²⁶⁷

Ainda nesse sentido, o “passo seguinte”, seria dado pelo historiador Fernando Novais que partia exatamente do que considerava serem os limites da obra de Caio Prado Jr., arguindo que em sua busca pela categoria básica da colonização no Brasil “a análise se deteve a meio caminho”, sendo necessário

²⁶⁷ (BRAUDEL, 1999) também disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs08089916.htm>.

“definir com precisão o que deve ser inserido em que; e talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe somente algumas dimensões da realidade”.²⁶⁸

Além da investigação histórica em sentido “positivo”, o passado colonial do continente tem suscitado outros tipos de reação que por vezes depõem tanto sobre o contexto em que são realizadas quanto sobre o conteúdo histórico que ambicionam desvelar. No contexto específico da primeira metade do século XX, parece fascinar as esquerdas, especialmente os que se situam na esfera de influência do marxismo soviético, a questão da existência ou não de restos feudais na estrutura social brasileira, o que naturalmente implica discutir se a colonização da região assumiu ou não caráter feudal.

Assim, quando em 1933 em *Evolução Política do Brasil*, o jovem Caio Prado Jr. afirma que só “podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval”,²⁶⁹ tratava de negar uma tese cara ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual seria militante durante boa parte da vida. O questionamento do suposto passado feudal o colocou desde cedo em rota de colisão com a interpretação do Partido para o passado do país e contribuiu para o seu isolamento interno.

O questionamento de Caio era mais amplo. Na perspectiva historiográfica, atacava a velha escola histórica brasileira, que tem origem nas obras de Varnhagen, Halndelman e Rodolfo Garcia. Linhagem que no final da década de 1920, próximo de quando Prado Jr. publica sua primeira obra, repercutia de maneira renovada e ainda eloquente nos trabalhos de Oliveira Vianna e Malheiro Dias. Essas obras tratavam de ressaltar o que consideravam como semelhanças entre a sociedade colonial na América portuguesa e a organização política feudal de Portugal na era medieval.²⁷⁰

²⁶⁸ (NOVAIS, 1983, p. 69) Partindo, portanto, das contribuições de Caio Prado Jr. e também bastante beneficiado pelos aportes do cevalino Celso Furtado, Fernando Novais posteriormente procuraria demonstrar o que chamou de “sentido profundo da colonização”, isso é, a organização de um sistema colonial no novo mundo voltado, em última instância, à promoção da acumulação primitiva no quadro da economia europeia. Essa noção fundamental, afirma Novais, articulava todas as peças do sistema colonial na América. Novais (1995:p.97).

²⁶⁹ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 19).

²⁷⁰ Ver (FERLINI, 1989, p. 227-229).

A questão da existência ou não de feudalismo parece não ter ocupado parte importante do pensamento de Furtado. As únicas referências à questão aparecem em sua obra de juventude, mais especificamente na tese de doutoramento de 1948. A questão é rapidamente abordada no início do primeiro capítulo, em que Furtado combina a reconstituição de Henri Pirenne com a do historiador português Antonio Sérgio para refutar a existência de feudalismo em Portugal, que não encontraria base cultural nem econômica na formação do reino português. Questão que seria novamente abordada na seção “Houve feudalismo no Brasil?”.

No trecho, Furtado criticaria a caracterização de um passado feudal como compreendida por Nelson Werneck Sodré em seu *Formação da Sociedade Brasileira* e também as formulações da historiografia brasileira que associa a Pedro Calmon, Capistrano de Abreu e posteriormente ao sociólogo Nestor Duarte. Nesse sentido, Furtado endossa a vertente inaugurada por Caio Prado Jr. e desenvolvida por Roberto Simonsen, de que predominaria o caráter econômico da colonização, ou seja, o de uma empresa desde sempre integrada ao mercado externo.

Roberto Simonsen, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais desde o início se colocaram contra a existência de feudalismo de qualquer tipo na estrutura social brasileira, mas essa não é a única semelhança entre suas obras. Há elementos de complementariedade nas análises, um certo ar de família próprio de sistemas intelectuais que resolvem suas questões a partir dos acúmulos já existentes.²⁷¹

Não que houvesse concordância em todos os sentidos. Caio Prado Jr. foi militante comunista durante boa parte da vida e pioneiro no uso do materialismo histórico. Roberto Simonsen foi industrial, fundador dos sindicatos patronais de sua classe, a CIESP e a FIESP, bem como ferrenho ativista anticomunista. Já Celso Furtado foi burocrata internacional, ministro de Estado e durante toda a sua vida pública defendeu o projeto político de conciliação com base no desenvolvimento econômico, em bases democráticas e não concentradoras de

²⁷¹ Nesse sentido, ver o esquema de sistema literário como expresso por Candido (2014)

renda e riqueza. O que não impede que se tenham formado incorporações teóricas e intelectuais por afinidades eletivas.²⁷²

Em Roberto Simonsen, especialmente em seu *História Econômica do Brasil, de 1937*, a história brasileira é lida a partir da sucessão de impulsos externos que configuraram os diferentes ciclos da economia brasileira. É verdade que seu uso da teoria dos ciclos econômicos para leitura da economia colonial brasileira deve muito às contribuições do historiador português João Lúcio de Azevedo, mas é em Simonsen que essa leitura encontra sua expressão mais refinada, passando a conceber a evolução econômica do Brasil pela sucessão de seus principais ciclos econômicos, os do pau-brasil, açúcar, ouro e café, que expressam o principal produto de exportação responsável pelo dinamismo da economia do país em diferentes períodos de sua inserção externa.

Caio Prado Jr. não só retomaria os principais elementos da análise de Simonsen, como lhes proveria um nexos fundamental representado pelo *Sentido da Colonização*. A partir daí, os diferentes ciclos da economia brasileira já não seriam vistos como fenômenos isolados, mas como manifestações específicas de um fenômeno mais amplo, determinado pela vasta empresa colonial constituída com fim único de explorar os recursos do território colonial. Os ciclos, portanto, longe de serem aleatórios, obedeceriam à racionalidade imposta pelo “verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes”.²⁷³

No plano interno, quem complementa a análise de Prado Jr. e mostra com maior nitidez os processos de transformação ocorridos na época colonial é Celso Furtado. O economista examina os efeitos regionais de cada um dos ciclos, especialmente quanto aos fluxos de renda da economia colonial e nos efeitos multiplicadores, ou encadeamentos, que cada atividade estabelecia, até chegar ao ciclo do café, que por suas diferenças, permitiria uma articulação entre os diferentes sistemas econômicos da colônia.

²⁷² Sobre a possibilidade de formação de alianças intelectuais entre diferentes orientações político-ideológicas no Brasil, ver Brandão (2005)

²⁷³ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 28) . Notar a similaridade do movimento de Prado Jr. em relação a Simonsen com o de Candido em relação à Silvio Romero. Colocar o comentário de Gorender que aparece em tom elogioso?

No plano externo, a realização coube a Fernando Novais, que procurou compreender a articulação do *Sentido da Colonização* de Caio Prado Jr., bem como a análise da economia colonial de Furtado, no quadro mais amplo da crise do antigo sistema colonial, o que lhe permitiu, inclusive, avançar na explicação do nexo entre o recurso à mão de obra escrava e os mecanismos de acumulação de capital no sistema colonial.

Fernando Novais posteriormente procuraria demonstrar o que chamou de “sentido profundo da colonização”, isso é, a organização de um sistema colonial no novo mundo voltado, em última instância, à promoção da acumulação primitiva no quadro da economia europeia. Essa noção fundamental, afirma Novais, articularia todas as peças do sistema colonial na América

Essa vertente interpretativa, especialmente atenta às relações entre a economia mundial e a economia colonial, que inclui as já citadas perspectivas de Simonsen, Prado Jr., Furtado e Novais, sofreria forte contestação num segundo momento do debate historiográfico. Um de seus principais críticos seria Jacob Gorender para quem o *sentido da colonização*, formulado como uma concepção que organiza a sociedade colonial a partir de uma perspectiva eminentemente externa, guardaria caráter essencialmente teleológico. Para Gorender, se fazia necessária uma desobstrução metodológica a ser realizada pela inversão radical do enfoque. Seria necessário, portanto, estudar as relações de produção coloniais de dentro para fora e não o contrário, como julgava ter sido feito por Prado Jr. e outros.²⁷⁴

Críticas semelhantes seriam feitas na mesma época por Ciro Flamarion Cardoso e Antonio Barros de Castro. Em comum, ambas questionam, assim como Gorender, o foco nas relações externas da colônia que consideram excessivo. Para Barros de Castro, o sentido do que chama de projeto colonial/mercantilista, consistia em garantir sua reprodução, o que passava por atender suas múltiplas necessidades, considerando ainda a interposição entre as estruturas interna e externa.

Ciro Flamarion Cardoso propunha uma inversão de enfoque similar à de Gorender. Cardoso defendia a análise detida das especificidades internas da

²⁷⁴ (GORENDER, 1978).

economia colonial, pois nela se haveria constituído um modo de produção específico, diferente do que vigorava nas economias coloniais ou metropolitanas. A diferença parece estar na ênfase dada a interno e externo já que o próprio Cardoso admitia a existência do que chamava de “fato colonial”, que conferiria aos modos de produção colonial um caráter dependente, tornando sua reprodução também dependente da articulação com os mercados externos.²⁷⁵

Ainda assim, pode-se argumentar que o circulacionismo de que Prado Jr. e Furtado são acusados não seria de todo equivocado, já que aplicado à caracterização de uma situação de colônia ou país dependente, que se singulariza justamente pelo fato de que seu processo de acumulação de capital ocorre fora de seu sistema econômico e portanto fora de sua área produtiva.²⁷⁶

Em Furtado, especialmente em *Formação Econômica do Brasil*, a comparação que parece despertar maior interesse não é a das semelhanças entre o passado colonial brasileiro e a época medieval europeia, mas sim a das trajetórias de desenvolvimento descritas por Brasil e Estados Unidos em suas fases coloniais. O que não deixa de ser uma atualização da comparação entre as colonizações de exploração e povoamento. Não são poucas as vezes em que o contraste com a trajetória dos Estados Unidos é usado como método explicativo. As potencialidades explicativas dessa comparação são até óbvias. Estados Unidos e Brasil, ambos partindo de situações coloniais, descreveram trajetórias e resultados bastante diferentes. A simples explicitação das semelhanças e principalmente das diferenças entre essas duas experiências nacionais já constituiria uma contribuição formidável para a teoria do desenvolvimento.

Pesa em parte para a comparação frequente com o caso norte americano, uma certa atração de Furtado para com a via dos Estados Unidos de desenvolvimento, que teria sido capaz de combinar instituições democráticas com um processo de desenvolvimento econômico e distribuição da riqueza. Vale

²⁷⁵ Cardoso (1975) e (CASTRO, 1980). Posteriormente, (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001) procuram acomodar o que chamam do arcaísmo da coroa portuguesa com evidências empíricas de um certo desenvolvimento autônomo na colônia. Ainda nesse sentido (PIRES e COSTA, 2000) acreditam que teria se constituído na economia colonial brasileira uma forma específica de capital, que chamam de capital escravista-mercantil. Para um balanço do debate ver (SOUZA, 2008) e (TEIXEIRA, 2006).

²⁷⁶ Como afirma Fernando Novais em mais de uma ocasião. (NOVAIS, 1983).

lembrar que o primeiro texto publicado pelo ainda jovem Celso Furtado foi o pequeno artigo *Trajetória da Democracia na América*, elaborado para concorrer ao Prêmio Franklin Roosevelt, promovido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, no qual foi vencedor por aclamação unânime do Júri. Durante os anos como combatente da FEB, o convívio com o V Exército dos Estados Unidos, deixou boa impressão em Furtado, que se confessou admirado pelo espírito democrático prevalecente no exército americano.²⁷⁷

Em todo caso, a constante evocação do caso norte americano na análise parece ter mais a ver com o método analítico empregado por Furtado do que com uma duradora identidade ideológica. O método estruturalista de Furtado e também da CEPAL é essencialmente histórico. É do contato com a história específica do continente, avaliada sempre em perspectiva com a dos casos “centrais”, que retira suas melhores contribuições. Basta lembrar do manifesto de Prebisch em 1949, quase totalmente baseado em sua experiência como quadro dirigente da economia Argentina e no conhecimento da história econômica de seu país, de onde generaliza os problemas da inserção internacional de todo o subcontinente.

Essa seria a diferença fundamental entre o estruturalismo como praticado por Furtado e pelos melhores quadros CEPAL e como realizado predominantemente em outras disciplinas das ciências sociais. Se o estruturalismo como praticado pela linguística ou pela antropologia tem caráter de ferramenta metodológica sincrônica ou a-histórica, o estruturalismo cepalino é essencialmente diacrônico, histórico e comparativo.

Daí a constituir-se em método indutivo e não necessariamente numa heurística positiva. Nessa orientação todos os elementos da construção teórica surgiriam da análise histórica comparativa, cujos casos específicos condicionam e qualificam a aplicação da teoria econômica “universal”, que nesse movimento se vê obrigada a incorporar as especificidades históricas e locais. Em outros termos, a perspectiva histórico-estruturalista da CEPAL constitui método

²⁷⁷ (BOIANOVSKY, 2014) ressalta a proximidade e a admiração de Furtado pela cultura norte americana, no entanto, dá menos ênfase às críticas de Furtado em relação à atitude hostil dos norte-americanos para com a CEPAL e a SUDENE, tampouco comenta a visão crítica de Furtado em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*.

“profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais”.²⁷⁸

Da comparação entre os casos brasileiro e norte americano, Furtado tira algumas frutíferas conclusões. Da já citada comparação entre os casos coloniais, retém que a economia do norte dos Estados Unidos beneficiou-se da colonização de exploração das Antilhas, cujo fator mais importante seria, ao mesmo tempo a simultânea proximidade com o centro produtor do Caribe e a separação territorial, que permitiu o desenvolvimento de uma indústria naval local, bem como o desenvolvimento de um mercado interno de pequenos produtores, diferente do que havia ocorrido, por exemplo, no núcleo populacional de São Paulo, estabelecido a longa distância do nordeste açucareiro, ao mesmo tempo em que se via obrigado à disputar insumos como a mão de obra, com a economia açucareira de alta produtividade.

Também interessante é a comparação entre os diferentes tipos de política econômica defendidas pelas respectivas elites coloniais, bem expressa nas diferentes abordagens de Alexander Hamilton, primeiro secretário do tesouro norte americano e o Visconde de Cairu, conselheiro econômico de D. João VI, quando da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Furtado vê as diferenças de interpretação entre Hamilton e Cairu como ilustrativo das diferenças entre a sociedade norte americana conduzida por uma elite oriunda do grande comércio urbano e das pequenas propriedades agrícolas, e a sociedade brasileira, cujas elites políticas eram majoritariamente grandes agricultores escravistas.

Hamilton e Cairu, na mesma época, foram influenciados pelas ideias de Adam Smith, mas o uso que fizeram do conteúdo de *A Riqueza das Nações* foi bastante diferente. Assim, “enquanto Hamilton se transforma no paladino da

²⁷⁸ (BIESLCHOWSKY, 2000, p. 21) (BOIANOVSKY, 2015) procuram citar o método de Furtado como uma combinação de influências aparentemente incompatíveis, como Lévi-Strauss e Fernand Braudel. A análise, no entanto, deixa de considerar influências do método histórico de Caio Prado Jr. (Esse, de fato influenciado diretamente por Braudel), nos trabalhos de Furtado, o que talvez limite seu alcance explicativo. Bielschowsky e Boianovsky comparam os estruturalismos como forma de ressaltar mais as diferenças do que as semelhanças. Vale ainda mencionar que o método comparativo já se fazia presente na tese de doutorado de Furtado, construída pela comparação entre a colonização no Brasil, nas Antilhas e a todo momento evocando o caso norte americano, bem como as diferentes realidades da América Espanhola.

industrialização” e impulsiona uma ação estatal de “estímulos diretos à indústria”²⁷⁹, o Visconde de Cairu “crê supersticiosamente na mão invisível e repete: ‘Deixai fazer, deixar passar, deixai vender’”²⁸⁰, o que se consubstancia na política liberal de abertura dos portos à Inglaterra realizada pela Coroa portuguesa. A ironia é que, nesse caso, a linha do equador funciona quase como um espelho, que reflete leituras opostas de um mesmo Adam Smith ao norte e ao sul do continente americano.

3.3 - O Sentido Profundo da Colonização

A comparação mais interessante entre o caso norte americano e o brasileiro, da qual Furtado parece não extrair todas as consequências analíticas, talvez se refira às diferentes condições do emprego da mão de obra escrava em cada região. Furtado nota que no início do século XIX, Estados Unidos e Brasil detinham praticamente o mesmo número de população escrava, cerca de 1 milhão de indivíduos. Ocorre que na década de 1860 os EUA detinham uma força de trabalho escrava de cerca de 4 milhões de indivíduos, enquanto no Brasil da mesma época o número era agora de 1,5 milhão de trabalhadores escravos. Furtado estranha a diferença nos números, já que as “importações” de escravos brasileiras nesse período foram cerca de três vezes maiores que as realizadas pelos Estados Unidos.

A explicação para o fenômeno, diria Furtado, estaria na maior taxa de crescimento vegetativo da população de escravos na América do Norte, que vivia e trabalhava majoritariamente em propriedades de pequeno porte, mesmo na região Sul dos Estados Unidos. De onde Furtado infere que suas condições de alimentação e trabalho deveriam ser consideravelmente melhores que as do Brasil, visto que em alguns casos, os proprietários norte americanos passaram mesmo a auferir renda com a venda interna de escravos.²⁸¹ No Brasil,

²⁷⁹ (FURTADO, [1959] 2007, p. 152-153).

²⁸⁰ (FURTADO, [1959] 2007, p. 152-154).

²⁸¹ (FURTADO, [1959] 2007, p. 173-174).

predominaria quanto a escravidão uma visão de curto prazo, acredita Furtado, “como se a escravidão fora negócio apenas de uma geração”²⁸²

Mesmo a questão sobre a necessidade da adoção do trabalho escravo na economia colonial é controversa e não de todo bem resolvida. Furtado afirma, ecoando as justificativas tradicionais, que a escravidão africana teria sido a resposta do sistema colonial de então ao fato de que o escravo indígena seria “menos eficiente e de recrutamento mais incerto”.²⁸³ Nisso, praticamente repete a explicação de Caio Prado Jr., para quem o recurso à escravidão africana se deu pela escassez de população em Portugal e também pelo fato de que o indígena brasileiro é “sobretudo despreparado para o sistema de trabalho organizado que exige a agricultura colonial”²⁸⁴, além de constituir fator “escasso”, o que dificultaria seu recrutamento.²⁸⁵

Em ambos, a questão parece mal colocada. Prado Jr. e Furtado admitem que nas fases iniciais do empreendimento açucareiro (fase mais difícil e de maior investimento), a construção se realizou com recurso ao trabalho escravo indígena.²⁸⁶ Admitem também que as ocupações de maior exigência técnica eram executadas pela população livre e bem remunerada e que os bandeirantes paulistas fizeram do apresamento indígena e da prospecção por ouro empreendimentos lucrativos, no que acabaram mesmo por alargar as fronteiras da América Portuguesa.²⁸⁷

Nessa questão, o quadro explicativo montado por Prado Jr. e Furtado não é de todo coerente. Assim, se o recurso à mão de obra indígena era menos vantajoso, por que serviu justamente nas fases menos rentáveis dos negócios? Da mesma forma, por que houve iniciativa oficial da coroa em barrar seu apresamento? Se a escravidão africana era tão mais dispendiosa, porque sua produção não foi internalizada como nos Estados Unidos? Somente por fatores ideológicos? Ou ainda, por que não se adaptou a estrutura produtiva do açúcar

²⁸² (FURTADO, [1959] 2007, p. 84).

²⁸³ (FURTADO, [1959] 2007, p. 84).

²⁸⁴ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 127)

²⁸⁵ Em *Evolução Política do Brasil*, por outro lado, Caio Prado Jr. não deixou de notar que a enorme quantidade de terras na América pudesse se apropriar de um pedaço delas.

²⁸⁶ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 127) e (FURTADO, [1959] 2007, p. 83).

²⁸⁷ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 68-69) e (FURTADO, [1959] 2007, p. 83)

para poupar seu insumo mais valioso, justamente o escravo africano, que se desgastava rapidamente pelas más condições a que era submetido?

Por outro lado, volta a pertinência da comparação de Furtado quanto ao fato de que na pecuária nordestina chegou a constituir-se um setor de homens livres que conseguia amear algum capital por esforço próprio, ao estilo das colonizações de povoamento norte americanas mas cujo melhor resultado era obstaculizado pela baixíssima produtividade do semi-árido²⁸⁸. No nordeste brasileiro, o esquema de Wakefield, parece ter sido atendido não pela imposição de um alto preço artificial para as terras, mas pela baixa capacidade produtiva do semiárido e pela restrição legal quase absoluta à posse da terra. De qualquer forma, os efeitos finais para o pequeno produtor eram os mesmos: Baixa renda extraída de sua atividade e baixo incentivo a encontrar ocupação fora da esfera dominada direta e indiretamente pela grande lavoura de exportação.

Uma explicação mais coerente para a questão da escravidão foi oferecida posteriormente por Fernando Novais. Para o historiador, a escassez de população nas metrópoles, como em Portugal, não explicaria o recurso ao trabalho escravo. Até porque, exemplifica, a colonização francesa nas Antilhas se iniciou como de povoamento e só depois deu lugar ao escravismo típico da colonização de exploração, como já afirmara Furtado. Ademais, mesmo que se aceitasse o argumento da escassez populacional, ele explicaria somente o recurso à população do continente africano e não o motivo da adoção do regime escravista.²⁸⁹

Se aceitamos, mesmo que para fins argumentativos, o recurso ao regime escravista para produção nas colônias, permanece outra questão. Por qual motivo os colonizadores não fizeram uso do trabalho indígena? A resposta revela uma das engrenagens do sistema mercantilista de colonização, acredita Novais. Diferente do apresamento indígena que constituía um negócio interno da colônia, com os ganhos comerciais da operação mantendo-se também internamente na economia colonial, o tráfico de escravos africanos com fins de abastecimento do

²⁸⁸ (FURTADO, [1959] 2007, p. 98-100).

²⁸⁹ (NOVAIS, 1986, p. 98-99)

mercado colonial gerava um outro fluxo de renda majoritariamente destinado à metrópole.

O lucro obtido na operação de compra e venda de escravos africanos fluía essencialmente para os comerciantes da metrópole e conseqüentemente para fora da colônia. Criava-se, assim, um mecanismo adicional de extração de renda da produção colonial em benefício da metrópole ibérica. A partir dessa constatação, paradoxalmente, Novais percebe que “é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”.²⁹⁰ O sentido mais amplo da colonização é que explicaria o recurso ao trabalho escravo africano, no que as explicações anteriores, como a da inadequação do indígena para as tarefas na lavoura, adquiririam caráter de ideologia justificadora de um determinado estado das coisas.

Restaria ainda explicar o motivo da população africana ter sido empregada no sistema escravista e não como trabalhadores livres. O estranhamento causado é ainda maior quando posto em perspectiva com o fato de que, na mesma época, no continente europeu, realizava-se a transição das formas de trabalho compulsória associadas ao feudalismo para o trabalho assalariado, o que permitia a generalização da forma mercadoria e do próprio capitalismo na Europa, enquanto nas colônias do novo mundo, via-se renascer o regime de trabalho escravo típico da antiguidade clássica.

Para Novais, compreende-se melhor a estrutura do processo quando visto em perspectiva comparada. Na Europa, o desenvolvimento do trabalho assalariado exigiu a superação dos antigos laços de servidão. Desse processo, emergiria a moderna força de trabalho, obrigada a vender-se no mercado, agora como mercadoria, no que passa a efetivamente integrar o modo capitalista de produção.²⁹¹

Já nas colônias, continua Novais, a “implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial”, cujo fim último era a

²⁹⁰ (NOVAIS, 1986, p. 105)

²⁹¹ (NOVAIS, 1986, p. 100)

promoção da “primitiva acumulação capitalista na economia europeia”.²⁹² Caso contrário, se a constituição da economia colonial tivesse ocorrido com recurso ao trabalho livre, dada a abundância de terras no novo continente, “o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento”, o que levaria a formação de uma “economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos”.²⁹³ Isso é, se feita com o recurso ao trabalho livre, toda colonização de exploração tendia a se tornar colonização de povoamento e, no limite, se tornava inviável.

É útil registrar o movimento análogo dos argumentos. A crítica de Fernando Novais à insuficiência da explicação de Caio Prado Jr. e Celso Furtado para a compreensão do recurso ao trabalho escravo na colônia portuguesa, é análoga a ironia de Marx em relação às constatações do economista inglês E.G. Wakefield para o mundo colonial, embora, é verdade, Novais as faça de maneira mais respeitosa.

O que a colonização de exploração revelava, afirma Novais, era o caráter último da colonização de exploração empreendida na América, isso é, de “produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias europeias”.²⁹⁴ Elementos já presentes nas explicações de Prado Jr. e Furtado, mas cujo raciocínio não foi levado às últimas consequências. Num mesmo sentido, também para Marx, a constatação de Wakefield revelava “o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo”²⁹⁵, de que o modo capitalista de produção e a propriedade privada, só existiam a partir do “aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio”. Havendo terras em abundância, o trabalhador quase sempre escolheria trabalhar para si mesmo do que vender-se como força de trabalho.

O que o novo mundo revelava em última instância, dizia Marx, era o caráter último do próprio capitalismo, ou seja, a expropriação do trabalhador,

²⁹² (NOVAIS, 1986, p. 102)

²⁹³ (NOVAIS, 1986, p. 102)

²⁹⁴ (NOVAIS, 1986, p. 102)

²⁹⁵ (MARX, 1996, p. 392).

espécie de escravidão então disfarçada sob a ideologia do trabalho livre. De maneira que a recém descoberta periferia colonial parecia revelar a verdade de seu centro.

A questão, longe de estar resolvida, abre um leque analítico dos mais amplos e reforça o potencial da comparação entre os dois modos de colonização como estratégia explicativa. Até mais do que isso, o potencial explicativo do senso dos contrários que se estabelece a partir da tipologia das colonizações de *exploração* e *povoamento* na América Colonial talvez só tenha começado a ser explorado.

4) Colônia e Nação

4.1 - Impasses do inorgânico

Em 1933, o jovem Caio Prado Jr., então com 26 anos, publicou *Evolução Política do Brasil*, seu livro de estreia junto ao grande público e até hoje considerado como a primeira aplicação consistente do materialismo histórico para a interpretação da história brasileira.²⁹⁶ O jovem autor e recém convertido marxista, a despeito da inexperiência, demonstrou sensibilidade ao articular em sua primeira obra duas expressões intelectuais bastante em voga na cena cultural brasileira do início da década de 1930.

A primeira consistia no voluntarismo ligado ao sopro de radicalismo político que se seguiu à revolução de 1930. O ensaísmo de interpretação, nacional tão em voga na época, consistia na expressão que ia adquirindo a rotinização das descobertas modernistas, e se lançava à análise do passado do país em busca de respostas para o presente e de perspectivas para o futuro. Vem daí o sentimento de “refundar” a nação que perpassa boa parte das obras da época.

Não que essa orientação fosse exatamente nova. Pelo menos desde o início do século XIX, época dos movimentos de independência na América Latina, o passado colonial da região tem sido visto como um obstáculo, um peso que impede a realização das mudanças e conseqüentemente a construção do presente e também do futuro.²⁹⁷ No Brasil não foi diferente. Até por isso, as reflexões mais significativas realizadas por aqui desde 1822 têm se voltado para o esforço de “desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação”.²⁹⁸

A segunda expressão intelectual, também no contexto da década de 30, consiste no crescimento do interesse local pela abordagem marxista, cujo novo impulso fundamental datava da Revolução Russa de 1917, tendo como principal

²⁹⁶ (MOTA, 2014)

²⁹⁷ A esse respeito ver (ZEA, 1976).

²⁹⁸ (ARANTES, 1996, p. 93).

desdobramento local a criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922. O que não se traduziu, no entanto, no surgimento de análises marxistas de maior profundidade sobre a realidade brasileira. Mesmo Caio Prado Jr. lembra que ao se interessar pela literatura marxista no início da década de 30, não pôde encontrar sequer *O Capital*, de Marx, nas livrarias de São Paulo. “Ninguém nas livrarias sabia o que era isso. O Brasil, nesse sentido, estava muito longe do resto do mundo”.²⁹⁹

De maneira geral, a qualidade da literatura local sobre o tema era precária. A assimilação da literatura marxista como empreendida pelos dirigentes comunistas brasileiros da época, chama a atenção pelo esquematismo excessivo, quando não pela precariedade da assimilação das ideias de Lenin, Trotsky e Bukharin, principais dirigentes da Internacional Comunista na época, bem como pelas tentativas mecânicas e pouco frutíferas de análise da realidade brasileira, como empreendidas³⁰⁰ pelos “artigos de Astrojildo Pereira sobre a relação partido/sindicato” ou nos textos “nos quais a esdrúxula dialética de Octavio Brandão formula a estratégia do PC”.³⁰¹

A curiosidade geral pela novidade que representavam o marxismo e a própria União Soviética parecia se manter viva ainda na década de 30, como parece indicar o grande interesse pelos relatos da viagem de Caio Prado Jr. à URSS em 1933, contados pelo jovem autor em concorridas seções públicas no CAM, o Clube dos Artistas Modernistas, do qual era membro. Relatos que seriam posteriormente reunidos em seu *URSS, um novo mundo*, publicado em 1934.³⁰²

Não deixa de ser curioso que o encontro fortuito entre essas duas vertentes, o ensaio de interpretação nacional e o marxismo, tenha se dado de maneira tão insólita, isto é, na figura do jovem Caio Prado Jr., “em cuja pessoa inesperada o prisma marxista se articulou criticamente à acumulação intelectual de uma grande família do café e da política”.³⁰³ Pode-se mesmo afirmar que a

²⁹⁹ (PRADO JR., 1981, p. 305)

³⁰⁰ Como registra (SECCO, 2008, p. 34)

³⁰¹ (BRANDÃO, 1997, p. 81)

³⁰² (SECCO, 2008, p. 40). Nesse sentido, (PERICÁS, 2016, p. 91) comenta que *URSS, um novo mundo*, foi escrito em resposta aos muitos pedidos e convites para conferências após a grande repercussão das seções no CAM.

³⁰³ (SCHWARZ, 1995)

incomum origem social marcou toda a trajetória do militante comunista Caio Prado Jr.

Em mais de uma ocasião Prado Jr. contribuiu financeiramente com o Partido, no financiamento de suas gráficas, ou mesmo ao intermediar a arrecadação de recursos junto a empresários e industriais. A independência material também lhe concedeu maior autonomia frente às diretrizes partidárias, o que lhe permitiu sustentar durante anos ideias e interpretações frontalmente divergentes da linha majoritária adotada pelo PCB.

A origem social foi marcante na tensa relação de Prado Jr. com o partido que escolheu para militar durante boa parte da vida. Não deixava de causar estranhamento em um Partido de acentuada orientação “obreira”, a conversão de um membro da aristocracia paulistana para as fileiras do comunismo, o que sem dúvida lhe granjeou a animosidade de parte da militância. Em *Os subterrâneos da liberdade*, Jorge Amado chega a descrever de modo caricato a figura de Caio Prado Jr. nas atitudes do personagem Cícero D’Almeida, protegido membro da burguesia paulistana, casado com Gaby D’Almeida – numa referência a Baby, então esposa de Caio Prado.

O personagem, fiel ao partido, é descrito como uma personalidade frágil, avesso às necessidades da “política real”.³⁰⁴ Consta também no relato de Lévi-Strauss de sua temporada no Brasil, uma impressão pouco favorável de Caio Prado Jr., visto como parte de uma elite local exótica, que se esforçava por interpretar de maneira caricata os papéis sociais importados da sociedade europeia, com a desvantagem de que seu número reduzido havia provocado alguns paradoxos, como o fato de que o “comunista coincidissem ser o rico herdeiro da feudalidade local.”³⁰⁵

³⁰⁴ Nesse sentido, ver o comentário de (SECCO, 2008, p. 102-104) sobre o retrato de Prado Jr. na obra de Jorge Amado.

³⁰⁵ (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 102), Quem acertadamente menciona o comentário de Lévi-Strauss, como referindo-se a Caio Prado Jr. é (SECCO, 2008, p. 41). Mesmo assim, parece haver certa “má-vontade” no comentário do antropólogo francês. Basta lembrar que a posição de classe de Engels não era muito diferente da de Caio Prado Jr. Tampouco os membros da primeira geração da Escola de Frankfurt, numa época parecida, tinham origem nas classes trabalhadoras. Ainda nesse sentido, o próprio Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt se constituiu a partir do espólio de um rico industrial alemão.

Ainda nesse sentido, em resenha sobre *Evolução Política do Brasil*, o crítico Antonio de Alcântara Machado notaria um tom exagerado de ironia na descrição dos bandeirantes, que destoaria da qualidade geral do texto. O que o crítico interpreta como a necessidade de Prado Jr. em “romper qualquer ligação com um passado que os seus compadres burgueses exaltam”, isto é, uma necessidade do “paulista, descendente de paulistas convertido pelo menos ao marxismo, tinha de se libertar entre outros do preconceito bandeirante”³⁰⁶

Vale recordar que o livro foi escrito nos anos da Revolta Constitucionalista de São Paulo contra o governo de Getúlio Vargas, que aflorou o sentimento nativista da elite paulista e a correspondente mitificação da figura do bandeirante. Nessa acepção, a ironia exagerada de Prado Jr. não deixa de ser uma resposta ao também exacerbado clima da época.³⁰⁷

Mais importante parece ser o fato de que *Evolução Política do Brasil* foi o primeiro produto intelectual bem acabado da “traição de classe” de Caio Prado Jr. Obra que representou não só a conversão pessoal de Caio ao comunismo, mas também uma ruptura com o sentido predominante na historiografia da época. Já em 1934, o militante de esquerda Raul Karacik ressalta o fato de que o livro constituía um dos raros ensaios de interpretação materialista até então aplicados à história do Brasil.

Karacik também endossa a então polêmica interpretação de Caio Prado Jr. quanto a não-existência de caracteres feudais na estrutura econômico social brasileira, o que se devia ao fato de que, diferente do caso europeu, a organização política e econômica do Brasil não teria resultado da superposição a uma outra estrutura social pré-existente, baseada no monopólio das terras.³⁰⁸

No mesmo ano da publicação de *Evolução Política do Brasil*, o militante trotskista Lívio Xavier também assinalou a originalidade da obra, que apoiava-se no método marxista para promover uma importante renovação dos estudos históricos brasileiros, até então entregues ao “exercício gratuito da erudição e à

³⁰⁶ (MACHADO, [1933] 2008, p. 296).

³⁰⁷ (MARTÍNEZ, 2008) registra que Caio Prado Jr., enquanto estudante do curso de Doutorado (não concluído) da faculdade de Direito não tomou parte nas manifestações de 32.

³⁰⁸ (KARACIK, [1934] 2008, p. 301)

apologética da classe dominante”.³⁰⁹ Xavier, contudo, discorda de Prado Jr. quanto à caracterização do passado colonial da região. Afirma que a interpretação de Prado Jr. é “tão apressada como a que critica”³¹⁰ e retoma a interpretação que atribui à Kautsky, segundo a qual o capitalismo colonial teria sido responsável pela criação de um “feudalismo superposto”, ou um tipo particular de feudalismo.

As duas análises de *Evolução Política do Brasil*, tanto a de Raul Karacik quanto a de Lívio Xavier, notam a tendência de Caio Prado Jr. de fundamentar toda a análise política e social nos determinantes econômicos que a justificam, o que teria levado Prado Jr. a acompanhar “nossa evolução política pari-pasu da nossa evolução econômica”,³¹¹ o que lhe permitiria alcançar plenamente o objetivo de “repor os fatos históricos em ligação com os fundamentos econômicos”.³¹²

Sabe-se que a análise de Caio Prado Jr. viria posteriormente a se distinguir das interpretações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – os outros dois autores mais influentes do período – exatamente por destacar os caracteres econômicos do passado colonial brasileiro, com o que daria a primeira grande interpretação do passado nacional a partir das relações entre produção, distribuição e consumo.³¹³

A tendência à análise econômica, no entanto, não parecia estar bem definida na década de publicação do livro de estreia de Caio Prado Jr. Basta recordar que a preocupação com a economia não figura como elemento central nos títulos de *Evolução Política do Brasil* nem de *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, publicado em 1942. O que viria a ocorrer somente em 1945, com a publicação de *História Econômica do Brasil* e se repetiria posteriormente em todas as suas obras de maior importância, como *Diretrizes para uma Economia Política Brasileira*, de 1954, *Esboço dos Fundamentos da*

³⁰⁹ (XAVIER, [1933] 2008, p. 305)

³¹⁰ (XAVIER, [1933] 2008, p. 307)

³¹¹ (KARACIK, [1934] 2008, p. 300)

³¹² (XAVIER, [1933] 2008, p. 306)

³¹³ É o que ressalta (CANDIDO, [1936] 2013, p. 11) em sua mais do que conhecida apreciação do significado dos autores da geração de 30.

Teoria Econômica, de 1956, e mesmo em seu *História e Desenvolvimento*, já da década de 70.³¹⁴

Ainda nas repercussões de *Evolução Política do Brasil*, a apreciação coeva mais interessante da obra provavelmente é a de Antônio de Alcântara Machado, modernista de primeira hora e autor de *Brás, Bexiga e Barra Funda*, entre outros. Como aponta Alcântara Machado, o livro de Caio Prado Jr., embora proponha o exame dos movimentos contestatórios quase sempre excluídos da bibliografia nacional de então, não faz referência a expressivos movimentos políticos da época colonial, como a Inconfidência Mineira, a guerra dos emboabas, a revolta de Beckman, o levante de Felipe dos Santos, a insurreição pernambucana de 1817, entre outros.³¹⁵

O motivo da escolha por Prado Jr. dos movimentos a serem analisados não parece advir do fato de que “giraram sempre em torno de determinada situação econômica”, constituindo “autênticas lutas de classe”, devendo por isso interessar a qualquer “materialista histórico”, como afirma Alcântara Machado.³¹⁶ Diferente disso, a pouca atenção dada aos movimentos do período colonial parece estar relacionada ao fato de que a economia colonial brasileira formava “uma unidade política somente no nome. Na realidade é um aglomerado de órgãos independentes, ligados entre si apenas pelo domínio comum, porém muito mais teórico que real da mesma metrópole”,³¹⁷ como aponta, talvez sem perceber, o próprio Alcântara Machado. Isso é, o interesse de Prado Jr. parece estar mais ligado à expressão estrutural dos diferentes movimentos contestatórios de uma época, ou a sua capacidade de constituírem “sistemas”, do que a um suposto caráter “material” de suas reivindicações “econômicas”.

Em *Evolução Política do Brasil*. A fase colonial do país é descrita em linhas muito gerais, dividida em dois períodos. O que vai da descoberta até a invasão holandesa, que corresponderia ao pleno desenvolvimento da exploração colonial portuguesa no Brasil. E o segundo, do final das guerras holandesas até

³¹⁴ O que não significa que Caio Prado Jr. tenha abandonado outros veios de investigação intelectual, até porque empreende estudos sobre a lógica em Althusser e sobre o método dialético, livros que não lograram tanto sucesso quanto suas realizações junto à história econômica e à economia política. *A Revolução Brasileira* de 1966 seria outra importante exceção.

³¹⁵ Como citado por Alcântara Machado (MACHADO, [1933] 2008, p. 294)

³¹⁶ (MACHADO, [1933] 2008, p. 297)

³¹⁷ (MACHADO, [1933] 2008, p. 297)

a vinda da família real portuguesa em 1808, período de complexificação da estrutura política e social da colônia e de franco declínio do poderio da coroa portuguesa em suas possessões ultramarinas.

A situação política só é descrita de maneira mais detida a partir de 1808, com transferência da corte portuguesa para o Brasil. Seu interesse no que chama de revoluções da menoridade”, a Cabanada do Pará (1833-1836), a Balaiada ocorrida no Maranhão (1838-1841) e a Revolta Praieira ocorrida em 1848 em Pernambuco, vem da intenção declarada de “mostrá-las não como fatos ocasionais e isolados, mas como fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da Independência”.³¹⁸

A predileção de Prado Jr. pelos acontecimentos do início do século XIX, acaba por antecipar o recorte que faria alguns anos depois em seu *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que a época em questão é tida como uma síntese de todo o período colonial ou “o balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização”. Isto é, um momento decisivo, uma “chave preciosa e insubstituível, para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele, que é o Brasil de hoje”.³¹⁹

Não é por acaso, portanto, que Caio Prado Jr. decida iniciar sua obra mais importante pelo início do século XIX, fim do período colonial.³²⁰ O momento, que Prado Jr. vê como decisivo, teria a vantagem de representar uma síntese dos três séculos de colonização, uma época particular em que os “elementos constitutivos da nossa nacionalidade (...) organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam”. O Brasil contemporâneo que daí surge, lembra Caio Prado, será “erigido sobre aquela base”.³²¹

³¹⁸ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 11)

³¹⁹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 7) Nesse sentido, a crítica de Alcântara Machado a Caio Prado Jr. por haver deixado de fora da análise importantes movimentos contestatórios do período colonial, lembra a acusação de “sequestro do Barroco” de Haroldo de Campos a Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*. O ponto é: Tanto os movimentos nativistas da época colonial, quanto o Barroco deixam de constar na análise não por uma suposta falta de importância de cada manifestação, mas sim por constituírem manifestações isoladas e não propriamente um sistema literário para Candido, ou parte de um processo mais amplo, ou estrutural, de mudanças econômicas e sociais para Prado Jr.

³²⁰ Como reconhece Maria Odila (DIAS, 1989)

³²¹ Prado Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. p.7-8, 2011. (Essa referência serve para as duas citações do parágrafo).

O intuito de examinar o passado colonial, contudo, não é o de se ocupar “apenas com devaneios históricos”³²², mas sim o de recolher dados indispensáveis para a compreensão do Brasil contemporâneo que “se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual”.³²³ O exame do passado se justifica pela intenção declarada de “chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”.³²⁴

Ainda segundo o escritor Alcântara Machado, que se notabilizou por narrar a perspectiva das classes populares, o ensaio de Prado Jr. tinha a qualidade de ir além da “superfície dos acontecimentos”, possibilitando a compreensão “da história que se processa no seio da população, a que importa, a verdadeira”,³²⁵ Característica também notada por Lívio Xavier, embora acuse o autor de *Evolução Política do Brasil* de “ditar regras aos insurgentes, numa espécie de bolchevização retrospectiva”.³²⁶

Em maior ou menor grau, já aí estão delineadas duas características de longo prazo na trajetória do marxista Caio Prado Jr.: A opção pela perspectiva dos que estão embaixo, como apontada por Alcântara Machado; bem como uma propensão a prospectar o passado em busca de possibilidades de transformação, como reconhece Lívio Xavier, ainda que de maneira não muito lisonjeira.³²⁷

Assim, as insurgências e os movimentos contestatórios parecem interessar a Caio Prado Jr. como expressões de um processo mais amplo, como momentos decisivos em que as estruturas coloniais se mostram insuficientes para comportar e conter a emergência de uma sociedade que vai surgindo e se tornando mais complexa, apesar da estrutura de exploração colonial a que estava submetida. Prado Jr. vê as insurgências, revoltas e rebeliões como

³²² Prado Jr. (2014p.9)

³²³ Prado Jr (2014:p.8)

³²⁴Prado Jr. (2014:p.11) Orientação semelhante parecia ser a do jovem Celso Furtado, que em 1948, atribui o subtítulo de “Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”, à sua tese de doutorado sobre a economia colonial brasileira orientada por Maurice Byé na Universidade de Paris.

³²⁵ (MACHADO, [1933] 2008, p. 298)

³²⁶ (XAVIER, [1933] 2008, p. 307)

³²⁷ As críticas de Lívio Xavier e Alcântara Machado aos trabalhos de Caio Prado Jr. estão também disponíveis no acervo Caio Prado Jr. depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

sintomas de resistência à colonização e seu sentido, como então estabelecidos. Uma reação “informe, incoerente e desconexa que se revela apenas por sintomas”³²⁸, mas que parecem antecipar os sinais de esgotamento interno do sistema colonial.

A estrutura da sociedade colonial no Brasil como vista pelo jovem Caio Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil*, não era tão diferente do mercado dualismo de interpretações já tradicionais como as de Euclides da Cunha que via no país uma estrutura dual, marcada pelas relações, quase sempre de oposição, entre litoral e sertão, ou entre país legal e país real, na expressão consagrada pelo pensamento autoritário brasileiro. Em 1933, Caio Prado Jr. via a estrutura social da colônia como “extremamente simples”, reduzida a duas classes: de um lado estariam os “proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazendas”. De outro, “a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres”.³²⁹

Prado Jr. considera que a uma infraestrutura econômica simples, praticamente monopolizada pela grande exploração agrícola, corresponderia uma estrutura social igualmente simples: “a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida”. Admite haver gradações nessa massa de oprimidos, mas acredita que elas não seriam profundas o bastante para estabelecer distinções significativas.

Para o jovem marxista “trabalhadores escravos ou pseudolivres, proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem”.³³⁰ E completa, pois mesmo que “vivam do seu salário, diretamente de suas produções ou do sustento que lhes concede o senhor,(...) sua classificação social é praticamente a mesma”.³³¹ Também o *Estado colonial*, pelo menos até meados do século XVII, não passaria de um “instrumento de classe desses proprietários”³³² rurais.

³²⁸ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 378)

³²⁹ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 29)

³³⁰ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 29)

³³¹ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 29)

³³² (PRADO JR., [1933] 2012, p. 32)

Prado Jr. admite que na segunda metade do século XVI, o aumento da riqueza e desenvolvimento econômico do país fará com que a estrutura social brasileira se torne mais heterôgenea.³³³ Essa complexificação, no entanto, só será pormenorizada no que se refere às classes dominantes, que agora se dividem por interesses opostos: “de um lado os dos brasileiros, especialmente dos proprietários rurais, a aristocracia fundiária nacional”. De outro, “os da metrópole, e a eles ligados os dos mercadores portugueses, a burguesia comercial”.³³⁴

A “massa de oprimidos” de que fala Caio Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* só seria melhor apreciada na década seguinte, em seu *Formação do Brasil Contemporâneo*. O plano central do livro é a tensão estrutural básica existente entre os dois núcleos da sociedade colonial no Brasil. O núcleo chamado *orgânico*, que consistia propriamente no sistema colonial de exploração, voltado para fora, baseado no cultivo extensivo e no uso majoritário do trabalho escravo. Em oposição, o agora chamado setor *inorgânico*, constituído pelas atividades subsidiárias, que gravitavam em torno da produção destinada ao exterior, sujeito à sua instabilidade a suas flutuações.

Para Prado Jr., toda a sociedade colonial no Brasil se organizaria em torno do orgânico, “com o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o “clã” patriarcal”³³⁵. De outro lado estaria o “setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada”.³³⁶

Há aí uma distinção importante. As populações escravas, pensadas por Caio Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* como integrantes da “grande massa explorada e oprimida”, lado a lado com tantas outras categorias de trabalhadores, são agora tidas como parte integrante do núcleo orgânico, ou seja, ligadas à mesma categoria do latifundiário e dos dirigentes da grande exploração. Senhores e escravos evidentemente ocupam espaços sociais bastante diferentes na organização social do setor *orgânico* de Caio Prado Jr.,

³³³ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 38)

³³⁴ (PRADO JR., [1933] 2012, p. 40)

³³⁵ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 363)

³³⁶ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 363)

mas a importante mudança consiste em considerá-los como parte de uma mesma estrutura, que tem na servidão “o único elemento real e sólido de organização que a colônia possui”.³³⁷

O fato é dos mais significativos. Se em *Evolução Política do Brasil* a visão de Caio Prado Jr. da estrutura da sociedade colonial brasileira pouco se diferenciava do dualismo tão em voga no pensamento brasileiro, de compor relações de oposição entre um setor moderno e outro atrasado, agora o autor “inova” ao ver como um mesmo corpo econômico e social, uma unidade orgânica, o setor mais dinâmico da sociedade colonial, por sua vez ligado aos mercados internacionais com a servidão, ou escravidão, tida como a característica mais arcaica e atrasada do “sistema geral da colonização fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano”.³³⁸

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o orgânico não representa um setor moderno, constituído em oposição a um inorgânico arcaico. Pelo contrário, o orgânico de Caio Prado Jr. é uma unidade contraditória³³⁹, uma combinação entre moderno e arcaico, que dá mesmo o *sentido* do tipo de colonização aqui realizada. Ambas constituem um mesmo setor dinâmico, voltado para fora, dedicado à produção extensiva de produtos tropicais de alto valor para o consumo do mercado europeu.

O *inorgânico*, por outro lado, adquire caráter de resíduo. Enquanto o *orgânico* representa o núcleo central e organizado da sociedade colonial, que tem a escravidão como elemento principal,³⁴⁰ o *inorgânico*, por sua vez, constitui uma espécie de “nebulosa social incoerente e desconexa”³⁴¹ que envolve o núcleo orgânico. São mesmo as características desconexas do inorgânico que sintetizam o panorama da sociedade colonial no Brasil, marcada pela

³³⁷ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 363)

³³⁸ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 145)

³³⁹ Recentemente, mesmo Chico de Oliveira, autor da *Crítica à razão Dualista*, admitiria que havia poucos elementos do que considera como dualismo nas obras de Caio Prado Jr. (OLIVEIRA, 2014).

³⁴⁰ Prado Jr. chega a reutilizar a frase de Alberto Torres segundo a qual a escravidão teria sido uma das poucas instituições realmente organizadas no país. (PRADO JR., [1942] 2011, p. 363).

³⁴¹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 363)

“incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes.”³⁴²

O sistema colonial³⁴³ como estabelecido, organizava todo seu sistema produtivo em torno da produção em larga escala de gêneros de alto valor para a exportação, relegando a “um segundo plano mesquinho e miserável”³⁴⁴, todas as outras atividades econômicas e fazendo com que todos os que não estão engajados na grande lavoura não encontrem qualquer perspectiva, o que gera uma “massa popular” que “vive mais ou menos à margem da ordem social”, sem que haja “ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia”.³⁴⁵

A um sistema econômico colonial naturalmente excludente, soma-se a instabilidade geral da economia colonial do Brasil. Mesmo amplos contingentes populacionais bem integrados na estrutura orgânica de produção podem, a qualquer momento, passar a compor as fileiras do *inorgânico*. Para tanto, basta uma mudança um pouco mais brusca na conjuntura dos mercados compradores no exterior para que todo um sistema produtivo, e por vezes toda uma atividade econômica, seja abandonada. Essa é uma das principais características do *Sentido da Colonização*, ou seja, a de uma evolução econômica “cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra”.³⁴⁶

Entre os extremos da estrutura social do Brasil colônia, compostos por uma pequena minoria de dirigentes dos vários setores da colônia e por um vasto contingente de trabalhadores escravos, situa-se esse setor residual formado no campo por aqueles que “vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização” na economia de subsistência da amazônia, os “negros e pardos excluídos da sociedade ativa”, os “fugidos da escravidão” agrupados em quilombos e todo um continente de outros expelidos ou fugidos

³⁴² (PRADO JR., [1942] 2011, p. 378)

³⁴³ Utilizo o termo *sistema colonial* no sentido empregado por Caio Prado Jr., de “conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil”.

³⁴⁴ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 303)

³⁴⁵ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 302-303)

³⁴⁶ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 133)

da vida em sociedade, pelos *agregados* que especialmente no campo “se encostam a algum senhor poderoso” espécie de pequenas cortes ou de *moradores dos engenhos*.³⁴⁷ Espanta que embora surja como resíduo desocupado das principais atividades produtivas da colônia, o inorgânico seja surpreendentemente numeroso, chegando a constituir praticamente metade da população colonial em determinado período.³⁴⁸

A tensão entre *Orgânico* e *Inorgânico* e suas repercussões são essenciais na estrutura de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Para Maria Odila da Silva Dias, essa divisão fundamental não só torna inteligível a obra do autor como também estrutura todo o livro, consistindo mesmo em uma interessante sugestão de leitura da obra³⁴⁹. Para a historiadora, todo o livro de Caio Prado Jr. seria construído sobre dois eixos principais que se inter-relacionam numa relação de permanente “oposição estrutural”.

O primeiro eixo seria o da “dependência colonial”, que caracteriza as estruturas que oprimem, ameaçam e conduzem à anomia dos setores marginalizados. Eixo que corresponderia aos capítulos: *sentido da colonização, grande lavoura, mineração, organização social, administração e organização social e política*. Nesses capítulos Prado Jr. cuidaria de aprofundar as contradições do sistema produtivo colonial tanto em sua inserção internacional, quanto em sua decomposição e na consequente ameaça aos setores marginalizados. Trata-se de um conteúdo voltado eminentemente para o passado.³⁵⁰

O outro eixo sobre o qual se sustenta a obra, diria respeito “à formação da nacionalidade brasileira, às relações de dependência interna, às dificuldades de vir a ser do inorgânico”. Corresponde aos capítulos: *correntes de povoamento, raças, lavouras de subsistência, pecuária e vias de comunicação e transporte*. Nesses capítulos seriam descritas as novas mediações sociais com possibilidades de transformação da economia colonial e futuro país. São, como

³⁴⁷ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 299-302)

³⁴⁸ “No tempo de Couty, este o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões”. (PRADO JR., [1942] 2011, p. 299)

³⁴⁹ A proposta de leitura mais conhecida para *Formação do Brasil Contemporâneo* é a de Fernando Novais, para quem todos os capítulos do livro estabelecem relações de sentido com o *Sentido da Colonização*, primeiro capítulo do livro. (NOVAIS, 1986)

³⁵⁰ (DIAS, 1989, p. 389)

bem define Maria Odila, “virtualidades do devir que o historiador trabalha na sua expressão geográfica e econômica, enquanto formas sociais do povoamento, de constituição, na fase colonial, da infra-estrutura material da nacionalidade futura”.³⁵¹

A caracterização do setor *inorgânico* como feita por Caio Prado Jr. enseja uma comparação que pode ser de especial interesse. Ao descrever e exemplificar as manifestações do inorgânico no meio urbano, Prado Jr. menciona de passagem o caso dos desocupados que seriam mais “perigosos e nocivos que seus análogos do campo, por não encontrarem nas cidades nem a hospitalidade do meio rural nem os chefes sertanejos que poderiam direcionar e canalizar seus impulsos de belicosidade.”³⁵² Mesmo na capital, na cidade do Rio de Janeiro, “era perigoso transitar só e desarmado em lugares ermos, até em pleno dia”³⁵³, afirma Prado Jr., lembrando também que o primeiro intendente de polícia da cidade foi nomeado para tomar “medidas enérgicas contra tais elementos”.

A descrição de Caio Prado Jr. evoca o contexto em que se passam as *Memórias de um Sargento de Milícias*,³⁵⁴ de Manoel Antônio de Almeida. O romance acompanha as desventuras de Leonardinho, que pelo modo de vida constitui um dos representantes mais legítimos do setor *inorgânico* como descrito por Prado Jr. Nessa condição, paira sempre sob o protagonista do romance a ameaça do Major Vidigal, o intendente de polícia encarregado de tomar as medidas enérgicas necessárias para manter a ordem pública no Rio de Janeiro, num cenário em que abundam os elementos sociais perigosos e nocivos.

Ao analisar as *Memórias de um Sargento de Milícias* em seu *Dialética da Malandragem*, Antonio Candido parece reconhecer no romance algumas características similares as que Maria Odila reconheceu em *Formação do Brasil*

³⁵¹ (DIAS, 1989, p. 390)

³⁵² Prado Jr. menciona também de passagem o caso dos cangaceiros da região nordeste, recrutados entre a população sem ocupação ou destino próprio, bem como o ingresso desses contingentes nas milícias particulares dos senhores locais.

³⁵³ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 302)

³⁵⁴ Como bem se sabe pelo desfecho do romance, mais um caso de “vadio”, para usar o termo empregado por Prado Jr., cuja belicosidade foi engajada em algum tipo de milícia, no caso, a milícia oficial.

Contemporâneo de Caio Prado Jr. Também no romance de Manuel Antônio de Almeida há pela primeira vez uma ruptura com a narrativa tradicional tão acostumada a expressar a visão das classes dominantes.³⁵⁵ Igualmente similar é a estrutura do romance, marcada por uma tensão entre duas direções narrativas inter-relacionadas. Uma universalista, que introduz os elementos arquetípicos de cunho popular. Outra localista, atenta ao ritmo social e à representação concreta da sociedade.³⁵⁶

Também na obra de Manuel Antônio de Almeida se dá atenção a um setor bastante similar ao que seria o *inorgânico* de Caio Prado. Isso é, “suprimindo o escravo Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando”.³⁵⁷ Restou o retrato de uma “organização bruxuleante fissurada pela anomia”, o que confere certo caráter de documentário ao romance, por tão bem representar o ritmo geral da sociedade brasileira visto pela perspectiva de um de seus setores.³⁵⁸

A avaliação de Prado Jr. e Candido sobre a moral predominante no inorgânico, ou no setor da desordem, tem o sinal trocado, com diferenças bastante ilustrativas. Prado Jr. vê como problema fundamental dessa organização social a ausência do que chama de “nexo moral”, bem expresso pelo fato de que “Raças e indivíduos mal se unem; não se fundem num todo coeso: justapõem-se antes uns aos outros, constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam³⁵⁹”.

Certamente não constituem os trechos mais felizes de *Formação do Brasil Contemporâneo* as páginas em que Prado Jr. registra suas impressões sobre os padrões morais e os costumes da sociedade colonial. O problema, afirma o historiador, certamente não era a inexistência de fontes para o estudo, mas seu conteúdo, já que “neste particular, há uma documentação abundante que só faz o desânimo do pesquisador obrigado a escolher”.³⁶⁰ Tais seriam as proporções e a disseminação do que chama de “desregramento”. Para Caio, o recurso à

³⁵⁵ (CANDIDO, 2010, p. 44)

³⁵⁶ (CANDIDO, 2010, p. 40)

³⁵⁷ (CANDIDO, 2010, p. 38-39)

³⁵⁸ (CANDIDO, 2010, p. 39)

³⁵⁹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 362)

³⁶⁰ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 372)

escravidão, a instabilidade e mesmo a insegurança econômica teriam impedido a “constituição da família, na sua expressão integral, em bases sólidas e estáveis”.³⁶¹

Daí adviria a razão pela qual, na sociedade colonial, a família perderia quase inteiramente suas virtudes, já não atuando como guia moral, tampouco como “disciplinadora da vida sexual dos indivíduos, tornando-se, pelo contrário, campo aberto e amplo para o mais desenfreado sexualismo”.³⁶² Tão frequentes seriam os casos extraconjugais que “a opinião pública os admitia sem o menor constrangimento”. Assim como a “geral indisciplina de costumes que reina na sociedade colonial”³⁶³ atingiria mesmo o clero, que ao invés de atuar como “freio sério à corrupção de costumes”, figuraria como “exemplo tão frequente de uma vida escandalosa e desregrada”.³⁶⁴

Já Antonio Candido vê esse mesmo universo moral com maior neutralidade, como “um mundo sem culpa”. Diferente de boa parte dos romances da mesma época, *Memórias de um Sargento de Milícias* cria um universo “liberto do peso do erro e do pecado” sem culpa e sem repressão, a não ser pela ação externa do intendente de polícia.³⁶⁵ No retrato criado por Manuel Antônio de Almeida, há espaço para as ações reprováveis, e também para as ações positivas. Havendo defeito em todos, não há censura, nem remorso ou sentimento de culpa. Cada ação é avaliada somente por sua eficácia ou falta dela.³⁶⁶

Longe de constituir desvio, ou defeito, Candido vê o espaço moral criado por Manuel Antônio de Almeida como “livre de culpabilidade e remorso, de repressão e sanções interiores”³⁶⁷. Um espaço ficcional que rompe com os mecanismos e regras de contensão criados para retificar e disciplinar uma sociedade tida como jovem. Mecanismos esses que seriam corretos na medida

³⁶¹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 372)

³⁶² (PRADO JR., [1942] 2011, p. 373)

³⁶³ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 376)

³⁶⁴ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 377)

³⁶⁵ (CANDIDO, 2010, p. 40)

³⁶⁶ (CANDIDO, 2010, p. 41-42)

³⁶⁷ (CANDIDO, 2010, p. 43)

em que procuraram equiparar o novo mundo às sociedades mais antigas que deveriam lhe servir de modelo.

No indianismo idealizado de José de Alencar, por exemplo, os símbolos repressivos procuram domar os impulsos de um selvagem como Peri, que se coíbe e renuncia à sua autonomia até tornar-se um “ser alienado, automático, identificado aos padrões ideais da colonização”³⁶⁸, afirma Candido. Nada mais distante do universo das *Memórias de um Sargento de Milícias*, cujo sentido profundo, acredita Antonio Candido, consiste em fugir das racionalizações ideológicas tão em voga na literatura da época e em exprimir uma visão mais ampla de acomodação, de dissolução dos extremos ou mesmo de perda do significado da lei e da ordem, “criando uma espécie de terra de ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime”,³⁶⁹ em uma sociedade em que ordem e desordem são conceitos extremamente relativos “e se comunicam por caminhos inumeráveis”.³⁷⁰

Por fim, Caio Prado Jr. e Antonio Candido acabam por convergir na avaliação positiva do setor *inorgânico* e na esfera da desordem quanto às possibilidades que oferecem para o futuro. Prado Jr. acredita que no inorgânico estão os elementos da nacionalidade futura e as melhores possibilidades de mudança. Por baixo do sistema colonial, justamente no setor *inorgânico*, é que “palpita uma outra vida”, uma “situação que ainda não existe, que não tem conteúdo próprio, mas é apenas um estado latente”, acredita o historiador marxista.³⁷¹

Para Antonio Candido o caráter fluido e aberto da sociedade retratada nas *Memórias de um Sargento de Milícias* se contrapõe a uma rígida formação

³⁶⁸ (CANDIDO, 2010, p. 42). Há importantes mediações entre o Romantismo como praticado por Alencar e o próprio processo de constituição das instituições e da “ideia de nação” do Brasil pós-independência. A esse respeito ver (RICUPERO, 2004, p. 153-178)

³⁶⁹ (CANDIDO, 2010, p. 44). São interessantes as consequências que Richard Morse tira dessa sugestão de Candido. Levando a ideia mais adiante, afirma que seria necessário abandonar o conceito de Estado e comunidade nacional como herdado da teoria política moderna, ou seja, a ideia de um arranjo político sistêmico, em prol da ideia qualitativa de um espectro que vai “da ordem a desordem”. A partir daí, não se deveria pensar em inclusão dos “marginalizados” numa perspectiva sistêmica, mas sim numa visão não-sistêmica. No Brasil, não haveriam arranjos provisórios a serem incorporados pelo Estado-Nação, mas uma desordem permanente que abrange metade ou mais da população, que em certo sentido pode representar uma “realidade mais alta do que o suposto sistema”. Ver (MORSE, 1990, p. 244)

³⁷⁰ (CANDIDO, 2010, p. 35)

³⁷¹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 379)

histórica como a dos Estados Unidos, em que desde sempre a presença restritiva das leis civis e religiosas, delimitaram comportamento e atitudes rígidas, calcadas no castigo, no punitivismo e no sentimento de pecado que dá a identidade de um povo eleito, no sentido bíblico do termo. O que acabaria por justificar a agressividade com todos os outros povos, portanto, os não eleitos.³⁷²

Nesse Brasil que nunca se guiou pela obsessão com a ordem, haveria maior espaço para diferentes formas de sociabilidade e para a formação de uma sociedade heterogênea, que não vendo necessidade de defender sua “pureza” ou homogeneidade, torna-se mais permeável aos grupos subalternos. O que pode nos conferir uma vantagem futura e mesmo facilitar “nossa inserção num mundo eventualmente aberto”³⁷³, acredita Antonio Candido.

Aplicando as categorias mais gerais de Candido³⁷⁴ ao problema de Caio Prado Jr., seria possível dizer que o *Orgânico* representa nosso elemento universalista, voltado para fora, enquanto o *Inorgânico* equivale ao elemento localista, voltado para dentro, para nossas especificidades. O problema brasileiro seria então o de uma falta de equilíbrio entre essas duas orientações. A solução, em termos mais amplos, seria a de equilibrar as dimensões universais e locais. Ou ainda, voltando aos termos de Prado Jr., a de um equilíbrio entre *orgânico* e *inorgânico*, da consequente superação do *Sentido da Colonização e da transformação* de um país essencialmente voltado para fora, em uma nação efetivamente integrada.

Pode-se, é claro, contestar a validade da comparação. Afinal, como alerta o próprio Antonio Candido, o romance de Manuel Antônio de Almeida é uma ficção, um espaço arquetípico que exclui tanto a ação violenta dos que mandam quanto a brutalidade do trabalho escravo. Por outro lado, pode-se também adotar o caminho menos óbvio, isto é, a partir das sugestões dadas pela análise de Candido, atentar para o fato de que a leitura de Caio Prado Jr. é também uma representação, ainda que de outro tipo. Uma leitura engajada do passado, que mal disfarça uma violenta paixão por seu imenso país.³⁷⁵

³⁷² (CANDIDO, 2010, p. 43)

³⁷³ (CANDIDO, 2010, p. 46)

³⁷⁴ Ver *Literatura e Sociedade* (CANDIDO, 2014).

³⁷⁵ Como nota Fernand Braudel em resenha da obra de Caio Jr. (BRAUDEL, 1999)

4.2 A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Compreender os dilemas do inorgânico esteve também no centro das preocupações de Celso Furtado, mesmo que os termos usados não sejam exatamente os mesmos que os de Prado Jr. A importância do aspecto regional nas duas abordagens também aproxima a leitura de ambos, ainda que com diferenças. O regionalismo de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* foi mais equilibrado. Embora constitua a visão inequívoca de um paulista, soube bem apreciar as estruturas e as especificidades regionais de cada localidade analisada. Já Celso Furtado deu excessiva atenção ao dualismo espacial entre as regiões Nordeste e Sudeste, em que a primeira região era prejudicada em suas relações econômicas com a segunda.³⁷⁶

Alguns dos melhores momentos de *Formação do Brasil Contemporâneo* são os capítulos em que Caio Prado Jr. descreve a *Pecuária* e as *Vias de Transporte e comunicação* no Brasil colônia. São os trechos em que documenta de maneira detalhada as tendências que poderiam conduzir à consolidação de uma unidade nacional. Nessas páginas, transparece a esperança do historiador nas forças em atuação, em seu papel na difícil construção de uma integridade nacional.³⁷⁷

A pecuária, principal atividade econômica da colônia, quando se exclui a produção para exportação, distribuiu-se em três grandes regiões. A primeira nos sertões do que hoje viria a ser a região nordeste. A segunda na porção meridional de Minas Gerais e a última nos campos da região sul do país. Três áreas que constituiriam importantes zonas de povoamento e vetores de interiorização das atividades econômicas da colônia.³⁷⁸

³⁷⁶ A boa comparação entre as abordagens regionais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado é de Aziz Ab'Saber. Ver (AB'SABER, 1989, p. 412-413)

³⁷⁷ Tomo como base o comentário de Maria Odila Dias (DIAS, 1989, p. 390-391)

³⁷⁸ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 196-198)

A região nordeste, durante décadas a principal região desse tipo de criação animal no Brasil colônia, decai em importância, acompanhando o declínio da economia do açúcar. Mesmo momento em que as outras duas regiões adquirem maior importância beneficiando-se da ascensão da exploração aurífera. Em diferentes momentos, a pecuária mobilizou expressivos contingentes populacionais de homens livres, também elementos do inorgânico.³⁷⁹

As *Vias de comunicação e transporte* são de particular importância e exercem influência considerável na formação do país, acredita Prado Jr.³⁸⁰ Nesse particular, se o *sentido da colonização* como aqui estabelecido tendia a privilegiar as comunicações na via marítima e nas ligações entre as cidades pontuárias da costa, o meio natural favorecia a confluência para o interior pelo “curioso traçado dos rios brasileiros”³⁸¹ que tornava o transporte fluvial mais rápido e menos custoso do que o transporte terrestre.

Não é difícil perceber como em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado segue os passos de Caio Prado Jr. ao demonstrar os mecanismos de formação das extensas áreas de subsistência da época colonial, que surgem em resposta aos momentos de regressão econômica do setor exportador.³⁸² Em sua análise, Furtado daria especial atenção ao processo de formação do que chama de “complexo econômico nordestino”.

A expansão da economia açucareira na faixa litorânea da região nordeste criou uma demanda constante pelo fornecimento de carne e animais de tração, que foi atendida pelo surgimento de um setor agropecuário complementar nas regiões do interior não utilizadas para a produção de exportação.³⁸³ Como atividade dependente da economia açucareira, era natural que a economia criatória do nordeste fosse também dependente do ritmo de produção da economia de exportação. Sua expansão, portanto, seguia o ritmo da demanda

³⁷⁹ Prado Jr. lembra, no entanto, que em algumas áreas de maior produtividade do sul e de Minas Gerais empregava-se o trabalho escravo no manejo dos animais, ainda que em escala muito inferior ao que se realizava nas grandes plantações. No Nordeste, em função da menor produtividade, a atividade se realizava quase exclusivamente por homens livres. (PRADO JR., [1942] 2011, p. 210-211)

³⁸⁰ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 251)

³⁸¹ (PRADO JR., [1942] 2011, p. 252)

³⁸² Quem nota a semelhança é Chico de Oliveira (OLIVEIRA, 2003, p. 93)

³⁸³ (FURTADO, [1959] 2007, p. 95-96).

da produção mais dinâmica, mas sua rentabilidade diminuía conforme os rebanhos se estabeleciam à distâncias cada vez maiores de seu mercado consumidor, situado no litoral.³⁸⁴

Quanto ao “complexo econômico nordestino”, interessa a Furtado especialmente a análise de seu processo de decadência. O momento é particularmente importante para a análise do economista cepalino, uma vez que as formas assumidas pelos dois sistemas da economia nordestina – açucareiro e criatório, após seu lento processo de decadência irão constituir elementos fundamentais na formação do que viria a ser a economia brasileira no século XX.³⁸⁵

Com o fim do período de dinamismo do açúcar no mercado mundial, a produção nordestina entra em crise. Inicia-se então um processo de atrofiamento da economia do açúcar e um secular período de declínio da renda real per capita da região. O que acabaria por consistir no processo fundamental de formação do sistema econômico do Nordeste contemporâneo.³⁸⁶ A longa estagnação da economia açucareira gerou a necessidade de emigração das populações já não aproveitadas pela produção açucareira.

Boa parte desse contingente de desmobilizados foi atraída pela economia criatória do interior. Setor cujas possibilidades de absorção populacional são enormes, dada a abundância de terras. Ocorre que a própria rentabilidade da atividade criatória está atrelada à demanda da economia do açúcar e, portanto, ao impulso externo. Assim, nos momentos de contração externa, contraía-se também a rentabilidade da economia de criação do interior, ao mesmo tempo em que o contingente populacional empregado na atividade pecuária no interior aumentava substancialmente, por já não encontrar ocupação na economia do açúcar.

Esse mecanismo de absorção do excedente populacional pela economia criatória do interior possibilitou o aumento da população e também do território ocupado pela atividade pecuária, criando uma peculiar situação de expansão

³⁸⁴ (FURTADO, [1959] 2007, p. 99).

³⁸⁵ (FURTADO, [1959] 2007, p. 101).

³⁸⁶ (FURTADO, [1959] 2007, p. 104).

territorial e demográfica em momento de estagnação econômica.³⁸⁷ No quadro geral, essa expansão territorial consistiu em um processo de involução econômica, acredita Furtado. O setor de alta produtividade foi perdendo importância relativa conforme crescia em importância a economia criatória, o que transformou a maior parte da região em uma economia de subsistência. Esse lento processo de decadência da economia do açúcar estaria na base, portanto, da formação da própria população nordestina, bem como de sua precária economia de subsistência, que para Furtado, constituiriam o “elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores”.³⁸⁸

A situação da região Nordeste não era muito diferente da descrita por Furtado quando a grande seca de 1958 aguçou a percepção pública para o problema da pobreza endêmica na região. No clima político do período, a questão nordestina serviu como munição para os adversários de Juscelino Kubitschek, cujos 50 anos em 5³⁸⁹ se encaminhavam para o fim, deixando um saldo de aumento expressivo nas taxas de crescimento econômico, industrialização e investimento público, bem como o início da construção de uma nova capital no interior do país. A consequente deterioração das finanças públicas, contudo, só seria plenamente sentida alguns anos depois.

As críticas baseavam-se na percepção correta de que o governo de Juscelino fizera pouco para atacar os problemas de uma das regiões mais populosas e também mais pobres do país. A migração em massa da população nordestina para o centro-sul do país, a calamidade trazida pelo flagelo da seca e o clima de instabilidade social na região pressionavam o governo de Juscelino Kubitschek pela adoção de uma resposta política para o problema.

Entre 1954 e 1956, o Banco do Nordeste contratou o economista norte-americano Stefan Robock para a realização de estudo técnico sobre as condições econômicas e sociais na região. A conclusão de Robock era a de que

³⁸⁷ (FURTADO, [1959] 2007, p. 103-104)

³⁸⁸ (FURTADO, [1959] 2007, p. 106)

³⁸⁹ Furtado contribuiu indiretamente para o Plano de Metas de JK ao coordenar os trabalhos do grupo misto CEPAL-BNDE, cujo plano de ação elaborado para economia brasileira seria em parte aproveitado na versão final do plano de metas. Ver ³⁸⁹ (FURTADO, 1954) e (FURTADO, 1954b). No documento original do relatório do *Grupo Misto*, depositado no acervo do *Centro Celso Furtado*, não há atribuição de autoria. Contudo, o texto de introdução traz rubrica de Celso Furtado.

o nordeste brasileiro estava “prestes a explodir”, como resultado de um estado de tensão social ocasionado pelo aumento da periferização populacional nas áreas urbanas e da aceleração do êxodo rural nas regiões da zona da mata e do semi-árido.³⁹⁰

A situação se agravaria com a grande seca de 1958, que forçou o deslocamento de milhares de pessoas em direção aos centros urbanos. Ao flagelo da seca, velho conhecido dos habitantes da região, somava-se agora o estado de polarização na política interna, bem como o acirramento externo das tensões da guerra fria, em grande parte motivadas pela eclosão do movimento revolucionário cubano. Se internamente a situação de carestia dos habitantes da região era instrumentalizada pelos setores de oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, no âmbito externo, em especial nos Estados Unidos, a questão do nordeste brasileiro começava a despertar maiores preocupações. Dissemina-se rapidamente a ideia de que a região poderia constituir uma “segunda cuba”. Não por acaso, circulam artigos de imprensa como o publicado pelo NY Times em 1960, com a sugestiva manchete “Marxistas estão arregimentando camponeses no Brasil” (“Marxists are Organizing Peasants in Brazil”)³⁹¹

Posteriormente, já como diretor da SUDENE, Furtado autorizou e deu apoio logístico para que o *Correio da Manhã*, importante jornal do Rio de Janeiro, realizasse uma série de reportagens sobre a região, visando informar ao grande público da região sul as dificuldades contra as quais sua superintendência se batia. O enviado especial foi o jornalista e escritor Antonio Callado. Sua série de artigos teria grande repercussão positiva para o trabalho da SUDENE. Callado cunhou a expressão “indústria da seca”, para referir-se à apropriação pela elite da região das verbas e equipamentos enviados pelo governo federal para mitigação do impacto das secas, algo a que a SUDENE pretendia dar fim pelo planejamento e pelo uso racional dos recursos.³⁹²

³⁹⁰ As conclusões do estudo foram sintetizadas em (ROBOCK, 1959).

³⁹¹ Marxists Are Organizing Peasants in Brazil, N.Y. Times, Nov.I, 1960, at 3, col2; e do mesmo jornalista: Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of Revolt, id, OCT 31, 1960, at I, col. 3. Uma boa síntese da repercussão questão nordestina na imprensa norte-americana pode ser encontrada em (PAGE, 1972).

³⁹² A experiência levou Antonio Callado a escrever dois livros sobre o assunto – (CALLADO, 1960) e (CALLADO, 1964).

A repercussão internacional do problema do nordeste brasileiro incluiu mesmo a realização de um documentário pela rede americana de televisão ABC,³⁹³ iniciativa vista por Furtado como uma importante iniciativa visando sensibilizar a população norte-americana para os problemas do Nordeste brasileiro. Furtado chega a mencionar em tom positivo o trecho em que concede entrevista para a diretora do documentário, mencionando os planos da SUDENE e pedindo por maior apoio internacional para a resolução do problema do Nordeste.³⁹⁴

Não se sabe a qual edição do filme Furtado teve acesso. O corte final, no entanto, exibido no horário nobre da Tv americana com grande repercussão, é nitidamente panfletário. A primeira cena mostra um discurso inflamado de Francisco Julião para um grupo de camponeses, enquanto um narrador em tom francamente alarmista compara Julião à Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, como possível futuro líder de uma revolução no nordeste brasileiro.

Em outro corte, mostra-se a entrada acanhada do prédio da SUDENE. O narrador apresenta Celso Furtado como um brilhante economista com planos para mudar a região. Na imagem seguinte, Furtado responde às perguntas da entrevistadora com olhar firme, num inglês de sotaque carregado. Em outra cena, enquanto o economista brasileiro explica alguns dos planos da superintendência para a região, a imagem focaliza um mapa vazio da região nordeste. Sem qualquer marcação. O narrador encerra a cena dizendo que os planos do economista e da SUDENE parecem ótimos, mas que estariam se desenvolvendo devagar. A cena volta para Julião performando um discurso inflamado, cercado por camponeses com foices em riste. A construção do contraste entre um jovem economista idealista, isolado em seu escritório, e o feroz líder popular capaz de arregimentar multidões é evidente. O narrador convenientemente lembra que Julião, diferente da SUDENE, não tem qualquer plano esboçado para a região, mas que oferece para pessoas famintas o

³⁹³ O então superintendente da SUDENE chegou mesmo a visitar locações e procurar personagens para o filme. Acabaram por escolher acompanhar a trajetória de Severino, homem de feição já envelhecida, mas que não chegava aos 40 anos, de “olhar plácido, barba crescida, chapéu de palha amassado no alto da cabeça, dentadura degradada, mas ágil nos gestos e rápido nas respostas.” Furtado (2014:p.303).

³⁹⁴ Furtado (2014:p.304).

discurso de que os Estados Unidos são o inimigo e que o comunismo de Fidel e Mao havia libertado milhões de famintos.

Da cena de um confiante Francisco Julião falando para centenas de camponeses armados, volta-se para o escritório de Furtado na SUDENE. As perguntas agora são mais incisivas e as imagens menos generosas. O economista desvia o olhar, hesita nas respostas. A última cena mostra o camponês. O narrador lembra que o camponês não conhece nenhum resultado dos planos de governo, descritos como algo distante, pouco efetivo. Na cena, enquanto Severino afia uma lâmina, o narrador lembra que o que ele e seus companheiros realmente querem, é a posse da terra. Algo que somente os comunistas ofereceriam.³⁹⁵ É possível, portanto, que o então superintendente da SUDENE não tenha percebido, ao menos inicialmente, que o problema que sua superintendência propunha resolver mobilizava forças políticas bem além dos limites da região.

Dado o contexto, não seria exagero ver a lei federal nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959³⁹⁶, que instituía a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, como uma resposta à Revolução Cubana, ocorrida em 1º de janeiro do mesmo ano. O sentido de urgência da intervenção federal no nordeste brasileiro é mais explícito ao dar-se conta de que já em 17 de fevereiro de 1959, reuniram-se na sede do governo no Rio de Janeiro para o lançamento público da *Operação Nordeste*, o presidente da República Juscelino Kubitschek, os governadores dos Estados da região Nordeste e o economista Celso Furtado, apresentado na ocasião como membro da diretoria do BNDE e supervisor técnico do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN).

Nessa oportunidade, além da apresentação dos objetivos gerais da *Operação* e da nova orientação política do governo federal em relação aos problemas da região, promulgava-se um decreto presidencial instituindo o *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste*, com sede em Recife e chefiado por Celso Furtado, para implementação das novas diretrizes para a região até que a lei de criação da SUDENE tramitasse no Congresso Nacional.

³⁹⁵ Ver *Brazil – The troubled land* (1964), dirigido por Helen Rogers

³⁹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm

Furtado havia retornado ao Brasil em 1958. Findo seu estágio de pesquisa na Inglaterra, propôs-se a pôr em prática a antiga ideia de trabalhar pelo desenvolvimento da região nordeste, motivo pelo qual assumiu um cargo de Diretoria no BNDE com pedido específico de dedicar-se aos problemas da região. Foi logo posto como supervisor das atividades do GTDN. O grupo de trabalho era liderado pelo político Aluísio Campos que, sem qualquer conhecimento específico sobre políticas para o desenvolvimento, ainda não fora capaz de encaminhar resultados, tampouco um plano de trabalho estruturado. Furtado assumiu como novo supervisor do grupo, mas preferiu organizar seu trabalho de maneira independente³⁹⁷

Recém empossado diretor, Furtado estava dedicado a levantar dados sobre a questão do nordeste no BNDE quando foi convidado para participar de um debate sobre a questão nordestina, a ser realizado no Palácio Rio Negro no dia 6 de janeiro de 1959, na residência de verão da Presidência da República, na cidade de Petrópolis. Furtado conta ter vislumbrado no encontro direto com o presidente, a oportunidade de expor suas ideias sobre o problema nordestino, bem como suas recomendações para a resolução da questão. Suas iniciativas seriam acolhidas com entusiasmo por Juscelino Kubitschek, que viu nas propostas de Furtado a chance de lançar uma agenda “positiva” para a questão que afligia o nordeste e desgastava sua imagem política.

A oportunidade foi bem aproveitada. Furtado saiu do encontro no palácio Rio Negro com a incumbência de traçar um plano de ação a ser apresentado em pouco mais de 3 semanas no evento de lançamento da *Operação*. No fatídico 17 de fevereiro, o então membro da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento e supervisor do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* proferiu o discurso que ficaria como seu primeiro ato à frente da Operação Nordeste. O texto de pouco mais de 10 páginas, sintetizava os resultados de um estudo de maior fôlego então atribuído ao GTDN³⁹⁸.

É difícil não notar as semelhanças com o discurso proferido por Raul Prebisch dez anos antes na primeira conferência da CEPAL em Havana. Os dois

³⁹⁷ (FURTADO, 2014, p. 230).

³⁹⁸ Furtado afirma que embora tenha optado por não assinar o estudo e atribuí-lo à autoria coletiva do GTDN foi, na verdade, seu único autor. (FURTADO, 2014, p. 233).

se estruturam como uma lista de tópicos numerados. Ambos iniciavam com um alerta. Em Havana, Prebisch denunciara a destruição do antigo esquema da divisão internacional do trabalho na América Latina, que já não podia continuar relegada à periferia do sistema econômico mundial. No Palácio do Catete, Furtado denunciava o “atraso relativo do Nordeste no momento atual”, que caracteriza como a principal “área problema” do hemisfério ocidental, com uma população que já alcançava os 20 milhões, uma renda média das mais baixas do continente e enormes disparidades entre os níveis de vida, principalmente entre a população urbana e a rural e periodicamente afetado pelo fenômeno das secas em cerca de 80% de seu território.³⁹⁹

Assim como no manifesto de Prebisch, Furtado seguia denunciando um sistema de trocas desiguais desfavorável para a região. A região Nordeste contribuiria “com seus escassos recursos para financiar o desenvolvimento”⁴⁰⁰ das regiões mais ricas ao mesmo tempo em que era prejudicado em sua capacidade para importar pela política cambial nacional, que fazia com que o “intercâmbio multilateral fosse extremamente desvantajoso para o Nordeste”.⁴⁰¹

Em seguida, Furtado assinalava a inadequação das ideias existentes à resolução dos problemas reais da região. Para Furtado, o “esforço que se vem realizando desde o Império no combate aos efeitos das secas não deu sequer os resultados esperados pelos mais pessimistas (...) simplesmente porque não se compreendeu esse aspecto da questão”. A solução adotada desde o início do século XX partia do princípio de que “a base do problema estava em reter as águas”. Um diagnóstico equivocados, “cujo erro teve origem em um conhecimento incompleto da região”, criando a “grande ilusão de que o Nordeste podia ser transformado em uma Califórnia”. O erro, segundo Furtado, seria o de considerar o problema em função da escassez de terras aptas para a irrigação e de fatores naturais como o rápido coeficiente de evaporação, que tornavam a técnica de irrigação uma solução extremamente onerosa nessa região.⁴⁰²

³⁹⁹ Furtado, Celso. *Discurso pronunciado na instalação da Operação Nordeste*. (FURTADO, [1959] 2009, p. 73-74).

⁴⁰⁰ (FURTADO, [1959] 2009, p. 74).

⁴⁰¹ (FURTADO, [1959] 2009, p. 75).

⁴⁰² (FURTADO, [1959] 2009, p. 78-79).

Por fim, na mesma estrutura do manifesto latino americano de Prebisch, o texto de Furtado propunha um plano de ação estruturado em torno de quatro diretrizes básicas, com duas metas primárias: “o aumento dos investimentos industriais e a reorganização da economia da zona semiárida”, e duas outras derivadas: “o aumento da produção de alimentos na fixa úmida e o deslocamento da fronteira agrícola da zona semiárida em direção ao hinterland maranhense e goiano”.⁴⁰³

As muitas coincidências talvez autorizem apelidar o discurso de Celso Furtado como o *Manifesto do Nordeste*, semelhante ao termo cunhado por Hirschman para a intervenção de Raul Prebisch na ONU. As semelhanças entre as duas intervenções, ou mesmo as duas situações aparecem também numa comparação mais ampla. A própria existência das instituições encabeçadas por Prebisch em 1949 e Furtado cerca de dez anos depois, dependeu do resultado de suas performances em alguns momentos decisivos.

No primeiro caso, basta lembrar que a CEPAL ainda não havia assegurado seu mandato permanente junto à Organização das Nações Unidas. Da mesma forma, a SUDENE ainda não existia como instituição de Estado, mas sim como um arranjo provisório. Sua existência dependeria de uma difícil negociação política junto ao Congresso Nacional.

Também como Prebisch, Furtado teve de tratar da articulação política em alto nível para assegurar a existência e o bom funcionamento da instituição. Tratou pessoalmente da articulação local em todas as etapas da instalação e operação da SUDENE, trabalhou junto aos governadores da região para arrefecer conflitos, procurou reconhecer as diferentes linhas de resistência, bem como contornar conflitos de ordem geopolítica.⁴⁰⁴

Mesmo a estrutura de governança da SUDENE, concebida por Furtado, lembrava a do órgão multilateral da ONU. As decisões da SUDENE passavam pelo crivo de um órgão colegiado, seu Conselho Deliberativo, formado pelos governadores dos Estados da região e por membros de variados instituições de

⁴⁰³ (FURTADO, [1959] 2009, p. 80).

⁴⁰⁴ Uma boa descrição das dificuldades de Prebisch na primeira fase da CEPAL pode ser encontrada em (DOSMAN, 2011, p. 267-287). Para o caso da Sudene ver Furtado (2014:p.207-245).

Estado, como o BNDE, o Estado-Maior das Forças Armadas, O Ministério da Agricultura, entre outros.⁴⁰⁵

Ao acúmulo histórico da formação da economia da região e da questão nordestina, Furtado combinou sua abordagem estruturalista na análise da questão. Na caracterização do problema nordestino esboçou o que viria a ficar conhecido como o conceito de “colonialismo interno”, questão também estudada paralelamente por Hans Singer, economista da ONU que já havia colaborado com a teorização da CEPAL em seus anos de formação.

Furtado parte do modelo de Prebisch das trocas desiguais entre as economias centrais industrializadas e as economias periféricas agrícolas, que são explicadas pelas diferenças de produtividade entre as diferentes regiões e também por diferenças institucionais na organização dos mercados de trabalho e de capitais nos diferentes países. Segundo o esquema de Prebisch, a inovação tecnológica se manifestaria como aumento de renda nos países industrializados e queda dos preços dos produtos de exportação e, portanto, da renda, nos países periféricos.⁴⁰⁶

Furtado procurou não só adaptar o modelo de Prebisch, mas também complexificá-lo. Analisou a deterioração dos termos de troca entre os produtos vendidos pela região nordeste no mercado internacional, bem como os preços dos produtos industrializados comprados pelo Nordeste no centro-sul do país.⁴⁰⁷

Furtado identificou que a região nordeste realizava superávit na venda de produtos, mas sofria com as fugas de capital. O que associava à ação distorcida da política de subsídios industriais então praticada. Ao impor diferentes faixas cambiais que beneficiavam os importadores de bens de capital, a política do governo federal prejudicava a região nordeste, gerando um efeito de transferência regional da renda do nordeste para a região centro-sul.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ Uma boa descrição da composição e da atuação do Conselho deliberativo da SUDENE entre 1959 e 1964, período em que foi liderado por Furtado, pode ser encontrada em (LIMA, 2009).

⁴⁰⁶ Ver Prebisch (1949).

⁴⁰⁷ Love (2001:p. 243)

⁴⁰⁸ Isso é, Furtado expressou o fato de que a política de industrialização do governo JK poderia ser boa para o Brasil, mas era danosa à região nordeste, como afirma (BACELAR, 2000, p. 75)

A fuga de capital era em parte compensada pelas transferências unilaterais do governo ao Nordeste, enviadas principalmente como auxílio para o combate às secas da região. O que não impedia que o capital privado continuasse a fluir para a região centro-sul em busca de melhor rentabilidade.⁴⁰⁹

A solução de Furtado dependia de uma política de industrialização concentrada nas zonas urbanas menos desenvolvidas do nordeste. Ao mesmo tempo, propunha a necessidade do desenvolvimento da agricultura voltada para o abastecimento interno, com o objetivo de diminuir o preço dos alimentos na região e consequentemente o custo da mão-de-obra local.⁴¹⁰

Destaca-se o fato de que a atuação de Furtado na questão regional, ou questão nordestina, no Brasil o obriga a explicitar pela primeira vez a relação estrutural entre o crescimento de uma região desenvolvida a inibição do processo de desenvolvimento das economias primárias, fenômeno que Furtado teria identificado no nordeste brasileiro. O que será expresso principalmente em seu livro de 1964, *Dialética do Desenvolvimento*, e que de certa forma anteciparia sua preocupação posterior com as situações de dependência.⁴¹¹

A abordagem de Celso Furtado para a questão do nordeste, o aproxima de outros que procuraram compreender as questões regionais de seus países. A questão regional brasileira, vista por Furtado no distanciamento entre o Nordeste e o centro-sul industrializado combinada a permanência de uma vasta economia de subsistência na região como constituindo um obstáculo para o desenvolvimento do restante do país aproxima Furtado do tratamento dado ao *mezzogiorno* italiano por Antonio Gramsci.⁴¹²

Em outros termos, ao pensar a relação entre Colônia e Nação, Caio Prado Jr. e Celso Furtado se filiam à longa tradição intelectual que fez da construção

⁴⁰⁹ (LOVE, 2001, p. 244-246).

⁴¹⁰ O programa da SUDENE, no entanto, não defendia expressamente um programa de reforma agrária. Ver GTDN (1967).

⁴¹¹ É o que afirma (LOVE, 2001, p. 247-248), para quem o tratamento da questão regional por Furtado teria antecipado a análise da dependência posteriormente empreendida por Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank, entre outros.

⁴¹² Como nota Chico de Oliveira (OLIVEIRA, 2003, p. 99). A Cassa per il *Mezzogiorno*, agência governamental de auxílio técnico e fomento criada nos anos 50 pelo governo italiano é semelhante em vários aspectos, mesmo que seu caráter seja mais parecido com o papel desempenhado pelo BNB no Nordeste e tenha maior envolvimento com os aspectos políticos das regiões em que atua, como nota

das bases para a nacionalidade seu objeto privilegiado. A novidade vem do fato de aportarem a essa tradição mais ampla a especificidade de duas novas perspectivas. A do marxismo, não de qualquer marxismo, mas de um marxismo criativo que se recusa a incorporar os determinismos da Internacional Comunista e ecoados por seus repetidores, no caso de Caio Prado Jr. e a visão da economia do desenvolvimento, especificamente da economia política que vinha sendo desenvolvida pela CEPAL e devidamente historicizada para o caso brasileiro por Celso Furtado.

A reflexão, ou mesmo o desejo de intervir na realidade, partia da percepção, correta por sinal, de que o Brasil representava um caso de país em formação, ou ainda, de uma nação mal formada, cuja principal característica era o da problemática relação entre dois setores distintos, que assumiam a forma de *Orgânico e Inorgânico* para Caio Prado Jr., algo semelhante ao diagnóstico da existência de setores atrasados, que em boa medida orientou a intervenção Celso Furtado e a criação da SUDENE

Ao pensarem a questão das vias pelas quais o Brasil poderia se tornar uma nação moderna, ambos recuperam, por outro lado, reflexões ligadas ao pensamento conservador ou autoritário brasileiro. Caio Prado Jr. recupera, por exemplo, a afirmação de Alberto Torres quanto ao fato de que a escravidão seria a única instituição organizada na colônia. Além da escravidão, predominaria a pobreza, a miséria a incoerência e a instabilidade. Essa desorganização estaria associada principalmente aos setores não ligados à economia exportadora. Se concentrava, portanto, nos setores ligados ao mercado interno, que Prado Jr. identifica como inorgânicos. Em oposição a um setor orgânico, diretamente ligado ao dinamismo do mercado externo.⁴¹³

A diferença de Caio Prado Jr. para o pensamento conservador é a de que o historiador marxista não vê os componentes do setor inorgânico de maneira negativa. Pelo contrário, deposita neles a esperança de que desempenhem um papel decisivo na formação do país. Seu projeto político de transformação, portanto, se baseia justamente no setor que é marcado pela incoerência e pela desorganização, e cujas possibilidades de ação coesa são ínfimas. Daí o

⁴¹³ (RICUPERO, 2012, p. 425-426)

impasse. Isso é, o de identificar seu projeto político de transformação do país com o setor que possui menor capacidade de organização.⁴¹⁴

Em Furtado há uma preocupação semelhante. O economista acredita que a transição para a economia industrial, com o consequente deslocamento do centro dinâmico da economia para seu mercado interno, constitui a via pela qual o país se tornaria integrado. A ação do Estado ocupada papel de destaque. No que acaba por oferecer uma resposta mais palpável ao problema do que o impasses do projeto de Prado Jr.⁴¹⁵

A resposta de Furtado, no entanto, escaparia da tentação autoritária por defender não o surgimento de nação como produto desse Estado, mas sim um Estado capaz de conciliar planejamento e liberdade. A solução encontrada por Furtado seria a de um Estado formado por classes, cuja intervenção em moldes keynesianos possibilitaria a superação dos limites de sua própria base social.⁴¹⁶ Nesse sentido, a experiência da SUDENE consiste na principal tentativa de aplicação da solução furtadiana, que pode mesmo conter uma resposta positiva para os impasses do inorgânico de Caio Prado Jr.

A questão nordestina em boa medida coloca os problemas mais amplos com que se defrontava o próprio país. Vale lembrar, como afirmou Furtado em 1979, que o Nordeste é quase tão extenso quanto o México e que população da região é maior do que a de qualquer outro país da América Latina, também com exceção do México. O Nordeste, pela sua situação de pobreza, constituiria o que se poderia chamar de “Quarto Mundo” (FURTADO, [1979] (2009)).

A solução para os problemas da região passava pela realização de um processo de industrialização de inspiração cepalina⁴¹⁷, capitaneada pelo Estado.

⁴¹⁴ (RICUPERO, 2012, p. 427-428) . Para a formulação dos “Impasses do inorgânico em Caio Prado Jr., ver (DIAS, 1989)

⁴¹⁵ (OLIVEIRA, 2003, p. 77-78) Oliveira (2003:p.77-78)

⁴¹⁶ (OLIVEIRA, 2003, p. 79). (CEPÊDA, 2001, p. 168)

⁴¹⁷ Mesmo os questionamentos à industrialização da região são semelhantes às objeções a industrialização nacional, como revelam às objeções de Douglas North ao projeto da SUDENE. (BOIANOVSKY, 2017). Um veio ainda pouco explorado consiste nas críticas de Caio Prado Jr. à industrialização realizada com capital estrangeiro. Nesse sentido, seu *Diretrizes para um Economia política Brasileira* traz uma das mais lúcidas avaliações dos limites da indústria brasileira nos anos 50. (PRADO JR., 1954), cuja leitura combinada com seus artigos na Revista Brasiliense sobre o papel do capital estrangeiro e com seu posterior *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. Ver (PRADO JR., 1957b), (PRADO JR., 1958), (PRADO JR., 1959) e (PRADO JR., 1957)

As tentativas de mudança se deparavam com a resistência ativa das elites locais. A mal resolvida questão agrária era vista como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da região, e os conflitos da região movimentavam interesses geopolíticos dos mais diversos. Até por esse motivo, as resistências que a atuação da SUDENE despertou na região não deixam de ser o prelúdio do que pouco depois ocorreria no Brasil de maneira mais ampla. De alguma maneira, a periferia nordestina revelava algumas verdades ao seu centro.

5) Dois conceitos de Revolução

5.1 - A (pré) Revolução Brasileira

Em *Revolta, revolução, rebelião*, Octavio Paz nota que a língua espanhola pouco prestigia o termo “revolta”. Em geral, prefere-se usar *revolução ou rebelião* para designar os fenômenos dessa natureza. Até por isso, as diferenças entre revoltosos, rebeldes e revolucionários seriam marcantes. Se o revoltoso corresponde ao insatisfeito que semeia a confusão, o rebelde seria o arquétipo da resistência negativa, de todo aquele que se revolta contra a autoridade.

O rebelde seria justamente aquele que vive à margem, sem orientação definida. Sua rebelião, de caráter romântico, guerreiro e aristocrático é bem representada pela figura do herói maldito, do poeta solitário, ou do inconformado plebeu genial que desafia o mundo.⁴¹⁸ A rebelião também alude à religiosidade e ao mito. Encarna “a soberba do príncipe caído, blasfêmia do titã encadeado”⁴¹⁹.

Já o revolucionário, ainda segundo Octávio Paz, é aquele que mira a mudança violenta das instituições. É também um intelectual, um homem de ideias. A Revolução imediatamente evoca “nomes e significados: Kant, a Enciclopédia, o Terror jacobino”⁴²⁰, evoca também a destruição dos privilégios a construção de uma nova ordem baseada não mais nas antigas virtudes de fé, fidelidade e honra, mas nos ideais da fraternidade, igualdade e liberdade. Ideais da razão livre.

Outro termo aparentado surgiria na metade do século XIX, o reformismo. De origem anglo saxã, o termo “escondia o contrabando revolucionário”⁴²¹ sob a aparência de decoro. Tinha ainda a vantagem de não precisar habitar os “subúrbios dos revoltosos” ou as “catacumbas dos rebeldes”. Podia circular livremente nos ambientes públicos das salas de aula e nas redações de jornais. Ambos, revolução e reforma, invocam o primado da razão. Com a diferença de que o revolucionário recorria à filosofia enquanto o habitat do reformista eram

⁴¹⁸ (PAZ, [1967] 2015, p. 263-265)

⁴¹⁹ (PAZ, [1967] 2015, p. 263-264)

⁴²⁰ (PAZ, [1967] 2015, p. 263)

⁴²¹ (PAZ, [1967] 2015, p. 264)

“as ciências, a indústria e o comércio”⁴²², num contexto mais próximo de como a discussão sobre o desenvolvimento econômico tende a se conformar no século XX.

Revolucionários e reformistas tem em comum o caráter de rebeldia, de recusa a uma ordem já estabelecida. Para Paz, as semelhanças entre os dois são maiores do que o que os separa. “Os dois são intelectuais, os dois crêem no progresso, os dois rechaçam o mito: sua crença na razão é inquebrantável”⁴²³. As diferenças de ambos estariam mais no método do que no objetivo final. “Um é partidário do salto; o outro, da passada”⁴²⁴. Por outro lado, ambos teriam a visão de uma história linear, como uma marcha para frente. Em suma, “filhos da burguesia, os dois são modernos”, conclui Octavio Paz.⁴²⁵

O ano é 1967 quando o mexicano Octavio Paz decide discutir os significados de revolução e reforma em seu *Corriente Alterna*. Parece ilustrativo que na mesma época, importantes livros de Celso Furtado e Caio Prado Jr.⁴²⁶, respectivamente em 1962 e 1966, tenham sentido a necessidade de explicitar uma “definição” de processo revolucionário que ressaltasse menos a ideia de ruptura e mais os seus sentidos de transformação.

Há pelo menos uma década o tema da revolução parecia mesmo dominar corações e mentes na América Latina. O catalisador provavelmente foi a Revolução Cubana de 1959, movimento de insurgência em que os rebeldes liderados por Fidel Castro, tomaram o poder na ilha caribenha, estabelecendo o regime que durante todo o século XX se contraporia à hegemonia norte americana na região. No Brasil dessa época, o número de livros com o termo “revolução” no título se torna quase um gênero específico. São dessa leva a *Pré-Revolução Brasileira* (1962) de Celso Furtado, *A Revolução Brasileira* (1966) de Caio Prado Jr., *Introdução à Revolução Brasileira* (1963) de Nélson Werneck Sodr, *O Caminho da Revolução Brasileira*, (1963) de Moniz Bandeira e

⁴²² (PAZ, [1967] 2015, p. 264)

⁴²³ (PAZ, [1967] 2015, p. 264)

⁴²⁴ (PAZ, [1967] 2015, p. 264)

⁴²⁵ (PAZ, [1967] 2015, p. 264)

⁴²⁶ Me refiro a *Pr-Revolução Brasileira* de Celso Furtado e *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr.

posteriormente *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, entre outros.⁴²⁷

O contexto político era dos mais polarizados. Dá o tom dos acontecimentos no Brasil o fato de que em 1961, o presidente Jânio Quadros renunciara ao cargo em manobra política até hoje pouco explicada. Em seguida, o então vice-presidente João Goulart viu sua posse impedida por setores conservadores com o apoio de lideranças expressivas lideranças militares. O movimento em favor da posse de João Goulart partiria do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também com apoio de setores militares. A situação potencialmente explosiva, foi temporariamente resolvida com uma medida conciliatória. João Goulart assumiria a presidência com poderes mitigados, num novo regime parlamentarista a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Em 1962, já sentindo os efeitos econômicos da crise e de uma taxa de inflação descontrolada, o presidente João Goulart nomearia Celso Furtado como seu ministro extraordinário do planejamento. A nomeação vinha com a incumbência de preparação de um amplo plano de desenvolvimento para o país, institucionalizando as principais diretrizes das reformas de base em que a campanha de posse de Jango se baseara.

Furtado ganhara projeção nacional pela liderança exercida à frente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Ao mesmo tempo, corria o país divulgando os feitos da superintendência na região mais pobre do Brasil e tentando ganhar para si os rumos da opinião pública. Não foram poucas as ocasiões públicas e solenidades em que o superintendente da SUDENE discursou e fez intervenções públicas. Para esses eventos, Furtado elaborava e reelaborava textos de intervenção, destinados aos interlocutores de ocasião, mas também ao debate público mais amplo em que se inseria. Os principais textos foram organizados e publicados em *A Pré-Revolução Brasileira*, publicado em agosto de 1962.

Até pelas condições em que foi elaborado, o livro revela uma faceta então pouco conhecida do ex-diretor de desenvolvimento econômico da CEPAL. No

⁴²⁷ Quem nota a semelhança nos temas é nos títulos é (MANTEGA, 1984)

livro, Furtado mergulha na luta política como verdadeiro “político não partidário”,⁴²⁸ promove os resultados de sua gestão à frente da SUDENE e se engaja na batalha pelas reformas de base e pelo Plano Trienal.

A primeira edição, publicada pela Editora Fundo de Cultura, trazia uma capa preta simples, com título em sugestivas letras vermelhas. A repercussão foi também imediata. A primeira tiragem de 8 mil cópias se esgotou rapidamente, o que motivou uma segunda tiragem de 10 mil exemplares ainda no mesmo ano, números mais do que expressivos para o mercado editorial da época. O texto principal, *Reflexões sobre a Pré-Revolução Brasileira*, que dá o título do livro, havia sido apresentado em conferência pública na cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1962, causando certa comoção no meio político.⁴²⁹

A Pré-Revolução Brasileira era, portanto, um livro de combate, escrito no calor da luta política. O livro não discutia os pontos mais amplos da teoria do subdesenvolvimento, nem retomava em profundidade a reflexão de Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro. Iniciava com uma introdução didática, explicando que a tese central do livro consistia em assumir que o Brasil havia atingido um nível de “crescente individualização e autonomia”⁴³⁰, fruto de um processo de crescimento econômico que “não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico”.⁴³¹

O processo teria deixado o Brasil numa situação dúbia, isto é, a da “conquista da autodeterminação no plano econômico ainda em fase caracterizada por um nível de renda per capita típico de país subdesenvolvido”⁴³². Mesmo assim, o tom geral do texto é otimista. Reconhece que “se no passado não podíamos mais que perscrutar as tendências da economia internacional (...) hoje estamos em condições de tomar as decisões

⁴²⁸ A expressão é frequentemente usada por Chico de Oliveira, o caráter eminentemente político do livro de Furtado é destacado por Brandão (2012:p.14)

⁴²⁹ A conferência seria republicada em FURTADO, Celso. Reflexiones sobre la Prerrevolución Brasileña. El Trimestre Económico... A repercussão ainda incluiria o artigo: *Brazil: What Kind of Revolution?*, publicado em 1963 na revista *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/1963-04-01/brazil-what-kind-revolution>.

⁴³⁰ (FURTADO, 1962, p. 9)

⁴³¹ Furtado (1962:p.9)

⁴³² Furtado (1962:p.9)

mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país”⁴³³, mas reconhecia também o peso dessa nova responsabilidade já que “não é que podemos autodirigir-nos, e sim que não nos resta outra saída senão fazê-lo”.⁴³⁴

No primeiro capítulo, *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira*, Furtado aborda o que chama de “desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil”⁴³⁵, que em nada teria modificado as condições de vida da maior parte da população se caracterizando por uma “crescente concentração geográfica e de renda”⁴³⁶. Furtado avança, afirma que os efeitos do desenvolvimento econômico brasileiro fizeram piorar as condições de vida do trabalhador do campo, que sofria com o aumento relativo do preço da terra e também do operariado urbano, que viu suas condições de vida piorarem significativamente.⁴³⁷

A ação do Estado não teria mitigado esses efeitos negativos, pelo contrário, os exacerbou através de uma estrutura de subsídios que privilegiou investimentos pouco essenciais e de uma macroeconomia cujos “subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais”⁴³⁸. A isso, somavam-se as distorções no plano político administrativo, o aumento da atuação do Estado nos grandes investimentos de infraestrutura teria criado as condições para apropriação ilícita de recursos públicos, fazendo desses grandes contratos uma “fonte corrente de acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Governo”.⁴³⁹

O segundo capítulo intitulado *Política econômica e reformas de base*, começava num amplo ataque ao liberalismo econômico e ao que denominava como “O Módulo mecanicista da Economia Clássica”. Furtado rebatia os argumentos em defesa da livre atuação do mercado com Keynes, que já havia comprovado a “inexistência de automatismos que assegurassem o pleno emprego dos fatores disponíveis”,⁴⁴⁰ no que encaminhava sua crítica ao alcance

⁴³³ Furtado (1962:p.10)

⁴³⁴ Furtado (1962:p.10)

⁴³⁵ Furtado (1962:p.14)

⁴³⁶ Furtado (1962:p.14)

⁴³⁷ Um bom comentário geral de a *Pré-Revolução Brasileira* é o de (BERNARDES e LIMA, 2011).

⁴³⁸ Furtado (1962:p.15)

⁴³⁹ Furtado (1962:p.15)

⁴⁴⁰ Furtado (1962:p.34)

da “política econômica quantitativa” que embora representasse um “grande avanço para os países de alto grau de desenvolvimento”,⁴⁴¹ seria insuficiente para dar conta da formulação de uma política de desenvolvimento em uma economia tipicamente subdesenvolvida em que as mudanças qualitativas teriam grande significação e simplesmente não poderiam ser confundidas com “simples decorrências das mudanças quantitativas, uma vez alcançado certo ponto crítico”.⁴⁴² A política econômica necessária para um país subdesenvolvido deveria compreender a articulação entre as estruturas existentes e o sistema de poder predominante na sociedade, o que exigiria um “conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional”.⁴⁴³

No terceiro capítulo, *O Problema do Nordeste*, Furtado exemplificaria uma abordagem prática que havia sido capaz de encaminhar a solução das questões já colocadas. Reitera que as realizações já alcançadas pela SUDENE eram resultado de uma política de desenvolvimento concebida não segundo os manuais mecanicistas da economia clássica, mas sim tomando como base a análise da formação histórica da região.

A política para o desenvolvimento do Nordeste, daí resultante, articulava esforços dos setores públicos e privado e seu sucesso vinha esvaziando as tensões na região onde predominava a pobreza endêmica e também os maiores focos de tensão política. O capítulo seguinte, refazia o apelo pela necessidade de uma política coerente de desenvolvimento, reafirmava a antiga ideia de Furtado de que o processo de superação da economia colonial havia começado em 1930 e agora situava a criação do BNDE, em 1953, como marco fundamental na articulação de uma política para o desenvolvimento do país.

O quinto capítulo, *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*, sintetizava o conteúdo de um pequeno livro de mesmo título, escrito por Furtado no final de 1961 e publicado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco no início de 1962.⁴⁴⁴ Nele, Furtado defende a reestruturação da ação estatal, através de um esforço em comum que reunisse quadros de

⁴⁴¹ Furtado (1962:p.37)

⁴⁴² Furtado (1962:p.38)

⁴⁴³ Furtado (1962:p.38)

⁴⁴⁴ (FURTADO, 1962b).

diferentes especialidades⁴⁴⁵ para a resolução dos problemas do subdesenvolvimento.

Os capítulos seis, *Objetividade do economista*, e sete, *A formação do economista em país subdesenvolvido*, recoloca o problema do desencontro entre o instrumental da teoria econômica então consolidada e a realidade dos problemas em países subdesenvolvidos. Furtado critica brevemente as soluções ortodoxas emanadas de organismos internacionais, que tomam como pressuposto a universalidade das ideias econômicas, o que se refletiria na formação dos jovens economistas, a quem seriam ensinadas teorias baseadas em “extrema simplificação de um mundo real que (...) é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive”.⁴⁴⁶

Os dois últimos capítulos, *Renovação do pensamento econômico* e *A economia brasileira na metade do século XX*, retomam o fio de reflexões anteriores, mais bem desenvolvidas em *A Economia Brasileira (1954)* e *Formação Econômica do Brasil (1959)*. Os capítulos finais trazem um rápido balanço da industrialização brasileira na primeira metade do século XX, que havia passado de “uma simples constelação de economias periféricas do mercado mundial”⁴⁴⁷ para “uma economia industrial cujo processo de crescimento se traduz em diferenciação crescente”.⁴⁴⁸

Há outros pontos de especial interesse em *A Pré-Revolução Brasileira*. Furtado dedica boa parte do primeiro capítulo a uma tentativa de diálogo com o marxismo, justificado pela existência de “tanta penetração de marxismo na atual juventude brasileira”.⁴⁴⁹ Furtado atribui a influência do marxismo na juventude de então ao seu ideal de “liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente”. Chega mesmo a esvaziar o marxismo de seu conteúdo, já que “trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo”,⁴⁵⁰ uma

⁴⁴⁵ Furtado (1962:p.77)

⁴⁴⁶ Furtado (1962:p.95)

⁴⁴⁷ Furtado (1962:p.114)

⁴⁴⁸ Furtado (1962:p.114)

⁴⁴⁹ Furtado (1962:p.114)

⁴⁵⁰ Furtado (1962:p.114)

doutrina impossível de se combater frontalmente “pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno”.⁴⁵¹

Um ano antes, em 1961, Furtado já fizera uma crítica mais pormenorizada ao pensamento de Marx no terceiro capítulo de seu *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. No livro, em pouco mais de 30 páginas passa em revista a teoria do valor-trabalho do filósofo alemão, aponta o que acreditava constituírem suas limitações e conclui pela inadequação da base do modelo de Marx junto a teoria econômica, que levaria a crer “que os maiores interessados na destruição do capitalismo são os próprios capitalistas”, já que não existiria contradição entre “a manutenção da taxa de mais-valia (...) e a elevação do salário real”.⁴⁵² Para Furtado, “nada indica que exista no sistema capitalista uma tendência inerente à modificação cumulativa da distribuição do produto líquido entre assalariados e capitalistas”⁴⁵³

A experiência histórica já teria demonstrado que o desenvolvimento capitalista se realizou pela promoção de salários reais crescentes, sem que houvesse modificações expressivas na divisão do produto líquido entre capitalistas e assalariados, o que autorizaria Furtado a concluir que “Marx de nenhuma maneira teve razão ao pretender fundamentar sua tese filosófica na *Análise Econômica*”.⁴⁵⁴ As avaliações de Furtado sobre o pensamento de Marx não parecem ter causada muita repercussão. Sua visão das insuficiências do pensamento de Marx na economia é marcadamente influenciada pelos trabalhos de Joan Robinson, discípula de Keynes e professora assistente em Cambridge no período em que Furtado conduziu seu estágio de pesquisa na Inglaterra.⁴⁵⁵

Ocorre que as críticas ao marxismo em *A Pré-Revolução...*, são de outra natureza, eminentemente políticas. As críticas de Furtado nesse mesmo capítulo são direcionadas ao estilo autoritário, às restrições às liberdades individuais e ao que considerava como “métodos anti-humanos”⁴⁵⁶ do desenvolvimento soviético.

⁴⁵¹ Furtado (1962:p.114)

⁴⁵² Furtado (1961:p.57)

⁴⁵³ Furtado (1961:p.57)

⁴⁵⁴ Furtado (1961:p.58)

⁴⁵⁵ Em mais de uma ocasião Furtado reconheceu ter sofrido influência considerável da economista inglesa Joan Robinson, como admite em Vieira (2004) e Furtado (2014:p.182)

⁴⁵⁶ Furtado (1962:p.21)

Até aí nenhuma novidade. Desde 1956 a repercussão do chamado relatório Krushev, denunciando os expurgos e a face autoritária do stalinismo, circulava pelo mundo, chegando mesmo a cingir o Partido Comunista Brasileiro.

A crítica de Furtado é mais específica. O economista ataca o “marxismo-leninismo”, que via como uma técnica que “postula a inevitabilidade da revolução violenta”.⁴⁵⁷ A crítica à “técnica revolucionária”, também faz alusão ao lugar histórico em que essas ideias haviam se constituído, ao lembrar que essa técnica revolucionária foi forjada na “luta pela destruição de uma estrutura político-social totalmente rígida, que era o tsarismo”.⁴⁵⁸ Técnica essa que também teria sido aplicada contra outras estruturas rígidas como “a China Nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista...”.⁴⁵⁹

Essa técnica revolucionária, continua Furtado, bem sucedida na Rússia czarista, na China ocupada e na Cuba do final dos anos 50, teria pouca eficácia em sociedades abertas como as da Europa Ocidental, onde o que chama de “máquinas partidárias de origem marxista-leninista”, que Furtado equivale a esse tipo de técnica revolucionária, “ficaram traumatizadas diante de uma realidade político-social em permanente mutação”.⁴⁶⁰

A explicação para esse “trauma” era simples, diz Furtado. Decorria do fato de que o “marxismo-leninismo” definia o Estado como a “ditadura de uma classe, a burguesia”,⁴⁶¹ o que, por um lado, facilitava a ação revolucionária, devido a definição clara de um objetivo, mas por outro, fazia com que esse tipo de técnica revolucionária perdesse grande parte de sua eficácia a partir do momento em que “o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema compósito, representativo de várias classes, se bem que sob a égide de uma”.⁴⁶²

Furtado reconhece que durante o século XX, somente nos países em que foram realizadas revoluções de tipo marxista-leninista “foram alcançadas as

⁴⁵⁷ Furtado (1962:p.25)

⁴⁵⁸ Furtado (1962:p.25)

⁴⁵⁹ Furtado (1962:p.25)

⁴⁶⁰ Furtado (1962:p.25)

⁴⁶¹ Furtado (1962:p.25)

⁴⁶² Furtado (1962:p.25)

rápidas e profundas transformações sociais”⁴⁶³ que possibilitaram a esses países diminuir a distância de seu nível de desenvolvimento em relação aos países de industrialização mais antiga. Por outro lado, o economista brasileiro chama a atenção para o fato de que “tais revoluções somente tiveram êxito onde a estrutura social era rígida e anacrônica”.⁴⁶⁴ O que o leva a concluir que, em contextos como o da União Soviética, “as ditaduras não foram criadas pela aceleração do desenvolvimento, mas preexistiam a esta”, que a aceleração do desenvolvimento econômico só teria se realizado em “estruturas anteriormente rígidas (ditaduras), e que a única técnica de rápida transformação social conhecida, “têm eficácia limitada às sociedades rígidas (ditaduras)”.⁴⁶⁵

Nesse sentido, a técnica revolucionária do marxismo-leninismo ao basear-se na “substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de vista político”, se aplicado a “sociedades que hajam alcançado formas de convivências social mais complexas”⁴⁶⁶, que Furtado julgava ser o caso do Brasil. A *Pré-Revolução Brasileira*, livro de Furtado que mais mergulha na análise política do momento, revela uma faceta menos conhecida do economista e autor de *Formação Econômica do Brasil*, a de teórico da política, que procura refletir sobre os caminhos para a mudança social a partir da análise imediata das relações entre estrutura, lida a partir da formação econômica do país, e da correlação das forças políticas em atuação.⁴⁶⁷

Haveria uma “dualidade no processo revolucionário brasileiro”,⁴⁶⁸ afirma Furtado, que derivaria do fato de que a sociedade brasileira seria “aberta para a classe operária, mas não para a camponesa”.⁴⁶⁹ O que se expressava no fato de que a classe operária no Brasil dispunha de garantias para organizar-se e avançar suas reivindicações no âmbito do jogo democrático, enquanto a situação dos camponeses seria totalmente diversa, pois “não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais”

⁴⁶³ Furtado (1962:p.26)

⁴⁶⁴ Furtado (1962:p.26)

⁴⁶⁵ Furtado (1962:p.26)

⁴⁶⁶ Furtado (1962:p.27)

⁴⁶⁷ Ver (CEPÊDA, 2001, p. 168)

⁴⁶⁸ (FURTADO, 1962, p. 28)

⁴⁶⁹ Furtado (1962:p.28)

Diante desse quadro, se fazia necessário colocar a questão em termos claros, isto é, perguntar-se “que viabilidade tem a revolução brasileira de se efetivar pelos métodos marxistas-leninistas?”.⁴⁷⁰ Furtado acredita haver duas possibilidades para esse desfecho: A primeira estaria ligada ao problema agrário brasileiro, setor que abrigaria mais da metade da população do país. Assim, sendo a classe camponesa “muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária”⁴⁷¹ e na medida em que o setor agrícola, nos termos de Furtado, conservasse sua “rigidez atual”, todo movimento contestatório que ali surgisse tenderia a “assimilar rapidamente técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista”.⁴⁷²

A segunda possibilidade de revolução do tipo marxista-leninista no Brasil, que no final de 1962 Furtado considerava como menos provável, se efetivaria somente se houvesse um “retrocesso na estrutura política”⁴⁷³. Algo que considerava pouco viável em uma sociedade aberta como a brasileira, a menos que “seja imposta de fora para dentro, como ocorreu em alguns países da Europa Central”.⁴⁷⁴

Como então direcionar a ação política do que Furtado considerava ser a Pré-Revolução Brasileira?, isto é, como “desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta”?⁴⁷⁵ Quais as diretrizes para a ação?

Furtado considera como prioridade atuar para prevenir a preeminência de técnicas revolucionárias “marxistas-leninistas”, o que passava por “a) prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social” e “b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país.”⁴⁷⁶

Para tanto, Furtado não se propunha a detalhar normas de ação específicas, mas sim criar “condições objetivas de caráter preventivo”, que consistiam em “dar maior elasticidade às estruturas” pelo encaminhamento de

⁴⁷⁰ Furtado (1962:p.29)

⁴⁷¹ Furtado (1962:p.28)

⁴⁷² Furtado (1962:p.29)

⁴⁷³ Furtado (1962:p.29)

⁴⁷⁴ Furtado (1962:p.29)

⁴⁷⁵ Furtado (1962:p.26)

⁴⁷⁶ Furtado (1962:p.31)

audaciosas modificações constitucionais. Assim, Celso Furtado, equivalia a Pré-Revolução Brasileira a um amplo programa de modificações legais identificados com as reformas de base. O programa de reformas, por sua vez, deveria contemplar a reforma agrária, a modificação do aparelho administrativo do estado, bem como de seu sistema fiscal e de toda a estrutura bancária.

Seria preciso ainda “subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social”⁴⁷⁷, cujas diretrizes seriam estabelecidas pelo Congresso Nacional, cuidando de retirar “aos políticos locais o poder de discriminar verbas”, no que evocava novamente a experiência de planejamento que vinha sendo realizada na SUDENE.

Furtado parece se colocar na insólita posição de dirigente da Pré-Revolução Brasileira. Sua avaliação negativa do que chama de técnicas revolucionárias “marxistas-leninistas” e a defesa de uma ação política apoiada no encaminhamento de amplas reformas políticas e sociais dão outro sentido à epígrafe escolhida para o livro. No Original:

“Avoid a frontal attack on a long established position; instead, seek to turn it by flank movement, so that a more penetrable side is exposed to the thrust of truth. But, in any such indirect approach, take care not to diverge from the truth – for nothing is more fatal to its real advancement than to lapse into untruth – B.H Liddell Hart, Strategy”

É sugestivo que Furtado, ex-segundo tenente da Força Expedicionária Brasileira, escolha uma também sugestiva citação de um historiador militar inglês. O trecho citado, fala da necessidade de evitar um ataque frontal a uma posição há muito estabelecida. Como melhor solução, defende a necessidade de flanquear o inimigo, expondo suas vulnerabilidades até que surja o melhor momento para o ataque. Adverte ainda, que numa abordagem indireta como essa, o maior desafio seria não se deixar desviar da verdade, ou do objetivo primordial.

Antonio Gramsci, ainda na década de 1920, em um de seus últimos escritos antes do período no cárcere, também fizera uso da metáfora militar para referir-se à eclosão de situações revolucionárias em países de diferentes formações históricas. Mais notável é o fato de que as conclusões do dirigente

⁴⁷⁷ Furtado (1962:p.31)

comunista italiano não são muito diferentes das que Furtado chegaria quatro décadas depois ao analisar o caso brasileiro no início dos anos 60. Evidentemente, é difícil precisar se houve contato direto de Furtado com os textos de Gramsci. Sabe-se que Furtado nutria interesse pelo marxismo desde seu período de formação no doutorado realizado em Paris, nos anos que se seguiram ao pós-guerra.⁴⁷⁸

Pesa contra, porém, o fato de que os textos de Gramsci só atingiram um público mais amplo no final da década de 50, quando Furtado já beirava os 40 anos, passado seu período de formação. Em realidade, o mais provável é que Gramsci não tenha exercido qualquer influência significativa na maneira de pensar de Celso Furtado. Parece corroborar essa hipótese o fato de que nas mais de 600 páginas de sua *Obra autobiográfica*, Furtado não dedique qualquer menção à Antonio Gramsci, embora constem, é verdade, menções a intelectuais de reconhecida filiação gramsciana, como o economista Piero Sraffa. Não deixa de ser significativo, contudo, que os dois intelectuais cheguem a conclusões semelhantes, apesar de não haver influência direta entre o intelectual e o brasileiro.

Entre Furtado e Gramsci, em que pesem todas as muitas diferenças, existe a semelhança fundamental de que ambos se dedicaram a pensar as possibilidades de transformação política e econômica em sociedades de desenvolvimento industrial tardio, mesmo que fossem diferentes as épocas e também as sociedades analisadas.

Assim como Furtado, Gramsci considerava que as revoluções ocorridas nos séculos XVIII e XIX haviam correspondido à fórmula revolucionária assumida num período em que ainda não existiam grandes partidos políticos ou sindicatos expressivos, isto é, teriam eclodido em sociedades que conviviam ainda numa espécie de “estado de fluidez”. Predominaria a atuação de um aparelho estatal ainda pouco desenvolvido e uma maior autonomia da sociedade civil. Nessa

⁴⁷⁸ “Fui leitor atento de Marx. Fui dos poucos brasileiros a estudar Marx, sistematicamente, em Paris. Estudei lá os quatro volumes de *O capital*, em francês. Queria anotar tudo. Fiz esse curso de marxismo no Instituto de Ciências Políticas, com o professor Cornu”. (VIEIRA, 2004, p. 38-39).

época teriam predominado as revoluções de tipo *guerra de movimento*, da qual a Revolução Russa de 1917 teria sido o último exemplo.

Ocorre que o crescimento do Estado e a estrutura criada pelas democracias de massa no século XX haviam dotado a vida em sociedade de um conjunto de associações civis, que Gramsci considera como algo similar às “trincheiras”, ou seja, fortificações permanentes que tornariam as revoluções uma “guerra de posição”, o que equivalia a um tipo de combate estático, ou de menor mobilidade. Contudo, Gramsci considera que nas sociedades que identifica ao “Oriente”, o Estado conservaria enorme importância diante de uma sociedade pouco articulada.

O que diferia da situação no “Ocidente”, em que entre o Estado e a sociedade civil parecia existir uma robusta estrutura de associações e organizações civis.⁴⁷⁹ As correspondências são imediatas. Não é difícil notar a semelhança entre o que Furtado chama de “técnica marxista-leninista” e a *guerra de movimento* de Gramsci. Tampouco constitui um grande desafio associar o projeto mais amplo de reformas de Furtado com a *guerra de posição* gramsciana.

A rápida deterioração do cenário político no Brasil transparece nas avaliações posteriores da conjuntura feitas por Furtado. No final de 1962, conforme se aproximava o plebiscito pela restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, ficava claro que o governo de Jango precisaria deixar a posição eminentemente defensiva e apresentar um plano de ação, ou ao menos alguma diretriz mais ampla pelas quais os esforços da administração pública se balizariam.

Para cumprir essa missão, Furtado foi convocado às pressas em setembro de 1962, para assumir como ministro extraordinário do Planejamento, com a missão de liderar a pequena equipe que elaboraria o que viria a ser o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* (1963-1965). Na cerimônia de posse, realizada em 27 de setembro de 1962 no Palácio do Planalto em Brasília, Furtado reconhecia “o grave que é a situação presente do país,

⁴⁷⁹ (COUTINHO, 2011, p. 294-296). Ricupero (2000:p. 66-69) chamam a atenção para as semelhanças entre Antonio Gramsci e Caio Prado Jr., o que constitui outro fator a aproximar o pensamento de Furtado e Prado Jr, ainda que indiretamente.

afetado por sérios desequilíbrios econômicos internos e externos”,⁴⁸⁰ mas conservava o tom otimista, como exigia a situação. Atribuía a instabilidade política e social às tensões próprias do processo de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas que, no entanto, poderiam ser suavizadas com o recurso ao planejamento econômico. O discurso, no entanto, não deixava de antecipar as dificuldades a serem vencidas na fase inicial do planejamento “em que medidas de curto prazo se impõem, mesmo antes que seja possível enquadrá-las”.⁴⁸¹

Posto o plano em prática, sabe-se que a contração de gastos imposta por Furtado nos primeiros meses aumentou a insatisfação com o governo de João Goulart, o que contribuiu ainda mais para a deterioração das bases políticas do presidente e faria com que Furtado deixasse o cargo de ministro do planejamento para retomar seu posto de superintendente da SUDENE.⁴⁸²

De volta a SUDENE e a Recife, Furtado faria uma reavaliação mais detida da situação política em seu provocativo *Dialética do Desenvolvimento*, publicado em janeiro de 1964. No livro, Furtado novamente procurava ordenar algumas das reflexões escritas para as intervenções públicas realizadas durante seu breve período como ministro ordinário do planejamento. O título dado a edição publicada em inglês “Diagnóstico da Crise Brasileira” (Diagnosis of the Brazilian Crisis), ilustrava melhor a intenção do volume. O tom era menos otimista. Furtado iniciava constatando que a “responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros”.⁴⁸³

Talvez numa última tentativa de dar racionalidade ao curso dos acontecimentos, Furtado propunha um esforço para “captar a essência do problema do subdesenvolvimento e identificar as causas da crise de transformação que atravessa o Brasil”.⁴⁸⁴ A intenção de dar algum tipo de resposta às inquietações do presente aparecia também no aviso de que o livro

⁴⁸⁰ Furtado ([1962](2011):p.33)

⁴⁸¹ Furtado ([1962](2011):p.34)

⁴⁸² Boa contextualização histórica das dificuldades de implementação do Plano Trienal pode ser encontrada no capítulo 10 de (FERREIRA e GOMES, 2014).

⁴⁸³ (FURTADO, 1964, p. 9).

⁴⁸⁴ Furtado (1964:p.10)

fora concebido em “tempo extremamente reduzido: os dias que se sucederam à tentativa de instauração do estado de sítio no país, em setembro passado”⁴⁸⁵.

O primeiro capítulo, “Reencontro da Dialética”, trazia uma tentativa bastante preliminar de combinar o estudo dos processos históricos nas ciências sociais com a recuperação do que chama de uma “perspectiva sistêmica”, na procura de um “sentido” para os processos e mudança social. O capítulo seguinte, *O Desenvolvimento Econômico no Processo de mudança cultural*, retoma o velho fio do raciocínio sobre a especificidade do processo histórico dos países subdesenvolvidos, bem como a relação que se estabeleceria entre as ideias surgidas no contexto dos países centrais e sua tentativa de aplicação nos países subdesenvolvidos. No capítulo, repetia as conclusões de seu *Desenvolvimento de Subdesenvolvimento* de 1961, ao afirmar que o “modelo de rápidas modificações tecnológicas no processo produtivo” era historicamente associado à experiência de desenvolvimento dos países europeus. Mas arriscava uma definição mais geral para o processo de desenvolvimento econômico, que consistiria em “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”.⁴⁸⁶

As mudanças tecnológicas, que seriam a essência do processo de desenvolvimento econômico, provocariam modificações no sistema produtivos e também mudanças na estrutura econômica, acarretando mudanças sociais mais profundas.⁴⁸⁷ Assim, enquanto nas economias capitalistas desenvolvidas “o avanço da ciência, que se apresenta como função exponencial do próprio desenvolvimento econômico, assegura um permanente avanço da tecnologia”,⁴⁸⁸ nas economias subdesenvolvidas, se absorveria essas mesmas tecnologias “quase totalmente por empréstimo”, o que dificultava mais do que

⁴⁸⁵ Furtado se refere a rebelião de sargentos da Aeronáutica e da Marinha em 12 de setembro de 1963, que levou a uma tentativa de instalação de Estado de sítio, solicitada pelo presidente João Goulart e negada pelo Congresso Nacional.

⁴⁸⁶ Furtado (1964:p.27)

⁴⁸⁷ Furtado (1964:p.29)

⁴⁸⁸ Furtado (1964:p.30)

nos países desenvolvidos, a resposta ou adaptação das estruturas sociais a essas mudanças.

Não bastasse, nos países subdesenvolvidos, as novas tecnologias importadas desorganizariam setores da economia preexistentes, que refluiriam para “formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente”, afirma Furtado.⁴⁸⁹ Esse dualismo na estrutura econômica, aprofundado pela absorção de tecnologias importadas “reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa”, tendo como contrapartida social mais marcante o fato de que “a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo”.

Furtado já havia reiterado outras vezes a inadequação da incorporação de tecnologias produtivas que visavam poupar o uso de trabalho numa economia subdesenvolvida. Agora, em *Dialética do Desenvolvimento*, parece sugerir pela primeira vez que o padrão de importação, assimilação e incorporação das tecnologias produtivas dos países desenvolvidos pelos subdesenvolvidos teria uma função social específicas na estrutura social subdesenvolvida. Assim, completa, “essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno”.⁴⁹⁰ Por sua vez, o excedente detido pela classe dirigente, não se tornava um novo fluxo de investimentos na economia dos países subdesenvolvidos. Pelo contrário, “tendia a originar formas de consumo suntuário ou filtrar-se para investimentos no exterior”.⁴⁹¹

Dessa maneira, o autor de *Dialética do Desenvolvimento* nega o pressuposto da teoria ortodoxa do desenvolvimento, segundo a qual o setor de maior produtividade tendia a incorporar a maior parte dos setores atrasados. Por outro lado, também retoma a antiga afirmação de Raúl Prebisch a respeito dos

⁴⁸⁹ Furtado (1964:p.30)

⁴⁹⁰ Furtado (1964:p.30)

⁴⁹¹ Furtado (1964:p.30) Nesse sentido, parece correta a interpretação de (MALLORQUIN, 2005, p. 190) de que *Dialética do Desenvolvimento* representa um distanciamento de Furtado em relação ao desenvolvimentismo.

diferentes níveis de organização reivindicatória dos trabalhadores nos países centrais e periféricos.

É preciso lembrar que em *Desenvolvimento e Desenvolvimento*, publicado 3 anos antes, Furtado já havia chamado a atenção para o fato de que as economias subdesenvolvidas constituíam um caso qualitativo distinto, que necessitaria de teorização própria. Mas é no trecho acima de *Dialética do Desenvolvimento* que Furtado formula de maneira explícita que o principal impedimento para a formação de um mercado interno robusto e difusão do trabalho assalariado poderia estar intimamente relacionado ao interesse das classes dirigentes em conservar a existência de um vasto setor de subsistência. Provavelmente contou para a mudança de posição a experiência de Furtado à frente da SUDENE, tendo de lidar com a resistência feroz das classes dirigentes locais em relação aos projetos da superintendência federal.

Como é comum nos bons textos, *Dialética do Desenvolvimento* tem algo de premonitório. Às vésperas do golpe militar de 64, Furtado parecia enxergar com mais clareza os impedimentos sociais ao desenvolvimento econômico periférico. Assim, *Dialética do Desenvolvimento* iniciava sua trajetória crítica em relação às iniciativas dos anos anteriores.

Em 1966, dois anos depois do golpe militar, Caio Prado Jr. publicaria em seu *A Revolução Brasileira*, uma avaliação em muitos pontos parecida com a de Furtado. Prado Jr., tinha a questionável vantagem de escrever após o desfecho dos acontecimentos que levaram à deposição do presidente João Goulart. Nesse contexto, a recente derrota do projeto político de alianças defendida pela corrente majoritária do PCB, permite que Caio Prado promova um duríssimo “acerto de contas”, com o que chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira”, durante anos defendida pelas correntes majoritárias do Partido Comunista Brasileiro, inspiradas nas formulações da Internacional Comunista.

Compreende-se melhor o alcance do livro ao considerar seu alvo imediato, isso é, a estratégia política do PCB, ou o que Caio chamaria de “teoria ortodoxa da revolução”. Orientação bem expressa pela *Declaração Política* de março de 1958, importante documento partidário que rompe com a orientação radical anterior, adotada até o evento do suicídio de Getúlio Vargas.

No documento, o Partido estabelecia que o caminho para a realização da futura Revolução Brasileira passaria pelo enfrentamento do imperialismo norte americano no âmbito externo. Já no âmbito interno, seria necessário explorar a contradição entre as forças produtivas então em desenvolvimento e as relações feudais ou semifeudais de produção. A Declaração de 58, também afirmava que a contradição interna entre proletariado e burguesia não exigiria uma solução radical imediata, sendo preferível a atuação conjunta em prol do desenvolvimento econômico capitalista.

A força que sustentaria essa ação seria uma ampla coalizão entre o proletariado, a pequena burguesia urbana, a burguesia industrial e os latifundiários cujos interesses estivessem em conflito com os do imperialismo norte-americano.⁴⁹² Esse curso de ação, como bem se sabe, culminou não na realização da revolução brasileira, mas no golpe militar de 1964, conduzido pelos militares em associação com boa parte dos setores que o PCB julgava serem seus aliados.

Fundamentalmente, *A Revolução Brasileira*, não trazia nada de novo nas posições que Prado Jr. vinha sustentando já há algumas décadas, o cerne de suas críticas à atuação pecebista já tendo sido exposto em seus artigos publicados ao longo da década de 50 na Revista Brasiliense. Assim, as posições de Caio Prado Jr. que até então eram “absolutamente ‘contra a corrente’, compartilhadas por pequenos grupos de esquerda, quase todos de audiência e implantação social escassas”⁴⁹³, se veriam subitamente valorizadas pelo desfecho de 64 que desarticulava a ação política das esquerdas além de seriamente comprometer suas bases teóricas, que se viram violentamente refutadas pelo critério da prática.

Talvez venha daí o caráter “redentor” de *A Revolução Brasileira* para Caio Prado Jr., que de militante isolado das posições de destaque durante décadas no Partido que escolheu para militar, passa para uma posição de prestígio, vendo-se subitamente alçado ao papel de principal crítico das estratégias políticas das esquerdas brasileiras nas últimas três décadas, o que lhe valeu

⁴⁹² Há uma boa apreciação da crítica de Caio Prado Jr. às diretrizes do PCB do contexto em que foi realizada em Garcia (1989).

⁴⁹³ (GARCIA, 1989, p. 273).

mesmo o Prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1966. A eficácia crítica dos argumentos de Prado Jr. faria com que sua obra fosse utilizada mesmo por grupos e organizações à esquerda do PCB, que tinham objeções a algumas das teses defendidas por Prado Jr., ou principalmente às suas conclusões.

Caio Prado Jr., a semelhança de Furtado, inicia seu *A Revolução Brasileira* apontando existir uma ambiguidade no termo “revolução” o que teria dado margem para frequentes confusões. Assim, no sentido mais usual *revolução significaria* “o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada de poder por algum grupo”.⁴⁹⁴ Usado nesse sentido, o termo adquiria o significado de “insurreição”. Haveria, contudo, um outro significado mais amplo para o termo, relacionado à transformação de um regime político-social, que historicamente pode ser “desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é”.⁴⁹⁵

Em sua acepção “real e profunda” Revolução significaria “o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade”.⁴⁹⁶ Esse seria o sentido do termo *revolução* empregado no título do livro de Prado Jr., bastante similar, portanto, ao que alguns anos antes Furtado havia chamado de “Pré-Revolução Brasileira”. Permanecia também a impressão de que o país se encontraria “num desses instantes decisivos da evolução das sociedades humanas”⁴⁹⁷, também parecido com o clima que Furtado havia identificado 4 anos antes.

A organização geral do argumento de Prado Jr. é análoga a que Furtado adota nos livros da primeira metade da década de 60. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, *A Pré-Revolução Brasileira*, publicado em 1962 e *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, Furtado argumenta em favor da especificidade qualitativa do processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. Em todas as obras, seu alvo declarado é a teoria ortodoxa do desenvolvimento econômico, que insistiria em abordar o

⁴⁹⁴ (PRADO JR, [1966] 2014, p. 11).

⁴⁹⁵ Prado Jr. ([1966](2014:p.11)

⁴⁹⁶ Prado Jr. ([1966](2014:p.12)

⁴⁹⁷ Prado Jr. ([1966](2014:p.13)

subdesenvolvimento como uma etapa, um caso menos complexo, do que a situação predominante nos países centrais.

Em *A Revolução Brasileira*, ocorre algo similar. Na ocasião em que realiza seu acerto de contas com a tradição comunista brasileira, Prado Jr. sistematiza suas discordâncias com o que chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira”.⁴⁹⁸ Da inadequação dessa teoria revolucionária à realidade brasileira, derivariam boa parte das frustrações do comunismo no Brasil. Caio Prado se negava a propor uma definição apriorística da “natureza ou ‘tipo’ de revolução que se trata de realizar”⁴⁹⁹. Lhe interessava menos a questão da denominação da revolução, se “socialista ou “democrático burguesa”, que se baseariam em “convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária”⁵⁰⁰ e mais na determinação dos fatos históricos que constituiriam esse processo revolucionário. Assim, para Caio Prado, pouco importaria indagar se as transformações que poderiam levar ao processo revolucionário “se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica desses mesmos fatos”.⁵⁰¹

O programa revolucionário defendido por Caio Prado Jr., procurava levar em conta a natureza das relações entre as diferentes classes sociais e a estrutura econômica do país. Ao abordar os *Aspectos sociais e políticos da revolução brasileira*, Prado Jr. retomava o fio da reflexão dos anos 40. Isso é, considerava que a relação de produção predominante no Brasil era ainda majoritariamente subordinada ao *sentido da colonização*. O de uma economia rural, de produção extensiva de gêneros destinados a abastecer os mercados de países desenvolvidos. Não haveria nessa estrutura restos feudais ou semi-feudais de qualquer tipo, como defendia então a teoria ortodoxa da revolução brasileira.⁵⁰²

Para Caio Prado Jr., o exame fidedigno da realidade brasileira nos anos 60 passava por considerar seu caráter de situação transitória “entre, de um lado,

⁴⁹⁸ Prado Jr. ([1966](2014:p.128).

⁴⁹⁹ Prado Jr. ([1966](2014:p.14).

⁵⁰⁰ Prado Jr. ([1966](2014:p.15).

⁵⁰¹ Prado Jr. ([1966](2014:p.15).

⁵⁰² Prado Jr. ([1966](2014:p.77-79)

o passado colonial”, que consistiria no momento em que o Brasil é colonizado “com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus”⁵⁰³. E de outro, um futuro que Caio Prado já considerava bem próximo, em que o país se veria nacionalmente estruturado, e finalmente organizado num sistema econômico voltado fundamentalmente para a satisfação das necessidades de sua própria população, bem como capaz de assegurar a sua população um “nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos”.⁵⁰⁴

Esse futuro, insiste Prado Jr., não consistia numa idealização, “simples desejos e aspirações do pesquisador”, mas sim na direção geral para a qual os fatos apontavam. Ou mesmo o “a dinâmica e o sentido profundos da história, que nos mostra o Brasil emergindo progressivamente daquele aglomerado heterogêneo e originário de raças e povos díspares.”⁵⁰⁵

Nessa direção geral, ou “processo evolutivo de transição de colônia para nação”⁵⁰⁶, que Prado Jr. identifica ao conceito de Revolução Brasileira, destacam-se dois aspectos essenciais, duas permanências vindas da colônia ou “duas ordens de circunstâncias fundamentais do sistema colonial brasileiro cujos remanescentes ainda se fazem vivamente sentir”⁵⁰⁷. Consistem, externamente, no caráter ou sentido originário da economia brasileira “estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltada assim essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores”⁵⁰⁸. E, internamente, no tipo das “relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira (...) que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial”.⁵⁰⁹ Esses seriam os dois atavismos coloniais e os alvos da revolução brasileira de Caio Prado Jr.

⁵⁰³ Prado Jr. ([1966](2014:p.82)

⁵⁰⁴ Prado Jr. ([1966](2014:p.82)

⁵⁰⁵ Prado Jr. ([1966](2014:p.82)

⁵⁰⁶ Prado Jr. ([1966](2014:p.86)

⁵⁰⁷ Prado Jr. ([1966](2014:p.86)

⁵⁰⁸ Prado Jr. ([1966](2014:p.86)

⁵⁰⁹ Prado Jr. ([1966](2014:p.86-87)

Quanto ao nexu externo, Caio Prado Jr. reconhece haver pouco acúmulo pelas esquerdas brasileiras a respeito da interconexão entre o tipo de colonização ocorrida no Brasil e os avanços recentes do imperialismo que teria aumentado a dependência externa da economia brasileira, agora obrigada não só a produzir mercadorias primárias para exportação, mas também a produzir excedentes crescentes para honrar as remessas de capital ao exterior, condição fundamental do capital externo aqui instalado.⁵¹⁰ Caio Prado não deixa contudo, de fazer algumas observações bastante pertinentes sobre o que considerava ser as premissas da política e ação anti-imperialista.

Diferente do que propunha a interpretação do imperialismo da teoria ortodoxa da revolução brasileira em que a situação do Brasil era “pura e simplesmente assimilada à de outros países e povos semicoloniais ou dependentes, como em particular os da Ásia”⁵¹¹. Prado Jr. irá apontar a diferença qualitativa das duas situações. Isso é, enquanto nos países asiáticos a penetração imperialista encontrou sociedades e economias constituídas antes do capitalismo,⁵¹² fazendo com que a integração dos países orientais na ordem imperialista produzisse “tamanhos e tão profundos choques”⁵¹³, uma vez que “as contradições geradas no processo de penetração imperialista se apresentam desde logo em nítida polarização de interesses econômicos e forças sociais e políticas que se alinham em posição frontal”.⁵¹⁴

Diferente seria o caso brasileiro, em que o imperialismo teria se deparado com uma economia que por suas próprias características já estava bem ajustada ao sistema europeu, o que resultou em uma integração ao imperialismo sem grandes sobressaltos até porque as tensões e contradições dessa integração só iriam “se revelar lenta e sutilmente e a princípio tão somente (..) nas nossas relações internacionais financeiras e comerciais”.⁵¹⁵ Diferença essa que foi sempre ignorada pela formulação anti-imperialista das esquerdas no Brasil.⁵¹⁶

⁵¹⁰ Prado Jr. ([1966](2014:p.91-94)

⁵¹¹ Prado Jr. ([1966](2014:p.93).

⁵¹² Prado Jr. ([1966](2014:p.93).

⁵¹³ Prado Jr. ([1966](2014:p.93-94).

⁵¹⁴ Prado Jr. ([1966](2014:p.94).

⁵¹⁵ Prado Jr. ([1966](2014:p.94).

⁵¹⁶ É interessante comparar essa caracterização da resistência econômica da penetração imperialista nos países do oriente e da América Latina, com a apreciação que faz Dore (1963) do mesmo processo na esfera cultural. Por outro lado, embora aborde de maneira sucinta o tema

Em todo caso, o que mais repercutiu a partir de *A Revolução Brasileira*, foi a avaliação de Caio Prado Jr. sobre um outro aspecto da conjuntura econômica e política brasileira, isso é “aquele que diz respeito aos remanescentes do sistema colonial nas relações de trabalho e no estatuto do trabalhador rural”.⁵¹⁷

A centralidade que Prado Jr. confere à questão agrária parte do reconhecimento de que grande parte dos problemas relacionados ao trabalho no Brasil de então, especialmente os dos trabalhadores do campo, tinha origem na longínqua maneira como esses trabalhadores foram inseridos no regime econômico da colonização, como mero instrumento, “destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização”.⁵¹⁸

Esse tipo de inserção não teria sido fundamentalmente alterado pelo fim da economia colonial tampouco pela posterior abolição da escravidão. O historiador marxista acreditava que abolida a escravidão, “o que sobrou de escravos no Brasil (...) se transformou em assalariados continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais”⁵¹⁹, e portanto ainda subordinados ao ritmo produtivo da grande exploração agrária.

Para Caio Prado, essa constatação da continuidade existente entre a escravidão e o trabalho rural, seria particularmente importante, pois evidenciaria não só o erro da hipótese da existência anterior de uma fase feudal ou semi-feudal na história brasileira, mas também o principal ponto de seu programa mais amplo para a Revolução Brasileira, que consistia não só em reconhecer que a abolição do trabalho escravo não havia eliminado os “acentuados traços escravistas que permaneceram de fato à margem do regime legal de trabalho livre”.⁵²⁰

da relação entre industrialização, imperialismo e capital estrangeiro em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Jr. tem boas avaliações mais detidas desse fenômeno especialmente em *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, que em muitos casos antecipam a crítica posterior aos processos de transnacionalização do capital, bem como da própria relação problemática entre o capital externo e desenvolvimento nacional. (PRADO JR., 1954).

⁵¹⁷ Prado Jr. ([1966](2014:p.95).

⁵¹⁸ Prado Jr. ([1966](2014:p.95)

⁵¹⁹ Prado Jr. ([1966](2014:p.95)

⁵²⁰ Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

Mas também, e até mais importante, essas “sobrevivências escravistas”, nada tinham de “restos feudais” e “longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis”⁵²¹, na medida em que ocasionam o rebaixamento da remuneração geral do trabalho, os resquícios do escravismo passam a ser um elemento do qual o capitalismo se aproveita⁵²², já que o baixo custo da mão de obra que proporciona, “torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários”⁵²³. Assim, afirma Prado Jr., os traços remanescentes do escravismo na estrutura social brasileira não poderiam ser eliminados “pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção”. Já que o progresso em muitos casos se beneficiaria desses traços.

A grande tarefa da revolução brasileira proposta por Caio Prado Jr., consistia em proporcionar a “elevação dos padrões materiais e culturais dos trabalhadores do campo, sobre os quais ainda pesa (...) a velha tradição escravista”.⁵²⁴ O que em termos econômicos representaria não só a ampliação do mercado interno da economia brasileira, mas também uma base material mais sólida para o desenvolvimento da indústria e das atividades produtivas em geral, é o que acredita Caio Prado Jr.⁵²⁵

5.2 - Críticas à (pré) Revolução Brasileira

Não são poucas as semelhanças entre as reflexões de Caio Prado Jr. e Celso Furtado nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964. Em comum, *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), *Dialética do Desenvolvimento* (1964) de Celso Furtado e *A Revolução Brasileira* (1966), de Caio Prado Jr., tem o fato de parecerem internalizar a tensa situação política da época. Não por acaso, as obras se destacam na trajetória intelectual de ambos justamente por estarem mergulhadas na luta política do período.

⁵²¹ Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

⁵²² Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

⁵²³ Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

⁵²⁴ Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

⁵²⁵ Prado Jr. ([1966](2014:p.97)

A preocupação em caracterizar o termo *revolução* como um processo de transformação e não necessariamente uma insurreição é análoga. Também a tentativa de propor diretrizes mais amplas para a ação revolucionária no marco democrático é similar. Em sentido mais amplo, ambos também realizam o movimento de ressaltar a especificidade do caso brasileiro para contraporem-se à teoria ortodoxa do desenvolvimento econômico, no caso de Furtado, e à teoria ortodoxa da revolução brasileira, como caracterizada por Caio Prado Jr.

Há, é claro, diferenças. O tom otimista e combativo da *Pré-Revolução Brasileira* de Furtado em 1962, dá lugar a um derrotismo de fundo, perceptível em *Dialética do Desenvolvimento* dois anos depois.⁵²⁶ Em Caio Prado Jr., o movimento parece ser contrário, tal é o franco otimismo que transparece em *A Revolução Brasileira*.

Em ambos os casos a reflexão parece incorporar o clima de radicalismo do contexto político, que se reflete mesmo na forma das análises. A maior consciência dos antagonismos é bem expressa pelo reconhecimento, em *Dialética do Desenvolvimento* de Furtado, de que a importação de tecnologias não funcionais à realidade da economia brasileira, era coerente com a manutenção de um alto nível de desemprego e rebaixamento do nível de salários.

Conclusão similar à que chega Caio Prado Jr. ao intuir que a situação do trabalhador rural brasileiro era o maior resquício da época de escravidão no país, cuja manutenção garantia toda ordem de privilégios a um determinado segmento social. A impressão é a de que no polarizado contexto dos anos 60, em seus livros de *revolução*, Prado Jr. e Furtado realizaram também uma revolução em seus conceitos, superando certas marcas do dualismo de explicações anteriores em prol de uma perspectiva capaz de acolher a convivência contraditória entre moderno e atraso.⁵²⁷

⁵²⁶ Como também nota Mallorquin (2011:p.18)

⁵²⁷ Há boas anotações nesse sentido em Arantes (1992), ressaltando um percurso geral da intelectualidade que iria do “Sentimento dos Contrários” até a percepção de um “Dual porém combinado”, embora a leitura de Arantes por vezes esquematize excessivamente as posições de Furtado, como em (ARANTES, 1992, p. 28).

Mesmo as críticas que seus textos receberam têm algo de semelhante. *Dialética do Desenvolvimento* de Furtado foi “acusado” de leninismo, enquanto *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr. foi também “acusada” de usar argumentos próprios de autores burgueses, como Roberto Simonsen.⁵²⁸ Por outro lado, ambos também receberam críticas “metodológicas” da filosofia uspiana.

A primeira crítica é de José Arthur Gianotti, que em artigo intitulado *A Propósito de uma Incursão na Dialética*, publicado em 1965 na revista *Civilização Brasileira*, tinha o livro de Furtado como alvo. Vale lembrar que *Dialética do Desenvolvimento* é um livro um tanto quanto mal resolvido, provavelmente porque escrito às pressas, em raros fins de semana e dias em que Furtado não se via dando expediente na SUDENE e publicado de maneira precoce, conforme o autor sentiu que o ambiente político se deteriorava rapidamente no final de 1963. O que exigia ao menos uma tentativa de resposta ao rumo que tomava os acontecimentos.⁵²⁹

Assim, tem razão Giannotti ao notar que a primeira parte de *Dialética do Desenvolvimento* corresponde a uma espécie de preâmbulo metodológico que não necessariamente tem a ver com o conteúdo do restante do livro. Até porque, as anotações metodológicas trariam alguns erros que Giannotti considera “chocantes”, mas que figuram num livro com “excelentes capítulos finais” de uma “valiosa descoberta”.

O limite da crítica de Giannotti a Furtado transparece no fato de que o filósofo circunscreve todas as críticas mais amplas à noção de desenvolvimento de Furtado ao conteúdo de *Dialética do Desenvolvimento*. Em alguns pontos, uma leitura rápida de obras anteriores de Furtado seria suficiente para esclarecer certos desencontros.

⁵²⁸ São os comentários de (BARBER, 1966) para a obra de Furtado e de Assis Tavares e outros dirigentes comunistas ao livro de Caio Prado Jr. Para uma boa apreciação do conjunto dessas críticas, consultar Ricupero (2000:p.213-216)

⁵²⁹ Furtado admite na introdução de *Dialética do Desenvolvimento* que o livro foi “realizado em tempo extremamente reduzido” Furtado (1964:p.10), o que confirmaria posteriormente “pressentia naquele primeiro trimestre de 1964 que o horizonte se estreitava. Não teria tempo para ir tão longe quanto havia pretendido. Tinha de alinhar e arrematar o que estava à mão, expondo-me quicá a incompreensões” Furtado (2014: 374).

Por exemplo, ao afirmar que Furtado “pensa o desenvolvimento tecnológico como um processo autônomo de apropriação da natureza”⁵³⁰ que não seria afetado pelo caráter histórico, ou historicidade, “peculiar a cada forma de produção”⁵³¹, Giannotti desenha uma das limitações de *Dialética do Desenvolvimento*, ao mesmo tempo, mostra desconhecer o básico da reflexão de Furtado já naquela época. Uma rápida consulta a *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado alguns anos antes, desfaria a confusão. Lá, Furtado explicita seu entendimento do desenvolvimento tecnológico como processo intrinsecamente ligado ao tipo de economia e ao momento histórico em que surge.

Por outro lado, Furtado afirmava também que a partir da consolidação dos primeiros países industrializados, as tecnologias produzidas nos países desenvolvidos seriam assimiladas pelos subdesenvolvidos, mesmo que não correspondessem à necessidade desses últimos, que pela abundância do fator mão de obra, se beneficiariam pouco das tecnologias intensivas em capital e focadas em poupar e liberar mão-de-obra.⁵³²

Também desconstruída é a acusação quanto ao que seria o “caráter mecânico, cumulativo e profundamente a-histórico” da concepção de Furtado⁵³³, que pode ser rapidamente desmontada com uma leitura de *Formação Econômica do Brasil*, que se distingue justamente por historicizar os determinantes do desenvolvimento econômico na formação do sistema econômico brasileiro.

Coube ao também filósofo uspiano Ruy Fausto fazer a crítica da *Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr. A crítica de Ruy Fausto, além de política, cobra um maior rigor metodológico da obra. Propõe uma elucidação dos pressupostos de Caio Prado que “vá da política à lógica e da lógica à política”⁵³⁴. Também acusa Prado Jr. de não extrair todas as consequências lógicas de suas teses. De maneira geral, Ruy Fausto concorda com os principais pontos da

⁵³⁰ (GIANNOTTI, 1965, p. 107)

⁵³¹ Giannotti (1965:107)

⁵³² Ponto que Furtado também sugeria, ainda que de maneira breve, em *Dialética do Desenvolvimento*.

⁵³³ Giannotti (1965:109)

⁵³⁴ (FAUSTO, 1967, p. 8).

análise econômica do livro de Prado Jr. Isto é, Fausto julga correta a análise de Caio Prado de que, no plano econômico, “os interesses da burguesia industrial são compatíveis tanto com os do imperialismo como com os da “burguesia agrária”⁵³⁵, o que autorizaria pôr de lado a “clássica idealização da burguesia industrial ‘concorrente do imperialismo e do latifúndio feudal’⁵³⁶, como defendeu durante décadas o PCB e sua “Teoria Ortodoxa da Revolução”.

Pelo contrário, assumindo as posições de Prado Jr., Ruy Fausto acha necessário considerar essa “nova disposição das forças econômicas, em que as afinidades de interesses entre as classes dominantes são o traço fundamental”⁵³⁷. A maior parte das discordâncias, contudo, se refere às consequências políticas das teses defendidas pelo historiador. Fausto critica Caio Prado Jr. por identificar as lutas reivindicatórias com os “objetivos expressos”, ou imediatos. O que “ao separar radicalmente as duas ordens de objetivos”⁵³⁸, identificaria a concepção política defendida por Prado Jr. a de Eduard Bernstein, considerado por Fausto como o “papa do reformismo” e para quem “o fim último, o socialismo, não é nada; o importante é o movimento”.⁵³⁹

Há outra crítica particularmente interessante de Ruy Fausto a Caio Prado Jr. Para o filósofo, Caio Prado Jr. considerava como de reduzida importância as regiões em que o trabalhador rural não recebia salários, até porque o programa da *Revolução Brasileira* centrava-se na luta por melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores rurais⁵⁴⁰. Fausto lembra, contudo, que nos anos que antecederam o golpe militar de 64 a organização de massa dos camponeses, começou em áreas em que não predominavam as relações salariais no campo. Nessas áreas é que teriam se iniciado os violentos processos de mobilização dos trabalhadores que tomariam a região até 1963.⁵⁴¹

Pouco adiante, Fausto cita trechos justamente da *Dialética do Desenvolvimento* de Celso Furtado para contestar a leitura de Prado Jr. sobre a situação da luta agrária no Nordeste. Afirma que o período de 1963, após a

⁵³⁵ Fausto (1967:p.12)

⁵³⁶ Fausto (1967:p.13)

⁵³⁷ Fausto (1967:p.13)

⁵³⁸ Fausto (1967:p.10-11)

⁵³⁹ Fausto (1967:p.11)

⁵⁴⁰ Fausto (1967:p.16-17)

⁵⁴¹ Fausto (1967:p.18-19)

aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e do movimento de engajamento dos assalariados agrícolas “numa luta reivindicatória de grandes proporções”⁵⁴², teria sido, na verdade, um período de “baixa do potencial revolucionário”⁵⁴³, ao contrário do que acreditava Caio.

Pois, como justificava Furtado, o expressivo aumento do preço internacional do açúcar, ainda respondendo aos efeitos da Revolução Cubana, tinha permitido aos produtores de açúcar do Nordeste acomodar sem grandes dificuldades as reivindicações por maiores salários, situação que, ainda segundo Furtado, não se prolongaria durante muito tempo, rapidamente revertendo para um cenário de “resistência às reivindicações dos trabalhadores, coberta por uma repressão violenta contra os sindicatos rurais e as ligas camponesas”,⁵⁴⁴ o que serviria para diminuir o entusiasmo das lutas por melhores salários no campo. Portanto, contrário ao que afirmara Caio Prado Jr.

É curioso notar que as muitas e diferentes categorias de trabalhadores rurais, não estão bem discriminadas na obra de Caio Prado Jr. No trecho em que alude para essa questão, Prado Jr. menciona os estudos pormenorizados que havia realizado em número anterior publicado na *Revista Brasiliense* no mês de março de 1960. O artigo em questão, curiosamente, traz uma rara menção de Prado Jr. a Celso Furtado.

No texto de 1960, o tom adotado por Prado Jr. é crítico, mas não muito aprofundado. Tomando como base uma declaração de Furtado replicada em uma reportagem do jornal o *Estado de São Paulo*, acusa o então superintendente da SUDENE de ignorar os próprios fundamentos das atividades agrícolas. “Repete-se aí, e dessa vez na palavra de um economista do porte do sr. Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias”.⁵⁴⁵ Prado Jr. reafirma então o fato de que a “parcela de humanidade que vive em função da agropecuária brasileira nada tem de homogênea”.⁵⁴⁶

⁵⁴² (FAUSTO, 1967, p. 19)

⁵⁴³ Fausto (1967:p.19)

⁵⁴⁴ Fausto (1967:p.20)

⁵⁴⁵ Prado Jr (2014:p.295)

⁵⁴⁶ Prado Jr (2014:p.295)

Prado Jr. avalia em tom crítico a atuação de Celso Furtado no Nordeste. Argumenta que antes de que se propusessem medidas genéricas de melhoria das condições de vida dos habitantes da região, seria necessário começar “por distinguir o setor da população para que a solução se dirige”, no que Caio, sem saber, antecipa uma das principais críticas ao seu futuro programa revolucionário. A de sugerir um processo revolucionário “sem sujeito”, proveniente de um certo esquematismo da análise que procurava reduzir todas as “múltiplas e complexas formas de relações sociais existentes no campo a um salariado mais ou menos encoberto”.⁵⁴⁷

Também aí um encontro inusitado entre os programas de pré-revolução e revolução de Celso Furtado e de Caio Prado Jr. Se no início falava-se do não reconhecimento da herança intelectual de Prado Jr. por Celso Furtado, talvez no momento temático da “revolução”, o mesmo ocorra agora com o sinal trocado. O ponto pouco notado até hoje, consiste no fato de que a comparação entre os dois autores talvez faça mais sentido no arco que vai “da formação a revolução” e não somente em seus livros de *Formação*. Especialmente no segundo momento, em que a concepção de Revolução como um processo de reformas de Caio Prado Jr., parece trazer algumas contribuições implícitas do projeto de reformas ou pré-revolução de Celso Furtado.

Mais do que alardear uma suposta influência não reconhecida entre um e outro, o mais interessante parece ser a recuperação de duas trajetórias comparadas, que permite vislumbrar como dois dos mais ricos itinerários intelectuais do Brasil elegeram suas afinidades num decisivo momento histórico da constituição do Brasil contemporâneo.

⁵⁴⁷ Garcia (1989:p. 276).

Epílogo – Ainda Caio Prado Jr. e Celso Furtado?

Exposto o resultado de alguns anos de pesquisa, é praxe pedir para que, em um curto capítulo final, seu autor conclua os argumentos apresentados ao longo do trabalho, mostrando qual seria sua contribuição para o debate atual. Em heroicas 10 ou 15 páginas finais, seria preciso dirimir os muitos elementos de tensão surgidos na exposição, bem como apresentar supostas soluções para os problemas levantados.

Não por acaso, as conclusões ou considerações finais não costumam figurar entre as páginas mais felizes de cada trabalho. Atendida a exigência das conclusões, é difícil evitar que sejam sumárias e que a parte final de cada pesquisa não traga o mesmo cuidado de contextualização e aderência ao vocabulário e aos conceitos dos autores que se quer compreender.

Ao leitor mais atento, não deixa de frustrar que justamente no último capítulo, os conflitos não sejam resolvidos pelos mecanismos internos do “enredo” até então apresentado, mas sim por uma espécie de *Deus ex machina*, que nas derradeiras páginas, desce ao palco para rapidamente solucionar os conflitos e aparar as pontas soltas, garantindo um final mais palatável. Em termos políticos, a melhor analogia seria a da solução “pelo alto”, ou revolução passiva, na conhecida fórmula gramsciana, que sob a aparente normalidade, preserva latentes as tensões e os problemas do passado.

De todo modo, se as conclusões ou juízos já foram feitos ao longo da exposição, nada impede que se tente vislumbrar o futuro dos personagens tendo em vista o que já foi apresentado. No caso específico, de autores com vasta fortuna crítica, esse esforço pode ser especialmente frutífero, já que há algumas décadas suas obras vem sendo reivindicadas para pensar nossas questões mais prementes, o que autorizaria alguns a lhes conferir o título de “clássicos”.

O fato é que as obras de Caio Prado Jr. e Celso Furtado parecem ter envelhecido bem. Passadas 7 décadas da publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Prado Jr. e já próximo aos 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*, de Furtado, os textos continuam suscitando pesquisas, alimentando polêmicas e orientando linhas de investigação. Até mais do que isso, mesmo que

o contexto político e intelectual a que essas obras respondiam praticamente tenha deixado de existir, seu conteúdo permanece relevante e particularmente influente.

É o que parece mostrar recente pesquisa realizada junto a professores dos cursos de ciências econômicas de todo o país⁵⁴⁸. Ao pedir que citassem as obras consideradas fundamentais para a formação de jovens economistas nas áreas de *Economia Brasileira e Formação Econômica e Social do Brasil* o resultado foi algo surpreendente. As referências mais citadas não foram de textos recentes, realizados de acordo com o atual receituário metodológico, mas sim as obras mais conhecidas de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, das décadas de 40 e 50.

Até já se sabia que as obras citadas haviam sido importantes para os nascidos na primeira metade do século XX, mas talvez não se imaginasse que ambas ainda constituíam a base curricular também das novas gerações ao tomarem contato com os problemas econômicos fundamentais de seu país. Em sentido mais amplo, a duradoura influência da produção ensaística da primeira metade do século XX parece ir além da economia, com o decidido aumento do interesse pelas chamadas interpretações do Brasil e seus desdobramentos no âmbito das Ciências Sociais.⁵⁴⁹

Ocorre que a influência duradoura pode também constituir desvantagem. É preciso reconhecer que a existência de certa cultura já consolidada em torno das obras de Caio Prado Jr. e Celso Furtado torna mais desafiador qualquer esforço de pesquisa que se proponha a esquadrihar o pensamento de ambos. A rotinização de suas ideias faz com que descobertas que foram verdadeiros marcos em seus respectivos contextos intelectuais, já estejam normalizadas, devidamente incorporadas ao estoque de ideias de uso comum. Parte integrante do cotidiano da reflexão.

A constatação, por outro lado, recoloca outra questão. Afinal, por que exatamente essas obras e esses autores continuam sendo mobilizados? Isso é, o que os torna tão representativos de nossos problemas a ponto de cada vez

⁵⁴⁸ Ver (SAES, MANZATTO e SOUSA, 2015).

⁵⁴⁹ Para um balanço ver (BOTELHO e SCHWARCZ, 2010).

mais se resgatarem as ideias de um passado, cada vez mais distante, para pensar nossos atuais dilemas?

Na tentativa de responder a perguntas parecidas, o cientista político Gildo Marçal Brandão reconheceu haver uma relação íntima, ou mesmo um caráter cíclico do interesse pelos "Intérpretes do Brasil" e as reviravoltas de nossa dinâmica histórica, cultural e política. Seria como se o "esforço de 'pensar o pensamento' se acendesse nos momentos em que nossa má formação fica mais clara"⁵⁵⁰, obrigando a nação e seus intelectuais a refazerem o caminho percorrido pelos que antes pensaram esses mesmos problemas.

Torna-se assim especialmente relevante o papel dos clássicos, ou ao menos dos clássicos locais, nossos clássicos. Uma vez que as controvérsias em torno das interpretações e respostas dadas no passado por indivíduos em momentos de virada e esgotamento de uma época, em torno dos rumos a tomar nas conjunturas críticas, tem constituído momento fundamental do debate entre ideias e projetos políticos para uma coletividade periférica como a que vivenciamos.

Não deixa de surpreender que as questões fundamentais postas em debate, se obviamente não são as mesmas, guardam entre si flagrantes elementos de continuidade. Como parecem mostrar as mil formas assumidas pela dicotomia entre "país real" e "país legal" que percorre a reflexão brasileira pelo menos desde o Visconde do Uruguai, passando por Cruz Costa, Guerreiro Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Hélio Jaguaribe, ou mesmo Roberto Campos.⁵⁵¹

No que concerne a esse trabalho, cabe notar que a flagrante atualidade de nossos autores deriva não só de sua competência em identificar questões fundamentais, mas sobretudo da continuidade dos problemas que identificaram. Afinal, a longa transição entre colônia e nação, como expressa por Caio Prado Jr., parece longe de estar concluída. Mesmo que o Brasil de hoje evidentemente não seja o mesmo da década de 1940, ou do período colonial que Prado Jr. procurou retratar, é difícil negar que o caráter ainda dependente de nossa

⁵⁵⁰ (BRANDÃO, 2007, p. 28)

⁵⁵¹ Ver (BRANDÃO, 2007, p. 143)

inserção no mundo lembra em muito o *sentido da colonização* de Caio Prado Jr., assim como o imenso contingente da chamada economia informal, em muito recorda os impasses do setor inorgânico como pensados pelo historiador.⁵⁵²

Algo parecido ocorre com Celso Furtado. Sabe-se que entre a publicação de *Formação Econômica do Brasil* em 1959 e hoje, o país passou por mudanças econômicas e sociais nada desprezíveis. Contudo, sabe-se também que desde então os objetivos apontados por Furtado parecem não ter se realizado. É com indisfarçada indignação que Furtado publica *Para o Nordeste: 15 anos perdidos*, em 1979⁵⁵³, em desagravo ao resultado das políticas dos governos militares para a região que procurou desenvolver enquanto criador e superintendente da SUDENE.

Já em 1981, no contexto da redemocratização, é com esperança e alguma ironia que publica o artigo *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. O fato de que o título do artigo praticamente repetia o título de seu texto de 1959 (*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*), quando do lançamento de sua abordagem para a questão regional nordestina, dá conta do que o economista considerava como o final de um período de construção interrompida⁵⁵⁴.

Já devidamente apontada a atualidade de ambos, desse ponto em diante, descortinam-se dois possíveis destinos para nossos autores. Um, mais universal e pessimista. Outro, mais local, porém otimista.

No primeiro desfecho, a confirmação do colapso da modernização⁵⁵⁵ tornaria o restante do mundo mais próximo de nossas debilidades tão características. Assim, com as estruturas dos países avançados, que nos serviam de modelo, em vias de desintegração, o próprio horizonte da formação se veria bastante prejudicado. Para os que há algum tempo vem assistindo o

⁵⁵² Como nota (RICUPERO, 2012, p. 429).

⁵⁵³ (FURTADO, [1979] (2009)).

⁵⁵⁴ (FURTADO, 1981) e (FURTADO, [1959] 1967). Também seu *Brasil: A construção interrompida*. (FURTADO, 1992).

⁵⁵⁵ O termo é de Robert Kurz, em *O Colapso da Modernização*, tomado na acepção dada por Roberto Schwarz (SCHWARZ, 2012). Nesse sentido, o recente programa de pesquisa de (PIKETTY, 2014) parece confirmar essa tendência ao constatar que a desigualdade nos Estados Unidos e nos países europeus agora atinge patamar semelhante aos verificados no final do século XIX, quando era plena a vigência do capitalismo monopolista.

desenrolar dos fatos a partir da periferia, é como se o horizonte durante tanto tempo almejado se aproximasse, não porque nos movemos para alcançá-lo, mas porque ele próprio foi rebaixado. Nesse cenário, as ideias de nossos autores adquiririam status universal, por bem exprimir as debilidades que sempre nos caracterizaram, agora compartilhadas com o restante do mundo.

Outro possível desenlace traz o caminho oposto. Se a partir de uma hipotética virada decisiva, nosso ideal de formação enfim fosse alcançado, sepultando o legado colonial e atingindo o clímax da transição para a nação, restaria a nossos autores o papel da curiosidade histórica. Do testemunho passado. Das ideias próprias de uma pré-história da nação.

O leitor mais exigente deve ter notado, é claro, que um dos desfechos tem elementos bastante realistas, enquanto o outro, passa a impressão de um final mais palatável, costurado por algum tipo de intervenção redentora.

Bibliografia

- AB'SABER, A. N. Tempos e espaços na mira de um historiador. In: D'INCAO, M. A. **História e Ideal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, (1958) 2010.
- ALCIDES, S. O Brasil no meio do caminho. **Revista Quatro cinco um a revista dos livros**, n. 2, ano 1 2017.
- ALENCASTRO, L. F. A Economia Política dos descobrimentos. In: NOVAES, A. **A descoberta do homem e do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ANDERSON, B. **Imagined Communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London/New York: Verso, 2006.
- ARANTES, P. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, P. **O fio da meada**: Uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ARANTES, P. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, P.; ARANTES, O. **Sentido da Formação**: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARIDA, P. A história do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, P. **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**: Ensaios sobre metodologia em Economia. São Paulo: Editora 34, 2003.
- ARNDT, H. W. Economic Development: A Semantic History. **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 29, n. 3, 1981. 457-466.
- ARNDT, H. W. **Economic Development**: The History of an Idea. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BACELAR, T. A "questão regional" e a "questão nordestina". In: TAVARES, M. D. C. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BARBER, W. Diagnosis of the brazilian crisis. **American Academy of Political and Social Science**, Filadélfia, Vol. 365, 1966.
- BERLIN, I. **Russian Thinkers**. Harmondsworth.: Penguin Books, 1994.
- BERLIN, I. A originalidade de Maquiavel. In: BERLIN, I. **Estudos sobre a humanidade uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: ISAIAHBERLIN **Estudos sobre a humanidade uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

BERNARDES, D. A. D. M.; LIMA, M. C. Um Cartesiano na encruzilhada da Revolução. **Cardenos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 8, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo ideológico do Desenvolvimentismo**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIESLCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOIANOVSKEY, M. A formação política do Brasil segundo Furtado. **Revista de Economia Política**, 34, n. 2, 2014.

BOIANOVSKEY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American Political economy. **Journal of Economic Methodology**, 2015.

BOIANOVSKEY, M. O Encontro entre Douglas North e Celso Furtado em 1961: Visões alternativas sobre a economia nordestina. **Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, n. Texto para discussão 2341, 2017.

BORGES, J. L. **Ficções**. Tradução de David Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Esse enigma chamado Brasil: Apresentação. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Um enigma chamado Brasil - 29 Intérpretes e um País**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, G. M. **A Esquerda Positiva - As duas almas do Partido Comunista - 1920/1964**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRANDÃO, G. M. Prefácio. In: RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 48, n. 2, 2005.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRANDÃO, G. M. Celso Furtado: O peregrino da ordem do desenvolvimento. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, Vol. 48, n. 2, set/dez 2010. 231-269.

BRAUDEL, F. Braudel analisa Caio Prado Jr. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 Agosto 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs08089916.htm>>. trad. Bernardo Ricupero e Paulo Henrique Martinez.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e Paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CALLADO, A. **Os industriais da sêca e os "Galileus" de Pernambuco**: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes**: Padres e Comunistas na Revolução sem violência. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1964.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, [1959] 2014.

CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] 2013.

CANDIDO, A. Literatura e Subdesenvolvimento. In: CANDIDO, A. **A Educação pela Noite & outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

CANDIDO, A. Prefácio. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANDIDO, A. Teresina e os seus amigos. In: CANDIDO, A. **Teresina etc.** São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, A. Dialética da Malandragem. In: CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. 4ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO, A. Entrevista - Antonio Candido. In: PRADO JR, C. **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 13ª. ed. São paulo: Ouro sobre Azul, 2014.

CARDOSO, F. H. The Originality of a Copy: CEPAL and the Idea of Development. **CEPAL Review**, 1977.

CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 37, 1993.

CASTRO, A. B. D. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: ASSADOURIAN, C. S. **Modos de producción en América Latina**. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1975.

CASTRO, A. B. D. Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. In: LAPA, J. R. D. A. **Modos de Produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CEPÊDA, V. A. **Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado**: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático. Dissertação de Mestrado: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998.

CEPÊDA, V. A. O Pensamento político de Celso Furtado: Desenvolvimento e Democracia. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A Grande Esperança em Celso Furtado - Ensaios em Homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CEPÊDA, V. A. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil - limites e impasses**. Tese de Doutorado em Ciência Política: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2004.

CLAUDIN, F. **The Communist Movement - From Comintern to Cominform**. New York: Monthly Review Press, 1975.

COUTINHO, C. N. Uma via "não clássica" para o capitalismo. In: D'INCAO, M. Â. **História e Ideal**. São Paul: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, C. N. **O leitor de Gramsci. Escritos Escolhidos: 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CURI, L. F. B.; CUNHA, A. M. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). **America Latina en la Historia Económica**, Vol.22, 2015. 76-107.

D'AGUIAR, R. F. Anos de Formação. In: FURTADO, C. **ANos de Formação 1938-1948**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2014.

DIAS, M. O. L. D. S. Impasses do Inorgânico. In: D'INCAO, M. Â. **História e Ideal - Ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

DONGHI, T. H. La CEPAL en su contexto histórico. **Revista de la CEPAL**, n. 94, 2006.

DORE, R. P. Some Comparisons of Latin American and Asian Studies with Special Referenca to Research on Japan. **Social Science Research Council**, New York, Volume 17, 1963. 13-21.

DOSMAN, E. Markets and the State in the evolution of the "Prebisch Manifesto". **Cepal REview**, n. 76, 2001.

DOSMAN, E. J. **Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do terceiro mundo**. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

ELEY, G. **Forjando a Democracia - A história da esquerda na Europa, 1850-2000**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FAUSTO, R. A revolução Brasileira de Caio Prado Jr. **Teoria e Prática**, 1967.

FERLINI, V. D. A. Fidelidade à História. In: D'INCAO, M. A. **História e Ideal - Ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERREIRA, J.; GOMES, Â. D. C. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala.** 48. ed. São Paulo: Global, [1933] 2003.

FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Memórias do Desenvolvimento**, Ano 1, n. 1, (1951) 2007.

FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVII e XVIII.** São Paulo: HUCITEC/ABPHE, [1948] 2001.

FURTADO, C. Perspectivas da economia brasileira. In: MONTEIRO FILHA, D. C.; MODENESI, R. L. **BNDES um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social, [1958] 2002.

FURTADO, C. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.** Recife: Ministério do Interior/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, [1959] 1967.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

FURTADO, C. Discurso pronunciado na instalação da Operação Nordeste. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964).** Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1959] 2009.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964).** Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1959] 2009b.

FURTADO, C. Para o Nordeste: quinze anos perdidos. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964).** Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, [1979] (2009).

FURTADO, C. **A Economia brasileira - Contribuição à análise do seu desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1954.

FURTADO, C. Introdução. In: GRUPO MISTO CEPAL-BNDE **Projeções do Desenvolvimento da Economia Brasileira (1953-1962) - Redação Preliminar.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1954b.

FURTADO, C. Encontro este-oeste de economistas, Rio de Janeiro, v. III, n. 3-4, 1957. 403-406.

FURTADO, C. Comentários sobre os estudos do Professor Rosenstein-Rodan. **Econômica Brasileira**, vol. 4, n. 3-4, 1958.

FURTADO, C. Resenha do livro *The Strategy of economic development*. Notas bibliográficas. **Econômica Brasileira**, Rio de Janeiro, 5, n. 1, 1959c.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **A Pré-Revolução Brasileira**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estado Democrático**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962b.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 1, n. 1, 1981.

FURTADO, C. **Brasil: A construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela - Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

FURTADO, C. **Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado**. (org.) Rosa Freire D'Aguiar. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GARCIA, M. A. Um ajuste de contas com a tradição. In: D'INCAO, M. Â. **História e Ideal**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GIANNOTTI, J. A. A propósito de uma incursão na Dialética. **Revista Civilização Brasileira**, nº 3, 1965.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1980.

HALL, S. Gramsci and Us. In: HALL, S. **The Hard Road to Renew - Thatcherism and the crisis of the left**. [S.l.]: Verso, 1990.

HIRSCHMAN, A. Notas de uma entrevista com Celso Furtado. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, [1960](2009).

HIRSCHMAN, A. **A Bias For Hope Essays on Development and Latin America**. New Haven and London: Yale University Press, 1971.

HIRSCHMAN, A. The rise and decline of development economics. In: HIRSCHMAN, A. **Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond**. New York: Cambridge University Press, 1981.

HODARA, J. **Prebisch y la CEPAL - Sustancia, trayectoria y contexto institucional**. 1ª. ed. México, D.F.: El Colegio de México, 1987.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 2013.

HUNT, D. **Economic Theories of development: An analysis of competing paradigms**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.

IUMATTI, P. T. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KARACIK, R. A Evolução Política do Brasil. In: MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)**. São Paulo: EDUSP, [1934] 2008.

KAREPOVS, D. **Caio Prado Júnior parlamentar paulista**. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral parlamentar. Departamento de Documentação e Informação, 2003.

KAYSEL, A. **Dois Encontros entre o Marxismo e a América Latina**. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado, v. Departamento de Ciência Política, 2010.

KAYSEL, A. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27, n. 79, 2012.

LENIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LENIN, V. Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática. In: LENIN, V. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

LEONÍDIO, A. Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999.

LEROY-BEAULIEU, P. **De la colonisation chez les peuples modernes**. Paris: Guillaumin, 1902.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

LIMA, M. C. O Conselho deliberativo da SUDENE (1959-1964). In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

LOVE, J. Raul Prebisch and the Origins of the Doctrine of Unequal Exchange. **Latin American Research Review**, 15, n. 3, 1980.

LOVE, J. Furtado e o Estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

LOWY, M. Pontos de Referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, M. **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MACHADO, A. D. A. Um Novo Valor. In: MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)**. São Paulo: EDUSP, [1933] 2008.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, Vol. 14, n. n.41, 1999.

MALLORQUIN, C. **Celso Furtado: Um retrato Intelectual**. Tradução de Célia Regina Barbosa Ramos. São Paulo: Xamã/Contraponto, 2005.

MALLORQUIN, C. Raúl Prebisch before the Ice Age. In: DOSMAN, E. **Raúl Prebisch - Power, Principle and the Ethics of Development**. 1ª. ed. Buenos Aires: IDB-INTAL, 2006.

MALLORQUIN, C. El Discurso del Desarrollo y La Nación: Celso Furtado. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, n. nº 92, 2011.

MANTEGA, G. **Economia Política Brasileira**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANZATTO, R. Caio Prado Jr. e a Formação de um Clássico do Pensamento Econômico Brasileiro. **Informações FIPE**, v. 420, 2015a.

MANZATTO, R. Celso Furtado nos anos de 1950 e 1960: Teoria em Prática. **Informações FIPE**, v. 421, 2015b.

MANZATTO, R. F. **O Pensamento de Caio Prado Jr. na obra de Celso Furtado**. Anais do 21º SIICUSP. São Paulo: [s.n.]. 2013.

MANZATTO, R. F. **Economia Política da Colonização: As Contribuições de Caio Prado Jr. e Celso Furtado**. Departamento de Economia - FEA USP. São Paulo. 2014.

MANZATTO, R. F. **Ideias Econômicas Fora do Lugar**. Anais do XI Encontro de Pós Graduação em História Econômica. Niterói: [s.n.]. 2014.

MANZATTO, R. F. **Economia Política da Colonização: As Contribuições de Caio Prado Jr. e Celso Furtado**. V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo: [s.n.]. 2015.

MARCUSE, H. O marxismo soviético. Uma análise crítica, Rio de Janeiro, 1969.

MARTÍNEZ, P. H. **A dinâmica de um pensamento crítico 1928-1935**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Régis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Renato Guimarães Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MCCLOSKEY, D. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, 21, 1983.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONASTERIO, L.; EHRL, P. Colônias de povoamento versus colônias de exploração: De Heeren a Acemoglu. **Texto para Discussão IPEA**, 2015.

MOORE, B. **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORSE, R. A formação do latino-americanista. In: MORSE, R. **A volta de McLuhanáima**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MORSE, R. **O Espelo de Próspero - Cultura e Ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. 4ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

NOVAIS, F. Caio Prado Jr., historiador. **Novos Estudos Cebrap**, 2, n. 2, 1983. 66-70.

NOVAIS, F. Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

NOVAIS, F. Sobre Celso Furtado. In: NOVAIS, F. **Aproximações - estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NURKSE, R. Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos. **Memórias do Desenvolvimento**, 1, n. 1, (1951) 2007.

NURKSE, R. Notas sobre o Trabalho do Sr. Furtado Relativo a "Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico". **Memórias do Desenvolvimento**, Ano 1, n. 1, (1953) 2007.

NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, (1958) 2010.

O'DONNELL, G. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, F. **A Navegação Venturosa - ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. D. Apresentação. In: PREBISCH, R. **Keynes, Uma Introdução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

OLIVEIRA, F. D. Entrevista - Chico de Oliveira. In: PRADO JR., C. **A Revolução Brasileira; A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OSÓRIO SILVA, M. L. Lênin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista**, n. 35, 2012.

PAGE, J. **The Revolution that never was; Northeast Brazil, 1955-1964**. New York: Gossman, 1972.

PAULANI, L. Modernidade e Discurso Econômico: ainda sobre McCloskey. **Revista de Economia Política**, vol. 19, n. 4(76), 1999.

PAULANI, L. M. A Utopia da Nação: Esperança e Desalento. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

PAZ, O. Revolta, Revolução, Rebelião. In: PAZ, O. **Signos em Rotação**. Tradução de Sebastião Uchôa Leita. São Paulo: Editora Perspectiva, [1967] 2015.

PAZ, O. **Signos em Rotação**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PERICÁS, L. B. **Caio Prado Júnior - Uma Biografia Política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Tradução de Mônica de Bolle. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da Ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PIRES, J. M.; COSTA, I. D. N. D. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas histórica de sua superação. **Estudos Avançados**, 14, n. 38, 2000.

PORTANTIERO, J. C. **Los Usos de Gramsci**. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1977.

PORTANTIERO, J. C. O marxismo latino-americano. In: HOBBSBAWM, E. **História do Marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 11, 1989.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1966] 2014.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRADO JR., B.; CASS, M. J. A Retórica da Economia segundo McCloskey. **Discurso**, n. 22, 1993. 205-221.

PRADO JR., C. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, [1933] 2012.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.

PRADO JR., C. **Diretrizes para um Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

PRADO JR., C. **Esbôço dos fundamentos da teoria econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO JR., C. Capitais Estrangeiros. **Revista Brasiliense**, 3, n. 11, 1957b.

PRADO JR., C. Capitais estrangeiros e capitais nacionais. **Revista Brasiliense**, 4, n. 18, 1958.

PRADO JR., C. Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional. **Revista Brasiliense**, São Paulo, 1959, 1959.

PRADO JR., C. É preciso deixar o povo falar. In: MOTA, L. D. **A História Vivida (I)**: entrevistas. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.

PREBISCH, R. **La moneda y el ritmo de la actividad económica**. Unpublished text. Santiago: The Prebisch Papers, 1943.

PREBISCH, R. O desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 3, 1949.

PREBISCH, R. A mística do Equilíbrio Espontâneo da economia. **Biblioteca Sala CEPAL**, 1953.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

RICUPERO, B. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, Vol. 19, n. n. 53, 2005.

RICUPERO, B. Da formação à forma. Ainda as "ideias fora do lugar". **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, 2008.

RICUPERO, B. Posfácio. In: PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RICUPERO, B. Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci: uma relação inexistente? **Revista Outubro**, n. 26, 2016.

ROBOCK, S. **O desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste/Etene, 1959.

ROSESTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa e do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, (1958) 2010.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico Um Manifesto não-comunista**. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SAES, A. M.; MANZATTO, R. F.; SOUSA, E. S. Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, 18, 2015. 229-263.

SAES, A.; SAES, F. Difusão de Ideais Econômicas no Brasil: Aparentamentos Teórico-Metodológicos. **Informações FIPE**, São Paulo, 2015.

SAES, F. A. M. D.; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SCHLESSINGER, R. **La Internacional Comunista y El Problema Colonial**. México D.F.: Cuadernos de Passado y Presente, 1974.

SCHUMPETER, J. A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964.

SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23(67), 2008.

SCHWARZ, R. Um Seminário de Marx. **Folha de S. Paulo**, 8 de outubro 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/08/mais!/4.html>>.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, R. **Que horas são? Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, R. Os sete fôlegos de um livro. In: SCHWARZ, R. **Sequências Brasileiras: Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, R. Antonio Candido 1918-2017. **New Left Review**, n. 107, SEPT-OCT 2017. 47-54.

SECCO, L. **Caio Prado Júnior: O Sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, R. P. D. **O jovem Celso Furtado: História, política e economia (1941-1948)**. Universidade Estadual de Campinas. : Instituto de Economia, 2010.

SINGER, P. Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 28, 1977.

SKINNER, Q. A Third Concept of Liberty. **Proceedings of the British Academy**, 2002. 237-268.

SKINNER, Q. The idea of negative liberty: Machiavellian and modern perspectives. In: SKINNER, Q. **Visions of Politics II**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SKINNER, Q. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SODRÉ, N. W. Formação do Brasil Contemporâneo. **O Estado de S.Paulo**, 31/12/1942.

SOLÍS, L. Raúl Prebisch at ECLA - Years of Creative Intellectual Effort. **International Center for Economic Growth - Occasional Paper**, San Francisco, n. 10, 1988.

SOUZA, J. P. A. Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. **Estudos Econômicos**, 38, n. 1, 2008.

SOUZA, M. D. C. C. D. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alga-Omega, 1990.

SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de Celso Furtado. **Estudos Avançados**, São Paulo, 13 (37), 1999.

SZMRECSÁNYI, T. As Raízes, a estrutura e o conteúdo da Formação Econômica do Brasil. In: COELHO, F. D. S.; GRANZIERA, R. G. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil - Edição Comemorativa dos 50 anos de Publicação (1959-2009)**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TAVARES, M. D. C. Auge e Declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1972.

TEIXEIRA, R. A. Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do Sistema Capitalista Mundial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 38, n. 1, 2006.

TOYE, J.; TOYE, R. The Origins and Interpretation of the Prebisch-Singer Thesis. **History of Political Economy**, 2003.

TRONCA, Í. Revolução de 30 - A dominação oculta, São Paulo, 2004.

TULLY, J. The Pen is a Mighty Sword. In: TULLY, J. **Quentin Skinner and His Critics**. [S.l.]: Oxford University Press, 1988.

VIEIRA, R. M. Entrevista com Celso Furtado. **História Oral**, São Paulo, 2004.

XAVIER, L. Bibliografia - Evolução Política do Brasil. In: MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)**. São Paulo: EDUSP, [1933] 2008.

ZAID, G. **El progreso improductivo**. México, D.F.: Siglo XXI editores, 1979.

ZAID, G. **La economía presidencial**. México, D.F.: Editorial Vuelta, 1987.

ZEAL, L. **El pensamiento Latino Americano**. México D.F.: Editorial Ariel, 1976.